CAPA PROMOCIONAL

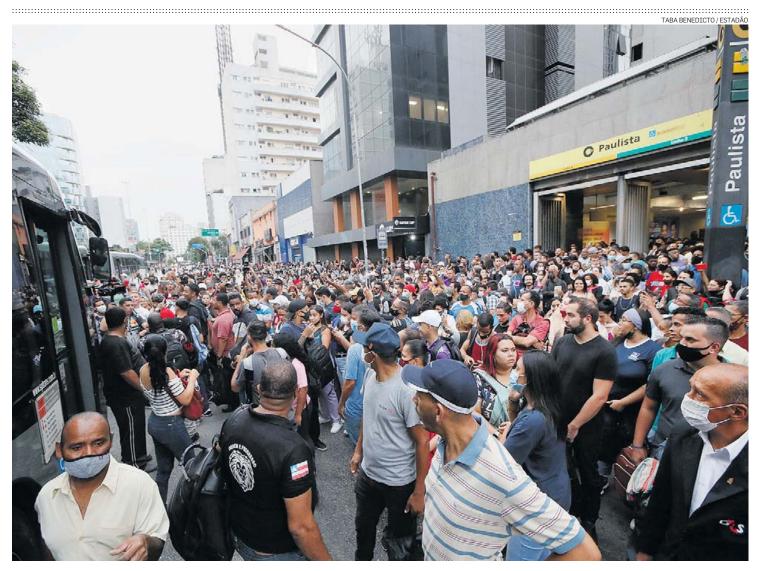
O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 16 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47238
estadão.com.br

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Falha na Linha Amarela do metrô deixa milhares a pé

Uma falha elétrica ocorrida de manhã na Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, que liga o centro à Vila Sônia e passa pela Avenida Paulista, prejudicou a circulação até a noite de ontem; ônibus gratuitos postos à disposição foram insuficientes. __A18

Amazônia __A14

Em 3 anos, garimpo retirou 13 toneladas de ouro ilegal, diz PF

Contrabando do metal para o exterior teria movimentado R$ 4 bi

Investigações da Polícia Federal apontam que um esquema de contrabando com base em garimpos ilegais teria movimentado, desde 2020, 13 toneladas de ouro, num total de R$ 4 bilhões. Policiais cumpriram ontem mandados de prisão e de busca e apreensão em sete Estados. A Justiça Federal autorizou o bloqueio de mais de R$ 2 bilhões dos investigados. O esquema seria operado por meio de empresas de fachada, usadas na emissão de notas frias para "esquentar" o ouro. A investigação também apontou que o metal extraído da Amazônia Legal é exportado – principalmente por meio de uma empresa com sede nos EUA – para países como Itália, Suíça, Hong Kong e Emirados Árabes Unidos. Paralelamente, uma operação da PF combate a ação de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami.

R$ 2 bilhões

É o valor dos bens de investigados que a Justiça mandou bloquear. Operação da PF cumpriu mandados de prisão e busca e apreensão em sete Estados

Fundo Amazônia volta com 14 projetos

Segundo a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), os projetos já aprovados pediam cerca de R$ 480 milhões. Socorro a povos indígenas terá prioridade. __A15

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Obra embargada __A18

Prédio irregular de 23 andares surge no Itaim

Edifício de alto padrão, em bairro nobre da cidade, teve três pedidos de alvará indeferidos pela Prefeitura de SP.

Raquel Welch 1940-2023 __A18

14/1/1970 / AFP

Símbolo sexual nos anos 70, atriz fez mais de 30 filmes

C2 Palma de Ouro __C1

Sátira de milionários indicada para o Oscar estreia nas telas

Sensualidade __C6 e C7

Ritmo da vez do carnaval, arrocha desbanca o funk e o sertanejo

Música de origem baiana domina ranking das 200 mais populares em plataforma de streaming nas últimas semanas.

E&N Política fiscal __B1 e B2

Substituto do teto de gastos será anunciado até março, afirma Haddad

Anúncio serviu para animar o mercado financeiro. Ideia de antecipar a nova regra foi dada pela ministra Simone Tebet (Planejamento) e pelo vice Geraldo Alckmin.

"Texto radical não terá sucesso no plenário"
Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

'Poder moderador' __A8

PT quer restringir militares em cargos civis e mudar artigo 142 da Constituição

Partido se mobiliza por proposta que altera dispositivo usado por bolsonaristas para pedir intervenção militar.

Ataque à democracia __A12

Hackers de Israel interferiram em 33 eleições no mundo, aponta investigação

Fraudes ocorreram em diversos países, em especial na África. México e Espanha também foram atingidos.

Notas e Informações __A3

O governo Lula parece perdido

Ele parece incapaz de apresentar respostas aos problemas que ele mesmo aponta.

Maiores responsáveis pelo 8 de Janeiro

Coluna do Estadão __A2

Minha Casa dá poder a ala política do governo

William Waack __A11

Lula 3 está ressentido, beligerante e irrealista

Adriana Fernandes __B3

O desvio de rota de Haddad

Tempo em SP
20° Mín. 31° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

MP do Minha Casa, Minha Vida dá poderes extras à equipe política do governo

A Medida Provisória do Minha Casa, Minha Vida editada por Lula nesta semana deu poderes à equipe política do governo na definição dos recortes por renda das famílias beneficiadas pelo programa. Agora, os limites serão de atribuição formal do Ministério das Cidades – no passado, a responsabilidade era compartilhada com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. No lançamento da versão atual do programa, coube à Casa Civil ditar o reajuste de 10% no teto da renda familiar requerida para acessar os imóveis da faixa 1 (que subiu para R$ 2.640), o que sugeriu a técnicos do governo que as decisões futuras também serão feitas sob a supervisão direta do Palácio do Planalto.

● **RÉGUA.** A MP também define que a pasta das Cidades terá a prerrogativa de estipular os valores de subvenção do programa, ou seja, o quanto será transferido às famílias atendidas, o que também era compartilhado com a equipe econômica no passado.

● **SURPRESA.** A possível exigência de contratação de um novo seguro pelas construtoras para cobrir danos estruturais dos imóveis do Minha Casa desagradou ao setor privado. O valor da apólice gira em torno de 1,5% a 3,5% do imóvel, e o temor é de que isso eleve o custo das construtoras. O governo, porém, quer aplicar a exigência só para os imóveis da faixa 1, que são 100% bancados pelo governo, e que por isso não recairá sobre os privados.

● **VAI.** O objetivo é pressionar para que as obras sejam entregues – o passivo de unidades inconclusas é de cerca de 180 mil. Na faixa 1, o governo também quer um seguro de término das obras.

● **EU QUERO.** Nem venceu a disputa pela relatoria do Orçamento de 2024, como pleiteia, o PL já vive uma guerra interna sobre quem será o nome destacado para a função. O número de interessados chegou a uma dezena e fez com que o presidente, Valdemar Costa Neto, baixasse uma regra. A maior bancada eleita do maior Estado teria a prerrogativa de indicar o nome – ganhou SP, o Estado natal de Valdemar.

● **EU QUERO 2.** O cacique colocou como pré-requisito que o deputado tenha afinidade com o tema e não esteja em primeiro mandato. Um dos cotados é Luiz Carlos Motta (PL-SP). O PL disputa a vaga com o União e com o MDB.

● **LIMITE.** A Lei Orçamentária de 2023 estipula que o reajuste de servidores do Executivo tem de ser linear – ou seja, não pode haver diferença entre as carreiras. A ministra **Esther Dweck** é quem negocia com os servidores.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Esther Dweck, ministra de Gestão e Inovação

● **HORIZONTE.** O grupo italiano Leonardo, que tem encomendas do Exército de pelo menos 200 blindados Centauro-II, parte deles produzida em Sete Lagoas (MG), tenta emplacar um novo negócio no Brasil. Deseja despertar o interesse da FAB no jato M-346, de ataque leve e treinamento avançado.

● **HORIZONTE 2.** Para tanto, está disposto a oferecer ao Brasil a versão mais sofisticada do avião, com recursos de última geração. O caça-treinador é usado na Itália, Israel, Polônia e Singapura.

COLABOROU ROBERTO GODOY

PRONTO, FALEI!

Mauro Benevides
Deputado federal (PDT-CE)

"Arthur Lira está cobrando celeridade, e a gente tem que montar a convergência entre Câmara e Senado", disse, sobre a Reforma Tributária.

CLICK

REPRODUÇÃO

Eduardo Leite
Presidente do PSDB

Reuniu-se com a bancada do partido na Alesp e com o presidente do diretório paulista, Marco Vinholi, que representa a ala rival dos tucanos em SP.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

O governo Lula parece perdido

Como se já não fosse presidente, Lula atua como oposição ao atacar o BC, enquanto seu governo parece incapaz de apresentar respostas aos problemas que ele mesmo aponta

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, disse, em uma entrevista ao SBT, que a instituição vai organizar um seminário para debater a política fiscal em março. Segundo ele, a ideia do evento é ajudar o governo a formular a nova âncora que substituirá o teto de gastos. O resultado desse debate será entregue ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Aqui, tudo vai para o Lula", disse.

A iniciativa, por óbvio, foi recebida como uma tentativa de intromissão nos trabalhos da equipe econômica. Se há um assunto que deveria estar sob a liderança do Ministério da Fazenda é o novo arcabouço fiscal, atualmente a parte mais relevante da política econômica. O debate público sobre a âncora é válido e pode contribuir para a construção de um arcabouço crível e estável. No entanto, essa é uma iniciativa que certamente não cabe a Mercadante ou ao BNDES, mas apenas ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O episódio, no entanto, não é um caso isolado. Ele ilustra um problema mais amplo, que não se esperava que ocorresse sob a Presidência de Lula. Em seu terceiro mandato na Presidência da República, o petista não é um novato na atividade de governar. Mas, como se não tivesse vencido as eleições e assumido o País, ele mantém a aposta em um discurso de campanha capaz de mobilizar apenas seus próprios seguidores. Enquanto isso, seu governo está paralisado e batendo cabeças em público.

Desde o dia 18 de janeiro, primeira vez em que Lula criticou o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, a autonomia da instituição e o nível da taxa básica de juros, o País assiste a uma novela diária pautada em sua cruzada contra a autoridade monetária. No capítulo mais recente dessa trama de gosto duvidoso, o evento de aniversário de 43 anos do PT foi usado como pretexto para mobilizar sindicatos e militantes a adotar uma nova causa política: "Fora Campos Neto". Não há como não lembrar o bordão "Fora FHC e FMI" que o partido bradava na década de 1990, período em que se especializou em fazer oposição intransigente ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Elegendo Campos Neto como inimigo, Lula dá a entender que os juros altos são uma decisão pessoal do presidente do BC, único problema e verdadeira causa de todos os desafios econômicos e sociais do País. Não são. Há inúmeros outros aspectos da agenda pública a serem tratados com mais urgência e efetividade, a começar pelas relações com o Congresso Nacional. Até mesmo o economista André Lara Resende, que integrou a equipe de transição e é um dos maiores críticos aos juros elevados, considerou um erro o fato de o governo não ter escolhido o novo regime fiscal como tema a abrir a pauta legislativa neste ano.

A aprovação da âncora fiscal não seria exatamente fácil, pois requer um projeto de lei complementar e a construção de maioria absoluta entre os parlamentares. Mas isso certamente é menos trabalhoso do que aprovar as reformas tributárias que tramitam na Câmara e no Senado, ambas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e que demandam maioria qualificada. Ainda assim, o governo hesita em adotar uma delas. Enquanto isso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criou um grupo de trabalho para discutir o tema, e os setores contrários a quaisquer mudanças já começaram a se articular para barrá-las. Dado o histórico de Lula, a letargia da articulação do governo no Congresso seria inexplicável, não fosse o fato de o Executivo ainda não ter conseguido construir uma base aliada que possa ser chamada de estável para submeter seus projetos sem risco de derrota.

Lula completou 45 dias na Presidência, período em que desperdiçou uma janela rara para apresentar a agenda de um governo recém-eleito e unir o País. Se não a aproveitou, não foi por falta de experiência ou liderança. Das duas uma: ou não sabe o que fazer e para onde ir ou sabe o que precisa fazer pelo País, mas não quer arcar com o alto custo político imposto por essas impopulares decisões.●

Os maiores responsáveis pelo 8 de Janeiro

A investigação não deve se limitar a quem esteve presente na Praça dos Três Poderes. Se, como diz a PGR, houve tentativa de golpe, é preciso incluir os mandantes e autores intelectuais

No dia 14 de fevereiro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou mais 139 pessoas envolvidas nos atos do 8 de Janeiro, pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. Ao todo, mais de 800 pessoas já foram denunciadas pela PGR por esses eventos.

Esse trabalho do Ministério Público é fundamental: identificar quem participou do ataque às sedes dos Três Poderes e buscar na Justiça a devida punição. Não cabe impunidade para quem agiu de forma tão contrária ao regime democrático e às leis do País. De toda forma, é sempre bom recordar que, nessas investigações e ações penais, o Poder Judiciário não precisa adotar nenhuma medida de exceção, menos ainda estabelecer um tribunal de exceção, como, por exemplo, uma aventada "força-tarefa" de juízes *ad hoc*. A Constituição de 1988 é cristalina em seu art. 5.º: "Não haverá juízo ou tribunal de exceção".

O Estado Democrático de Direito tem meios de investigar e punir dentro do devido processo legal. Essa afirmação fundamental vale para todos: para as centenas de pessoas que invadiram a Praça dos Três Poderes e foram denunciadas pela PGR; para os militares que, de alguma forma, colaboraram com os atos golpistas e precisam ser investigados; e, de forma muito especial, para quem, mesmo não tendo estado presente na Praça dos Três Poderes no dia, foi autor ou partícipe dos crimes do 8 de Janeiro.

O tema é delicado e merece cuidado. Não se trata de fazer um PowerPoint indicando *a priori* que Jair Bolsonaro é o responsável pelos atos criminosos do 8 de Janeiro. Ou anunciar que os organizadores desses eventos teriam sido pessoas próximas do ex-presidente da República, como os generais da reserva Augusto Heleno e Braga Netto ou o ex-ministro da Justiça Anderson Torres. A apuração e a imputação das responsabilidades penais não funcionam assim. Há o princípio da presunção de inocência, e o sistema de Justiça penal não deve trabalhar com intuições. É preciso investigar, colher os elementos de prova, identificar, de forma concreta, as cadeias de comando. E só depois, por meio do devido processo legal, imputar as respectivas responsabilidades.

Pode ser que, no final dessas investigações, por diversos motivos, não se consiga imputar criminalmente a responsabilidade a quem foi o organizador dos atos criminosos do 8 de Janeiro. Isso faz parte do funcionamento da Justiça, que, mais do que simplesmente punir, deve trabalhar dentro das regras do jogo democrático, respeitando as garantias fundamentais de todos os cidadãos. O que não pode é, desde já, limitar as investigações a quem esteve presente na Praça dos Três Poderes, como se fosse impossível identificar e responsabilizar penalmente os eventuais mandantes e cúmplices dos crimes lá cometidos.

É preciso coerência. Se as denúncias apresentadas até agora pela PGR indicam a existência de fundados indícios da materialidade dos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, é preciso que a investigação inclua também os líderes desses movimentos, bem como as pessoas que se beneficiariam com um eventual golpe de Estado. De outra forma, o Ministério Público estaria na prática tratando as ações do 8 de Janeiro como meros atos de vandalismo e de destruição do patrimônio público, mas não como uma efetiva tentativa de golpe de Estado.

A PGR e o Judiciário têm diante de si uma tarefa dificílima, que exige trabalho rigoroso de investigação e apuração de responsabilidades, dentro do mais estrito respeito à lei. Ainda que seja muito desafiador pela quantidade de pessoas envolvidas, é relativamente fácil processar quem esteve presente fisicamente nos atos do 8 de Janeiro. Mas isso é apenas uma parte da história. É preciso identificar e punir os eventuais mandantes e autores intelectuais, que, como a Justiça tem experiência, às vezes estão a muitos quilômetros de distância do local do crime.●

ESPAÇO ABERTO

Uma visão demográfica, política e social da crise

Roberto Macedo

Que o Brasil está em crise não há dúvida. Desde a década de 1980 seu Produto Interno Bruto (PIB), no lado econômico da crise, passou a crescer a taxas bem menores do que as de meados do século passado, e também abaixo da média das taxas ocorridas nos países em desenvolvimento. Ou seja, está ficando para trás. E há, também, os lados político e social da crise.

Em 2022 sabe-se que o PIB deve ter crescido perto de 3%, taxa razoável diante das circunstâncias. Mas, a partir do terceiro trimestre, passou a taxas trimestrais decrescentes e deve ter fechado o quarto trimestre do ano com taxa bem ruim, talvez até negativa. Os números finais trimestrais e do ano devem vir do IBGE brevemente. A queda das taxas trimestrais ainda não foi superada e já prejudicou o crescimento de 2023, para o qual analistas do mercado, por meio do boletim *Focus*, do Banco Central, preveem taxa anual do PIB de apenas 0,8%, e há incertezas sobre sua recuperação.

No que se segue, abordarei, além de outras questões, uma que ainda não vi tratada pelos analistas da crise: a demográfica. Entendo que ela teve forte impacto nas áreas política e social e, a partir daí, também na econômica.

Em meados do século passado, o País tinha uma população bem menor, de 51,9 milhões em 1950, e parcela importante ficava nas zonas rurais, com baixo peso político. A área política tinha uma conotação predominantemente urbana.

O crescimento populacional era alto, o PIB teve um bom desempenho econômico até os anos 1970, inclusive com forte industrialização, e a migração do campo para as cidades, em particular das famílias de baixa renda, deu forte peso político a essa população. Além dessa migração para as cidades, aumentou seu componente vindo do Nordeste para o Sudeste – e a chegada de Lula aqui foi nesse contexto.

Neste quadro, outra questão demográfica importante veio do fato de que as famílias mais pobres tinham, como ainda têm, mais filhos do que as famílias mais ricas. Ou seja, a população mais pobre cresceu mais rapidamente do que a mais rica. No dia 2 deste mês, em artigo na *Folha de S.Paulo*, o economista Michael França trouxe dados importantes sobre o assunto. Escreveu ele: "Em 1991, enquanto as (*famílias*) de alta renda tinham uma taxa de fecundidade de cerca de 1,2 (*acrescento: o número de filhos que em média as mulheres têm na sua idade fértil*), esse número entre as de baixa renda foi de 5,5. (...) Em 2015, a taxa de fecundidade das mulheres do primeiro quintil de renda (*a mais baixa, acrescento*) caiu para 2,9. Porém continuou superior à de 0,77 verificada entre as mulheres de renda mais elevada". Ou seja, essa diferença é antiga, alta e permanece, ainda que em proporções menores.

> ***Expansão mais rápida da população mais pobre contribuiu para o avanço do populismo no Brasil***

Passando às implicações, isso agravou a desigualdade social em números absolutos, ou seja, a população mais pobre cresceu mais rapidamente, e, a partir de meados do século passado, com o tamanho da discrepância se manifestando mais nas áreas urbanas e nas cidades maiores, com seus desdobramentos como favelas, moradores de rua e insegurança pública, entre outros.

Na esfera política, as implicações são menos evidentes, mas também fortes. Em meados do século passado, a política tinha um quê de elitista. Políticos, predominantemente das áreas urbanas, mostravam maior educação formal, com valorização de grandes oradores, então chamados de tribunos. Cheguei a ouvir alguns, como Carlos Lacerda, Pedro Aleixo, Oscar Dias Correia e San Tiago Dantas, entre outros.

Mas, com os mais pobres tornando-se o grupo de eleitores mais importante, isso despertou o populismo, com os políticos voltando-se principalmente para o atendimento das reivindicações desse segmento. Getúlio Vargas foi um precursor desse movimento, mas Lula tornou-se seu expoente. Bolsonaro também tentou, mas seu perfil pessoal revelou-se inadequado. Lula, além de mais popular, tem também forte apoio no Nordeste, pois é oriundo da mesma região e fala a linguagem dos conterrâneos.

No Congresso, o destaque populista é o presidente da Câmara, Arthur Lira, que gerenciou emendas parlamentares destinadas a atender clientelas de deputados que chamaria de micropopulistas, lá na ponta de seu eleitorado. Lira foi reeleito presidente com votação recorde, que alcançou inclusive deputados de sua "oposição".

Voltando à economia, ela e seu PIB foram prejudicados pelo populismo. Ao atender prioritariamente à clientela populista, além de outras, o governo reduziu drasticamente o investimento público, que havia chegado perto de 10% do PIB em 1977, e hoje está pouco acima de 1%. Com isso, o crescimento econômico foi prejudicado. A tributação e a dívida pública também aumentaram muito, gerando tensões fiscais.

Confesso que no horizonte que contemplo não vejo saída para a crise em andamento, pois tem raízes profundas como essas que apontei. Prego um ajuste via reformas e controle dos gastos públicos, mas neste segundo caso tenho a sensação de estar pregando no deserto. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

FÓRUM DOS LEITORES

Governo Lula

O PT e o 'clube dos ricos'

A viagem de Lula aos EUA deixou claro que ele não soube aproveitar o momento com Biden. Ignorou o apoio da diplomacia americana aos esforços do Brasil para entrar na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vista pelos petistas como "o clube dos ricos". A verdade, porém, é outra: a OCDE é um clube de países com boas práticas em políticas públicas, transparência e racionalidade, coisas que incomodam o PT. Lula não desceu do palanque: voltou a citar "golpe" ao referir-se ao impeachment de Dilma e critica Bolsonaro o tempo todo, como se o País se resumisse a essas picuinhas. Mas é preciso reativar a narrativa para manter fiéis seus apoiadores. Quem sabe quando a avaliação do seu governo se mostrar pífia ele acorde e se lembre de que é preciso governar para 210 milhões de pessoas. A ficha ainda não caiu quanto às responsabilidades de um líder.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com
São Paulo

Encontro Brasil-EUA

Sem dúvida, os norte-americanos se dão conta de quem é Lula.

Helio Teixeira Pinto
helio.teixeira.pinto@gmail.com
Rio de Janeiro

Bode expiatório

Eventual insucesso do atual governo não será por culpa nem de Lula nem do PT. Como de costume, eles tentarão eleger um culpado. E, como estamos vendo nos últimos dias, o bode expiatório da vez será Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central. De nada adiantam dados técnicos que justificam a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 13,75% ao ano. Lula e o PT vão impor a narrativa de que Campos Neto tem ligação com Bolsonaro e, por isso, trabalha contra seu governo. É essa a verdade dos fatos.

Deri Lemos Maia
derimaia@yahoo.com.br
Araçatuba

Política monetária

Dose de remédio amargo

Um médico que vinha ministrando alta dosagem de um remédio, de repente, sem mais, baixa a dosagem dizendo ao doente que tinha pensado melhor. A dosagem anterior custava caro, além de o remédio ter gosto horrível. A nova dosagem, apesar de ser um pouco mais barata, continuava cara e com gosto ruim. Neste caso, o doente tanto pode ficar contente com a nova dosagem como ficar com a dúvida de se o médico não poderia ter baixado ainda mais a dose de um remédio caro e horroroso. Esse dilema que envolve confiança pode se reproduzir no caso da taxa básica de juros da economia, a Selic, sob pressão de Lula. O drama não está em ela ter chegado aos atuais 13,75% ao ano, mas em, de repente, apenas por pressão pública de diversos palpites, o Banco Central baixar a taxa, afetando exatamente a credibilidade de um processo sob sua guarda exclusiva, que, além de racional, tem muito de psicologia coletiva. Depois será apenas chorar o leite derramado, pois quem brinca com fogo pode se queimar.

Alberto M. Dowell de Figueiredo
amdfigueiredo@terra.com.br
São Carlos

Contas públicas

Nova regra fiscal

A fala do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que apresentará uma nova regra fiscal até março, de fato, é bem coerente. E, se for realidade, pode significar uma retomada gradual e contínua da atividade econômica e dos investimentos internacionais no Brasil. O que preocupa, contudo, é que não se fala em enxugamento da máquina pública. Ao contrário, as ideias sempre caminham no sentido do aumento da arrecadação. Não é razoável, por exemplo, que, em caso de conflito administrativo e não havendo entendimento majoritário sobre o assunto em questão, a vitória seja dada ao lado mais forte da disputa, no caso, o Estado brasileiro.

Willian Martins
martins.willian@yahoo.com.br
Guararema

Vacinação

Combate coletivo

O governador de São Paulo derrubou a obrigatoriedade do passaporte de vacina contra a covid-19 no Estado. O governador precisa se convencer de que a covid (e outras endemias) se combate coletivamente. Toda a população deve estar vacinada, inclusive ele. O povo tenderá a fazer o que o governo sinalizar. Se o governo demonstrar frouxidão na campanha de vacinação, o resultado será favorável à permanência do vírus (e de suas variáveis) entre nós. Decisão estulta do governador.

Rubens Pellicciari
rubensp@mesquitaneto.com.br
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Juros baixos e dívida alta: água e óleo

Felipe Salto

Alguns economistas e políticos não veem razão para a Selic de 13,75% ao ano. Argumentam que a dívida pública bruta do Brasil se assemelharia à dívida média dos países emergentes e estaria abaixo da média dos desenvolvidos. Logo, na suposta ausência de problemas nas contas públicas, os juros deveriam diminuir rapidamente. Há espaço para reduzir os juros, mas ele está condicionado a resolver o nó das contas públicas. Não se trata de ter uma solução pronta e acabada, mas de promover medidas como o pacote fiscal de janeiro e o anúncio de uma boa regra fiscal, já prometido para o primeiro semestre. Desde logo, acho o debate salutar. Vamos aos números.

Há dois indicadores importantes para a dívida bruta. Um deles, calculado pelo Banco Central do Brasil (BC), inclui a dívida mobiliária (títulos públicos nas mãos do mercado), as operações compromissadas (realizadas pela autoridade monetária), as dívidas bancárias e contratuais, entre outros componentes. O outro, calculado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), considera que qualquer papel do Tesouro nas mãos de terceiros – até mesmo na carteira do BC – constitua dívida.

Este último indicador costuma ficar acima do calculado pelo BC. Isso ocorre porque há uma montanha de títulos nas mãos da autoridade monetária, mas não usados para lastrear operações compromissadas. As compromissadas servem para controlar a liquidez e garantir o cumprimento da meta fixada para a Selic. A saber, o BC retira e coloca dinheiro nas mãos das instituições financeiras para que o juro nas transações com títulos públicos circunde a meta-Selic. Isso é fundamental para controlar a inflação.

Em síntese, a dívida calculada pelo FMI contém os títulos na carteira do BC, mesmo que não estejam servindo às operações que descrevi acima; no caso do indicador do BC, apenas as compromissadas o compõem. As trajetórias da dívida bruta-FMI e da dívida bruta-BC são correlatas. Apenas o nível se altera, em razão da tecnicalidade elucidada. Para os fins deste artigo, vamos ficar com os números do FMI para poder comparar países.

Segundo as estimativas do *World Economic Outlook* veiculadas em outubro passado pelo FMI, a dívida bruta média dos países emergentes seria de 64,5% do PIB em 2022. Para o Brasil, estimava-se dívida de 88,2% do PIB. As projeções do fundo indicavam, ainda, que a dívida brasileira avançaria para 93,3% do PIB até 2026. Já a média dos emergentes alcançaria 76,2% do PIB. Se tomarmos 2019, por exemplo, antes do estouro da pandemia, a dívida calculada pelo FMI para os emergentes era de 53,8% do PIB e, para o Brasil, de 87,9% do PIB. De 2010 a 2019, a dívida do Brasil foi, em média, 27,9 pontos porcentuais do PIB superior à média dos países emergentes.

> ***Não vamos nos deixar seduzir pelo canto das sereias da inexistência de restrição fiscal e do espaço para reduzir os juros como fruto da vontade***

Esses dados ajudam a mostrar que a informação difundida nos últimos dias, segundo a qual a dívida brasileira seria compatível com a de seus pares, não procede. Nossa dívida pública é alta para os padrões de desenvolvimento, renda, emprego e produtividade considerados. Comparações internacionais são sempre imperfeitas, mas é preciso ir aos dados disponíveis para avaliar a situação fiscal.

No caso dos países desenvolvidos, a média calculada pelo FMI é de 112,4% do PIB para 2022. Um nível muito mais elevado que o brasileiro, de fato. Mas é que não se pode comparar alhos com bugalhos. *Mutatis mutandis*, com as condições estruturais dos emergentes, a dívida dos desenvolvidos teria de ser mais baixa, senão seria insustentável. A dinâmica da dívida depende da taxa real de juros, do crescimento econômico e do próprio nível de endividamento, além do resultado do primário – receita menos despesa sem contar variáveis financeiras.

Uma regra de bolso para entender essa lógica é observar a diferença entre o crescimento econômico e o juro real. Quando o primeiro é maior que o segundo, a dívida tende a ser sustentável em relação ao PIB. Quando ocorre o oposto, como no caso brasileiro, a dívida mostra-se insustentável.

A partir dos estudos de Larry Summers, Olivier Blanchard e outros eminentes economistas, que mostraram recentemente a melhoria das condições para endividamento dos países desenvolvidos, Edmar Bacha fez aplicações ao caso brasileiro. Em artigo didático publicado pela Casa das Garças, Bacha esclareceu que o Brasil não tem condições de juros, serviço da dívida e crescimento econômico para se dar ao luxo de endividar-se como se não houvesse amanhã.

O debate sobre os efeitos fiscais da política monetária é saudável. Contudo, não vamos nos deixar seduzir pelo atraente canto das sereias da inexistência de restrição fiscal e do espaço para reduzir os juros como fruto da vontade. As sinalizações recentes do Ministério da Fazenda foram positivas. Está em construção um novo arcabouço fiscal, que ajudará a reforçar a responsabilidade com as contas públicas. Pavimenta-se o caminho para diminuir o custo da dívida e do crédito.

Juros baixos e dívida alta são como água e óleo; não combinam. ●

ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN RENA, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

TEMA DO DIA

MIKE HUTCHINGS/REUTERS

Saúde

Vírus de Marburg, um dos mais letais do mundo, tem surto confirmado pela OMS

A Guiné Equatorial, na África Central, confirmou seu primeiro surto do vírus de Marburg, da mesma família do Ebola. A Organização Mundial da Saúde (OMS) na África informou que nove mortes foram confirmadas. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “Só notícia boa! Quando é mesmo que o mundo vai acabar?”
SÔNIA TEIXEIRA

● “Não há um dia de paz, mas segue o plano carnaval.”
KARINA NEVES

● “Eu não quero saber disso não! Já chega de pandemias nesta década.”
DANIELA SOARES

● “Os países ricos têm que tomar medidas urgentes! Precisariam implantar ações de segurança para conter esse vírus letal.”
VIVIANE BIM

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

DAVID J. PHILIP/AP

The New York Times

Cientistas veem queda no ritmo de avanços científicos. ●
https://bit.ly/3IgJWq0

Paladar

Seis restaurantes para entrar no clima do Oscar. ●
https://bit.ly/3HUga9e

App do Estadão

Siga os seus colunistas favoritos no aplicativo. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Forças Armadas

PT busca restringir militares em cargos civis e mudar artigo 142 da Constituição

Partido se mobiliza por PEC que altera dispositivo usado por bolsonaristas para pedir intervenção; proposta também proíbe a participação de membros da ativa em cargos públicos

VERA ROSA
BRASÍLIA
BEATRIZ BULLA
PEDRO VENCESLAU
SÃO PAULO

O PT tentará proibir a participação de militares da ativa em cargos públicos e acabar com operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Passado o carnaval, deputados do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deflagrarão uma ofensiva com o objetivo de obter 171 assinaturas para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que reformule o artigo 142. O dispositivo trata do papel das Forças Armadas, mas é distorcido por bolsonaristas como justificativa para defender uma intervenção militar no País.

"As Forças Armadas precisam ter claro que o seu papel é o de defesa do território nacional, e não o de promover ações de repressão internas"
Carlos Zarattini (PT-SP)
Deputado

Apesar das articulações do PT, o Palácio do Planalto resiste à ideia, sob o argumento de que não é hora de comprar nova briga, após a pressão sobre o Banco Central para reduzir a taxa de juros. O artigo 142 da Constituição é citado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que não aceitam o resultado da eleição.

A leitura da extrema direita é a de que o texto autoriza as Forças Armadas a atuar como poder moderador, se forem convocadas a fazer uma intervenção. Juristas e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), porém, rechaçam esse entendimento. A ideia de alterar o artigo 142 para afastar interpretações esdrúxulas tem o apoio do ministro do Supremo Gilmar Mendes.

A atual redação diz que as Forças Armadas se destinam à "defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Os petistas querem retirar da Constituição justamente o trecho que prevê a citação da GLO e, em seu lugar, determinar que os militares assegurem "a independência e a soberania do País e a integridade do seu território". A proposta estabelece, ainda, que os fardados devem ir imediatamente para a reserva se aceitarem cargos públicos.

REBELIÃO. A expressão "lei e ordem" foi encaixada no anteprojeto da Constituinte, em 1987, e a tentativa de apagá-la do texto quase custou uma rebelião militar. À época, o então deputado José Genoino (PT) queria trocar a referência por "ordem constitucional". Fernando Henrique Cardoso, então líder do PMDB no Senado, conseguiu negociar um meio-termo para que a atuação militar só ocorresse em caso de chamado de um dos Poderes.

Para a cúpula do PT, é preciso usar o momento de consternação após a tentativa de ataque golpista de 8 de janeiro para emplacar a mudança constitucional e conter a politização das Forças Armadas. De autoria dos deputados Carlos Zarattini e Alencar Santana, o texto – batizado de "PEC antigolpe" – tem aval do futuro presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Rui Falcão, também do PT de São Paulo.

"As Forças Armadas precisam ter claro que o seu papel é o de defesa do território nacional e da soberania, e não o de promover ações de repressão internas", disse Zarattini ao **Estadão**. "Além disso, incluímos trecho para limitar a participação de militares da ativa em cargos civis. Quem quiser entrar no governo que vá para a reserva."

O movimento ocorre na sequência de um turbulento início de governo no que diz respeito à relação do Planalto com os militares. Na campanha do ano passado, uma ala do PT pediu que Lula encaixasse no programa de governo um capítulo com mudanças no artigo 142. O então candidato barrou a sugestão para não criar mais atritos com os oficiais.

A desconfiança do governo sobre a atuação das Forças Armadas, no entanto, cresceu depois da invasão do Planalto, do Congresso e do STF. A crise levou Lula a trocar o comando do Exército. Após os ataques, o presidente disse que as Forças Armadas "não são poder moderador como pensam que são".

CRISE. Mesmo assim, no Planalto e no Ministério da Defesa há temor de que a PEC possa "contratar" uma nova crise com os militares em um momento no qual a relação ainda tem cicatrizes provocadas pelos últimos episódios. Existe também a avaliação de que a proposta tende a dividir a base de apoio de Lula, composta por diversos partidos, entre os quais os do Centrão.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o assunto não está em debate. "Isso não foi discutido. Quando chegar mais essa polêmica, a gente vê", declarou Padilha ao **Estadão**.

Zarattini, por sua vez, disse não esperar o apoio do Planalto. "Não é uma iniciativa do governo, mas fomos estimulados pelas declarações do próprio presidente e do comandante do Exército, general Tomás Miguel (*Paiva*), contra a politização das Forças Armadas", destacou o deputado, que é vice-líder do governo.

"Achamos que esse é o melhor momento para resolver o problema do artigo 142 porque houve uma tentativa de golpe e a extrema direita está mais fraca", completou Zarattini.

Na avaliação do general Roberto Peternelli, ex-deputado, o texto não deve prosperar no Congresso. "Essa PEC é casuística e iria gerar atrito desnecessário com as Forças. Existem outras prioridades no Legislativo, como a reforma tributária", comentou o general. ●

Para entender

Juristas rechaçam uso distorcido de dispositivo

● **Constituição de 1988**
O artigo 142 dispõe sobre a atuação das Forças Armadas em solo brasileiro. Afirma que elas respondem à "autoridade suprema do presidente da República" e se destinam "à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"

● **'Poder moderador'**
O dispositivo é usado por bolsonaristas como uma autorização para que as Forças atuem como um "poder moderador", se convocadas para uma "intervenção militar", o que é rechaçado por juristas

● **Proposta**

NILTON FUKUDA/ESTADÃO - 22/5/2017

Deputados do PT pretendem colher assinaturas para apresentar uma PEC que reformule o artigo 142. O texto é de autoria de Carlos Zarattini (*foto*) e Alencar Santana

● **Apoio**
Nos bastidores, a proposta tem o apoio do deputado Rui Falcão, que deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A ideia de reformular o artigo 142 para afastar interpretações como as defendidas por bolsonaristas tem ainda o apoio do ministro do Supremo Gilmar Mendes

● **Liminar**

NELSON JR./SCO/STF - 3/8/2022

Em 2020, o ministro do Supremo Luiz Fux expediu uma liminar sobre o tema. Ele afirmou que o poder das Forças Armadas é limitado; que não há poder moderador por parte dos militares; e que não há margem para interpretação que permita sua utilização para "indevidas intromissões" no funcionamento dos outros Poderes

● **Poderes**
Fux também afirmou, na ocasião, que a prerrogativa do presidente da República de autorizar o emprego das Forças Armadas não pode ser exercida contra os próprios Poderes

---

Fux relata ação para barrar interpretação golpista

RAYSSA MOTTA

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, será o relator da ação movida pelo PSOL para tornar inconstitucionais interpretações golpistas do artigo 142 da Constituição. O processo foi distribuído ao ministro ontem.

Fux já é responsável por uma ação em que o PDT pede para a Corte definir limites da atuação das Forças Armadas. O artigo 142 é usado por apoiadores de Jair Bolsonaro para pregar intervenção militar.

O PSOL quer que o STF proíba o uso do texto para defender a atuação das Forças como "poder moderador", com competência para arbitrar conflitos entre os Poderes, ou para pregar um golpe de Estado. "Está na hora de mexer na questão dos militares. Temos que colocar esse debate em campo", afirmou o deputado Ivan Valente (PSOL-SP).

O partido tenta pressionar deputados e senadores bolsonaristas. A ação pede que o STF reconheça que a imunidade parlamentar não vale para quem incentivar interpretações inconstitucionais. "O que se objetiva é impedir que, a pretexto de se interpretar o art. 142, pratiquem-se atos golpistas", diz o PSOL. ●

Governo anterior

Mais 2 ex-ministros ganham direito a 'bolsa-quarentena'

Marcelo Queiroga e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ex-chefes da Saúde e da Defesa, deverão receber R$ 39 mil por 6 meses

TACIO LORRAN
BRASÍLIA

Mais dois integrantes do governo Jair Bolsonaro foram beneficiados com quarentena remunerada. Os ex-ministros da Saúde Marcelo Queiroga e da Defesa general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira tiveram as consultas sobre a necessidade de manter o salário por seis meses aprovadas anteontem pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Em dezembro, o Congresso reajustou a remuneração de ministro, de R$ 30.934,70 para R$ 39.293,32.

O **Estadão** revelou que a comissão concedeu quarentena remunerada a dez ex-ministros, embora muitos não tenham apresentado convite formal de novo emprego, como os ex-chefes da Economia Paulo Guedes e do Meio Ambiente Joaquim Leite.

Ao mesmo tempo, o colegiado liberou os ex-ministros Fábio Faria (Comunicações), Bruno Bianco (AGU) e Marcelo Sampaio (Infraestrutura) para trabalhar em empresas que mantêm relação com as pastas que chefiavam. As decisões foram dadas no fim do ano passado, quando o colegiado era composto unicamente por indicados de Bolsonaro.

Agora, a comissão de sete conselheiros que autorizou por unanimidade os benefícios para Marcelo Queiroga e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira inclui três nomeados pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos dois casos, o órgão avaliou haver potencial "conflito de interesse" caso os ex-ministros passassem a atuar imediatamente na iniciativa privada. A ata do encontro foi publicada ontem.

A reportagem apurou que Marcelo Queiroga informou ao colegiado ter recebido uma proposta para trabalhar na área de relações institucionais. Já Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira indicou que pretendia atuar em uma companhia relacionada à Defesa.

Pedidos em série
Mesmo sem convite de emprego, dez ex-ministros já conseguiram quarentena remunerada

CRÍTICAS. As decisões do órgão de conceder quarentena para ex-ministro sem convite de novo emprego e liberar quem iria atuar na área foram criticadas por quem conhece o funcionamento da comissão. "Quando se trata de uma saída de autoridade da alta administração, os cuidados devem ser redobrados. Esses são casos que me parecem um tanto anômalos e que devem inspirar muitos cuidados", afirmou o advogado Mauro Menezes. Ex-presidente da comissão entre março de 2016 e março de 2018, ele disse que não basta a restrição ao uso de informações privilegiadas durante o novo emprego.

Após a reportagem, Lula destituiu três integrantes da Comissão de Ética que haviam sido nomeados no ano passado por Bolsonaro. Um dos demitidos, João Henrique Freitas, que já advogou para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e assessora o ex-presidente, entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. A liminar foi negada pelo ministro Luís Roberto Barroso. ●

CGU vai tirar sigilo de cartão de vacina de Bolsonaro

LORENNA RODRIGUES
BRASÍLIA

A Controladoria-Geral da União (CGU) vai retirar o sigilo imposto sobre o cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro até amanhã. A divulgação caberá ao Ministério da Saúde.

Resistente à imunização contra a covid-19, Bolsonaro – que disse não ter se vacinado – impôs sigilo de um século sobre o documento e alegou privacidade. A informação sobre a liberação do sigilo foi divulgada pelo site Metrópoles e confirmada pelo **Estadão**. Os registros do cartão de Bolsonaro deverão ser repassados, inicialmente, a pessoas que requisitaram os dados via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Na semana passada, ao ser questionado sobre a divulgação do cartão, o ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, afirmou que dados pessoais de pessoas públicas poderão ser divulgados em determinadas circunstâncias. "Dados pessoais podem vir a público se houver interesse público manifesto", disse. ●

Legislativo

Disputa na Câmara por Comissão de Orçamento emperra acordo

Partidos como PL, PT e União Brasil brigam por colegiados; sem consenso, definição pode ficar para depois do carnaval

LEVY TELES
BRASÍLIA

Emperrou a definição sobre quem vai comandar as comissões temáticas da Câmara dos Deputados, colegiados por onde passam os projetos de lei e que tratam de áreas de interesse tanto do governo quanto da oposição. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tentou acertar com os líderes a divisão de cargos entre os partidos, mas não houve acordo.

O principal entrave está na Comissão Mista de Orçamento (CMO), colegiado que define o destino de parte dos gastos do governo federal e na qual o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, partido com a maior bancada na Câmara, quer dar as cartas. Lira pretende se reunir com representantes das legendas nos próximos dias, mas a expectativa é de que uma definição só ocorra depois do carnaval.

O comando da CMO é dividido entre o Senado e a Câmara. Uma Casa fica com a presidência e a outra, com a relatoria-geral – função que, na vigência do orçamento secreto, tinha poderes na indicação de verbas bilionárias para redutos eleitorais de parlamentares.

O União Brasil, terceira maior força na Câmara, pleiteia a relatoria-geral da CMO. A sigla alega que já havia negociado isso com o presidente da Casa, mas deputados do PL afirmam que o partido não abrirá mão do posto. Se conseguir a relatoria-geral da Comissão Mista de Orçamento, o União Brasil pode ocupar a presidência da Comissão de Finanças e Tributação, colegiado estratégico para discussões sobre a reforma tributária.

POLARIZAÇÃO. Outro ponto de discordância na divisão das comissões temáticas envolve o PL e o PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já que ambas as legendas querem o comando da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

No PL, há uma ala de congressistas que afirma ser preciso construir uma oposição baseada na pauta econômica e dar prioridade ao tema no enfrentamento do PT. Por isso, para alguns desses congressistas, os principais esforços da oposição devem ser em comissões que tenham como atribuição fiscalizar as contas da Presidência da República.

Apesar desse movimento, a legenda de Bolsonaro também não descarta investir em comissões "ideológicas", como a de Meio Ambiente, a de Cultura e a de Direitos Humanos e Minorias. Como mostrou o **Estadão**, a polarização entre PL e PT que marcou as eleições do ano passado se repete agora no Legislativo, na briga pelos colegiados. Os dois partidos pretendem ter o controle de setores da agenda "ideológica" e de fiscalização do governo.

NEGOCIAÇÃO. Pelo critério de proporcionalidade, o PL – com bancada de 99 deputados – poderia ter preferência na primeira e na segunda indicações para presidências das 30 comissões permanentes existentes na Câmara. Lira, no entanto, fez um acordo com o governo e deu à federação formada por PT, PV e PCdoB o direito de chefiar o colegiado mais importante e disputado da Casa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde passam todos os projetos da Câmara. O indicado para presidir a CCJ será o deputado petista Rui Falcão (SP).

O PL poderá, então, indicar um integrante de sua bancada para a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. O colegiado é responsável por fazer o exame financeiro das contas da Presidência da República, acompanha as atividades contábeis e financeiras da União e tem relação direta com o Tribunal de Contas da União (TCU) – Corte na qual nasceu o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). A escolhida do PL é a deputada Bia Kicis (DF).

O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), disse estar satisfeito pelo fato de o seu partido ter assegurado o comando da CCJ. "Eu não vou opinar pelo Orçamento, porque o PT está muito bem contemplado pela CCJ", afirmou o deputado. "O que a gente torce é para que haja um acordo entre o PL e o União Brasil e o próprio MDB, que tem a pretensão de um dia presidir a CCJ ou o Orçamento", disse o petista.

FEDERAÇÃO. A federação PT-PV-PCdoB, composta por 81 deputados, tem direito a seis indicações: quatro para o PT e duas que serão divididas entre PCdoB e PV. O PL também tem direito ao comando de seis comissões.

Zeca Dirceu disse que o PCdoB e o PV avançaram nas articulações. O PV pode ficar com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle ou com a de Meio Ambiente. No caso do PCdoB, há diálogos para a legenda comandar a Comissão de Ciência e Tecnologia. ●

Comissões e bancadas

30 comissões tem a Câmara

99 é a bancada de deputados do PL, a maior da Casa

81 deputados formam a bancada do PT

59 é a bancada do União Brasil, a 3.ª força na Casa

Embates

Colegiados despertam interesse de partidos

● **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**
Presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) fechou um acordo com o governo e deu à federação formada por PT, PV e PCdoB o direito de comandar a mais importante e disputada comissão da Casa. Pela CCJ passam todos os projetos da Câmara

● **Comissão Mista de Orçamento (CMO)**
Responsável por definir o destino de parte dos gastos do governo federal, colegiado é disputado por PL e União Brasil – partidos reivindicam o posto de relator-geral da comissão, cujo comando é dividido entre Senado e Câmara

● **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)**
Com as maiores bancadas da Câmara, PL e PT querem comandar o colegiado, ao qual cabe avaliar as contas públicas do governo federal e fazer o acompanhamento das atividades contábeis da União

● **Comissão de Meio Ambiente**
Considerada uma das comissões "ideológicas", é pleiteada também por PL e PT. Colegiado do debate projetos que envolvem desenvolvimento sustentável, recursos naturais renováveis e legislação ambiental

● **Comissão de Cultura**
Partidos de Lula e Bolsonaro travam embate pelo comando do colegiado, que discute temas relativos à cultura, direito de imprensa, manifestação de pensamento e produção intelectual, além de homenagens cívicas

MARINA RAMOS AGENCIA CAMARA - 14/2/2023

Arthur Lira, presidente da Câmara; negociação com líderes

'Blocão' pró-Lira mostra presidencialismo forte

ANÁLISE

CARLOS PEREIRA

O carnaval, especialmente no Recife e em Olinda, proporciona uma das maiores e mais diversas festas populares do planeta, agregando imensa pluralidade de ritmos e de expressões culturais.

Talvez inspirada por essa diversidade, a Câmara dos Deputados acaba de protagonizar a formação de uns dos maiores e mais heterogêneos blocos parlamentares da sua história.

Nada menos do que 20 dos 23 partidos com representação na Câmara formaram um "blocão" para disputar a presidência da Casa. Esse superbloco foi do PL de Jair Bolsonaro à federação PT-PCdoB-PV, que elegeu Lula. Só ficaram de fora Novo, PSOL e Rede.

O "blocão" só perde em tamanho e diversidade para o Galo da Madrugada, o maior do mundo. Por que um número extremamente grande e heterogêneo de partidos decidiu formar um bloco tão carnavalesco?

O presidencialismo de coalizão alcança funcionalidade quando o Executivo é constitucionalmente forte e possui discricionariedade na alocação estratégica de poder e de recursos para que tenha condições de atrair e manter maiorias legislativas em um ambiente multipartidário. Peça-chave nesse jogo é a congruência de interesses entre o chefe do Executivo e os presidentes das duas casas legislativas, que têm o poder de agenda.

Assim como no Executivo, o processo decisório no Legislativo é muito centralizado e hierarquizado. Ocupar espaços na Mesa Diretora, na presidência e na relatoria de comissões permanentes é sinônimo de mais poder e de maior acesso a recursos.

Tamanho e diversidade

Superbloco formado na Câmara só perde para o Galo da Madrugada, o maior do mundo

Para se ter uma ideia, o PL, o PP e o Republicanos, partidos que apoiaram a candidatura derrotada de Rogério Marinho à presidência do Senado, ficaram de fora de todos os cargos da Mesa Diretora e das comissões permanentes da Casa.

O "blocão" pode ser interpretado como um sinal de que o presidencialismo multipartidário voltou a agregar os interesses entre o Executivo e o Legislativo. A grande maioria das forças políticas tende a orbitar em torno do governo, inclusive alguns parlamentares do próprio PL que não estão dispostos a enfrentar a "seca" de ser oposição.

Embora árido no curto prazo, o presidencialismo de coalizão se qualifica com a existência de partidos e parlamentares dispostos a "comer pão e água" na oposição. É importante lembrar que a estratégia de "oposição sistemática" foi a seguida pelo PT enquanto não era governo.●

PROFESSOR TITULAR DA FGV EBAPE

William Waack
Irrealismo

Mesmo no governo, populistas nunca saem do palanque (ou do cercadinho). Lula até aqui não se desviou do método que consagrou.

Ocorre que, entre os palanques de 20 anos atrás e o atual, Lula passou 580 dias na prisão. Período especialmente amargo para alguém, como ele, que se julga vítima de uma gigantesca injustiça.

Relatos de pessoas que tiveram com o presidente algum tipo de convivência política e institucional nas últimas décadas e com ele interagem agora convergem num ponto: Lula alimenta (compreensíveis) ressentimentos. Tornou-se emocionalmente mais suscetível a mudanças acentuadas de humor, e chora em público com frequência inédita para os próprios padrões.

Sua confiança está confinada hoje a restrito grupo de pessoas que o acompanhou de perto no período do cárcere. O número é pequeno e inclui, acima de todos, a própria mulher, dois advogados, um ex-carcereiro e uma exígua facção da velhíssima guarda do PT – que ele fez questão de homenagear em público na festa de 43 anos do partido.

Lula dá a sensação de marchar com velhos companheiros em direção a um passado idealizado na cabeça dele. "Radicalizou" é palavra empregada com certa frequência por pessoas de fora desses círculos que tiveram de tratar recentemente de negócios de governo com o presidente.

> *Há sensível diferença entre o Lula 'frente ampla' e o Lula do 'ganhei o mandato, faço o que quero'*

Sobretudo em matéria de economia Lula tem discursado em favor de políticas que dificilmente conseguiria implementar dadas as atuais correlações de forças, desfavoráveis a ele se comparadas às de 20 anos atrás. Essa postura sugere irrealismo.

Em escala bem mais acentuada esse irrealismo se expressa na política externa, na qual Lula propôs ao presidente dos EUA um "clube da paz" numa nova ordem mundial na qual o Brasil faria parte de "fortalecido" Conselho de Segurança da ONU capaz de "governar" a comunidade internacional. Uma pretensão que veteranos diplomatas que trabalharam com Lula qualificam de "megalomania".

O Lula 3 é um presidente que demonstra beligerância e, convencido de saber como a economia funciona, inventou com o BC uma queda de braço que, mesmo vencendo, acaba perdendo. "Não é a mesma pessoa", diz um de seus ex-ministros, com quem manteve interlocução recente por conta da crise com as Forças Armadas.

Há sensível diferença entre o Lula "frente ampla" da campanha e o Lula recente do "ganhei o mandato, faço o que quero". Provavelmente os traumáticos eventos golpistas de 8 de janeiro acentuaram essa tendência. O problema com irrealismo é que ele destrói qualquer palanque. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

São Paulo

Tarcísio diz que 'pobre não sabe o que é direita ou esquerda' na política

Durante evento de banco na capital, governador defende 'pragmatismo' para atender aos anseios da população

GIORDANNA NEVES
GUSTAVO QUEIROZ

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu ontem "racionalidade e pragmatismo" no debate político quando se trata de atender a população em situação de vulnerabilidade. Segundo ele, "o pobre não sabe o que é direita ou esquerda" na política e isso é menos importante do que levar a solução de problemas à ponta. Ele também defendeu o avanço da reforma tributária.

"O que nos cabe é trazer racionalidade e pragmatismo para o debate político. Tem uma população muito carente que depende de nós. Independentemente de eu ser um cara mais à direita", disse, durante participação online em evento promovido pelo BTG Pactual. "Não importa se você é de direita ou de esquerda, o pobre não sabe o que é direta ou esquerda. Ele precisa de teto, abrigo, precisa de proteção, de saúde, de resolução de seus problemas imediatos, de diminuição dos tempos de cirurgias. O jovem precisa de perspectivas", completou, após ser questionado sobre a polarização do País.

Para o governador, o debate programático e a solução de problemas se perdem em um ambiente polarizado. "No final das contas, as pautas da direita e da esquerda muitas vezes convergem. (...) O que vai diferenciar a esquerda ou a direita é o caminho (*com*) que vamos atingir nossos objetivos."

Questionado sobre o relacionamento com o governo federal, Tarcísio disse ter uma "relação republicana" com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

> **Polarização**
> **Para governador, debate programático e a solução de problemas se perdem na polarização**

"É necessário o apoio do governo federal, por exemplo, na política de habitação. A gente só vai ter efetividade na segurança pública se tiver a colaboração do governo federal. O mesmo vale para a saúde", disse.

"São Paulo representa um terço do PIB brasileiro, não tem como o Brasil ir bem com São Paulo indo mal", afirmou.

REFORMA TRIBUTÁRIA. Com os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), presentes no evento, Tarcísio defendeu o avanço da reforma tributária para alavancar investimentos.

Os líderes divergiram sobre a viabilidade da aprovação da pauta. De acordo com Ratinho, o governo do PT não tem, historicamente, perfil reformista. "Geralmente, (*para*) uma reforma tributária, você precisa ter um ambiente econômico saudável, coisa que nós não temos no mundo", disse. Para ele, o governo federal e o Congresso devem avançar apenas em uma simplificação de tributos.

Na visão de Tarcísio, por outro lado, há grande possibilidade de a reforma avançar, ao citar o perfil "reformista e liberal" do Congresso, mas destacou dificuldades. "Não é fácil, quem acha que a tramitação vai ser um mar de rosas está enganado, porque envolve a relação entre entes federados e a composição entre diversos setores."

Ele disse acreditar que os Estados estão "dispostos" a abrir mão, ao defender a cobrança de tributos no destino, política que afetaria o caixa de São Paulo. "A gente acha razoável, desde que tenha um período de compensação", afirmou. ●

Pandemia

Secretária do governo Tarcísio afirma que uso de máscaras contra covid é 'erro'

Secretária estadual de Políticas para Mulheres, a vereadora licenciada Sonaira Fernandes (Republicanos) usou as redes sociais para combater o uso de máscaras contra covid. Quase três anos após o início da pandemia, ela citou o que chamou de "verdadeira ciência" para dizer que a proteção não tem eficácia comprovada e, por isso, é um erro. Entidades como a OMS já atestaram a importância das máscaras inúmeras vezes. ●

REPRODUÇÃO

Post de Sonaira; entidades como a OMS recomendam proteção

Festa de 43 anos

Com espumante e uísque 12 anos, jantar do PT arrecada R$ 800 mil para legenda

Sem a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a festa de 43 anos do PT, na noite de anteontem, no Porto Real Beira Lago, em Brasília, arrecadou cerca de R$ 800 mil para o partido. Foram vendidos quase 700 convites, de R$ 500 a R$ 20 mil. Avisados de que Lula estava na Bahia, muitos compradores desistiram de comparecer. Espumante e uísque 12 anos foram servidos à vontade. O cardápio incluiu frango à crosta de alho, filé mignon e massas. ●

Ataque à democracia

CPI aberta pelo Legislativo do Distrito Federal aprova convocação de Torres

A CPI dos Atos Antidemocráticos, aberta pela Câmara Distrital do Distrito Federal, aprovou a convocação do ex-secretário de Segurança Anderson Torres para prestar depoimento. Investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-ministro da Justiça está preso desde 14 de janeiro por suspeita de omissão diante dos atos radicais de 8 de janeiro em Brasília. No dia dos ataques, Torres estava nos EUA, de férias. Procurada, a defesa do ex-secretário não respondeu à reportagem. ●

Ataque à democracia

Hackers de Israel manipularam 33 eleições no mundo, indica investigação

Consórcio de jornalistas investigativos aponta que empresa clandestina influenciou vários processos eleitorais, a maioria atingindo seus objetivos, principalmente na África

LONDRES

Uma empresa clandestina israelense de manipulação eleitoral nas redes sociais foi usada para influenciar dezenas de eleições em todo o mundo, principalmente na África, mas também no México e na Espanha. O esquema foi revelado ontem por um grupo de jornalistas investigativos.

A empresa é chefiada por Tal Hanan, de 50 anos, ex-agente das forças especiais de Israel, que usava o pseudônimo de "Jorge". Sua equipe, chamada de "Team Jorge", é composta por ex-membros dos serviços de segurança israelenses, segundo o coletivo Forbidden Stories.

Três jornalistas do grupo fingiram ser clientes para coletar informações sobre o "Team Jorge". "Eles afirmam ter atuado em 33 campanhas presidenciais", segundo a Rádio France, onde trabalha um dos repórteres infiltrados. Hanan disse aos repórteres disfarçados que seus serviços estavam disponíveis para agências de inteligência, campanhas políticas e empresas privadas que queriam manipular secretamente a opinião pública. Ele disse que eles foram usados em toda a África, América do Sul e Central, EUA e Europa. Não está claro se a empresa teria atuado no Brasil.

Das 33 campanhas, relatou outro funcionário ouvido pelos jornalistas, "dois terços ocorreram na África, 27 manipulações foram bem-sucedidas". No México, a empresa atuou em favor de Tomás Zerón, ex-funcionário do governo investigado pelo desaparecimento de 43 estudantes em 2014, diz o Forbidden Stories.

CERCO. Zerón, chefe da Agência de Investigação Criminal, de 2013 a 2016, é acusado de sequestro, tortura e manipulação de provas no caso do desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa, no Estado de Guerrero. Envolvido na aquisição do programa de espionagem Pegasus pelas autoridades mexicanas, Zerón vive foragido em Israel, que rejeita sua extradição.

Na Espanha, o "Team Jorge" teria influenciado o referendo, não reconhecido pelo governo espanhol, organizado pelos separatistas catalães, em 2014, ainda segundo a Rádio France.

Para suas atividades, a empresa desenvolveu durante seis anos uma plataforma digital, a AIMS, que lhe permitia criar inúmeras contas falsas nas redes sociais e, sobretudo, ativá-las e alimentá-las, explica o coletivo de investigadores.

Desde janeiro de 2023, o sistema explorou 39.213 perfis falsos, "que poderiam ser consultados em uma espécie de catálogo". Nele, há "avatares de todas as etnias, nacionalidades, gêneros, solteiros ou casados. Seus rostos são retratos de pessoas reais tirados da internet e seus patronímicos, a combinação de milhares de nomes e sobrenomes próprios armazenados em um banco de dados", de acordo com a Rádio France.

"Para demonstrar a eficácia de uma de suas ferramentas, Jorge assumiu o controle dos sistemas de mensagens de várias autoridades africanas de alto escalão", diz o Forbidden Stories.

GRUPO. "Uma vez infiltrado nos sistemas, Jorge conseguia se fazer passar pelo dono e trocar com seus contatos", acrescenta o coletivo. A empresa também pressionava pessoas importantes em processos decisórios ou jornalistas.

Forbidden Stories é uma rede de jornalistas investigativos que conta com 30 publicações, entre elas *Le Monde*, *Der Spiegel* e *El País*. Ao jornal britânico *The Guardian*, que faz parte do consórcio, Hanan se disse inocente. "Eu não fiz nada de errado." ● AFP

Coalizão de Netanyahu adia votação sobre reforma do Judiciário

O gabinete do primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, adiou para a semana que vem a votação dos principais pontos da reforma judicial que seria levada ao Parlamento em primeiro turno ontem.

Sob pressão de protestos de dezenas de milhares de pessoas e uma greve geral nos últimos dias, Netanyahu disse ter atendido a um pedido do presidente, Isaac Herzog, que em Israel tem um papel apenas cerimonial. O líder da oposição, Yair Lapid, disse que a concessão foi insuficiente e defende uma paralisação de 60 dias para rediscutir o texto.

O plano de Netanyahu prevê mudanças na Suprema Corte, a principal responsável pela supervisão de possíveis abusos do Executivo. O primeiro-ministro enfrenta três processos por corrupção e voltou ao cargo este ano, liderando uma coalizão de extrema direita que defende que o Parlamento tenha poder para nomear juízes e reverter decisões judiciais.

Críticos do projeto dizem que ele coloca a democracia israelense em risco por ameaçar seu sistema de freios e contrapesos. ● NYT

História

Bíblia hebraica de 1,1 mil anos vai a leilão e pode render até US$ 50 milhões

NOVA YORK

Cerca de 1,1 mil anos atrás, um escriba na atual Israel ou Síria copiou em cerca de 400 grandes folhas de pergaminho o texto completo da Bíblia hebraica, escrito em letras quadradas semelhantes às dos rolos da Torá em qualquer sinagoga hoje.

Após mudar de mãos algumas vezes, acabou em uma sinagoga no nordeste da Síria, que foi destruída por volta do século 13 ou 14. Então, desapareceu por quase 600 anos. Desde seu ressurgimento, em 1929, a Bíblia está em coleções particulares. Mas, na semana passada, ele foi exposto na Sotheby's, em Manhattan, onde Sharon Liberman Mintz, consultora da casa de leilões, folheava suas páginas com admiração.

O Códice Sassoon, como é conhecido, está sendo anunciado pela Sotheby's como o exemplo mais antigo de um códice quase completo contendo todos os 24 livros da Bíblia hebraica (estão faltando cerca de cinco folhas, incluindo os dez primeiros capítulos do Gênesis).

A previsão é que o livro seja leiloado em maio e a estimativa é que seja arrematado por até US$ 50 milhões (R$ 260 milhões), o que pode torná-lo o livro ou documento histórico mais caro já vendido.

O livro, que mede cerca de 30 centímetros e pesa quase 12 quilos, está alojado em uma encadernação nada atraente de couro marrom do início do século 20. Gravado na lateral está o número 1053 – do catálogo na coleção de David Solomon Sassoon, estudioso britânico que o comprou em 1929 – o atual dono é o financista e colecionador suíço Jacqui Safra, sobrinho de Edmond Safra.

CORREÇÃO. O Códice Sassoon também conta a história da própria Bíblia hebraica e como seu texto foi corrigido e transmitido na forma que conhecemos hoje.

Os manuscritos bíblicos hebraicos mais antigos conhecidos são os Manuscritos do Mar Morto, do século 3.º a.C. até o século 1.º d.C. Então, veio o que os estudiosos descrevem como 700 anos de silêncio, com apenas alguns fragmentos de texto sobrevivendo.

Durante esse período, disse Mintz, a Bíblia hebraica foi preservada e transmitida oralmente. Embora os cristãos tenham começado a usar o códice (a forma do livro que conhecemos hoje) já no segundo século, os códices completos da Bíblia Hebraica não aparecem até o século 9.º.

Hoje, duas outras Bíblias hebraicas desse período sobreviveram. O Códice Alepo, mantido no Museu de Israel, foi criado por volta de 930. Faltam quase dois quintos de suas páginas, incluindo a maior parte do Pentateuco. O Códice de Leningrado, na Biblioteca Nacional da Rússia, está totalmente completo, mas data de cerca de 1008. ● NYT

JUSTIN LANE/EFE

Consultora Sharon Mintz (E) com o Códice Sassoon, em Nova York

Reino Unido

Renúncia de premiê debilita movimento separatista escocês

Nicola Sturgeon, líder do partido independentista, atribui sua saída à necessidade de renovação política

EDIMBURGO

A primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, renunciou ontem, após oito anos à frente do governo e do Partido Nacional Escocês (SNP), defensor da independência do território. A demissão pegou analistas de surpresa e veio após alguns reveses, tanto por não conseguir convocar um novo referendo separatista quanto por decisões envolvendo questões de gênero. Ela permanecerá no cargo até que um substituto seja escolhido.

"Essa decisão vem de uma avaliação mais profunda e de longo prazo. Sei que pode parecer repentino, mas tenho lutado contra isso há algumas semanas", disse Sturgeon, que justificou a renúncia alegando a necessidade de renovação na política para avançar com as pautas que ela apoia, como a independência da Escócia.

De acordo com Sturgeon, a renúncia poderia ser uma oportunidade para despolarizar o debate político na Escócia. "Se todos os partidos aproveitassem a oportunidade para despolarizar um pouco o debate, focar mais nas questões do que nas personalidades, e redefinir o tom e o teor do nosso discurso, então esta decisão pode ser boa para a política", afirmou.

Sturgeon assumiu a liderança do SNP e do governo escocês após a renúncia de seu predecessor e mentor Alex Salmond, em 2014, depois que ele saiu derrotado do referendo pela independência. Para os separatistas, parecia o fim. Até que veio o Brexit.

MANOBRA. Em 2014, o governo britânico – então chefiado por David Cameron – mergulhou de cabeça na campanha contra a independência escocesa. Um dos argumentos mais eficazes usado por Londres era o de que a Escócia não tinha condições econômicas de se sustentar sozinha e, uma vez independente, perderia o status de membro da União Europeia.

Dois anos depois, no Brexit, dois terços dos escoceses votaram pela permanência na UE. Os nacionalistas britânicos, no entanto, venceram com o apoio principalmente do interior da Inglaterra – 53,4% dos ingleses votaram pela saída do bloco.

O resultado foi a oportunidade que os nacionalistas escoceses estavam esperando para ressuscitar a ideia de independência. Sturgeon chegou a pedir formalmente ao então premiê britânico, Boris Johnson, que emitisse uma ordem da "Seção 30", que daria poderes para o Parlamento escocês realizar uma consulta popular. Johnson negou e a Suprema Corte britânica decidiu que sem o aval de Londres qualquer votação seria nula.

JANE BARLOW/AFP

Sturgeon tem alto índice de popularidade pela gestão da pandemia

MUDANÇA. Com as mãos atadas, a demissão parece ser uma boa chance de o nacionalismo escocês oxigenar o movimento separatista com uma nova liderança. "Para conseguir a independência da Escócia, devemos superar a divisão na política escocesa, e um novo líder seria mais capaz de fazer isso", disse ontem a premiê demissionária.

POPULAR. Com elevadíssimos índices de popularidade pela gestão bem-sucedida da pandemia de covid-19, que contrastou com as políticas caóticas do de Boris Johnson, Sturgeon acumulou sucessos eleitorais e obteve uma nova maioria pró-independência no Parlamento, juntamente com ambientalistas, em maio de 2021.

No entanto, Sturgeon, a primeira mulher a ocupar o cargo de premiê da Escócia, se enfraqueceu após a aprovação, em dezembro, de uma lei que facilita a transição de gênero, permitindo que jovens escoceses, a partir dos 16 anos, realizassem a mudança sem a necessidade de diagnóstico médico.

"Essa decisão vem de uma avaliação mais profunda e de longo prazo. Essencialmente, tenho tentado responder a duas perguntas. Continuar é certo para mim? E, mais importante, estou fazendo o bem ao país, ao meu partido e à causa da independência a que dediquei a minha vida?"
Nicola Sturgeon
Premiê demissionária

Os ativistas LGBT+ aplaudiram. Mas o governo britânico, liderado pelo conservador Rishi Sunak, criticou a medida – assim como muitos escoceses, que acusaram Sturgeon de importar a "guerra de gêneros" para a Escócia.

Agora, entre os possíveis candidatos para assumir a chefia do governo escocês, estão John Swinney, vice-primeiro-ministro; Angus Robertson, líder do SNP no Parlamento britânico entre 2007 e 2017; Kate Forbes, ministra das Finanças; e Humza Yousef, secretário de Saúde da Escócia. ● **AFP, EFE e AP**

A Guerra de Putin

Ucrânia pede fim de neutralidade da América Latina

Dmitro Kuleba diz que seu país prepara uma política externa específica para a região, alvo de pedidos de munição

RENATO VASCONCELOS

O chanceler ucraniano, Dmitro Kuleba, pediu ontem que presidentes latino-americanos abandonem a neutralidade e escolham "o lado certo da história" na guerra contra a Rússia. Em conferência online organizada pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, na sigla em espanhol), Kuleba afirmou que Kiev prepara uma política externa específica para a região e espera aprofundar relações com o Brasil – que ganhou um papel central nas últimas semanas, após pedidos da Otan por envio de munição ao Leste Europeu.

"Tínhamos uma relação muito boa com o Brasil. Tínhamos um grande projeto de construir em conjunto uma plataforma de lançamento de foguetes. Esse projeto morreu, e durante anos não tivemos diplomacia. Agora, com a eleição do novo presidente, estaremos reavaliando o projeto de construção de nossa relação com o Brasil", disse.

O desejo de aproximação com a região ocorre após a visita de janeiro à América Latina do chanceler alemão, Olaf Scholz, que buscou incluir países como Brasil, Chile e Argentina na lista de fornecedores de armamento para a Ucrânia – apesar de não ter conquistado um compromisso relevante.

REJEIÇÃO. Há pouco mais de duas semanas, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, rejeitou o pedido de Scholz de se juntar ao esforço internacional para enviar munição à Ucrânia, afirmando que "o Brasil é um país da paz". Lula propôs a criação de uma espécie de grupo de negociação para tentar alcançar uma saída diplomática.

Embora a Otan tenha se comprometido recentemente com o envio de tanques pesados para a Ucrânia, os aliados ocidentais indicaram que a guerra está causando problemas para as linhas de suprimento bélico de seus países. ●

Tailândia

Um dos meninos resgatados de caverna em 2018 é encontrado morto na Inglaterra

Duangpetch Promthep, um dos 12 meninos resgatados de uma caverna inundada na Tailândia em 2018, morreu no Reino Unido aos 17 anos, de causas ainda desconhecidas. Segundo uma ONG que lhe deu uma bolsa de estudos, ele foi encontrado inconsciente em seu dormitório. ●

Venezuela

Oposição realiza em outubro primárias para escolher candidato presidencial

A oposição venezuelana agendou para 22 de outubro as primárias para definir um candidato para enfrentar o presidente Nicolás Maduro nas eleições de 2024. A votação ocorrerá em meio a divisões profundas após a eliminação, em janeiro, do "governo interino" comandado por Juan Guaidó. ●

EUA

Atirador que matou dez negros em mercado de Buffalo pega prisão perpétua

O atirador que matou dez pessoas negras em um supermercado de Buffalo, em 2022, foi condenado ontem à prisão perpétua sem chance de liberdade condicional. Payton Gendron, um supremacista branco de 19 anos, se desculpou pelo ataque, que ele admitiu ter planejado por vários meses. ●

Crime e Ambiente

PF fecha o cerco ao garimpo ilegal na Amazônia e apura contrabando de ouro

Policiais cumpriram mandados de prisão e busca e apreensão em sete Estados; foco é em movimentação desde 2020 de 13 toneladas de ouro, avaliadas em cerca de R$ 4 bilhões

JOSÉ MARIA TOMAZELA
RAYSSA MOTTA

A Polícia Federal (PF) ampliou o cerco a garimpeiros ilegais na Amazônia Legal. Ontem foi deflagrada a Operação Sisaque contra um esquema de contrabando oriundo de garimpos ilegais, que apura a movimentação desde 2020 de 13 toneladas de ouro, avaliadas em R$ 4 bilhões. Além disso, anteontem houve uma nova fase da Operação Avis Aurea em Roraima, contra a retirada de ouro da Terra Indígena Yanomami, o que ampliou ainda mais a fuga de garimpeiros.

Pela Sisaque, policiais cumpriram mandados de prisão e busca e apreensão em sete Estados, com foco em Belém (PA), Santarém (PA), Itaituba (PA), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Goiânia (GO), Manaus (AM), São Paulo (SP), Tatuí (SP), Campinas (SP), Sinop (MT) e Boa Vista (RR). A Justiça Federal também autorizou o bloqueio de mais de R$ 2 bilhões dos investigados. O nome da operação faz referência à figura bíblica de Sisaque, rei do Egito que saqueou os tesouros do templo no reino de Judá.

O delegado da Polícia Federal do Pará, Vinícius Serpa, que coordenou as intervenções, disse que a maioria do metal que sai da Amazônia hoje é proveniente de garimpo ilegal. "São empresas que sequer têm permissão de lavra garimpeira. O garimpo ilegal causa um dano bem maior do que o legal. Causa prejuízo, além do contrabando do ouro, com a destruição da floresta, do meio ambiente em si."

CRIMES. A PF vê indícios de quatro crimes: organização criminosa, lavagem de dinheiro, extração de recursos minerais sem licença e comércio de ouro obtido a partir de usurpação de bens da União. O inquérito foi aberto em 2021 com base em relatórios da Receita Federal que apontaram o "esquentamento" do ouro extraído ilegalmente.

Esse esquema seria operado por meio de empresas de fachada usadas na emissão de notas fiscais para introduzir o ouro no mercado como se fosse regular. As notas fraudulentas chegariam a R$ 4 bilhões – para aproximadamente 13 toneladas de ouro ilícito. "Os termos de constatação elaborados pela Receita Federal foram capazes de demonstrar que havia um esquema em um formato triangular. Empresas menores recebiam notas fiscais do ouro ilegal e emitiam novas notas fiscais a partir desse recebimento, dando aparência de legalidade ao ouro. Esse ouro era repassado para empresas maiores que estão no topo da organização criminosa", explicou Serpa.

Essa investigação ainda identificou que o ouro extraído da Amazônia Legal é exportado, principalmente por meio de uma empresa com sede nos Estados Unidos, para países como Itália, Suíça, Hong Kong e Emirados Árabes Unidos. "Uma das formas de fazer isso era criando estoques fictícios de ouro, de modo a acobertar uma quantidade enorme do minério sem comprovação de origem lícita", explica a corporação. O objetivo da intervenção foi reunir novas provas contra o garimpo clandestino, especialmente na região de Itaituba, cidade de 92 mil habitantes no Vale do Tapajós, maior área aurífera do oeste paraense.

O esquema
Exportação usava empresa com sede nos EUA e seguia para Itália, Suíça, Hong Kong e Emirados Árabes Unidos

Mais de cem policiais federais cumpriram os mandados simultaneamente. Um suspeito foi preso em Belém (PA), enquanto em Campinas, interior de São Paulo, os policiais apreenderam R$ 100 mil em uma residência do Jardim Primavera. Em Tatuí, também no interior paulista, agentes estiveram em dois endereços e apreenderam documentos. Em Sinop (MT), a PF fez buscas no endereço de uma empresa no Setor Industrial.

YANOMAMI. Na terça-feira, a PF cumpriu 13 mandados de busca e apreensão contra uma organização criminosa que fazia o comércio ilegal de ouro retirado da Terra Indígena Yanomami, em Roraima havia cinco anos. Essa quadrilha tinha ramificações nos Estados de São Paulo e Goiás. O dinheiro que pagava o metal era movimentado principalmente por via terrestre, saindo desses Estados com destino a Boa Vista, capital de Roraima.

Para a saída do ouro, os criminosos contavam com o apoio de um funcionário de uma companhia aérea que, conforme a investigação, fazia o despacho do mineral em voos comerciais. Entre os investigados na Operação Avis Aurea (Ave Dourada, em latim) estão empresários, advogados e um servidor público.

Uma das empresas suspeitas de participar do esquema já era investigada desde a apreensão de 111 quilos de ouro no interior de um avião, em Goiânia em junho de 2019. Segundo a PF, a investigação começou depois da apreensão de R$ 4 milhões em espécie, durante abordagem a um veículo em Cáceres (MT). O dinheiro seria uma parte dos recursos usados em negociações de ouro em Roraima. As ações estão ampliando a fuga de garimpeiros, situação que interessa ao governo para facilitar ações humanitárias na terra Yanomami. "À medida que a polícia vai entrando, eles (*garimpeiros*) vão ainda mais para o interior, se escondendo", disse Serpa.

BALANÇO. Das 104 toneladas de ouro extraídas anualmente no Brasil, 50% são oriundos de atividades ilegais em terras de conservação, como as indígenas. O balanço foi apresentado pelo ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, que hoje preside o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Em entrevista à *Rádio Eldorado*, ele disse que o centro do problema está em uma lei de 2013, que permite a comercialização do metal apenas com base na informação do vendedor, sob presunção de "boa-fé". ●

POLICIA FEDERAL

Empresas menores recebiam notas fiscais e emitiam novas, para criar uma aparência de legalidade

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE:	MANHÃ	TARDE	NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
	20° (80%)	31° (40%)	23° (65%)	12 MM	40%

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
21°/ 33°	19°/ 26°	17°/ 23°	18°/ 26°

SOL
NASCENTE: 5H54
POENTE: 18H46

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	13/2	13H03
NOVA	20/2	4H09
CRESCENTE	27/2	5H06
CHEIA	7/3	9H42

● Sol e calor pela manhã, com pancadas de chuva , raios e vento forte a partir da tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

NO ↘ 15 nós — 0,5 m

HOJE		
1h02	↑	1,4
7h26	↓	0,4
13h00	↑	1,2
18h51	↓	0,2

SEXTA, 17		
1h27	↑	1,6
7h51	↓	0,4
13h24	↑	1,4
19h28	↓	0,0

SÁBADO, 18		
1h54	↑	1,7
8h16	↓	0,4
13h49	↑	1,5
20h04	↓	0,0

DOMINGO, 19		
2h22	↑	1,7
8h41	↓	0,5
14h15	↑	1,6
20h38	↓	0,1

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	25°/31°	MACEIÓ	23°/31°
BELÉM	23°/29°	MANAUS	23°/29°
BELO HORIZONTE	20°/31°	NATAL	24°/31°
BOA VISTA	23°/32°	PALMAS	23°/32°
BRASÍLIA	19°/30°	PORTO ALEGRE	20°/33°
CAMPO GRANDE	22°/30°	PORTO VELHO	24°/31°
CUIABÁ	24°/33°	RECIFE	25°/29°
CURITIBA	18°/25°	RIO BRANCO	23°/32°
FLORIANÓPOLIS	21°/30°	RIO DE JANEIRO	23°/38°
FORTALEZA	24°/29°	SALVADOR	25°/31°
GOIÂNIA	20°/32°	SÃO LUÍS	25°/30°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	23°/32°
MACAPÁ	23°/31°	VITÓRIA	23°/35°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	25°/34°	MÉXICO	-3	14°/27°
ATENAS	5	6°/12°	MIAMI	-2	21°/30°
BARCELONA	4	7°/14°	MONTEVIDÉU	0	21°/24°
BERLIM	4	3°/10°	MOSCOU	5	-15°/-7°
BRUXELAS	4	5°/11°	NOVA YORK	-2	10°/15°
BUENOS AIRES	0	20°/28°	PARIS	4	5°/13°
CARACAS	-1	19°/24°	ROMA	4	6°/12°
CHICAGO	-3	0°/4°	SANTIAGO	0	13°/28°
ESTOCOLMO	4	1°/4°	SYDNEY	14	18°/30°
GENEBRA	4	-1°/7°	TEL-AVIV	5	9°/13°
JOHANNESBURGO	3	17°/28°	TÓQUIO	12	2°/7°
LIMA	-2	21°/22°	TORONTO	-2	1°/9°
LISBOA	3	7°/18°	WASHINGTON	-2	11°/19°
LONDRES	3	7°/12°			
LOS ANGELES	-5	9°/16°			
MADRID	4	5°/15°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Crise humanitária

Retomada do Fundo Amazônia vai mirar 14 projetos já aprovados

'Emergência' da situação dos povos indígenas (como os Yanomamis em Roraima) será o foco, conforme Marina Silva

VINICIUS NEDER
RIO

Catorze projetos em análise, que já estavam "qualificados", assim como pedidos de recursos para atender a "emergência" da situação dos povos indígenas (como é o caso dos Yanomami, em Roraima), terão prioridade na retomada do Fundo Amazônia, anunciaram ontem a ministra do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas, Marina Silva, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. O BNDES é o gestor do fundo, formado com doações da Noruega e da Alemanha e congelado desde 2019.

Segundo Marina, os 14 projetos já "qualificados" pediam cerca de R$ 480 milhões, que chegariam a R$ 600 milhões se atualizados pela inflação. "Com a paralisação (*do Fundo Amazônia*), eles ficaram no limbo. A decisão é de que, se os tomadores tiverem interesse em continuar com esses projetos, eles voltarão a tramitar", afirmou a ministra.

Marina disse que há "outra quantidade" de pedidos ainda não qualificados, que voltará a tramitar no processo de análise do BNDES. No total, são 56 projetos que estão na fila de análise para receber apoio financeiro. Esses pedidos pleiteiam um total de R$ 2,203 bilhões, mas os projetos foram todos apresentados até o fim de 2018, ou seja, é possível que haja alguma atualização. "Por unanimidade, priorizamos projetos para o atendimento da situação emergencial das comunidades tradicionais. O apoio poderá ser destinado para comando e controle (*segurança*) e outras medidas", afirmou a ministra, ressaltando que essa medida tem foco mais conhecido nos Yanomamis, mas há situações de emergência também entre outros povos indígenas. "É uma retomada depois de quatro anos em que mais de R$ 3 bilhões ficaram dormitando, parados, enquanto a Amazônia estava sendo destruída, povos indígenas estavam sendo aviltados."

> **Fundo e segurança**
> **Programa Amazônia Mais Segura, que une PF, Ibama, Forças Armadas e Força Nacional, pode usar verba**

SEGURANÇA. O secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Capelli, anunciou que a pasta trabalha em um plano para a Região Amazônica e deu a entender que ele poderá ser financiado pelo Fundo. O objetivo, segundo ele, é que "o Estado brasileiro retome o controle efetivo de toda a região, combatendo as ilegalidades que proliferaram na região, desde o garimpo ilegal e o desmatamento até a presença de organizações criminosas, que antes eram realidade apenas nos grandes centros". O Programa Amazônia Mais Segura será lançado nos próximos dias, em uma parceria de PF, Ibama, Forças Armadas e Força Nacional. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora se queixa de operadora de telefonia

Reclamação de Tania Tavares: "Estou pagando minha fatura residencial de telefonia da Claro com multas, pois eles simplesmente ignoram o pedido de receber em casa a fatura e não enviam por nenhum outro meio. Também não respeitam a Lei 12.007/2009 sobre não haver dívidas do ano anterior."

Resposta: "A Claro afirma que entrou em contato com a leitora, realizou os ajustes necessários e continua à disposição por meio de todos os canais de atendimento."

Para formalizar uma queixa junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): A Anatel possibilita ao consumidor registrar reclamações contra as operadoras de serviços de telecomunicações quando considerar que elas não estão cumprindo as obrigações. A A agência encaminha a reclamação para a operadora, que terá dez dias corridos para dar uma resposta ou solução. A central de atendimento telefônico da Anatel funciona de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, das 8h às 20h. Ligue 1331 para registrar queixas." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Serviço telephonico

O director geral da Prefeitura, communica-nos que não obstante deverem as reclamações contra o serviço telephonico serem feitas por escripto ao engenheiro fiscal da Telephonica, a Fiscalização tem o apparelho - Central 819 - para qualquer informação já feitas, dentro do horario, que é das 14 às 15 horas, todos os dias uteis. No intuito de evitar queixas acerca da demora na transferencia de apparelhos (...) pede que aos assignantes que enviem os respectivos pedidos com antecedencia de dez dias.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Elita Geraidine Naressi – Dia 14, aos 90 anos. Era viúva de Nathalino Messias Naressi. Deixa os filhos Flavio, Sergio, Eliana, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Maria Paula Pejon Gomes – Dia 15, aos 43 anos. Era viúva de Andre Gomes. Deixa os filhos Julia, Lorenzo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

José Carneiro Pucinelli – Dia 14, aos 89 anos. Filho de Pedro Luiz Pucinelli e Maria Carneiro Pucinelli. Era casado com Maria de Jesus Cardoso Pucinelli. Deixa os filhos Mario, Silvana, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

José de Freitas – Dia 14, aos 80 anos. Filho de José de Freitas e Maria das Dores de Freitas. Era casado com Maria Izilda Fernandes de Freitas. Deixa os filhos Ricardo, Marcelo, Gilberto, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Alexandre Osmar Sanches – Dia 14, aos 77 anos. Era viúvo de Maria Etelvina Mendes. Deixa os filhos Alexandre, Claudia, Erika, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Eustaquio Rodrigues Ferreira – Dia 13, aos 62 anos. Filha de Eustaquio Rodrigues Ferreira e Maria Aparecida Ferreira. Era viúva de José Alves Freire. Deixa os filhos Ulysses, Olivia, Ligya, Leticia, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

MISSAS

Mauro Salles – Hoje, às 13 horas, na Paróquia Nossa Senhora do Brasil, na Pç. Nossa Sra. do Brasil, 1, Jardim América (7º dia).

Wanda Junqueira Moraes Corrêa – Hoje, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Paulo Franco Neves – Hoje, às 12 horas, na Igreja São Pedro e São Paulo, na R. Padre José Griecco, 111, Cidade Jardim (2 anos).

Nelson Lincoln Garcia – Amanhã, às 12 horas, na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na R. Honório Líbero, 90, Jardim Paulistano (7º dia).

Carlos Alfredo de Souza Queiroz – Dia 18, às 19 horas, na Paróquia Santa Therezinha, na Pç. Luiz Mantoanelli, s/nº, Itaici – Indaiatuba (1 ano).

Urbanismo

Prédio de alto padrão é erguido no Itaim-Bibi sem ter licença

Com apartamentos de 554 a 1.031 m² de área útil e até nove vagas de garagem, local teve três pedidos de alvará municipal indeferidos

ADRIANA FERRAZ

A Prefeitura de São Paulo permitiu que um prédio de 23 andares e 20 apartamentos fosse construído sem licença em um dos quarteirões mais valorizados da cidade. O edifício foi erguido no número 1.246 da Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, a cerca de três minutos de caminhada da Avenida Brigadeiro Faria Lima, no Itaim-Bibi. De altíssimo padrão, o empreendimento, com apartamentos de 554 a 1.031 metros quadrados de área útil e até nove vagas de garagem, teve três pedidos de alvará indeferidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e nenhum registro legal da obra até a semana passada. Segundo avaliações de mercado, as unidades partem do preço de R$ 24 milhões.

Segundo o processo interno da pasta, obtido pelo **Estadão**, a Prefeitura concedeu o alvará de aprovação de edificação nova à construtora São José, responsável pelo projeto, mas não o alvará de execução de edificação nova, exigido para o início das obras. As licenças fornecidas são de 2018 e o último pedido negado para a execução, em terceira instância, ocorreu em agosto de 2022.

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Edificação fica na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, a 3 minutos de caminhada da Faria Lima

Procurada pela reportagem após denúncia feita pelo vereador Antonio Donato (PT), a assessoria da secretaria confirmou que o "alvará de aprovação de edificação nova não dá direito ao início da obra". A pasta de Urbanismo e Licenciamento também afirmou que os pedidos de execução foram indeferidos porque a construtora não apresentou a certidão de compra de títulos imobiliários, os chamados Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), exigida para a área, que está localizada no perímetro da Operação Urbana Faria Lima.

O prédio, que já está de pé, só foi oficialmente embargado na terça, após questionamento do **Estadão**. Do mesmo modo, a Prefeitura só passou a investigar o caso nesta semana após tomar consciência das irregularidades apontadas pelo vereador petista. Em nota, a pasta afirmou que "a administração regional de Pinheiros, responsável pela fiscalização, vai fazer uma apuração preliminar interna para averiguar eventuais responsabilidades de servidores na condução do processo em questão". O Município não respondeu, no entanto, se a Controladoria-Geral do Município acompanha o caso.

SEM PARTICIPAÇÃO. Já a SP Urbanismo, empresa responsável pela gestão das operações urbanas, informou que a construtora São José nem sequer solicitou proposta de participação na Operação Faria Lima, rito que deve ser seguido para empreendimentos no território. "Não consta proposta de participação aprovada ou em análise do empreendimento mencionado. Para a obtenção de certidão de pagamento de outorga onerosa em Cepac, o empreendedor precisa apresentar à pasta comprovante de aquisição de títulos na quantidade necessária para o empreendimento", explicou.

Embargo na terça
Construtora teria de recolher cerca de R$ 62 mi; embargo só ocorreu após questionamento do jornal

Segundo o processo relativo ao projeto, a São José deveria ter recolhido aos cofres municipais o pagamento referente à compra de 3.534 Cepacs, o que, de acordo com os valores negociados no último leilão, representa uma quantia de R$ 62,2 milhões. A Prefeitura não informou se multou a construtora pelo descumprimento da legislação municipal nem qual medida será tomada a partir do conhecimento do caso. Procurada pela reportagem por dois dias, a construtora São José não retornou os contatos da reportagem até 18 horas de ontem. ●

Ciência e Educação

Presidente do CNPq sugere reajuste anual de bolsa

RENATA CAFARDO

O novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Ricardo Galvão, defende que as bolsas de pós-graduação no País sejam reajustadas anualmente para manter o poder aquisitivo dos pesquisadores e serem atrativas para os estudantes. Como o **Estadão** revelou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai anunciar nesta quinta-feira aumento médio de 40% para o auxílio dado a quem faz mestrado e doutorado. Outras bolsas, como as de formação de professores, terão reajuste ainda maior. O governo deve também divulgar um aumento no número de bolsas concedidas.

As bolsas para pesquisadores não têm reajuste há uma década e, no mesmo período, o salário mínimo quase dobrou de valor. "Compensar toda a inflação desde 2013 acho difícil, mas é um absurdo ficar dez anos sem aumento. É preciso ter um processo de correção anual", disse Galvão.

Hoje, os auxílios de pós-graduação são de R$ 1,5 mil para mestrado e R$ 2,2 mil para doutorado. Eles devem ficar em R$ 2,1 mil e R$ 3,3 mil, respectivamente. Bolsas de pós-doutorado, de R$ 4,2 mil, devem ir para cerca de R$ 5 mil, um reajuste de 20%. As de iniciação científica júnior (para alunos de ensino médio) devem triplicar – o valor atual é de R$ 100.

Sobre o aumento no número de bolsas, Galvão disse que "esperaria cerca de mil, pelo menos, para mestrado e doutorado", mas afirmou não ter a informação de quantas serão anunciadas pelo presidente. Atualmente, são 77 mil no CNPQ, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e mais de 200 mil na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligadas ao Ministério da Educação (MEC), o que inclui os auxílios para professores em programas de formação.

Benefícios em análise
Ainda será estudada uma forma de contrato temporário de trabalho para os pesquisadores

DIREITOS TRABALHISTAS. Galvão afirmou ainda que vai estudar uma forma de contrato temporário de trabalho para os pesquisadores que recebem bolsa no País. O Brasil é um dos poucos países do mundo que têm um sistema universal do governo de concessão de bolsas. Na Europa, em geral, os pesquisadores são funcionários contratados em s universidades e têm direito a férias, bônus e licenças. "Vamos estudar com a Mercedes (*Bustamante, presidente da Capes*) uma forma de implementar um sistema semelhante, já que com a reforma trabalhista é possível fazer um contrato de trabalho temporário no serviço público. Mas não sabemos se é possível juridicamente."

Segundo a reforma trabalhista, o temporário tem direito às mesmas garantias que o empregado por tempo indeterminado, como férias, 13.º salário, horas extras, adicionais e pagamento do INSS. Galvão, no entanto, acredita que não se pode ter uma "mentalidade quadrada" porque o pesquisador não é comparado ao "trabalhador que bate prego". "Essa questão das férias é complicada porque o pesquisador está o tempo todo no laboratório. Se tem de fazer medidas, não pode deixar de ir porque é dezembro", afirmou. "O grande direito para o cientista é a satisfação de produzir ciência."

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) defende que os bolsistas tenham todos os direitos trabalhistas e previdenciários. "Não pode ser um vínculo precarizado, com um arcabouço de direitos, uma relação frágil em que o que prevalece é o poder do orientador sobre o orientado", diz o presidente da ANPG, Vinícius Soares. Até 2016, por exemplo, as mulheres bolsistas não tinham direito à licença-maternidade e os casos eram negociados com o orientador. Soares diz, porém, que a ANPG também estuda como seria o vínculo trabalhista. ●

Saúde

Guiné Equatorial tem surto do vírus de Marburg

LEON FERRARI

A Guiné Equatorial, na África Central, confirmou seu primeiro surto do vírus de Marburg, da mesma família do Ebola. A regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) na África informou na segunda-feira que 9 mortes foram confirmadas e 16 casos são investigados como suspeitos.

A doença de Marburg causa febre hemorrágica, com taxa de letalidade de até 88%, de acordo com a OMS, o que faz dele um dos vírus mais mortais do mundo. O quadro começa abruptamente, com febre alta, dor de cabeça e mal-estar intensos. Muitos pacientes desenvolvem sintomas hemorrágicos graves dentro de sete dias. O vírus é transmitido aos humanos por morcegos frugívoros e se espalha por contato direto com os fluidos corporais de pessoas, superfícies e materiais infectados. Por ora, não há vacinas ou tratamentos antivirais. Contudo, segundo a OMS, cuidados de suporte (reidratação com fluidos orais ou intravenosos) e tratamento de sintomas específicos melhoram a sobrevida do paciente.

Alexandre Naime Barbosa, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), explica que a gravidade do quadro é explicada pelo "órgão-alvo" do vírus. "Ele afeta principalmente as células do sistema circulatório endotelial. Acaba prejudicando a permeabilidade dos vasos das células que revestem o sistema circulatório. Isso faz com que haja hemorragia."

Sistema circulatório
Vírus afeta as células que revestem os vasos sanguíneos, causando hemorragias

Barbosa diz que a confirmação do surto no país africano não é uma "surpresa", uma vez que, na região, há reservatório animal do vírus. "Alguns animais silvestres principalmente morcegos, são hospedeiros naturais dessa família de filovírus. Portanto, eventualmente você vai ter morcegos contaminando seres humanos, e aí acontece a transmissão inter-humanos, que é o que está acontecendo agora."

Desde 1967, quando a doença foi detectada pela primeira vez, com surtos simultâneos nas cidades alemãs de Marburg e Frankfurt, e em Belgrado, na Sérvia, ela já causou surtos em vários momentos. Embora tenham causado muitas mortes, em geral, não "furaram" fronteiras nacionais. Em 2004, um surto do vírus na Angola matou 90% dos 252 infectados. No ano passado, houve duas mortes relatadas pelo Marburg, em Gana.

REUNIÃO. Frente aos nove óbitos confirmados, a OMS anunciou reunião de emergência do consórcio Marvac, que promove a colaboração internacional para o desenvolvimento de vacinas contra o vírus de Marburg. O consórcio é coordenado pela OMS e inclui representantes da indústria farmacêutica, organizações sem fins lucrativos, autoridades e academia. Os integrantes se reuniram discutir a doença e possíveis tratamentos e vacinas. ●

COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Violência da doença deve deter exportação de casos

A diretora regional da OMS na África, Matshidiso Moeti, informou que o vírus é considerado "altamente infeccioso". Segundo ela, a ação rápida e decisiva das autoridades da Guiné Equatorial na confirmação da doença pode ajudar a deter o vírus mais rápido.

Com o mundo mergulhado há cerca de três anos na pandemia da covid-19, a confirmação do surto de um novo vírus tão grave pode assustar. No entanto, especialistas ouvidos pelo **Estadão** destacam que, com o conhecimento que se tem até hoje sobre o Marburg, a "exportação" de casos para outros países até pode ocorrer, mas uma disseminação semelhante, por exemplo, é pouco provável.

A letalidade elevada ajuda a explicar isso. "Se a gente pegar um indivíduo, por exemplo, infectado na África e que rompesse essa barreira epidemiológica que já foi instalada, e viesse ao Brasil ou para outro país, a manifestação do sintoma é tão rápida que provavelmente esse indivíduo evoluiria para um quadro grave e de óbito antes de chegar ao território. Então a gente trabalha com uma característica viral muito diferente do vírus causador da covid-19", afirma Joziana Barçante, professora de Medicina da Universidade Federal de Lavras (UFLA). ●

Transporte

Passageiros da Linha 4 vivem dia de transtorno após falha elétrica

Pane na circulação dos trens afetou deslocamento na capital paulista. Normalização do serviço ocorreu à noite

ÍTALO LO RE
RENATA OKUMURA

TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Acúmulo de passageiros na plataforma da Estação da Luz pela manhã; ônibus não supriram demanda

Falhas elétricas na Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo afetaram a circulação de trens e provocaram transtornos para passageiros ao longo do dia de ontem. A situação, que se iniciou pela manhã, afetou também o retorno para casa ao fim da tarde e no início da noite, quando centenas de passageiros chegaram a se acumular na Rua da Consolação em busca de alternativas de transporte. Perto das 20h, a circulação começou a se normalizar.

A ViaQuatro, concessionária do serviço, atribuiu o problema a uma falha de alimentação elétrica na Subestação Fradique Coutinho. A empresa disse lamentar os transtornos e pediu desculpas aos passageiros, destacando ter dado informação e apoio por meio de agentes nas estações. Ao longo do dia, ônibus prestaram serviço, mas a demanda superou em muito a capacidade.

A primeira falha teve início às 8h20 e foi normalizada oito minutos depois. A segunda começou por volta das 10 horas. "Desci na Paulista e lá eles estavam encaminhando para a porta da estação, onde nos colocariam em um ônibus com sentido à Avenida Faria Lima, na região da Vila Olímpia. Mas estava um caos. Tudo muito desorganizado. Era impossível entrar (*nos ônibus*). Eu decidi pedir um carro por aplicativo particular e gastei mais de uma hora para uma viagem que duraria 20 minutos", disse a publicitária Bruna Oliveira, de 27 anos.

A psicóloga Rafaela de Souza, de 32 anos, foi uma das centenas de pessoas que esperaram na fila dos ônibus para ir até a região da Paulista, na zona central. Ela chegou à Estação Pinheiros por volta de 13h. Uma hora depois, ainda não tinha conseguido embarcar em um ônibus gratuito. Após ir até a região do Berrini para um compromisso, o analista de segurança digital Felipe Silva, de 24 anos, esperava chegar em casa por volta de 15h. "Com essa situação toda, se chegar 17h já vai ser vantagem", diz ele, que mora na região de Ermelino Matarazzo, na zona leste.

Além da demora, ele reclamou da desorganização das filas para pegar os ônibus gratuitos. "Deixaram as pessoas que vão para a Luz e para a Vila Sônia na mesma fila, não explicam direito", diz. "Ainda tem de torcer para não chover."

DEMORA. A demora para pegar os ônibus gratuitos era tanta que o analista financeiro Adailton Barros, de 26 anos, que trabalha com eventos, desistiu de ficar na fila. "Olha o tamanho, não tem como esperar tanto."

Após reclamação, funcionários da ViaQuatro passaram a dividir as filas de acordo com o sentido dos ônibus (Luz ou Vila Sônia) por volta de 14h30. A quantidade de pessoas esperando, ainda assim, não apresentou melhora até o meio da tarde.

Nas redes sociais, usuários relataram ainda que havia tumulto não somente nas plataformas, mas também no acesso de escadas rolantes das estações, entre elas as de Pinheiros e da Paulista. Eles também citaram dificuldade no acesso das catracas. Muitos reclamaram da falta de informação por parte da ViaQuatro. Houve queixas ainda de passageiros que ficaram presos dentro dos vagões, no momento em que o problema aconteceu. Eles relataram a falta de assistência e pessoas passando mal.

VOLTA PARA CASA. O problema persistiu até o horário da volta para casa. A costureira Maria Isa Mendes, de 53 anos, decidiu não pegar o ônibus do Paese no sentido Luz para voltar para casa. "A fila está muito cheia e desorganizada, sem condições", disse. "Vou ficar aqui, esperando para ver se o metrô volta a funcionar."

Aplicativos em alta
Carro de app foi opção encontrada por muitos para voltar para casa, apesar do valor mais alto

Uma calçada da Rua Gilberto Sabino, que fica rente à saída da Estação Pinheiros, lotou de passageiros à espera de carros de aplicativo. Foi a alternativa encontrada para voltar para casa depois do dia de expediente. Morador de Vila Prudente, o analista de logística Leonardo Casarini, de 27 anos, foi um dos que optou por pedir um carro de app. "Está dando R$ 90, muito mais do que pago normalmente. Mas não tenho muito o que fazer." ●

Com beleza magnética, tornou-se símbolo sexual

OBITUÁRIO

Raquel Welch
1940 - 2023

Atriz americana considerada a mulher mais bonita do mundo após seu papel em *Mil Séculos Antes de Cristo* (1966) morreu ontem, aos 82 anos, informou seu agente, mas sem revelar a causa da morte.

A estrela, filha de pai boliviano e mãe americana, morreu pela manhã. depois de uma breve doença, informou um comunicado, sem dar mais detalhes. Welch, com uma trajetória profissional de cinco décadas, deixa dois filhos.

TRAJETÓRIA. O caminho da atriz na indústria do entretenimento teve início com um pequeno papel em *Carrossel de Emoções* (1964), com Elvis Presley, e mais tarde avançaria em trabalhos maiores em filmes como *Viagem Fantástica* (1966).

Mas a fama somente chegaria para Raquel Welch quando conquistou um papel em *Mil Séculos Antes de Cristo*, uma aventura pré-histórica cujo cartaz a apresentou ao mundo com um pequeno biquíni. Foi a partir daí, da imagem publicitária, que ela viria a se tornar um dos maiores símbolos sexuais de sua época.

Realidade e ficção
"Me viam como símbolo sexual, mas eu era uma mãe solteira com filhos pequenos", disse em livro

Vencedora do Globo de Ouro, a estrela trabalhou em mais de 30 filmes e 50 séries de televisão durante sua carreira, incluindo *Os Três Mosqueteiros*, *A Espiã que Veio do Céu* e *O Preço de um Covarde*.

TRABALHOS. Jo Raquel Tejada, nascida em Chicago, em 5 de setembro de 1940, filha de um engenheiro aeronáutico boliviano e de uma americana, cresceu na Califórnia, onde estudou dança clássica. Aos 14 anos, foi coroada Miss Fotogênica em um concurso, o primeiro de uma longa série de prêmios de beleza que incluiu Miss Califórnia.

Após um breve casamento com James Welch, que ela conheceu na época do colegial e com quem teve seus dois filhos antes dos 20 anos de idade, ela se mudou para Dallas, conseguindo trabalho como garçonete e posando como modelo para cartazes

Em 1963, ela voltou para Los Angeles, e foi então que conheceu o agente de publicidade Patrick Curtis, que a convenceu a manter o nome Welch para esconder suas origens latinas, o que lhe daria mais segurança para conquistar espaço. Foi nesse período que conseguiu os primeiros papéis na tela, mas ainda de forma secundária, dando apoio às estrelas, como foi o caso de *Carrossel de Emoções*, com Elvis Presley.

GARY HERSHORN/REUTERS

Welch conquistou prêmios e esteve em mais de 30 filmes

Mas foi em 1966 que a carreira da atriz deu um salto quando ela foi selecionada pela 20th Century Fox para protagonizar *Viagem Fantástica*, filme dirigido por Richard Fleischer. Depois chegaria para ela o papel que a imortalizou no biquíni de couro que marcaria sua carreira.

"As pessoas me viam como um símbolo sexual, mas na realidade eu era uma mãe solteira com dois filhos pequenos", exclamou a atriz meio século depois em sua autobiografia *Para Além do Decote*. "Você consegue me imaginar no cartaz com uma criança nos braços e a outra no carrinho? Isso quebra um pouco o mito, não é mesmo?" ● AFP

Clube inglês pode pagar R$ 334 milhões ao PSG por Neymar

Campeonato Paulista

Dérbi com risco de novos confrontos deixa polícia em alerta

Corinthians e Palmeiras jogam hoje à noite e pontos estratégicos da cidade serão monitorados

ALEX SILVA/ESTADÃO-5/10/2021

Torcedores do Corinthians são revistados por policiais antes de entrarem na Neo Química Arena

RICARDO MAGATTI

Corinthians e Palmeiras fazem hoje às 21h30, na Neo Química Arena, o primeiro dérbi de 2023. O clássico, ainda que com a manutenção da torcida única nas arquibancadas em Itaquera, mobiliza esquema especial de segurança devido ao temor da existência de confrontos envolvendo as principais organizadas dos clubes.

"Faremos policiamento preventivo especializado em pontos estratégicos na cidade", afirma ao **Estadão** César Saad, titular da Delegacia de Polícia de Repressão aos Delitos de Intolerância Esportiva (Drade). Segundo Saad, a polícia fará uma operação de acompanhamento do deslocamento das organizadas até o estádio em Itaquera. A Polícia Civil terá acesso às câmeras de trens e metrôs.

Na terça, antevéspera do jogo, houve uma reunião com representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Federação Paulista de Futebol, clubes, órgãos de mobilidade urbana (CET, Metrô, CPTM, SPTrans, Via Mobilidade), subprefeitura de Itaquera, Guarda Civil Metropolitana e as torcidas organizadas, com o objetivo, segundo a PM, de "minimizar os riscos de quebra da ordem pública".

Ficou estabelecido o reforço do policiamento territorial com foco nos locais de aglomeração, incluindo as sedes de torcidas, e circulação de público, como estações de metrô e pontos de ônibus.

Na quarta, o delegado Saad se reuniu com membros da Mancha Alviverde e da Gaviões da Fiel. Há o temor de uma resposta violenta de corintianos depois do confronto da madrugada da sexta-feira passada. Na ocasião, palmeirenses emboscaram um ônibus com integrantes da Gaviões da Fiel.

Quatro pessoas, todos corintianos, foram encaminhadas com ferimentos graves ao hospital de Ermelino Matarazzo. Alguns tiveram fraturas nas pernas e afundamento da face.

9ª RODADA DO PAULISTÃO

CORINTHIANS — PALMEIRAS

CORINTHIANS: Cássio; Fagner, Bruno Méndez, Gil e Fábio Santos; Roni, Du Queiroz, Renato Augusto e Adson; Róger Guedes e Yuri Alberto. **Técnico:** Fernando Lázaro.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Gustavo Gómez, Murilo e Piquerez; Zé Rafael, Gabriel Menino e Raphael Veiga; Rony, Dudu e Endrick. **Técnico:** Abel Ferreira.
Juiz: Raphael Claus.
Horário: 21h30.
Local: Neo Química Arena, em São Paulo (SP).
Na TV: HBO Max, TNT.

Ontem, a diretoria da Mancha afirmou que não vai "tolerar a participação de qualquer um dos associados em brigas ou atos de violência, sob pena de punição".

EM CAMPO. O dérbi será o maior desafio para Fernando Lázaro. O jovem treinador foi aprovado no primeiro teste mais difícil, o clássico com o São Paulo no Morumbi, vencido pelo time alvinegro. No entanto, a equipe anda cambaleante, com dois tropeços inesperados.

"Sabemos da dimensão do dérbi", disse o técnico, sucintamente. "É outra condição em todos esses aspectos de jogo, do que possibilita de jogar."

Do outro lado, o Palmeiras é o único invicto no Paulista e o único com 100% de aproveitamento como visitante, além de defender a melhor campanha no geral da primeira fase ao liderar o Grupo D com 20 pontos. Também ostenta a melhor defesa, vazada só duas vezes.

O time de Abel Ferreira ganhou os três duelo com o Corinthians em 2022. "Os clássicos envolvem muitas emoções, principalmente da parte dos torcedores. A gente anda na rua e alguém sempre grita: 'Tem que ganhar quinta-feira'", diz Marcos Rocha. ●

No Morumbi

São Paulo arrasa Inter de Limeira com bom futebol, gols de reforços e pinturas

SÃO PAULO 5 — 1 INTER DE LIMEIRA

MAURO HORITA/AG. PAULISTAO

Gols: Caio P. (15), J.Paulo (26), e Rato (42 do 1ºT); Pedrinho (28), e P. Maia (42 do 2ºT). **SÃO PAULO:** Rafael; Nathan, Alan (P.Maia), Beraldo e Nestor; Méndez (Luan), Gabriel (Talles) e Galoppo (M. Paulo); Rato (Pedrinho), Calleri e Caio P.. **T.:** R. Ceni. **INTER:** Léo V.; Zé Mário (B. Menezes), Douglas, L. Silva e J. Paulo; Claudinei (Djalma), Martim (Kaio), Rael e M. Oliveira (Chrigor); Bill e Jonathas (Eliandro). **T.:** Pintado. **Juiz**: Douglas M. Flores. **A.:** Douglas. **Público:** 16.422. **Renda:** R$ 473.115,00. **Local:** Morumbi.

O São Paulo arrasou a Inter de Limeira ao golear o rival do interior por 5 a 1 ontem, em noite de bom futebol, gols de reforços e duas pinturas. No Morumbi, Caio Paulista e Wellington Rato desencantaram, Galoppo, virou o artilheiro do Paulistão, e Pedrinho e Pablo Maia fizeram dois golaços na goleada que mantém a equipe de Rogério Ceni em situação confortável no Estadual. Mesmo com um time inteiro de desfalques, o São Paulo faz uma jornada consistente no Estadual. São 17 pontos somados, a liderança assegurada do Grupo B e a terceira melhor campanha entre os 16 times da competição. ●

No ABC

Fora de casa, Santos tenta reagir para ainda sonhar com a classificação

SANTO ANDRÉ — SANTOS

SANTOS: João Paulo; Nathan (Joaquim), Maicon, Bauermann e Felipe Jonatan; Sandry, Dodi e Ivonei (Lucas Braga); ngelo, Marcos Leonardo e Mendoza. **Técnico:** Odair Hellmann. **SANTO ANDRÉ:** Lucas Frigeri; Ednei, Moisés Ribeiro, Matheus Mancini e Romário; Dudu Vieira, José Hugo, Gerson Magrão e Léo Ceará; Pablo e G. Taliari. **Técnico:** Vinícius Bergantin. **Árbitro:** Vinícius Gonçalves Dias de Araújo. **Horário:** 19h30. **Local:** Estádio Bruno José Daniel, em Santo André. **Na TV:** Premiere.

Ainda com problemas relacionados a lesões e limitações do elenco, o Santos entra na reta final do Paulistão tentando reagir. Depois de perder por 3 a 1 para o São Paulo e ficar na última posição do Grupo A, com nove pontos, o time tenta se ajustar para vencer o Santo André hoje, às 19h30, no Bruno José Daniel, no ABC. Felipe Jonatan deve voltar à lateral-esquerda e no meio, Lucas Lima e Daniel Ruiz poderão estrear. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Liga Europa**
Barcelona x Manchester United
14h45 / ESPN e Cultura
Salzburg x Roma
14h45 / ESPN 4
Bayer Leverkusen x Monaco
17h / ESPN 4
Sevilla x PSV Eindhoven
17h / ESPN 2
● **Torneio She Believes de Futebol Feminino**
Brasil x Japão
18h / SporTV
● **Campeonato Paulista**
Santo André x Santos
19h30 / Premiere
Corinthians x Palmeiras
21h30 / TNT
● **Campeonato Gaúcho**
Internacional x São José
21h30 / SporTV

SURFE
● **Circuito Mundial WSL**
Etapa de Sunset
15h / SporTV 3
21h30 / SporTV 3

BASQUETE
● **NBB**
Caxias do Sul x Flamengo
19h / SporTV 3

VÔLEI
● **Superliga Feminina**
Osasco x São Caetano
19h / SporTV 2

Ação social

Escola de música encanta crianças em Paraisópolis

Instituto foi criado em 2019 por ex-ajudante de pedreiro após a chacina de nove jovens em baile funk pela PM

TIAGO QUEIROZ

Observar o brilho nos olhos da pequena Eloá Angela de Sousa, de 8 anos, tocando bateria, piano ou a caixa da percussão nas aulas do Instituto Unidos de Paraisópolis dá a dimensão da importância do projeto para crianças, jovens e adultos da comunidade.

Exemplo solidário
Criado pelo músico Acacio Reis, mantido por doações, tem 180 alunos e 11 professores

O Instituto foi fundado em 2019, pelo jovem Acacio Reis, de 30 anos, músico profissional e morador de Paraisópolis desde os 5 anos de idade. Nascido e criado pelas ruas do Bexiga, na Bela Vista, tem a lembrança vívida dos ensaios da escola de samba Vai-Vai. Com a separação dos pais, foi morar com a mãe em Paraisópolis. Lá, foi beneficiado por um extinto projeto cultural, de nome "Barracão".

Os anos passaram, Acacio também estudou e tocou na Orquestra de Paraisópolis, onde aprendeu a ler partituras e obteve uma bolsa de estudos em uma faculdade de música, no período noturno. "Eram duas horas para ir, duas horas para voltar, todos os dias", relembra ele, que saía da zona sul, rumo ao bairro do Belém, zona leste de São Paulo.

Quando deixou a faculdade, o desejo de retribuir tudo aquilo que tinha ganho com os projetos sociais e culturais foi tomando forma, mas ele trilhava um caminho que parecia afastá-lo desse sonho. Tinha de levar o sustento para casa com outras formas de trabalho. "Já fui pegador de bolinha de tênis, ajudante de pedreiro, trabalhei na feira fazendo carreto, fui caixa de shopping", lembra Acacio.

O instituto tem data certa de fundação, dia 13 de setembro de 2019, mas o jovem lembra que uma tragédia na comunidade foi o estopim que precisava. "A chacina onde nove jovens foram mortos no fim daquele ano foi um empurrão para mim (em referência aos adolescentes mortos pisoteados após ação da Polícia Militar em um baile funk, em 1.º de dezembro de 2019). Comecei a mobilizar as pessoas", diz ele.

Um estacionamento com alguns contêineres foi o local encontrado para sede da entidade. "Esses contêineres foram feitos para servir para a construção de um shopping que nunca saiu do papel", afirma ele. O endereço fica a um quarteirão da viela onde os jovens morreram em 2019.

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

O instituto recebe a ajuda de doadores e também de empresas

No espaço, o sonho começou a tomar forma em aulas de musicalização infantil, o primeiro curso do instituto, percussão, piano, flauta-doce, teoria musical, além de inglês para crianças e adultos e aula de artes.

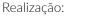
Em março, está prevista a abertura de outros cursos, como robótica, design gráfico, fotografia e saxofone. No total são 11 professores voluntários e 180 alunos. O instituto recebe a ajuda de doadores e também de empresas, como uma loja de música que forneceu alguns dos instrumentos utilizados.

EXEMPLO. Os professores possuem histórias de vida semelhantes à de Acacio. Jean Lucca Rocha, de 23 anos, por exemplo, é professor de violão. "Me encantei com o projeto. Mesmo se o Acacio me mandar embora, não saio daqui", diz o professor. ●

B19 **Energia**

Após 7 anos, hidrelétrica da Vale soterrada por desastre em Minas volta a funcionar

QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2023 **O ESTADO DE S. PAULO**

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Política fiscal **Promessa ao mercado**

Regra que substituirá o teto de gastos será anunciada até março, diz Haddad

Ministro da Fazenda antecipa debate da âncora e defende 'metas exigentes'; Bolsa, que abriu pregão em baixa, reage de forma positiva às declarações e fecha dia em alta de 1,62%

CÍCERO COTRIM
SÃO PAULO
THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo deverá anunciar em março a nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos. Antes, ele havia prometido apresentar a proposta até abril, para que fosse discutida com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em evento do BTG Pactual, Haddad disse que a ideia de antecipar a nova regra foi dada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, e pelo vice-presidente e ministro do Comércio, Indústria, Serviços e Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. Eles defenderam que seria positivo discutir a regra antes de apresentá-la ao Congresso.

O ministro disse que nenhum outro país adota uma regra como o teto de gastos, mas defendeu uma nova âncora exigente no Brasil. "Eu sou a favor de metas exigentes, porque, se não, você não trabalha. Se você botar meta de inflação, meta fiscal, não demandante, o Estado para de trabalhar. Então, tem de ser demandante, tem de ser rigoroso, tem de ser exigente, mas um ser humano tem de conseguir fazer aquilo", disse.

Haddad não deu nenhum detalhe sobre a nova regra fiscal. Mesmo assim, foi suficiente para melhorar o humor do mercado financeiro: o Ibovespa, que havia aberto o dia em queda, apresentava alta depois das declarações e fechou o pregão na casa de 109.600,14 pontos, com alta de 1,62%. Ao **Estadão**, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, defendeu a fixação de uma regra de controle de gastos no novo arcabouço fiscal.

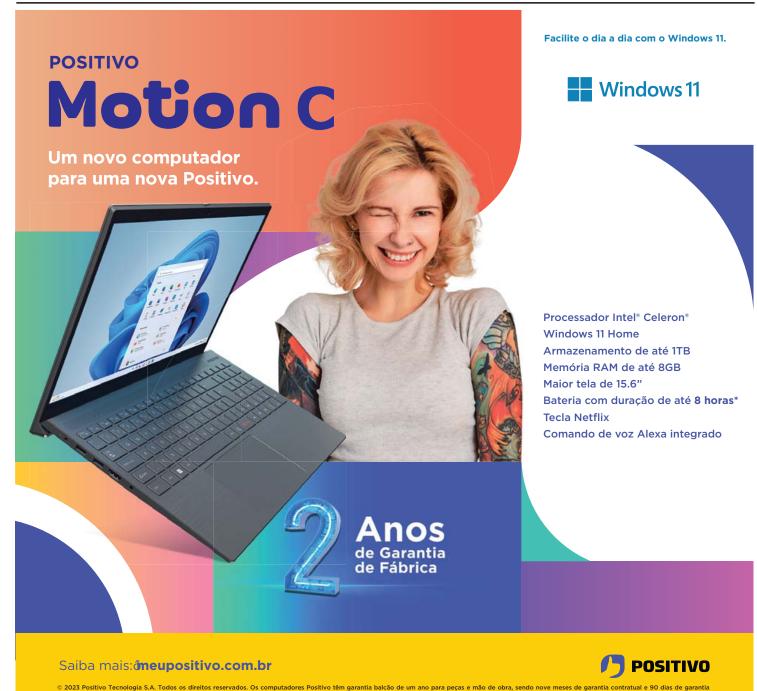
Para o economista André Perfeito, a fala do ministro soou como música aos ouvidos do mercado. "A percepção é de que, como já havia comentado, de fato a Fazenda e o Banco Central (*BC*) estão trabalhando juntos para baixar os juros. O episódio das rusgas entre BC e Planalto está praticamente superado", comentou. "Falta muito ainda para concretizar as iniciativas apontadas, mas o mercado agora tem assuntos 'concretos' para debater", afirmou.

HARMONIA. No evento, Haddad disse também que faz parte do seu trabalho harmonizar a política fiscal com a política monetária e construir a narrativa sobre o tema. "Esse jogo de construção de narrativa, de harmonização das políticas fiscais e monetária, de harmonização do discurso do Estado com a sociedade, isso faz parte do trabalho do Ministério da Fazenda, não faz parte do trabalho de um economista necessariamente", afirmou.

Ao falar sobre a reforma tributária, Haddad disse que um sistema coerente reduziria a possibilidade de que políticos ajam para beneficiar setores específicos. "Como você não tem um sistema tributário coerente, ninguém vai notar um parafuso em um Frankenstein. É isso que está acontecendo no Brasil: você tem um monstrengo e vai colocando um parafuso, ninguém nota", disse. Ele acrescentou que os benefícios tributários estão entre as principais causas de distorção do País e que a complexidade do sistema tributário causa litigiosidade.

> ***"A percepção é de que de fato a Fazenda e o Banco Central estão trabalhando juntos para baixar os juros"***
> **André Perfeito**
> **Economista**

Haddad afirmou também que a ansiedade do mercado com as primeiras medidas do governo é compreensível. "Entendo ansiedade do dito mercado, essa meninada que fica na frente do computador dando ordem de compra, ordem de venda", disse Haddad. "Cada espirro lá gera uma enorme turbulência." Ele afirmou ter dito ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o início do governo seria difícil, mas a incerteza iria se dissipar à medida que novas medidas na área econômica fossem anunciadas. ●

SUBSTITUTO 'RADICAL' DO TETO NÃO TEM CHANCE NO CONGRESSO, DIZ LIRA. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

A Petrobras e as refinarias

Até que ponto valem a pena investimentos da Petrobras em refinarias?

Há o propósito do governo Lula de ampliar a capacidade de refino da Petrobras, que se choca com o acordo entre a empresa e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de vender 8 das suas 13 refinarias.

Em outras oportunidades, esta Coluna advertiu que a construção de uma refinaria leva quatro a cinco anos, é um alto investimento que, no entanto, não se paga antes de 30 anos. Muito antes disso, a substituição de energia fóssil pela renovável terá avançado no mundo inteiro e a tendência é a de que haverá grande ociosidade de refinarias no mercado internacional.

Ou seja, se é para garantir rápido aumento da capacidade de refino a fim de eliminar (ou reduzir) a dependência das importações de combustíveis, o investimento maciço em novas refinarias pode criar distorções.

Dados Agência Nacional de Petróleo, Gás e Combustíveis (ANP) dão conta de que o Brasil tem capacidade para processar cerca de 391,7 m³ de petróleo diários ou 2,46 milhões de barris. Em 2022, a média mensal de petróleo processado nas refinarias brasileiras foi de 304 m³ por dia (veja o gráfico).

A expansão não precisa ater-se à construção de grandes refinarias. Quando maturarem os investimentos da Petrobras e de outras empresas em biocombustíveis e em outras opções renováveis, não haverá tanta necessidade de multiplicar a capacidade de processamento de petróleo. Uma ideia é ampliar a capacidade das refinarias já existentes, de maneira a aproveitar a infraestrutura disponível.

CAPACIDADE DE REFINO

EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DE PETRÓLEO PROCESSADO NAS REFINARIAS BRASILEIRAS, EM MILHARES DE M³ POR DIA

FONTE: ANP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Outro caminho, como aponta Juliana Garcia, diretora executiva de Energia e Recursos Naturais da EY Brasil, é a construção de minirrefinarias em regiões produtoras de petróleo que hoje dependem da importação de derivados.

De todo modo, se é ineficiente e complicado o retorno do monopólio (ou quase isso) de refino pela Petrobras, será inevitável partilhar com capitais privados não só a atual capacidade, mas também sua ampliação e atualização.

Mas, se for por aí, como observa Ana Mandelli, gerente de Distribuição do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, a Petrobras não pode se afastar das demais petrolíferas e assumir riscos isolados. "O melhor caminho é continuar os desinvestimentos da Petrobras para que o parque de refino ganhe fôlego com capitais de terceiros sem comprometer o *core business* da empresa nem os recursos públicos."

E mais que óbvio, não se pode esperar a participação de capital privado em investimentos sujeitos a mudanças nas regras do jogo. Além disso, os preços internos não podem ser artificialmente reduzidos por canetadas do governo. ● /COM PABLO SANTANA

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Política fiscal Gestação de nova âncora

Substituto 'radical' do teto não tem chance no Congresso, diz Lira

Para o presidente da Câmara, a nova regra fiscal que o governo prepara deve ser 'moderada', como já alinhado com líderes

IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

No mesmo evento do BTG Pactual em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu adiantar o substituto do teto de gastos, ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que um eventual texto "radical" sobre o novo arcabouço fiscal não terá sucesso no plenário do Congresso. Na visão do deputado, a âncora deve ser "razoável", "equilibrada" e "moderada".

"Eu não canso de dizer que o próprio ministro (*Fernando*) Haddad se sentou numa mesa com todas as lideranças da Câmara na discussão da PEC da Transição, e fizemos um acordo para que o texto que vier (*do arcabouço fiscal*) seja um texto médio, que possa angariar apoio de base de mudança constitucional, ou seja, um texto radical para um lado ou para outro não terá sucesso no plenário do Congresso", disse Lira, no evento. "Esse compromisso foi feito na presença de todos os líderes, da oposição ao governo, para que o Ministério da Economia (*Fazenda*) e do Planejamento possam fornecer ao Congresso Nacional um texto médio, conceituado, razoável, equilibrado, que trate de responsabilidade fiscal sem esquecer a justiça social, mas não descambe nem para um lado, excessivamente, nem para outro, que seja um texto moderado", emendou.

AUTONOMIA DO BC. Em meio às críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Banco Central (BC), Lira voltou a afirmar que não vê no Congresso nenhuma possibilidade de mudança em relação à autonomia do BC. O deputado disse acreditar que Lula e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, "são duas pessoas que vão saber dialogar".

Na visão de Lira, as tratativas públicas sobre a política monetária não ajudam a economia. "Foi um avanço, uma conquista dos últimos anos. Acho que o Brasil caminha na direção do que o mundo pensa. O Banco Central independente cuida da nossa moeda, cuida do sistema monetária. É lógico que ninguém está acima de qualquer crítica. Eu penso, tanto pelo que eu conheço do presidente Lula, recentemente, nas conversas que tivemos, como do presidente Roberto Campos, que são duas pessoas que vão saber dialogar", disse Lira.

O presidente da Câmara afirmou não ver problema em Campos Neto ir ao Congresso explicar a taxa de juros, como querem parlamentares do PT e de outros partidos governistas, mas disse que a ida do banqueiro central ao Legislativo não pode ocorrer por "achismos" e questões ideológicas. "Mas eu tenho certeza de que, se houver um convite, pelas conversas e pelas entrevistas que eu ouvi, com bastante sensatez, ele vai, e essas coisas se esclarecerão", declarou Lira. ●

Grupo de trabalho da tributária acomoda PT e aliados de Bolsonaro

O grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para debater a reforma tributária tem 12 membros, com representantes que vão do PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao PL, legenda de oposição que abriga o ex-presidente Jair Bolsonaro. Os deputados que fazem parte da equipe poderão realizar audiências públicas e reuniões com órgão e entidades da sociedade civil em 90 dias. ● I.P.

Gestores veem meta como 'irreal', mas cobram nova âncora

Em evento organizado ontem pelo BTG Pactual, gestores de recursos defenderam a revisão da atual meta de inflação, classificada por eles como "irreal" e "errada" considerando a trajetória atual dos preços. Eles ressaltaram, porém, que o esforço principal do governo neste momento deveria ser a apresentação de uma nova âncora fiscal "crível" para substituir o modelo de teto de gastos.

Para este ano, a meta é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos. Para 2024 e 2025, o patamar estabelecido é de 3%. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem pressionado o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a ampliar esses limites, o que, na avaliação do governo, abriria espaço para o corte dos juros.

"A meta está errada, e não dá para persegui-la. Mas acho que a ordem dos fatores neste caso altera o produto. É mais importante definir primeiro a regra fiscal que vai substituir o teto de gastos", disse André Jakurski, gestor da JGP.

Para o sócio-fundador da SPX Capital, Rogério Xavier, o cenário inflacionário agravado nos últimos anos pela pandemia e pela guerra entre Rússia e Ucrânia dificultou o cumprimento da metas. "Se a gente tem uma reunião a cada ano no mês de junho para reavaliar as metas de inflação, por que isso é um dogma tão grande de corrigir?"

Xavier acrescentou que a pressão sobre juros não é consequência do sistema de inflação, mas das incertezas que cercam a pauta fiscal. "Ninguém tem coragem de chegar para o ministro (*Fernando*) Haddad (*da Fazenda*) e dizer: 'Ministro, sabe qual o problema da meta de inflação? É porque as pessoas não têm confiança na execução fiscal que o senhor está propondo'." Sentado na primeira fila do auditório, o próprio Haddad esperava o início do seu painel.

Prioridade
Gestores afirmam que definição de política fiscal teria impacto positivo nas expectativas de inflação

Outra referência no mercado de gestão de recursos, Luis Stuhlberger, da Verde Asset, afirmou que a "discussão da meta é cabível, não é o fim do mundo e não implica perda de credibilidade". "Eu acho que buscar uma meta irrealista não é uma coisa boa para o Brasil no atual momento em que a gente está." Na sequência, ressaltou o papel de "um arcabouço fiscal crível". "Os dois juntos vão nos jogar num lugar melhor do que a gente está hoje."

O economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro, avaliou que o grande debate econômico neste momento não deveria ser a revisão das metas de inflação. "Se não tiver sinalização de controle fiscal, pode alterar meta e trocar presidente do BC 50 vezes", declarou. ● FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, GIORDANNA NEVES e BRUNA CAMARGO

Adriana Fernandes adriana.fernandes@estadao.com

Efeito Haddad

Enquanto o governo Lula esfriava temporariamente o debate sobre a elevação da meta de inflação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou para março o anúncio de novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos. O compromisso assumido nesta quarta-feira, quase véspera do carnaval, adianta em um mês o envio do projeto ao Congresso.

A fala do ministro foi bem-recebida pelos agentes do mercado financeiro, após a crise aberta com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em torno do atual nível elevado da taxa Selic, de 13,75% ao ano, e a pressão do presidente Lula para um afrouxamento da meta de inflação.

O mercado financeiro gostou do que ouviu e já teve gente que até mesmo passou a vislumbrar a possibilidade de a taxa Selic começar a cair no primeiro semestre.

A promessa, porém, conta com uma boa dose de ousadia do ministro, uma vez que as discussões sobre o modelo ainda não estão em estágio amadurecido no campo técnico.

Haddad e equipe terão de correr agora para ajustar os ponteiros ainda divergentes e aqueles que ainda estão crus. Sim, essa é a realidade.

Do ponto de vista de estratégia fiscal, é inegável que Haddad está fazendo um desvio de rota (ainda que com alcance não totalmente bem percebido) ao antecipar o anúncio.

> *Discussões sobre nova âncora fiscal ainda não estão em estágio amadurecido no campo técnico*

Havia – e, porque não dizer, ainda há – atores importantes do governo e parlamentares aliados que se movimentam para que a reforma tributária saia na frente do novo arcabouço.

Essa postura é centrada na crença de que a reforma tributária está mais madura e de que não há tempo a perder para aprová-la nos primeiros meses do governo. Mas há também a situação de que o projeto do arcabouço não está assim tão adiantado como muitos imaginam.

O próprio ministro Haddad apostou na ideia de que a reforma tributária poderia tramitar com o projeto de arcabouço fiscal.

O ruído em torno da meta de inflação acabou impondo a aceleração do projeto do novo arcabouço fiscal. Parece que ficou claro que, ao mudar a meta de inflação sem a âncora fiscal, com os agentes financeiros totalmente no escuro sobre a nova regra para o controle das contas públicas, as expectativas de inflação só iriam aumentar.

Quanto mais rápido um bom projeto for aprovado, melhor para acelerar a janela do início de queda dos juros. Foi o que os preços dos ativos mostraram depois da fala de Haddad. Não dá para fazer omelete sem quebrar os ovos. O governo terá de decidir o que aprovar primeiro. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Banco Central Depois das críticas

Aliados aconselham Lula a dar trégua a Campos Neto

EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

A queda de braço entre o governo e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, foi tema de conversas no jantar de aniversário do PT, terça-feira passada em Brasília. Lideranças petistas relataram à reportagem que fizeram chegar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a avaliação de que seria o momento de deixar as críticas ao presidente do BC com os parlamentares da base e "despersonificar" o ataque aos juros altos.

A preocupação do PT é de, na ânsia de criticar Campos Neto, acabar dando impulso político a ele. O alerta foi ligado após a comunicação do partido identificar um salto de buscas no Google por "quem é Campos Neto". Outra avaliação é de que, na entrevista dada na segunda-feira no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, Campos Neto conseguiu se defender das críticas, reduziu as tensões com o governo e fez acenos de diálogo a Lula. ●

Orçamento Novos limites

Governo trabalha para conter gastos no primeiro trimestre

Ideia é sinalizar compromisso com redução do déficit público; gestão espera bom cenário para resultado primário

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva trabalha para segurar as despesas no primeiro trimestre do ano e sinalizar o compromisso com a redução do déficit das contas públicas para pelo menos 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. O apontamento deverá constar no decreto de programação do Orçamento de 2023, que será divulgado amanhã.

O decreto vai estabelecer um cronograma de desembolso das despesas. Segundo apurou o **Estadão**, o texto deverá estabelecer um limite "um pouco menor" do que 1/12 (um doze avos) dos valores para movimentação e empenho de despesas discricionárias (não obrigatórias) de órgãos do Poder Executivo definidos na Lei Orçamentária de 2023.

O limite representa o quanto o governo pode gastar em cada mês em relação ao total de despesas previstas no Orçamento para todo o ano. Ou seja: os órgãos do governo só poderão desembolsar esse limite dos seus respectivos orçamentos estabelecidos para 2023. Na prática, esse limite representa um controle conhecido no jargão orçamentário de "boca do caixa".

Chave do cofre
Ideia é ter limite menor do que estaria previsto para despesas mês a mês e forçar corte por ministérios

FREAR DESPESAS. O **Estadão** apurou que a ideia é gerir o orçamento com prudência no primeiro trimestre até a divulgação do primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, que por lei deve ser enviado ao Congresso no dia 22 de março.

É nesse documento que o governo tem de adotar medidas, se necessário, para o cumprimento do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Caso haja necessidade de correção dos desvios, o governo tem de fazer um bloqueio preventivo. Apesar da intenção do governo Lula de revogar o teto e conseguir no Congresso a aprovação de uma nova regra fiscal, a medida ainda está valendo.

Nesse primeiro relatório, a expectativa do governo é de que haja um cenário bem melhor para o resultado primário, com uma reestimativa de receitas para cima decorrente do impacto das medidas do pacote de ajuste fiscal. ●

Tributos Mudança de entendimento

Projeto prevê Refis para atenuar decisão do STF

BRASÍLIA

O deputado Gilson Marques (Novo-SC) protocolou na Câmara projeto de lei que cria um programa de parcelamento de débitos (Refis) para dívidas de empresas após recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que permite a cobrança pela Receita de impostos que as companhias tinham deixado de recolher amparadas por decisões judiciais em que não cabiam mais recursos.

Na quarta-feira da semana passada, a Corte reviu o princípio constitucional da chamada "coisa julgada" para questões tributárias. O Supremo decidiu, por 6 votos a 5, que a quebra de decisões definitivas é automática quando houver mudança de entendimento sobre temas tributários.

Isso significa que contribuintes que conseguiram decisões favoráveis na Justiça para deixar de recolher determinados impostos devem voltar imediatamente a pagá-los se o Supremo mudar sua compreensão.

De acordo com a proposta do deputado do Novo, poderão aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária do Fim da Eficácia da Coisa Julgada (Pert-Fim) pessoas físicas e jurídicas que estiverem em recuperação judicial e que comprovem ter sido beneficiadas em ações judiciais transitadas em julgado, ou seja, sem possibilidade de recurso, que estejam vinculadas à decisão do Supremo.

Sentenças
Empresas tinham decisões judiciais definitivas para não pagar tributos e agora terão de fazer recolhimento

A proposta prevê que quem aderir ao programa deve pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no Pert-Fim e dos débitos vencidos, inscritos ou não na dívida ativa da União. ● IANDER PORCELLA

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06 e 56.577.059/0012-54

COMPRA PRIVADA / ICESP 2164/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MAIOR OFERTA GLOBAL**, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, SEGREGAÇÃO E DESCARTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS GRUPO D**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA / ICESP 2175/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** para Contratação de **Apólice de Seguro Patrimonial e de Responsabilidade Civil,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DAS ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS REGIONAL LAPA

A Diretoria da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas Regional Lapa, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 65, 66, 67, 68 e 69 do Estatuto Social em vigor determina e torna pública a data de 24 de maio de 2023, para as Eleições dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente da Central e Regionais, Secretário e Tesoureiro; Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes das regionais para que em segunda votação os mesmo elegerão os membros titulares do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL-APCD), referente à gestão 2023/2026. Membros do Conselho Fiscal (COFI-APCD Central) e Eleitoral (COEL-APCD Central), referente à gestão 2023/2029. Conselheiros dos Conselhos Deliberativo; Fiscal e Eleitoral das Regionais, quando previsto. As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, em duas vias, enviados e protocolados na secretaria dos Conselhos da APCD-Central, sito à Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – 1º andar, para a Central e na APCD Regional Lapa, sito Rua Pio XI, nº 1651 – Bairro Alto de Pinheiros, com o encaminhamento da 1ª via dentro do prazo legal.

As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudo, serão por chapas Completas e para os Conselhos Deliberativo, Fiscal e Eleitoral individualmente. O Prazo de inscrição encerra-se no dia **27 de março de 2023 às 20:00h** na secretaria dos Conselhos da APCD-Central e na APCD Regional Lapa **17:30hs.**

Os candidatos ao cargo do Conselho Deliberativo APCD Central, eleitos no primeiro pleito como representantes das respectivas Regionais em 24/05/2023, reunir-se-ão até a primeira quinzena do mês de Junho nas suas respectivas Macrorregiões para elegerem por aclamação dos representantes presentes, os Conselheiros titulares e suplentes (CODEL-APCD), na proporção prevista no artigo 65 do Regulamento Eleitoral combinado com o artigo 41 do Estatuto Social da APCD Central, todo processo eleitoral será organizado pelos coordenadores da Macrorregião e conduzido pelo Delegado Eleitoral indicado pelo COEL Central, que deverá obedecer aos critérios eleitorais definidos no Regulamento Eleitoral da APCD Central.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Dra. Roberta Vieira Farac
Presidente da Regional APCD Lapa

Dra. Daniela Berci Luiz Lima
Secretário Geral da Regional APCD Lapa

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108.9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Outubro de 2022

1. Data, hora e local: 10 de outubro de 2022, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, n° 1.489 e Rua Guaianases, n° 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4° do artigo 124 da Lei n° 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: **a)** Desinvestidura do Sr. Roberto de Souza Santos do cargo de CEO - Seguros da Companhia; **b)** Eleição de um novo Diretor para ocupação do cargo de CEO - Seguros da Companhia; **c)** Ratificação da atual composição da Diretoria; e d) Ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou: **5.1.** Aprovar a desinvestidura do Sr. Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 641.284.587-91, do cargo de CEO - Seguros da Companhia, o qual ocupava interinamente. **5.2.** Aprovar a eleição do Sr. José Rivaldo Leite da Silva para o cargo de CEO - Seguros da Companhia, anteriormente ocupado pelo Sr. Roberto de Souza Santos. O Sr. José Rivaldo Leite da Silva acumulará este novo cargo com o cargo de Diretor Vice-Presidente - Comercial, já ocupado por ele. **5.3.** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: **Diretor Presidente:** Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 641.284.587-91; **CEO - Seguros:** José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 047.332.458-07, cumulando com o cargo de **Vice-Presidente - Comercial; Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n° 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG n° 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG n° 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG n° 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente:** Sami Foguel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 05.396.262-10 SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob n° 263.344.758-94; **Diretor de Produto - Automóvel:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 182.469.498-96; **Diretor Técnico:** Fabio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 13.793.433-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 128.680.328-42; **Diretora de Produção:** Eva Vazquez Montenegro Miguel, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG n° 8.077.674-7 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o n° 066.872.138-30; **Diretor de Tecnologia da Informação:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 249.181.618-04; Diretor de Sinistros: Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 112.681.578-05; **Diretor de Atendimento: Luiz Felipe Milagres Guimarães,** brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG n° 06.743.711-1 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 874.657.877-34; **Diretora Jurídica e Riscos:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG n° 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o n° 174.320.898-76; **Diretora de Pessoas e Sustentabilidade:** Carolina Helena Zwarg, brasileira, solteira, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG n° 27.843.686-9 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o n° 292.135.838-77; **Diretor de Produto - Ramos Elementares:** Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 246.784.718-71; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 200.476.918-16; **Diretor de Produto - Seguros de Pessoas:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 052.854.947-29; **Diretor de Precificação:** Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG n° 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 801.614.640-68; e **Diretores sem denominação especial:** Marcelo Zorzo, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG n° 702.331.385-6 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o n° 412.391.640-68; Izak Rafael Benaderet, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG n° 24.739.792-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 128.339.398-09; Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n° 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n° 218.048.598-00; Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 283.416.528-97; e Paulo Henrique Galleguillos Calderon, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG n° 39.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob n° 965.093.256-91, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, n° 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10° andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **5.4.** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável: **I - Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jaime Soares Batista;** b. Diretor responsável técnico - **Fabio Ohara Morita;** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Celso Damadi;** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma;** e. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP n° 143/05 - **Jaime Soares Batista;** f. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **José Rivaldo Leite da Silva;** g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP n° 382/20) - **Luiz Felipe Milagres Guimarães**; h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP n° 383/20) - **Rafael Veneziani Kozma;** i. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP n° 415/21) - **Fabio Ohara Morita; II - Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei n° 9.613/98 (Circulares SUSEP 234 e 612) - **Adriana Pereira Carvalho Simões;** b. Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões. 6. Documentos arquivados na sociedade:** procurações, termo de posse e declaração de desimpedimento. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1° da Lei n° 6.404/76. São Paulo, 10 de outubro de 2022. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretária da Mesa:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seu Diretor, Sr. Lene Araújo de Lima Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional e por sua procuradora, Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por sua procuradora, Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Aline Salem da Silveira Bueno - **Secretária. JUCESP** n° 62.519/23-2 em 08/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

apcd

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS – APCD

O Conselho Eleitoral da APCD, no uso de suas atribuições e de acordo com o Estatuto Social em vigor, aprovado em assembleia Geral de 01 de Julho de 2022, determina e torna pública a data de 24 de maio de 2023, para as Eleições dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente da APCD Central e Regionais e respectivos Núcleos; Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes para formação do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL-APCD), que em segunda votação elegerão entre eles os membros titulares referente à gestão 2023/2026; Membros do Conselho Fiscal (COFI-APCD) e Eleitoral (COEL-APCD), referente à gestão 2023/2029; e Conselheiros dos Conselhos Deliberativo; Fiscal e Eleitoral das Regionais, quando previsto. Atualmente o sistema APCD é composto pela **Associação Paulista De Cirurgiões-Dentistas APCD-Central, CNPJ: 47.331.822/0001-19**, representado por seu Presidente - **Presidente:** Dr. Wilson Chediek, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 7105650 e CPF 2981531816, endereço à Av.Cristovão Colombo, 777, apto 61 - Araraquara/ SP, CEP 14801-200; **1º Vice-Presidente:** Dr. Silvio Jorge Cecchetto; Brasileiro, Desquitado, Cirurgião-dentista, RG: 557.8644 e CPF: 916.643.148-49, endereço à Rua Voluntários da Pátria, 3000 apto 41 Santana – SP – 02402-200; **2º Vice-Presidente:** Sidney Rafael das Neves; brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 16890206 e CPF 07692117802, endereço Rua Branco de Araujo 150 Chacara Santo Antonio - SP/ SP, CEP 04715.010. **Secretário Geral:** Dr. Pedro Antonio Fernandes, Brasileiro, Casado, Cirurgião-Dentista, RG: 79779827 e CPF: 01185898925, endereço à Avenida José Maria Fernandes, 860 apto 21 Parque Novo Mundo, São Paulo/ SP – CEP 02185-030; **Tesoureira:** Maria Ângela Marmo Fávaro, Brasileira, Casada, Cirurgiã Dentista, RG 3388107 e CPF 99274310820 endereço Rua Conselheiro Pedro Luis 268 Santana – SP/SP CEP 02020.050 e pelas Regionais abaixo elencadas: Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Americana, CNPJ: 60.722.782/0001-02; Presidente:** José Antonio Campana, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 9036563 e CPF 115.582.718-05 endereço: Av. Um, 709, Iate Clube de Americana, Americana/ SP, CEP 13475-150; **Secretário:** Ernesto Frederico Quenzer Netto; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Amparo, CNPJ: 04.895.544/0001-10; Presidente:** Mateus Terribile Marchi, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 249133994 e CPF 18804458836, endereço à R. José Bonifácio, 813, Amparo/ SP, CEP 13900-320. **Secretária:**Thais Helena Armelin; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Andradina, CNPJ: 51.098.838/0001-09; Presidente:** Rogério Celeste Motoyama, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 11178680 e CPF 04754843800, endereço à R Ceara 1491, Andradina/ SP, CEP 16900-025. **Secretária:** Eliana Pagnano Modesto; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Araraquara, CNPJ: 45.272.556/0001-75, Presidente:** Luís Henrique Rodrigues dos Santos; brasileiro, casado, cirurgião-dentista, RG 91499665 e CPF 058.879.428-78, endereço à Av. Pio Lourenço Correia, 91 ap 61, Araraquara/SP, CEP 14802-010. **Secretário:** Carlos Augusto Staufackar; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Araras, CNPJ: 51.044.170/0001-09, Presidente:** José Horácio Siqueira Vieira, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 655433 e CPF 34563393649, endereço à R Thomas Edson 86, Araras/ SP, CEP 13600-000; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Assis, CNPJ: 45.669.223/0001-84, Presidente:** Adriana de Fatima Barchi Gomes, brasileira, Divorciada, cirurgiã-dentista, RG 175263942, CPF 13811210807, endereço: Rua Carlos Bompani, 576, Jardim Europa, Assis/ SP, CEP 19814-630. **Secretária:** Ana Paula Hokumura Bragaroli Pomini; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Avaré, CNPJ: 57.268.534/0001-10, Presidente:** Debora Cristina Guazzelli Guerra, Brasileira, Divorciada, cirurgiã-dentista, RG 101548813, CPF 11209280876, Endereço: Rua Maria Antonia De Souza, 600, Vila Sao Judas Tadeu, Avaré/ SP, CEP 18705-480. **Secretário:** Robson Henrique Martins Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Baixada Santista, CNPJ: 58.252.602/0001-16, Presidente:** Osvaldo Servulo Da Cunha, Brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 4940449, CPF 184.509.709-20, Endereço: Rua Nabuco De Araújo, 253, APTO 61, Boqueirão, Santos/ SP, CEP 11025-010. **Secretário:** Gilberto Ferreira Motta; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Barretos, CNPJ: 45.291.804/0001-25, Presidente:** Jose Umberto Bampa, Brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 7607761, CPF 789.399.848-20, Endereço: Rua 20, 20, Entre 35x37 Nº 25, Primavera, Barretos/ SP, CEP 14780-660. **Secretária:** Renata Facchiolli Manzano Gregorio; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Batatais, CNPJ: 01.136.849/0001-50, Presidente:** Eduardo Silva Ricco, brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 17201720 e CPF 16710080811, residente à Av. Nove De Julho 220, Batatais/ SP, CEP 14300-000. **Secretária:** Maria Cristina Raimundo de Carvalho; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Bauru, CNPJ: 46.137.667/0001-31, Presidente:** Marco Antonio Hungaro Duarte, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 18858029, CPF 141.009.538-01, Endereço: Rua Anna Pietro Forte, 318, Lote A12, Residencial Villagio 1, Bauru/SP, CEP 17018-820. **Secretário:** Morimassa Missaka; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Bebedouro, CNPJ: 55.113.138/0001-99, Presidente:** Akiyochi Marcos Umeda, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 188585060, CPF 150.779.288-35, Endereço: Rua Randao Veras, 1334, Centro, Bebedouro/ SP, CEP 14700-335. **Secretário:** Otávio de Oliveira Júnior; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Birigui, CNPJ: 51.104.834/0001-88, Presidente:** Marcio Fernando Mazetto, Brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 199998905, CPF 788.850.519-87, Endereço: Rua Anhangüera, 295, AP 102, Centro, Birigui/ SP, CEP 16200-067. **Secretária:** Flávia Karina Guimaraes Sandoval; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Botucatu, CNPJ: 50.356.013/0001-76, Presidente:** Elenise Ruiz Claudio, Brasileira, Divorciada, cirurgiã-dentista, RG 10283217, CPF 053.291.748-05, Endereço: Rua Jose Laperuta, 12, Vila Nelo Cariola, Botucatu/SP, CEP 18603-400. **Secretário:** Felipe Tortolero Pierine; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Bragança Paulista, CNPJ: 67.160.630/0001-02, Presidente:** Thais Bonilha, Brasileira, Casado, cirurgiã-dentista, RG 270443836, CPF 274.415.878-08, Endereço: Rua Dom Aguirre 487 - Centro, Bragança Paulista/ SP, CEP 12900-430. **Secretária:** Roseli Soriano; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Butantã, CNPJ: 19.176.517/0001-64, Presidente:** Servulo Augusto Pereira Felix Junior, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 59548836, CPF 782.610.238-34, Endereço: Rua Luís Coelho 308 Cj 14 - Consolação, São Paulo/ SP, CEP 01309-000; **Secretária:** Suely Seiko Kajiura Takaoka; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Caçapava, CNPJ: 00.908.975/0001-12, Presidente:** Marco Aurélio Chaguri, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 12286511 e CPF 08653456864, endereço à Av. Dr. Antonio Pereira Bueno, 500 Casa 13 Cond. Dos Pinheiros, Caçapava/ SP, CEP 12286-290. **Secretário:** Luiz Gustavo Centurion Moura; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Cambuci, CNPJ: 21.455.992/0001-11, Presidente:** Ary de Held Filho, brasileiro, Solteiro, cirurgião--dentista, RG 2975139 e CPF 61456721887, endereço à Av Lacerda Franco 527 Ap 212, São Paulo/ SP, CEP 01536-000. **Secretário:** Daniel Cividanis Gomes Nogueira Fernandes; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Casa Verde, CNPJ: 17.800.958/0001-60, Presidente:** Denise Lemos De Andrade, Brasileira, Casado, cirurgiã-dentista, RG 12570371, CPF 177.835.768-77, Endereço: Rua Tupi, 634 Ap 54, Santa Cecília, São Paulo/ SP, CEP 01233-000. **Secretário:** Eduardo Yabuki; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Catanduva, CNPJ: 51.344.356/0001-83, Presidente:** Sergio Henrique Belini, Brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 22072343, CPF 202.745.238-92, Endereço: Rua Santos, 992 - Vila Rodrigues, Catanduva/ SP, CEP 15801-350. **Secretária:** Andrea Rinaldi Della Libera Fernandes; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Dracena, CNPJ: 53.306.700/0001-75, Presidente:** Claudio Roberto Cedroni, Brasileiro, Divorciado, RG 12395398, CPF 094.041.658-16, Endereço: Rua Brasil 1585 - Centro, Dracena/SP, CEP 17900-000. **Secretário:** Alan Souza Rodrigues; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Fernandópolis, CNPJ: 51.838.977/0001-13, Presidente:** Farid Jamil Silva Arruda, brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 342783142 e CPF 22028634863, endereço à Av Exp Brasileiros, 866, Fernandópolis/SP, CEP 15600-000. **Secretária:** Valéria Cristina Lopes de Barros Rolim; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Franca, CNPJ: 47.983.353/0001-51, Presidente:** Wanderley Silveira Ferreira, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 6473467, CPF 840.629.086-20, Endereço: Rua General Carneiro, 1949, Centro, Franca/ SP, CEP 14400-500. **Secretária:** Letícia Martins Pereira; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Guaratinguetá, CNPJ: 51.628.196/0001-02, Presidente:** José Geraldo Cardoso Junior, brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 835979 e CPF 05910960644, endereço à R Dilermando Reis 104, Guaratinguetá/ SP, CEP 12515-220. **Secretária:** Maria Claudia Felipe; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Guarulhos, CNPJ: 04.012.464/0001-19, Presidente:** Marcos Antonio Martins, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 9766138, CPF 009.893.238-11, Endereço: Rua Professor João De Barros 75 -Chacará São Luis, Guarulhos/ SP, CEP 07091-020. **Secretária;** Teresinha de Jesus Costa Martins; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Indaiatuba, CNPJ: 52.363.892/0001-99, Presidente:** Silvia Cervo, brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 136165047 e CPF 06174484858, endereço à Alameda Dos Castanheiros 176, Indaiatuba/ SP, CEP 13341-042. **Secretária:** Natasha Bittencourt Vaciloto; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Ipiranga, CNPJ: 17.363.694/0001-24, Presidente:** Edivaldo Doria Ramos, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 2115572 e CPF 47145501600, endereço à R Inacio, 380 Ap 131, São Paulo/ SP, CEP 03142001. **Secretário:** José Eduardo Lopes; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Itapetininga, CNPJ: 45.859.121/0001-21, Presidente:** Irene Raimundo Ziglio, brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 7546218 e CPF 01536232840, endereço à R Francisco Valio, 777, Itapetininga/SP CEP 18200-000. **Secretária:** Veronica Jubram Marquesin; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Itu, CNPJ: 50.366.111/0001-94, Presidente:** Jose Divaldo Prado, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 9245823, CPF 850.055.848-20, Endereço: Rua Santana 262 - Centro, Itu/SP, CEP 13300-220. **Secretária:** Elizabeth Joana Wessel Prado; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Ituverava, CNPJ: 54.918.909/0001-52, Presidente:** Ricardo Trajano Telles Rodrigues, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 338328117, CPF 219.876.368-05, Endereço: Rua Capitao Florindo Jose Da Silva, 431, Centro, Ituverava/SP, CEP 14500-000. **Secretária:** Andrea Honorato David Barrachi; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Jaboticabal, CNPJ: 49.225.022/0001-49, Presidente:** Marcelo Ribeiro da Silva, brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 217226103 e CPF 167.085.248-21, endereço à Av Major Novaes 1361, Jaboticabal/ SP, CEP 14870-080. **Secretário:** Alexandre Sallum; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Jacareí, CNPJ: 49.992.605/0001-03, Presidente:** Wilson Fontenelle Marques, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 230701012, CPF 272.435.768-00, Endereço: Rua Gilberto Moreira, 129 apto 82, Vila Aprazível, Jacareí/SP, CEP 12307-750. **Secretária:** Claudia Chiarello Martins; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Jales, CNPJ: 51.853.117/0001-59, Presidente:** Adriano Schiavinatti Gomes, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 400023039, CPF 366.945.958-83, Endereço: Av Maria Jales, 1914, Vila Norma, Jales/SP, CEP 15700-000. **Secretário:** Rodrigo Soares Lessi; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Jardim Paulista, CNPJ: 11.673.026/0001-17, Presidente:** Márcia Ayres, brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 6809288 e CPF 766.948.368-72, endereço R São Benedito 2650 Apto 154, São Paulo/ SP, CEP 04735-005. **Secretário:** Marcos Koiti Itinoshi; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Jaú, CNPJ: 01.261.813/0001-06, Presidente:** Jose Franco Da Rocha, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 2563788, CPF 013.002.028-15, Endereço: Av Pref Luiz Liarte, 509 Jardim Das Paineiras, Jaú/ SP CEP 17211-360. **Secretária:** Ana Laura Zugliani; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Jundiaí, CNPJ: 50.982.461/0001-85, Presidente:** Maurício Fortunato Macioca, brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 13.483.855 e CPF 141.296.768-65, endereço Rua Dante Bellodi, 351 – Jundiaí/ SP, CEP 13212-200; **Secretária:** Cassia Harumi Uehara; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas da **Lapa, CNPJ: 14.033.009/0001-03, Presidente:** Roberta Vieira Farac, Brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 259663840, CPF 287.920.138-13, Endereço: Av. Pompéia, 634 Conj 115 Vila Pompéia, São Paulo/SP, CEP 05022-000. **Secretária:** Daniela Berci Luiz Lima; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Limeira, CNPJ: 51.487.056/0001-53, Presidente:** Alexandre Pelosini Dos Santos, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 18128197, CPF 076.080.318-83, Endereço: Rua Prof Eliza Alves Ciarrocchi, 335, Limeira/ SP, CEP 13482-202. **Secretário:** Osvaldo Wodevotzky Júnior; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Lins, CNPJ: 47.597.547/0001-80, Presidente:** Paulo Pelloso, Brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 5464331, CPF 711.731.968-20, Endereço: Rua Fagundes Varela, 145, Jardim Ariano, Lins/ SP, CEP 16400-463. **Secretário:** José Carlos Negreli Musegante; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Marília, CNPJ: 52.059.557/0001-00, Presidente:** Carlos Mateus Ribeiro Sanches, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 17401787 e CPF 080.656.488-19, endereço Av. João Ramalho, 2441, Marília/ SP, CEP 17522000. **Secretária:** Natalie Ueda de A. Pereira Nogueira; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Mococa, CNPJ: 54.139.779/0001-50, Presidente:** Glaciema dos Santos Nunes, brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 5749959 e CPF 778.935.496-53, residente à Praça Antonio Prado 88 Centro - Mococa/ SP, CEP 13730-036. **Secretário:** Tony Erisson Pereira Bastos; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Mogi das Cruzes, CNPJ: 51.374.049/0001-45, Presidente:** Paulo Henrique Marques de Oliveira, brasileiro, Desquitado, cirurgião-dentista, RG 27924602-x e CPF 271.535.828.86, endereço: Av. Hélio Borestein 901 Casa 13 – Vila Oliveira – Mogi das Cruzes – SP, CEP 08790.230. **Secretário:** Renato Lopes Faury Junior; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Osasco, CNPJ: 48.889.794/0001-12, Presidente:** Valdir Lopes, Brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 184375885 e CPF 093.784.528-09, endereço: Estrada di Guatambu 99 Vila Silvânia - Osasco/ SP, CEP 06321.620. **Secretária:** Eurica Yanagimori; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Ourinhos, CNPJ: 44.541.076/0001-08, Presidente:** Ricardo Simões Pioto, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 299827161 e CPF 28706553800, endereço R São Paulo, 574, Ourinhos/ SP, CEP 19900.051. **Secretária:** Kelly Juliane de Souza; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Penápolis, CNPJ: 51.097.319/0001-18, Presidente:** João Ailton Vieira, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 10612863 e CPF 01517919886, endereço R Dr. Mario Sabino 672 – Centro – Penápolis/SP, CEP 16300.049. **Secretário:** Ronise Torrezan de Negreiros Ribeiro; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Penha, CNPJ: 15.122.979/0001-48, Presidente:** Setuo Shigihara Abe, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 2439176 e CPF 03955710815, endereço R: Jaborandi 244 – Penha de França – São Paulo/ SP, CEP 03610.000. **Secretário:** Fábio Akira Miura; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Pindamonhangaba, CNPJ: 50.455.567/0001-20, Presidente:** Paulo Roberto Silva Marcondes Cesar, brasileira, Casado, cirurgião-dentista, RG 7148210 e CPF 03338242883, endereço Rua Francisco Antonio Pereira de Carvalho 22 Parque São Domingos, Pindamonhangaba/ SP, CEP 12410.390. **Secretário:** Hércule Martinez Peregrino; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Pinhal, CNPJ: 51.924.710/0001-49, Presidente:** Marcelo Scannapieco brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 16863353 e CPF 11490370838, endereço R 16 de Abril 262 – Centro, Espirito Santo Do Pinhal/ SP, CEP 13990000. **Secretária:** Claudia Adriana de Carvalho Vischi Peres; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Pinheiros, CNPJ: 17.822.317/0001-06, Presidente:** Pericles Correa de Freitas, brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 6438198 e CPF 064.594.438-66, endereço Av. São Gualter, 453, Vila Ida, Sao Paulo/ SP, CEP 05455-000. **Secretário:** Alex Yoshiharu Otani; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Piracicaba, CNPJ: 54.406.731/0001-60, Presidente:** Edson Zenebra, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 3660684 e CPF 71634924800, endereço R: Do Rosario, 1340 Apto 181, Piracicaba/ SP, CEP 13400.186. **Secretária:** Sandra Aparecida Barroso Furlan; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Porto Ferreira, CNPJ: 01.554.137/0001-50, Presidente:** Neusa Aparecida Lemes de Oliveira, brasileira, Desquitada, cirurgiã-dentista, RG 1626233 e CPF 49824449604, endereço R. Constantino João 288 – Jd. Primavera, Porto Ferreira/ SP, CEP 13660.084. Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Ribeirão Preto, CNPJ: 60.244.258/0001-65, Presidente:** Regis de Moraes Peporini, brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 22103343 e CPF 14455210830, endereço à Rua Antonio Guimaraes 188, Ribeirao Preto/ SP, CEP 14050-320. **Secretário:** Zélio Faeda; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Santana, CNPJ: 19.769.854/0001-65, Presidente:** Roberto Di Blasio, brasileiro, Divorciado, cirurgião-dentista, RG 79892851 e CPF 08369794866, endereço Rua Salete, 200 cj.72 – Santana, São Paulo/ SP, CEP 02016.001. **Secretário:** Marcelo Augusto Mannis; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Santo Amaro, CNPJ: 13.190.994/0001-06, Presidente:** Miriam Costa Moura, brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 10459286 e CPF 06350162811, endereço Rua Nazaré Rezek Farah 277 Vila Santa Catarina, Sao Paulo/ SP, CEP 04367.050. **Secretário:** Marco Túlio de Lourenzo; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Santo André, CNPJ: 44.203.123/0001-03, Presidente:** Marcos Augusto Cini, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 241905102 e CPF 267278998.35, endereço à Av Dos Andradas 162 apto 13 – Vila Assunção – Santo André/SP, CEP 09030.350. **Secretário:** Eloi Novaes Rocha; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São Bernardo do Campo, CNPJ: 45.948.940/0001-45, Presidente Interventor:** Florival Dias, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 7471461 e CPF 53251253891, endereço à R. Militao Barbosa De Lima, 246 Apto 63, Sao Bernardo Do Campo/ SP, CEP 09720420. Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São Caetano do Sul, CNPJ: 43.302.975/0001-87, Presidente:** Miguel Damiani Neto, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 8470360 e CPF 00381334821, endereço à Rua Siqueira Campos, 985 Apto. 92, Santo Andre/ SP, CEP 09020.240. **Secretária:** Lilian Vieira Rocha Gouveia; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São Carlos, CNPJ: 45.707.775/0001-30, Presidente:** Mauricio Sergio Porto, Brasileiro, casado, Cirurgião-Dentista, RG 337089991 e CPF 22134363800, endereço Rua Rosalino Bellini 154 Jardim Santa Paula - São Carlos/ SP, CEP 13564-050; **Secretário:** Mauricio José Dal'Acqua Bunemer; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São João da Boa Vista, CNPJ: 06.033.824/0001-44, Presidente:** Miguel Angelo Marcondes Ruston brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 245515227 e CPF 278.163.678-99, endereço Rua João Pessoa 400 – Vila Oriental- São João da Boa Vista/SP CEP 13870.676. **Secretária:** Solange Salioni da Silva; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São José do Rio Pardo, CNPJ: 05.366.730/0001-24, Presidente:** Heber Luís Nogueira Fontão, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 68478616 e CPF 96520930849, endereço Rua Octacílio Dias Soares, 45 , Sao Jose Do Rio Pardo/ SP, CEP 13720-000. **Secretária:** Ana Cristina Heleno Victorio Fontão; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São José do Rio Preto, CNPJ: 60.006.640/0001-30, Presidente:** Silvio Henrique Hueb da Silva, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 12188047 e CPF 24844144634, endereço Av. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira 3000 Jardim Tarraf – São Jose Do Rio Preto/ SP, CEP 15091.450. **Secretário:** José Sidnei Franceschi; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São José dos Campos, CNPJ: 45.691.938/0001-33, Presidente:** Carlos Henrique Spinosa Bernardes, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 212167224 e CPF 18569952830, endereço à R Benedito A Carvalho 90 Ap 94, Sao Jose Dos Campos/ SP, CEP 12246120. **Secretária:** Camila Teixeira Hardt; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **São Miguel Paulista, CNPJ: 18.424.039/0001-00, Presidente:** Edmelia Barbaresco, brasileira, Solteira, cirurgiã-dentista, RG 242591607 e CPF 18009232874, endereço R Itapeti, 58 Ap 81, São Paulo/ SP, CEP 03324-002. **Secretária:** Darlene Siqueira; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Saúde, CNPJ: 13.349.909/0001-00, Presidente:** Wagner Nascimento Moreno, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 4736424 e CPF 690.268.238-00, endereço Rua Major Freire 731 – Vl Monte Alegre, Sao Paulo/ SP, CEP 04304.110. **Secretária:** Mitiko Tamada; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Sorocaba, CNPJ: 71.875.611/0001-21, Presidente:** Flavia Laiz Dias, brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 14932238 e CPF 09919833860, endereço Rua César Augusto Coelho de Oliveira 210 Quadra P lote 16 – Jd. Residencial Giverny, Sorocaba/ SP, CEP 18048-269. **Secretária:** Maria Angelica dos Reis; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Taquaritinga/ Monte Alto, CNPJ: 04.209.476/0001-98, Presidente:** Rafael Milanezi de Mello, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 435584546 e CPF 32901639895, endereço R: Jeremias de Paula Eduardo 2018 Centro Monte Alto/ SP, CEP 15910-000. **Secretária:** Josiane Ivanoff Gomes; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Tatuapé, CNPJ: 19.972.612/0001-74, Presidente:** Munir Mattar Júnior, brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 9153501 e CPF 030.207.178-41, endereço à Rua Emilo Mallet 1229 Apt 121, São Paulo/ SP, CEP 03320001. **Secretária:** Maria Otília La Guardia; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Tatuí, CNPJ: 54.333.687/0001-06, Presidente:** José Celso Rodrigues Junior, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 15895725 e CPF 02295026873, endereço Rua Sete de Maio, 176, Centro, Tatui/ SP, CEP 18270-010. **Secretário:** Antonio Augusto Camargo de Carvalho; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas de **Taubaté, CNPJ: 45.169.695/0001-78, Presidente:** Rubens Guimarães Filho, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 175664213 e CPF 138.358.678-06, endereço à R Lafayette Rodrigues Pereira 195, Taubaté/ SP, CEP 12093.420. **Secretária:** Katia Aparecida Bueno Santos Bastos; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas do **Tucuruvi, CNPJ: 16.789.702/0001-36, Presidente:** Paulo Vicente Pagano, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 6805891 e CPF 04774703869, endereço R Sto Adriano 188 Jd. Peri- São Paulo/ SP, CEP 02334.000. **Secretário:** Mario Elias Daher; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas do **Valinhos/ Vinhedo, CNPJ: 01.172.932/0001-84, Presidente:** Pedro Pazinatto Andreoli, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 440534744 e CPF 36262246860, endereço R. José Von Zuben 181 Vl. Sto Antonio, Valinhos/ SP, CEP 13270.510. **Secretário:** Fábio Parada Pazinatto; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas da **Vila Maria, CNPJ: 18.017.461/0001-32, Presidente:** João Esteves Dias, brasileiro, Casado, cirurgião-dentista, RG 55485030 e CPF 36641065804, endereço R Togo 480 apto 114 Jd. Japão, São Paulo/SP, CEP 02124.050. **Secretária:** Maria Luiza Carvalho Morgado; Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas da **Vila Mariana, CNPJ: 12.251.635/0001-40, Presidente:** Denise Cavalieri, brasileira, Casada, cirurgiã-dentista, RG 18205413 e CPF 11464586810, endereço R Lacedemonia 562 Ap 82, Sao Paulo/ SP, CEP 04634020. **Secretária:** Alexcine Lilian Oliveira Junqueira Barreto e Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas da **Vila Prudente, CNPJ: 17.911.180/0001-66, Presidente:** José Luiz de Oliveira, brasileiro, Solteiro, cirurgião-dentista, RG 4690145 e CPF 330.636.998-53, endereço R Fabiano Alves 298 Pq. Vl. Prudente, São Paulo/ SP, CEP 03139.010. **Secretária:** Suzete Mitsue Kina. As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, em duas vias, enviadas e protocoladas na secretaria dos Conselhos da APCD-Central, sito à Rua Voluntários da Pátria, 547 – 1º andar, para a Central e para as Regionais da capital. Para as demais Regionais, as inscrições deverão ser realizadas nas respectivas secretarias das Regionais, com o encaminhamento da 1ª via para a secretaria dos Conselhos da APCD-Central, dentro do prazo legal. As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudo, serão por chapas Completas e para os Conselhos Deliberativo, Fiscal e Eleitoral individualmente. O Prazo de inscrição encerra-se no dia 27 de março de 2023 às 20:00 h na secretaria dos Conselhos da APCD-Central e ao término do expediente nas demais Regionais. Na APCD-Central as eleições deverão ocorrer das 12h00 as 21h00, ficando a critério das Regionais estipular o horário do seu respectivo pleito, observadas as regras do Regulamento Eleitoral, quais sejam, que as eleições deverão ocorrer entre 08h00 e 21h00, por período não inferior a 4 (quatro) horas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

Dr. Guilherme Contesini Junior
Presidente – COEL

Dra. Odette Mutto
Secretária – COEL

Fênix Empreendimentos S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas de Fênix Empreendimentos S.A. ("Fênix"), para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06/03/2023, às 10h00, em sua sede social, na Rodovia SP-304, km 141,5, sala 2, Santa Bárbara d'Oeste, SP, a fim de tratar das matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. **Aviso**: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGOE estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br). Santa Bárbara d'Oeste, 15 de fevereiro de 2023. **Romeu Romi - Presidente do Conselho de Administração.**

Resumo - Assembleia Geral Extraordinária

ITAÚ FAPI RENDA FIXA FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL
CNPJ 02.177.812/0001-32
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CONSERVATIVE IB
CNPJ 02.661.339/0001-64
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL BALANCED IB
CNPJ 02.661.267/0001-55
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CAPITAL PRESERVATION IB
CNPJ 02.661.317/0001-02
FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL AGGRESSIVE IB
CNPJ 02.661.252/0001-97
ITAÚ FAPI CONSERVADOR FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL
CNPJ 02.177.815/0001-76
UNIBANCO FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CONSERVADOR
CNPJ 02.226.122/0001-26

Aos senhores condôminos dos Fundos acima, o Itaú tem o compromisso de manter você sempre informado sobre os assuntos relacionados aos seus investimentos. Por isso, informamos resumidamente as alterações destes Fundos com efetivação em 17.02.2023: Alterado o gestor do FUNDO, DE: Itaú Unibanco S.A., CNPJ nº 60.701.190/0001-04, endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, São Paulo - SP ("Itaú"), PARA: Itaú Unibanco Asset Management Ltda., CNPJ nº 40.430.971/0001-96, endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 4º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP ("Itaú Asset"). A alteração decorre de uma decisão estratégica do Itaú de migrar a atividade de gestão de fundos de investimento para a Itaú Asset, empresa do mesmo grupo econômico do Itaú e da qual ele é controlador. Fique tranquilo! Essa migração não implicará alteração quanto ao time que realiza a gestão do FUNDO ou à forma da prestação de tais serviços. Conforme informado no instrumento de convocação, a substituição do gestor do FUNDO e as correspondentes alterações do seu Regulamento foram consideradas automaticamente aprovadas em virtude da não instalação da Assembleia Geral Extraordinária que aconteceria no dia 13 de fevereiro de 2023, tendo em vista que não houve o comparecimento de quaisquer cotistas. São Paulo- SP, 14 de fevereiro de 2023. ITAÚ UNIBANCO S.A. - Administrador do Fundo.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108.9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Outubro de 2022

1. Data, hora e local: 31 de outubro de 2022, às 09h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sr. Celso Damadi, Presidente; Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci, Secretária. **4. Ordem do dia:** Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 135.614.199,84 (cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quatorze mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações, com a consequente modificação do caput do artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 5.1. Observado que o capital social está, nesta data, totalmente subscrito e integralizado, em conformidade com o disposto no caput do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 135.614.199,84 (cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quatorze mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), passando de R$ 3.148.230.335,77 (três bilhões, cento e quarenta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos) para R$ 3.283.844.535,61 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), mediante a emissão, após arredondamento, de 16.193.554 (dezesseis milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; 5.1.1. o preço de emissão de R$ 8,37457903 por ação foi fixado com base no valor patrimonial das ações, apurado na data-base de 30.09.2022, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76; 5.1.2. o capital social, atualmente dividido em 641.618.390 (seiscentos e quarenta e um milhões, seiscentas e dezoito mil, trezentas e noventa) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passa a ser dividido em 657.811.944 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, oitocentas e onze mil, novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal; 5.1.3. a totalidade das 16.193.554 (dezesseis milhões, cento e noventa e três mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações emitidas foi subscrita e integralizada pela acionista Porto Seguro S.A., nesta data, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata (Anexo I); 5.1.4. foi dispensada a fixação de prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações, tendo a acionista Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. renunciado ao seu direito em favor da acionista Porto Seguro S.A. 5.2. Em consequência do deliberado no item 5.1., acima, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social é de R$ 3.283.844.535,61 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), dividido em 657.811.944 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, oitocentas e onze mil, novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". **6.** Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar conforme a redação constante no Anexo II à presente ata. **7. Documentos arquivados na Companhia:** procurações e boletim de subscrição. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 31 de outubro de 2022. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sr. Celso Damadi; **Secretária:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Acionistas**: **Acionistas**: **Porto Seguro S.A**., por seus Diretores, Sr. Celso Damadi, Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e Sr. Lene Araújo de Lima Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional; e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por sua procuradora, Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Renata Paula Ribeiro Narducci - **Secretária. JUCESP** nº 62.520/23-4 em 08/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Anexo II - Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** constituída sob a forma de sociedade por ações, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação vigente ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guaianases, nº 1238, Campos Elíseos, na Capital do Estado de São Paulo, podendo criar sucursais, filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a exploração de operações de Seguros de Danos e de Pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na Legislação vigente. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º -** O capital social é de R$ 3.283.844.535,61 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), dividido em 657.811.944 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, oitocentas e onze mil, novecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º -** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria: Artigo 6º -** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 25 (vinte e cinco) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados; 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto - Seguros de Pessoas, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor de Produção, 01 (um) Diretor de Atendimento, 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, 01 (um) Diretor de Precificação, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade, 01 (um) Diretor de Produto - Ramos Elementares, 01 (um) Diretor de Controladoria, e 05 (cinco) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo único -** Dentre os membros da Diretoria, àquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 416/2021, competirá as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes; níveis de exposição a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento. **Artigo 7º -** A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global mensal dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º -** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º -** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º -** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º -** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos Diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o CEO - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos ou o Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional. **Parágrafo 6º -** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10 -** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. **Parágrafo Único -** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Artigo 11 -** A Companhia poderá ter um órgão de consulta, denominado Conselho Consultivo, cujos Membros serão escolhidos e indicados pela Diretoria entre as pessoas de notável saber científico e técnico no Mercado de Seguros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a renovação da indicação. **Parágrafo 1º -** O Conselho Consultivo se reunirá sempre que solicitado pela Diretoria e seus respectivos pareceres serão transcritos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, por ocasião da reunião que deliberar sobre os mesmos. **Parágrafo 2º -** O Conselho Consultivo perceberá a remuneração que lhe fixar a Diretoria, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral, para cada período de 2 (dois) anos. **Capítulo IV - Conselho Fiscal - Artigo 12 -** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre Acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 13 -** Os Membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Comitê de Auditoria - I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria: Artigo 14 -** A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão de funcionamento permanente, que tem como objetivo principal fornecer suporte à administração das empresas do conglomerado Porto Seguro na atuação da Governança Corporativa, voltada à transparência dos negócios aos acionistas e investidores. **II - Da Subordinação e da Composição: Artigo 15 -** O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Conselho de Administração"), que definirá a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. **Artigo 16 -** A composição do Comitê de Auditoria será de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos com prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos. **Parágrafo 1º -** A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III. **Parágrafo 2º -** O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. **Parágrafo 3º -** A destituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração caso fique comprovada infração a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como se sua independência tiver sido afetada por eventual circunstância de conflito. **Parágrafo 4º -** É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **III - Dos Requisitos e Vedações: Artigo 17 -** São requisitos mínimos para o exercício de integrante do Comitê de Auditoria: i. Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supervisionadas; ii. Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior: a. Funcionário ou diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas; b. Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supervisionada; e, c. Membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas. iii. Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" a "c" no inciso anterior; e, iv. Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria. **IV - Das Atribuições: Artigo 18 -** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i. Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii. Recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; iii. Revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv. Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; v. Avaliar a aceitação, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelo auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi. Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela sociedade supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; vii. Recomendar, à Presidência ou ao Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou à Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; viii. Reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; ix. Verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada; x. Reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; xi. elaborar relatórios relativos aos semestres findos em 30/06 e 31/12 contendo: atividades exercidas; avaliação da efetividade dos controles internos; descrição das recomendações feitas e daquelas não acatadas, contendo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias externa e interna; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; xii. preparar resumo do relatório do item "xi" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; xiii. preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; xiv. arquivar os relatórios do item "xi" pelo período mínimo de 05 (cinco) anos; xv. comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e à auditoria interna, imediatamente; xvi. estabelecer, ad referendum do Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua certificação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; xvii. aprovar o plano de trabalho semestral da auditoria interna do Conglomerado Porto Seguro; xviii. fixar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; xix. conhecer o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; xx. examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral: Artigo 19 -** A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único -** O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20 -** As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21 -** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único -** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 22 -** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23 -** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único -** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24 -** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25 -** Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26 -** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados: Artigo 27 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo único -** A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28 -** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29 -** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30 -** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinada à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo único -** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31 -** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas" , que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º -** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 31 deste estatuto social. **Parágrafo 2º -** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32 -** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo único -** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33 -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Hora do pente-fino no Bolsa Família

Em vez de racionalizar programa e criar mecanismos de emancipação, Bolsonaro fez o oposto. Hoje, está eivado de fraudes

O governo prepara um pente-fino no Bolsa Família por meio da revisão do Cadastro Único. Desde que o programa foi desmantelado pelo governo de Jair Bolsonaro, não se sabe quem são e como vivem as famílias de baixa renda. A Controladoria-Geral da União estima que 2,5 milhões das famílias beneficiárias estejam recebendo o auxílio de maneira irregular. "Obviamente, tem dinheiro indo duas vezes, três vezes na mesma casa", afirmou a secretária do Ministério do Desenvolvimento Social, Letícia Bartholo. Ao mesmo tempo, muitas famílias que têm direito ao benefício estão fora do programa.

O caos cadastral é só um dos elementos que explicam um aparente paradoxo. O País nunca gastou tanto e com tantas famílias. Antes da pandemia, o Bolsa Família atendia 14 milhões de famílias com um benefício médio de R$ 191. Hoje, são mais de 22 milhões a R$ 600. Ainda assim, segundo o Ipea, as famílias em extrema pobreza, que em 2014 eram 2,8% do total, hoje são 4%.

À parte os fatores macroeconômicos, no caso dos programas de transferência de renda a explicação é simples: o governo Bolsonaro não os projetou para ajudar os vulneráveis, mas para comprar eleitores. Nas gestões do PT, os programas foram razoavelmente bem-sucedidos em dois aspectos: ajudar os miseráveis e alavancar votos. Isso se fez com programas pela metade, que privilegiavam a distribuição de dinheiro, mas negligenciavam mecanismos de inclusão no mercado de trabalho. Assim, perpetuava-se uma massa de dependentes que serviam de curral eleitoral ao partido. Um estadista teria eliminado os aspectos que fazem desses programas máquinas eleitorais e potencializado os que fazem deles máquinas de inclusão. Bolsonaro fez o contrário.

Ao invés de racionalizar os programas, identificando graus e tipos de vulnerabilidades, adaptando benefícios de acordo com elas e criando mecanismos de emancipação, Bolsonaro eliminou todas as contrapartidas – como a obrigatoriedade de cumprir o currículo escolar e o calendário vacinal –; criou um benefício único distribuído indiscriminadamente – o mesmo para uma pessoa e uma mãe solo com três filhos, por exemplo –; e desbaratou o Cadastro, abrindo espaço a todo tipo de fraude – notadamente a de pessoas que dividem a mesma casa registrando-se como se morassem separadas.

Desde 2020, famílias de uma pessoa só cresceram 224% – suspeita-se que 35% recebam o auxílio irregularmente. Em descompasso com a demografia, a média de pessoas por família caiu de 3,4 para 2,5. Estima-se que só o pente-fino pode garantir uma economia de R$ 10 bilhões a serem canalizados a quem realmente precisa.

Considerando-se que os programas de transferência de renda têm mais de duas décadas, não faltam dados, estudos e propostas para aprimorá-los. Notadamente, o projeto de Lei de Responsabilidade Social combina eficiência das transferências e geração de oportunidades com as regras de responsabilidade fiscal.

Mas é preciso começar pelo começo: excluir quem não deveria estar no atual programa e incluir quem deveria. Para isso, a reconstrução do Cadastro Único é urgente.●

Reajuste Novo valor

Salário mínimo irá a R$ 1.320 a partir de 1º de maio

VERA ROSA
BRASÍLIA

O governo vai elevar o salário mínimo dos atuais R$ 1.302 para R$ 1.320 a partir de 1.º de maio, Dia do Trabalho, como antecipou o **Estadão**. Em reunião do Diretório Nacional do PT, na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia anunciado que o valor do mínimo seria corrigido.

O novo valor serviu como base para os cálculos de financiamento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, lançado na terça-feira. A faixa 1 do programa vai contemplar famílias com renda bruta de até R$ 2.640, ou seja, dois salários mínimos.

Um pacote de medidas que será lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos próximos dias também inclui a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até dois mínimos e o programa para renegociar dívidas, batizado de Desenrola.

INSS. O adiamento do reajuste do mínimo era defendido pela equipe econômica. A postergação daria tempo para o governo monitorar a evolução do comportamento da folha do INSS, que teve a base de beneficiários elevada rapidamente na reta final da campanha eleitoral pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No final do ano passado, o Congresso chegou a aprovar o Orçamento de 2023 com a previsão de recursos para o pagamento do salário mínimo em R$ 1.320, mas o valor reservado, de R$ 6,8 bilhões, foi consumido pelo aumento do número de benefícios previdenciários.

Para bancar o novo reajuste, governo avalia usar os recursos da revisão do Cadastro Único (CadÚnico) de beneficiários do Bolsa Família, que começa em março, como mostrou o **Estadão**. A medida tem o potencial de garantir uma economia de R$ 10 bilhões, segundo a avaliação inicial do governo. ●

Habitação Programa do governo

Fonte de verba do novo Minha Casa gera dúvidas no setor

CIRCE BONATELLI
SÃO PAULO
AMANDA PUPO
BRASÍLIA

O anúncio da retomada pelo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi visto pelo setor da construção civil como uma sinalização importante do governo de que dará ênfase à habitação social nos próximos anos. Por outro lado, as empresas só devem seguir na empreitada quando houver mais clareza sobre a fonte de recursos para abastecer o programa.

"Precisamos aguardar mais dados para poder ter uma avaliação correta", disse o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, em entrevista ao *Estadão/Broadcast* ontem. "O que tivemos foi uma sinalização importante do governo, que mobilizou uma série de ministros para mostrar que estão empenhados", afirmou.

Na terça-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva relançou o MCMV, que havia sofrido alterações e sido rebatizado de Casa Verde e Amarela no governo Bolsonaro, em 2020. A gestão petista trouxe de volta a faixa 1 do programa, que atende à população mais pobre. Ela vai contemplar famílias com renda bruta de até R$ 2.640 por mês e tem como meta contratar 2 milhões de moradias até 2026. A faixa 1 foi extinta no governo Bolsonaro sob a justificativa de falta de recursos para bancar as obras, que eram até 95% subsidiadas pela União. Já as outras faixas do programa continuaram funcionando porque têm porcentuais menores de subsídios e contam com financiamento originado no FGTS.

Na cerimônia de terça-feira, não se falou nada sobre a origem do dinheiro para as novas obras. Nos bastidores, o que se fala é que seriam investidos R$ 10 bilhões no Orçamento.

O presidente do Sindicato da Habitação (Secovi-SP), Ely Wertheim, defendeu que a retomada da faixa 1 precisa vir acompanhada de uma definição da fonte orçamentária. "A faixa 1 precisará ter orçamento suficiente e resolver problema de obras atrasadas", afirmou, ao ser questionado sobre o tema durante entrevista coletiva. "Apesar de ser uma questão social importante, ela requer orçamento e subsídio. Esse é um tema que depende da sociedade toda. A iniciativa privada não vai resolver a questão faixa 1", disse Wertheim.

OBRAS PARADAS. O governo Lula planeja retomar neste ano 37,5 mil unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida que estavam paralisadas. A ideia é que os trabalhos em 10,8 mil casas sejam reiniciados nos primeiros 100 dias de governo, e as outras 26,7 mil unidades sejam contempladas no restante do ano.

Atualmente, existem cerca de 186 mil unidades habitacionais não concluídas na faixa 1, sendo 170 mil nas modalidades Empresas, Entidades Urbanas e Entidades Rurais e outras 16 mil na modalidade Oferta Pública. Desse total, uma parcela de 83 mil empreendimentos estão com as obras paralisadas. Segundo o Ministério das Cidades, ocupação irregular, pendências de infraestrutura, abandono da construtora e indícios de vícios construtivos estão entre as causas do problema. ●

Construções
Governo planeja retomar obras paradas de 37,5 mil unidades do programa ainda neste ano

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA O Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AEROMODELISMO devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 42.508.044/0001-77, estabelecida na Rua Senador Vergueiro, 732 1º andar sala 16, Centro Limeira - SP,no uso das suas atribuições estatutárias, com base nos, convoca todas as Entidades Estaduais (Federações) e Entidades de práticas desportivas filiadas (Clubes, associações e pistas particulares) no pleno gozo dos seus direitos sociais para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Eletiva a ser realizada, na sede da Confederação, entre o dia 23 de Março de 2023, quinta-feira,em primeira chamada às 09h e em segunda chamada às 09h e 30m e o dia sábado 25 de março de 2023 com a presença de qualquer número de associados,em conformidade aos termos dosart. 12 I e II, art. 14 b), art. 15 e art.17.De acordo com o parágrafo único do art.12 do Estatuto em vigor todos os integrantes das Assembleias Gerais terão acesso irrestrito aos documentos, informações e comprovantes de despesas de contas de que trata a alínea "b" desse artigo sendo a seguinte Ordem do Dia: 1. Apreciação, discussão e votação para a eleição e posse da nova diretoria que responderá sobre o quatriênio 2023/2026; 2. Conhecer o relatório das atividades administrativas e financeiras do exercício anterior, período janeiro a dezembro de 2022, apresentado pelo Presidente da COBRA; 3. Julgar as contas do exercício anterior, janeiro a dezembro de 2022, acompanhadas do balanço financeiro e patrimonial, bem como o livro razão, instruído com parecer do Conselho Fiscal; 4. Homologar taxas e contribuições para o exercício 2023; 5. Decidir a respeito de qualquer outra matéria de interesse da COBRA. A) Do processo eleitoral: A votação com a finalidade única de eleger o Presidente e o Vice Presidente da COBRA, os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e a indicação de dois membros para a formação do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, nos termos do inciso II do art. 12 do Estatuto ocorrerá por meio eletrônico, devendo as filiadas acessar o ambiente eletrônico de votação fazendo seu login e digitando sua senha na página oficial da COBRA (www.cobra.org.br) entre as 09h e 30 minutos do dia quinta-feira 23 de março de 2023 e as 0900 do dia sábado 25 de março de 2023. Caso seja haja necessidade de um segundo turno – se houver empate (vide art. 17§ 1º do Estatuto) – a votação deste segundo turno ocorrerá entre 10:00 e 17:00 horas do mesmo dia 25 de março de 2023. O resultado será publicado na página oficial da COBRA até às 14:30 horas do dia 27 de março de 2023. As chapas somente poderão ser inscritas mediante cumprimento de todas exigências e prazos previstos no Estatuto, e desde que seus membros não possuam qualquer das restrições igualmente previstas no Estatuto ou na Lei. As inscrições das chapas deverão ser realizadas até o dia 07 de março de 2023 às 18h, conforme prazo estabelecido no §1ºdo art. 15 do Estatuto, mediante envio de e-mail para os seguintes endereços eletrônicos: diradm@cobra.org.br, com cópia para presidente@cobra.org.br, devendo no e-mail conter todos os dados de todos os integrantes da chapa, de acordo com as exigências do Estatuto, anexando comprovante de situação associativa de todos os componentes da chapa que comprovem a regularidade cadastral dos mesmos. B) Do julgamento da prestação de contas do exercício 2022: A votação com a finalidade única de julgar as contas do exercício anterior, janeiro a dezembro de 2022, acompanhadas do balanço financeiro e patrimonial, bem como o livro razão, instruído com parecer do Conselho Fiscal será realizada de forma Presencial conforme o determina o §4º do Art. 15 do Estatuto vigente a ser realizada em ato seguido ao encerramento da votação eletrônica do processo eleitoral. As entidades federadas poderão solicitar, caso seja o caso, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO, a regularização dos seus cadastros para estarem aptas a participar da votação, nos termos do § 3º do Art. 11do Estatuto vigente. Em cumprimento às disposições estatutárias faz parte deste edital em anexo a relação das entidades filiadas aptas a votar na data desta publicação. A COBRA, nos termos do inciso I do Art. 217 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento. Limeira, 16 de fevereiro de 2023. Esta convocação está sendo subscrita pelos seguintes membros da administração da COBRA: Jonas Dieter Oehlemann – Presidente. Tel. 47 99102-7659 Valentin Javier Folgado – Vice-Presidente. Tel. 99 99412-9333 Francisco de Assis Silva de Miranda – Membro do Conselho Fiscal. Tel. 86 99974-8228 Andreadson Oliveira de Souza – Membro do Conselho Fiscal. Tel. 94 98155-8284 Anderson Augusto Martins – Membro do Conselho Fiscal. Tel. 48 98458-3501

SESI SENAI

AVISO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura:

CREDENCIAMENTO Nº 002/2023
Objeto: Seleção e credenciamento de empresas objetivando a prestação de serviços de assistência à saúde, modalidade pós pagamento, aos funcionários, seus dependentes legais e ex-funcionários.
Retirada do regulamento e período de inscrições: de 16 de fevereiro a 17 de março de 2023, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).

Edital de Convocação - A **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO,** entidade sindical de segundo grau, inscrita no CNPJ sob nº 57.854.168/0001-81, por seu presidente, nos termos do artigo 17, caput, do Estatuto Social, **CONVOCA** os Delegados, representantes dos sindicatos filiados a federação, que cumprem rigorosamente as obrigações dispostas no artigo 10º e seguinte do Estatuto Social, ou seja, estar em dia com todas as suas obrigações estatutárias, para reunirem-se extraordinariamente na sede da FTTRESP, Av. Duque de Caxias, 108, Santa Ifigênia, São Paulo/Capital, **no dia 10 de março de 2023, às 10h,** em primeira convocação, e uma hora depois, em segunda convocação, com qualquer número de Delegados presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1.** Discussão e aprovação das pautas de reivindicações para início das negociações coletivas da data-base deste ano (01/05/2023) - base inorganizada - **a serem encaminhadas às representações econômicas das empresas de**: a) transportes de passageiros urbano, rodoviário, intermunicipal, interestadual, suburbano e SETPESP; b) das empresas de transportes de passageiros por fretamento; c) empresas de transportes de cargas em geral; d)Empresas do Setor Sucroalcooleiro/ Agronegócio (usinas de açúcar, destilarias de álcool, companhias agrícolas, produtores e fornecedores de cana de açúcar em geral, fazendas, condomínios e similares); e) Empresas do setor indústria representadas pela Fiesp e seus filiados; f) Empresas, associações e cooperativas que operam com caminhões Cegonhas; g) Empresa Souza Cruz S/A. **2.** Definição dos percentuais de contribuições que serão fixadas nos instrumentos coletivos em razão das negociações realizadas, e recolhidos em favor da Federação e seus filiados; denominação; autorização prévia e expressa para desconto em folha de pagamento e formas de arrecadação; **3.** Autorização para a Diretoria da Federação negociar e firmar acordos coletivos na esfera administrativa, ou, se necessário, instaurar dissídio de natureza econômica, conforme o disposto no art. 114, inciso IX, parágrafo 2º, da EC/ 45; **4.** Autorização para se manter a assembleia em caráter permanente até encerramento das negociações, podendo se convocar novas reuniões nesse período, inclusive, utilizando-se de meios virtuais para suas convocações e realizações; **5.** Autorização para deflagração de greves especificas se as negociações não avançarem; **6.** Outros assuntos relevantes e pertinentes a negociação coletiva. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023. **Valdir de Souza Pestana -** Presidente.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1 ª, 2ª e 3ª Séries da 11ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1 ª, 2ª e 3ª séries da 11ª emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio* das 1 ª, 2ª e 3ª séries da 11ª emissão*, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **08 de março de 2023, às 14:00 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) declaração ou não do vencimento antecipado do CDCA nº 001/2022-FOR, nos termos da Cláusula 4.3. do CDCA, pelo descumprimento da obrigação de substituir a totalidade dos créditos cedidos fiduciariamente inadimplidos, vencidos durante os anos de 2020 e 2021, por créditos vincendos, cedidos fiduciariamente, conforme deliberado em Assembleia Geral de Titulares dos CRA realizada em 09 de agosto de 2022; e (ii) autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em conjunto, praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima, incluindo, sem limitação, a celebração de eventuais aditamentos aos documentos da Oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª convocação com Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, sendo as deliberações tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

FMD - Securitizadora S.A.

Em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, hora e local: 02/02/2020, 10h na sede social, na Av. Industrial, nº 1680, cj. 506, Torre 2, Campestre, Santo André/SP. **Presença de Acionistas:** Representando 100% do Capital Social votante, o qual deliberou sobre a constituição da FMD - Securitizadora S.A. 1) Lista de Subscrição das Ações: **FMD Fomento Mercantil Eireli** e **Marcos Massayoshi,** na proporção de 99% e 1% cada, respectivamente, as 10.000 ações, no valor de R$ 1,00 cada, totalizando R$ 10.000,00. 2) Leitura e aprovação do Estatuto Social que regerá a companhia e seguirá em documento apartado. 3) Sem oposições foi declarada a constituição da FMD - Securitizadora S.A. 4) Eleger para mandato de 03 anos, que se inicia em 01.02.2020, os Srs. **Marcos Massayoshi Aso**, para o cargo de Diretor-Presidente Comercial e **Felipe Mitsuo Duarte**, para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro. 5) Fixada remuneração inicial dos Diretores em R$ 1.100,00 mensais. 6) Deliberar pela não instalação de Conselho Fiscal. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, declarou constituída a companhia. **JUCESP/NIRE** nº 3530055176-1 em 09/06/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BANCO AGIBANK
CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Campinas, 16 de fevereiro de 2023 - O **Banco Agibank S.A.** anuncia os **resultados do ano de 2022**. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Consistência define o ano de 2022, marcado também pela **ampliação da lucratividade do Agibank**, que comprova a nossa orientação à máxima eficiência aliada ao crescimento sustentável de nossas carteiras, preservando sempre a qualidade do portfólio. Alcançamos um **lucro líquido de R$ 100,5 milhões**, reforçando a assertividade da estratégia de crescimento via aquisição de clientes e aumento da originação de crédito. Destacamos também uma condição de capital ainda mais sólida, com um **Índice de Basileia de 15,7%** (+500 bps YoY). Essa nova realidade **fortalece a sustentabilidade do negócio**, melhora a nossa competitividade e eleva a capacidade de gerar valor aos clientes e para a instituição.

Crescer com qualidade é inegociável. A construção de um portfólio pautado no relacionamento de longo prazo com os nossos clientes, que possuem fluxo de recebimento constante (renda), se traduz em um modelo de negócios que é capaz de amenizar os efeitos de uma economia mais desafiadora. Nos antecipamos ao já previsto cenário adverso: implementamos preventivamente **melhorias relevantes na modelagem e em todo ciclo de crédito**, priorizando a concessão para correntistas que recebem seu salário no Agibank, o que reduz o risco de inadimplência e aumenta o *lifetime value* do cliente. Além disso, com a expansão da elegibilidade de determinados beneficiários do INSS ao crédito consignado, incentivamos os clientes a substituírem linhas de crédito pessoal por consignado, notadamente com taxas menores e, ao mesmo tempo, mais seguras. Todas **essas iniciativas orquestradas nos permitiram manter os índices de inadimplência em patamares controlados**. Assim, depois de um período de forte aceleração, fomos capazes de manter um **ritmo sustentável de crescimento do portfólio em 2022 (+55,4% YoY), ultrapassando a barreira dos R$ 10,1 bilhões de carteira de crédito e triplicando o *market share*** de crédito consignado INSS (3,1%) em relação ao início de 2021, o que sinaliza a oportunidade que ainda temos em atuar nesse mercado. Adicionalmente, em linha com a estratégia de estreitar o relacionamento com o cliente, **ampliamos em 29,7% (YoY) a carteira de crédito pessoal para clientes correntistas**. Esse movimento é fundamental para aumentarmos nossa participação como principal instituição financeira do cliente, permitindo alavancar as demais verticais de negócio.

O **NPL (E-H)** se manteve em níveis controlados e **atingiu 6,4% em dez/22**, o que significa um aumento de 30 bps em relação a set/22, respondendo à maturação normal da carteira de crédito. O saldo de PDD representou 5,7% da carteira de crédito bruta e com isso, **o Índice de Cobertura, considerando a carteira vencida acima 90 dias, foi ampliado para 110,0%**. Destacamos também o quanto temos avançado nos modelos de crédito, investindo em motores ainda mais robustos e na criação contínua de grupos de risco, garantindo a acuracidade na **segmentação de clientes**, sempre absorvendo novas informações disponíveis e nos adequando à nova realidade do país para seguir concedendo crédito de forma responsável e sustentável.

Agibank na lista das 250 fintechs mais promissoras do mundo. Isso é o que revelou a CB Insights em sua publicação anual, uma das mais prestigiadas e tradicionais do mundo, que elenca as empresas do segmento com alto potencial de crescimento global. Inovação sempre foi um dos pilares do Agi e esse reconhecimento mostra a relevância do que temos feito por meio dos nossos produtos e serviços, desenhados com o que há de melhor em **recursos tecnológicos e inteligência de dados, para gerar inclusão e facilitar a vida** de milhões de brasileiros.

Clientes e engajamento. O número de clientes ativos vem crescendo de forma consistente ao longo dos trimestres. Em dezembro de 2022, **alcançamos cerca de 2 milhões de clientes ativos**, com uma **média de 3,8 produtos ativos por cliente**. Essa métrica é crescente na medida em que as safras mais antigas amadurecem, alcançando **6,2 produtos por cliente correntista** que recebem seu salário ou benefício pelo Agibank, o que contribui para alcançarmos uma relação de **LTV/CAC consolidada de mais de 20x**.

Atuação *omnichannel*. Isso tudo só é possível por conta da nossa disponibilidade em **12 diferentes canais de contato para atendimento**, oferecendo uma jornada digital ao nosso cliente, independentemente do canal em que ele nos acessa. Com os nossos atuais **882** *smart hubs*, estamos presentes fisicamente em praticamente todas as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, uma rede física comparável aos maiores varejistas do Brasil. Nos hubs, contamos com os nossos consultores - colaboradores exclusivos com profunda identificação com o cliente - que atendem de forma **acolhedora e humanizada**, potencializando a digitalização de maneira assistida.

Receitas Totais. As Receitas Totais somaram R$ 3.413,0 milhões em 2022, o que representa um avanço de 64,9% em relação a 2021, principalmente pelo aumento das **Receitas de Operações de Crédito (+44,4%)** em linha com uma carteira de crédito substancialmente maior no período e **Receitas de TVM e Derivativos (+55,4%)**, reflexo da estruturação de *hedge accounting*, realizada para uma maior eficiência na Gestão de Ativos e Passivos. O avanço nas Receitas de TVM e Derivativos também é resultado de uma gestão mais ativa de Tesouraria que, dentro dos limites estabelecidos por nossa Gestão de Riscos, proporcionaram ganhos reais em relação ao *benchmark* (CDI). Registramos também um **avanço de 16,4% no ARPAC** (Receita Total por Cliente Ativo) dos últimos doze meses, que **totalizou R$ 1.939,83 por cliente** em dez/22, **significativamente acima da média de outros *neobanks***.

Receitas de Serviços. As Receitas de Serviços somaram **R$ 156,7 milhões em 2022**, o que significa um **avanço de 13,4%** na comparação anual e representa aproximadamente 5% do total das receitas do Agi. Dentre as mais representativas, estão as receitas com comissões de seguros (+32,3% YoY), tarifas de cartão de crédito (+51,9%) e relacionadas às operações de crédito (+12,0% YoY).

Seguros. Com o cliente no centro de nossas decisões, entendemos suas necessidades e desenvolvemos produtos de seguro cada vez mais customizados. Exemplo disso é o **Seguro de Vida** que, ao longo do tempo, obteve *upgrade* nos serviços e no valor das coberturas, agregando auxílio funeral e ressarcimento de despesas em compra de medicamentos. O seguro **Proteção Urbana** conta com **76,4 mil apólices (+53,9% em relação a dez/21).** O produto oferece um mix de coberturas ligados aos riscos cotidianos, contemplando: morte acidental, invalidez permanente total por acidente, diárias de internação hospitalar, perda e roubo de cartão com saque sob coação e bolsa protegida com *smartphone*. Com planos que variam entre R$ 7,99 e R$ 35,99, a novidade é a recente inclusão da cobertura de transações eletrônicas (PIX, por exemplo) sem custo adicional, que abrange todos os nossos segurados. Além disso, assim como no seguro de vida, o produto também oferece sorteios mensais de R$ 5 mil.

No total, encerramos 2022 com aproximadamente **571 mil clientes segurados**, considerando vidas seguradas e apólices do produto Proteção Urbana. Em 2022, foram **arrecadados R$ 90,2 milhões em prêmios de seguro**, um aumento de **33,9%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

Match* de Ativos e Passivos.** A nossa **estratégia de ALM** (Gestão de Ativos e Passivos) vem se destacando em relação aos nossos pares, alcançando em 2022 um elevado patamar de geração de receitas, com *spreads* contratados (dado o casamento de prazos e indexadores de nossos ativos e passivos) e capacidade de acessar novas linhas de *funding* mais eficientes. Em 2022, emitimos duas debêntures financeiras que somadas totalizaram **R$ 2,5 bilhões**, ambas lastreadas por empréstimos consignados INSS e que contam com rating nacional de longo prazo 'AAA(exp)sf(bra)', com perspectiva estável, emitido pela Fitch Ratings. Em mai/22, anunciamos a nossa primeira emissão no montante de R$ 1,25 bilhão, que teve demanda integralmente absorvida por um banco norte-americano. A segunda emissão foi uma oferta pública, com alta demanda de investidores e redução de custos em relação a primeira. A estabilidade trazida por linhas *secured* e *committed* é mais uma medida importante para **diversificação do *funding, o que dá sustentabilidade e garante a consistência do negócio.

Evolução de Ratings. Em 2022, não obstante um cenário macro ainda desafiador com tensões políticas e desafios econômicos locais e globais, recebemos a revisão da perspectiva de ratings para **positiva** tanto da Fitch Ratings, quanto da Moody's Local. A melhora de nossos ratings amplia o acesso a investidores e reduz a percepção de risco, o que se traduz em menores custos de *funding* e consequentemente melhores condições de amplificar a rentabilidade e as ofertas aos clientes.

ESG. No Agibank, a **agenda ESG significa mais do que apenas um compromisso**: traduz a maneira como pensamos o presente e como nos vemos no futuro, por meio de uma estrutura que consome recursos de maneira eficiente, de um pilar social forte, que leva inclusão digital e financeira para os brasileiros, e de uma governança corporativa transparente e eficiente, que adota processos e rotinas rígidos em favor da prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. **Democratizar o acesso dos brasileiros aos serviços financeiros sempre foi o pilar central de atuação do Agi** e, por isso, nosso mercado endereçável é composto por pessoas que são precariamente incluídas digitalmente e não são atendidas satisfatoriamente pelas grandes instituições. São indivíduos com renda média mais baixa, que precisam de ajuda na transição para o ambiente digital e, por isso, buscamos prover uma experiência digital customizada. Nossos *hubs* contam com formato de atendimento específico, com uma abordagem mais próxima e humana, o que potencializa a digitalização de forma assistida. Esses *touchpoints* são um grande diferencial para o nosso negócio porque entregam uma jornada fluida, sem barreiras e desempenham um papel essencial para a **inclusão financeira e digital dos nossos clientes.**

Enviromental. Em prol da eficiência e do cuidado com o planeta, temos investido cada vez mais em projetos e ações de preservação ambiental: **Gestão *Paperless*.** A partir de iniciativas de eliminação no uso do papel, poupamos quase 100 toneladas de folhas por ano, o que significa que cerca de 2.065 árvores foram protegidas neste período. Além disso, foram economizados mais de 206 milhões de litros de água no ano, já que segundo informações da organização mundial Water Footprint Network, se gasta em média 10 litros de água para produzir uma única folha de papel. Os dados apresentados foram auditados pela PwC, uma das maiores multinacionais de consultoria e auditoria do mundo. O projeto *paperless* eliminou a impressão de contratos nos *hubs*, proporcionando mais agilidade e segurança e fazendo com que todos os documentos sejam disponibilizados prioritariamente em uma plataforma digital, onde o cliente tem acesso para visualizar as informações do produto contratado e assinar digitalmente, sem a necessidade do documento físico. **Agi Campus.** Outra iniciativa que demonstra o compromisso do Agi com o meio ambiente é a sede em Campinas (Agi Campus), que fica no Distrito Industrial, no Parque Corporativo Bresco Viracopos, em um prédio com 19 mil m² que possui **certificação LEED Gold - Leadership in Energy & Environmental Design - concedida pelo Green Building Council** e é considerada uma das mais altas em sustentabilidade. O espaço - totalmente alinhado com as premissas de inovação e bem-estar da instituição - é coberto por painéis solares, possui uma arquitetura que maximiza a mobilidade e a iluminação natural, além de contar com um condicionamento de ar altamente eficiente, reuso de água, tratamento de efluentes, estacionamento para carros elétricos, entre outras soluções.

Apoio a Reciclagem Empresarial. É por meio da parceria do Agi com a RS Recicla, que faz a reciclagem empresarial de resíduos eletroeletrônicos orientada pela Lei nº 12305/2010 da PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos, que temos realizado o descarte adequado desse tipo de resíduo. No ano de 2020 o descarte foi equivalente a 980 kg e em 2021, de 1.350 kg. Já no ano de 2022 o número subiu para mais de 2.900 kg. Esse aumento anual gradativo é fruto do **investimento da instituição em soluções tecnológicas sustentáveis** para seus colaboradores, estruturas, produtos, serviços e clientes.

Social. Somos guiados pelo propósito de **fazer o dia a dia das pessoas melhor**. Em 2022, demos continuidade às iniciativas em prol do atendimento ao cliente, da inclusão digital, da responsabilidade social e da diversidade, inclusão e cuidado com o colaborador. **Acolhimento ao Cliente.** Mais do que garantir um atendimento próximo e acolhedor, agora também buscamos uma comunicação adequada para as pessoas com limitações de audição e fala. Lançamos em julho, o **Programa de Atendimento em Libras**, que é realizado por vídeo via Central de Atendimento e está disponível para os clientes de todo o País. **Inclusão Digital e Financeira.** No Agi, os times atuam para prover soluções tecnológicas e inteligência de dados que **proporcionem autonomia e poder de decisão para todos**. A capacidade de fazer uso de meios digitais para fazer o atendimento ao cliente cada vez melhor nos trouxe reconhecimentos em 2022. A instituição se destacou na categoria "Operações de Atendimento" do XXII Prêmio ABT com o projeto que garante **a solução das demandas de clientes em até duas horas em 90% dos casos**. Além disso, o índice de solução de problemas em linha se manteve acima dos 94% em 2022. Também marcamos presença no prêmio *Banking Transformation* com a iniciativa de introduzir um robô de vendas via WhatsApp para a comercialização do cartão benefício consignado. **Times Vencedores, Vencem.** Acreditamos que para fazer o dia a dia das pessoas melhor é fundamental que os nossos mais de 4 mil colaboradores tenham uma experiência sempre positiva na sua jornada diária. Assim, além de medir semanalmente o nosso **eNPS** - índice de satisfação dos colaboradores, estruturamos o **Programa de Partnership,** onde baseado em *performance* e adesão à cultura, os colaboradores de alto desempenho podem se tornar sócios, reforçando substancialmente a cultura de meritocracia. **Diversidade.** No Agi, celebramos as diferenças e engajamos nossos colaboradores a contribuírem para avançarmos cada vez mais nos temas diversidade e inclusão. Com este objetivo, estruturamos um **grupo estratégico de trabalho**, formado por líderes de diferentes áreas e perfis sociais, para pensarem juntos nas prioridades, nos indicadores e nas iniciativas para promoção do tema por meio de reuniões semanais. Em 2023, teremos **indicadores dedicados para o tema**, o que vai garantir um monitoramento ainda mais próximo e ainda mais visibilidade institucional.

Governance. Evolução da Governança Corporativa em 2022. Em 2022, o Agi aderiu ao **Código Brasileiro de Governança Corporativa**, incorporado à regulação com a edição da instrução CVM n.º 586/2017. O documento adota o modelo "Pratique ou Explique" contendo 54 boas práticas de governança corporativa. Mesmo não sendo uma empresa de capital aberto, aderimos as **melhores práticas do mercado, observando os requisitos de transparência exigidos**, para que estejamos sempre linha com a eficiência e a clareza dos processos das nossas estruturas de governança. Baseados em um estudo interno sobre o cenário da governança corporativa, baseado nas 54 boas práticas presentes no Código brasileiro, concluímos de que **44 delas eram aplicáveis ao negócio**. Para dar sequência, construímos um *roadmap*, com todas as práticas que seriam implementadas e acompanhas ao longo de 2022, que se transformaram em um indicador de medição da evolução de governança corporativa da instituição. Iniciamos 2022 com **11 práticas totalmente implementadas** e, ao longo do ano, implementamos mais **21 práticas, totalizando uma aderência de 59,3% (ou 72,7% se considerarmos apenas as práticas aplicáveis)**, nos destacando mesmo em relação as companhias de capital aberto, cuja taxa média de aderência foi de 62,6% em 2022, segundo o IBGC. Entre as principais entregas, ressaltamos: os Regimentos Internos do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, a Política de Governança Corporativa, a Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática e a Avaliação do Conselho de Administração.

Perspectivas. Diante de um ambiente macroeconômico ainda complexo, entramos em 2023 **focados no crescimento com rentabilidade, forte disciplina de execução e austeridade em custos.** Seguimos firmes na busca por **eficiência máxima**, aumento da digitalização da originação de crédito, melhora da experiência, da satisfação do cliente e a rentabilização do negócio, ancorado em um portfólio cada vez mais completo e com condições mais competitivas. Nossa disciplina, foco, capacidade de trabalho em equipe e de fazer escolhas certas têm sido determinantes para a construção dos resultados. E sabemos que a **consistência segue sendo o ponto central** para continuarmos a nossa caminhada de evolução.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Agibank possui uma estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*, com uma equipe exclusiva para essa finalidade, que tem a responsabilidade de manter os processos mapeados e em conformidade com as normas, utilizando-se de sistemas eficazes para medir, monitorar, avaliar e mitigar continuamente as exposições da instituição. Seguindo as melhores práticas para gestão de riscos, o Agi realiza medição e monitoramento dos riscos de conformidade, operacional, crédito, mercado, liquidez e gestão de capital, mediante cálculos e indicadores específicos.

O **Índice de Basileia atingiu 15,7% ao final de dez/22**, o que representa um crescimento significativo ao mesmo período do ano anterior (+5,0 pp), refletindo em **maior conforto de capital**. O avanço é resultado de uma **gestão de capital com foco na máxima eficiência de alocação**, além da aprovação pelo BACEN (em jul/22) de mudança no método de alocação de capital para riscos operacionais, mais eficiente e aderente à nossa exposição. Essa decisão é fruto de uma série de movimentos estratégicos que realizamos nos últimos anos: gestão mais eficiente de riscos com redução de perdas operacionais relativas, foco no relacionamento e forte vinculação com o nosso público-alvo, maior exposição a produtos e *clusters* de clientes com melhor perfil de risco e aumento da relevância de carteiras de créditos consignados e resilientes. Além disso, **reforçamos o saldo de Letras Financeiras Subordinadas** direcionada a investidores institucionais, consolidando a percepção do Agi perante o mercado. Essas emissões contribuíram para a formação de **R$ 273,2 milhões em dez/22** de capital nível II. Em dezembro de 2022, o **LCR atingiu 174,7%, ainda mantendo o Banco com uma posição de liquidez bastante confortável**. A posição de caixa atingiu R$ 2.047,4 milhões em dezembro de 2022, estável em relação ao saldo de setembro de 2022.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social do Agibank, em 31 de dezembro de 2022, era composto por 732.365.923 ações ordinárias e 17.030.433 ações preferenciais Classe A (PNA).

OUVIDORIA

O Agi dispõe de estrutura de Ouvidoria que tem como função ser o canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, visando solucionar questões não atendidas por outros canais e propor medidas corretivas nos processos e procedimentos, a partir da análise das demandas recebidas.

AGRADECIMENTOS

O Agi agradece aos seus clientes, colaboradores, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, coragem, confiança e dedicação.

Para mais informações, acesse o site de Relações com Investidores: ri.agi.com.br.

Campinas, 16 de fevereiro de 2023.
A Administração

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante		**5.669.061**	3.935.547	**5.739.172**	3.987.314
Disponibilidades	4	**246.612**	195.106	**248.670**	197.086
Instrumentos financeiros		**5.717.507**	3.840.697	**5.753.628**	3.849.179
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	**407.017**	212.893	**386.065**	194.251
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	**516.127**	621.548	**580.561**	663.925
Relações interfinanceiras		**87.261**	17.001	**87.261**	17.001
Operações de crédito	7	**4.575.881**	2.909.095	**4.575.881**	2.909.095
Outros ativos financeiros		**131.221**	80.160	**123.860**	64.907
Valores a receber sociedades ligadas	25	**26.601**	25.722	**19.240**	10.469
Títulos de créditos a receber	7	**104.620**	54.438	**104.620**	54.438
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(417.974)**	(179.712)	**(417.974)**	(179.712)
Operações de crédito	7	**(416.846)**	(179.205)	**(416.846)**	(179.205)
Títulos de créditos a receber	7	**(1.128)**	(507)	**(1.128)**	(507)
Ativos fiscais correntes e diferidos		**1.213**	21.047	**3.771**	30.469
Impostos a recuperar	8	**1.213**	21.047	**3.771**	30.469
Outros ativos		**121.703**	58.409	**151.077**	90.292
Devedores diversos	9	**75.647**	25.223	**103.384**	54.600
Despesas antecipadas	10	**46.056**	33.186	**47.693**	35.692
Não circulante		**7.006.103**	4.499.247	**6.841.746**	4.479.757
Realizável a longo prazo		**6.502.413**	4.178.173	**6.569.214**	4.239.332
Instrumentos financeiros		**6.302.651**	3.965.700	**6.347.942**	4.001.737
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	**826.783**	397.877	**832.120**	405.395
Operações de crédito	7	**5.467.202**	3.564.613	**5.467.202**	3.564.613
Outros ativos financeiros		**8.666**	3.210	**48.620**	31.729
Títulos de créditos a receber	7	**9**	10	**9**	10
Recursos a receber de grupos encerrados		**-**	-	**-**	3.322
Devedores por depósitos em garantia	16	**8.657**	3.200	**48.611**	28.397
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(159.978)**	(49.163)	**(159.978)**	(49.163)
Operações de crédito	7	**(159.978)**	(49.163)	**(159.978)**	(49.163)
Ativos fiscais correntes e diferidos		**241.108**	166.342	**261.395**	189.843
Créditos tributários	24.b	**241.108**	166.342	**261.395**	189.843
Outros ativos		**118.632**	95.294	**119.855**	96.915
Devedores diversos	9	**6.330**	6.125	**6.330**	6.125
Despesas antecipadas	10	**112.302**	89.169	**113.525**	90.790
Investimentos em participações em coligadas e controladas	11	**256.963**	108.546	**-**	-
Outros investimentos		**34**	34	**45**	45
Imobilizado de uso	12	**24.133**	30.350	**49.666**	54.246
Intangível	12	**222.560**	182.144	**222.821**	186.134
Total do ativo		**12.675.164**	8.434.794	**12.580.918**	8.467.071

Passivo	Nota	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante		**3.860.683**	2.611.618	**3.882.213**	2.655.738
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**2.519.839**	2.342.932	**2.510.232**	2.347.711
Depósitos		**2.220.373**	2.042.087	**2.210.392**	2.042.027
Depósitos à vista	13	**204.125**	135.572	**204.083**	135.512
Depósitos a prazo	13	**1.958.065**	1.319.454	**1.958.065**	1.319.454
Depósitos interfinanceiros	13	**58.183**	587.061	**48.244**	587.061
Captações no mercado aberto	13	**-**	200.001	**-**	200.001
Carteira própria		**-**	200.001	**-**	200.001
Recursos de aceites e emissão de títulos		**298.973**	100.525	**298.973**	100.525
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	13	**298.973**	100.525	**298.973**	100.525
Obrigações por empréstimos		**-**	-	**-**	3.672
Outros passivos financeiros		**493**	319	**867**	1.486
Negociação e intermediação de valores		**493**	319	**493**	319
Obrigações por recursos de consorciados - grupos encerrados		**-**	-	**374**	1.167
Obrigações fiscais correntes e diferidas		**12.449**	14.051	**37.159**	37.078
Obrigações fiscais correntes	14	**12.449**	14.051	**37.159**	37.078
Outros passivos		**1.328.395**	254.635	**1.334.822**	270.949
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		**5.316**	2.382	**5.316**	2.382
Sociais e estatutárias		**30.573**	6.894	**50.948**	34.088
Diversas	15	**1.292.506**	245.359	**1.278.558**	234.479
Exigível a longo prazo		**7.675.792**	4.759.397	**7.559.113**	4.747.225
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**6.687.958**	4.674.295	**6.533.764**	4.626.690
Depósitos		**6.312.129**	4.331.951	**6.157.935**	4.281.024
Depósitos a prazo	13	**6.295.316**	4.274.891	**6.157.935**	4.241.360
Depósitos interfinanceiros	13	**16.813**	57.060	**-**	39.664
Recursos de aceites e emissão de títulos		**61.886**	259.036	**61.886**	259.036
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares LP	13	**61.886**	259.036	**61.886**	259.036
Instrumentos financeiros derivativos	13	**-**	4.465	**-**	4.465
Outros passivos financeiros		**313.943**	78.843	**313.943**	82.165
Recursos pendentes de recebimento-cobrança judicial		**-**	-	**-**	3.322
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	13	**313.943**	78.843	**313.943**	78.843
Provisões		**125.257**	85.102	**162.772**	120.535
Provisões para passivos cíveis e trabalhistas	16	**125.257**	85.102	**162.772**	120.535
Outros passivos		**862.577**	-	**862.577**	-
Diversas LP	15	**862.577**	-	**862.577**	-
Patrimônio líquido	17	**1.138.689**	1.063.779	**1.139.592**	1.064.108
Capital social		**1.061.450**	1.061.450	**1.061.450**	1.061.450
Reservas de capital		**2.805**	2.805	**2.805**	2.805
Reservas de lucros		**70.439**	391	**70.439**	391
Outros resultados abrangentes		**3.995**	3.575	**3.995**	3.575
Lucros/(prejuízo) acumulados		**-**	(4.442)	**-**	(4.442)
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**903**	329
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.675.164**	8.434.794	**12.580.918**	8.467.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua...

...continuação **BANCO AGIBANK S.A.** - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

Demonstrações dos resultados

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por ação)

Banco	Nota	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Receita da intermediação financeira		**1.742.993**	**3.251.262**	1.930.107
Operações de crédito	18	**1.624.497**	**3.007.259**	1.846.192
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		**24.372**	**46.891**	18.080
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		**113.409**	**170.674**	35.823
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		**(19.285)**	**26.438**	24.539
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7.f	**-**	**-**	5.473
Despesas da intermediação financeira		**(605.655)**	**(1.095.276)**	(498.762)
Despesas de captação no mercado		**(497.704)**	**(981.609)**	(396.223)
Operações de empréstimos e repasses		**-**	**(7)**	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7.f	**(107.951)**	**(113.660)**	(102.539)
Resultado da intermediação financeira		**1.137.338**	**2.155.986**	1.431.345
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(359.577)**	**(642.021)**	(240.720)
Operações de crédito	7.e	**(359.175)**	**(641.400)**	(241.173)
Títulos de créditos a receber	7.e	**(402)**	**(621)**	453
Resultado bruto da intermediação financeira		**777.761**	**1.513.965**	1.190.625
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(732.562)**	**(1.460.037)**	(1.316.879)
Receitas de prestação de serviços	19	**9.845**	**18.127**	9.672
Rendas de tarifas bancárias	20	**31.920**	**55.888**	35.167
Despesas de pessoal	21	**(41.700)**	**(81.393)**	(77.933)
Despesas administrativas	22	**(739.292)**	**(1.494.418)**	(1.276.056)
Despesas tributárias	23	**(56.758)**	**(107.238)**	(75.591)
Resultado de participações em coligadas e controladas		**62.693**	**148.408**	71.009
Outras receitas/despesas operacionais		**730**	**589**	(3.147)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**45.199**	**53.928**	(126.254)
Imposto de renda e contribuição social		**17.742**	**53.815**	103.674
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	**(4.986)**	**(21.288)**	(3.168)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	**22.728**	**75.103**	106.842
Participações no resultado		**(5.761)**	**(7.262)**	(8.982)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		**57.180**	**100.481**	(31.562)
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		**749.396**	**749.396**	749.396
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R$		**0,0763**	**0,1341**	(0,0421)

Consolidado	Nota	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Receita da intermediação financeira		**1.745.981**	**3.256.302**	1.931.103
Operações de crédito	18	**1.624.500**	**3.007.267**	1.846.236
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		**23.069**	**44.581**	16.646
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		**117.697**	**178.016**	38.210
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		**(19.285)**	**26.438**	24.538
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7.f	**-**	**-**	5.473
Despesas da intermediação financeira		**(597.472)**	**(1.083.740)**	(497.338)
Despesas de captação no mercado		**(489.457)**	**(969.818)**	(394.404)
Operações de empréstimos e repasses		**(64)**	**(262)**	(395)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7.f	**(107.951)**	**(113.660)**	(102.539)
Resultado da intermediação financeira		**1.148.509**	**2.172.562**	1.433.765
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(359.577)**	**(642.021)**	(240.733)
Operações de crédito	7.e	**(359.175)**	**(641.400)**	(241.186)
Títulos de créditos a receber	7.e	**(402)**	**(621)**	453
Resultado bruto da intermediação financeira		**788.932**	**1.530.541**	1.193.032
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(706.769)**	**(1.402.360)**	(1.266.069)
Receitas de prestação de serviços	19	**47.946**	**100.806**	102.967
Rendas de tarifas bancárias	20	**31.920**	**55.888**	35.167
Despesas de pessoal	21	**(247.530)**	**(505.404)**	(488.258)
Despesas administrativas	22	**(443.817)**	**(860.866)**	(757.370)
Despesas tributárias	23	**(106.236)**	**(212.709)**	(158.999)
Outras receitas/despesas operacionais		**10.948**	**19.925**	424
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**82.163**	**128.181**	(73.037)
Imposto de renda e contribuição social		**(4.434)**	**(3.106)**	77.732
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	**(25.117)**	**(75.001)**	(28.220)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	**20.683**	**71.895**	105.952
Participações no resultado		**(20.237)**	**(24.020)**	(35.861)
Participação de acionistas não controladores		**(312)**	**(574)**	(396)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		**57.180**	**100.481**	(31.562)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	**57.180**	**100.481**	(31.562)	**57.180**	**100.481**	(31.562)
Participação de não controladores	**-**	**-**	-	**312**	**574**	(86)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício atribuível aos acionistas	**57.180**	**100.481**	(31.562)	**57.492**	**101.055**	(31.648)
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado	**(23.861)**	**420**	6.384	**(23.861)**	**420**	6.384
Títulos disponíveis para a venda	**30**	**145**	502	**30**	**145**	502
Variação a valor de mercado	**55**	**264**	912	**55**	**264**	912
Efeitos fiscais	**(25)**	**(119)**	(410)	**(25)**	**(119)**	(410)
Variação a valor de mercado - controladas	**5**	**9**	-	**5**	**9**	-
Hedge	**(23.896)**	**266**	5.882	**(23.896)**	**266**	5.882
Hedge de fluxo de caixa	**(44.386)**	**484**	10.695	**(44.386)**	**484**	10.695
Efeitos fiscais	**20.490**	**(218)**	(4.813)	**20.490**	**(218)**	(4.813)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	**33.319**	**100.901**	(25.178)	**33.631**	**101.475**	(25.264)
Resultado abrangente atribuível aos controladores	**33.319**	**100.901**	(25.178)	**33.319**	**100.901**	(25.178)
Resultado abrangente atribuível aos não controladores	-	**-**	-	**312**	**574**	(86)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Banco	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes da tributação e participações	**45.199**	**53.928**	(126.254)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais	**252.193**	**444.569**	226.914
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**359.577**	**642.021**	240.720
Depreciação e amortização	**29.873**	**57.077**	49.271
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	**38.818**	**64.502**	43.776
Resultado de títulos e valores mobiliários	**(113.409)**	**(170.674)**	(35.823)
Resultado de equivalência patrimonial	**(62.693)**	**(148.408)**	(71.009)
Ganho de capital-aumento do valor de invest. em colig. e control.	**-**	**-**	(21)
Baixa de bens de uso próprio/intangível	**27**	**51**	-
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	**(2.483.106)**	**(4.195.101)**	(4.734.533)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**(1.304)**	**32.299**	27.659
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**(456.825)**	**(152.811)**	(120.922)
Relações interfinanceiras	**(46.104)**	**(70.260)**	(13.764)
Operações de crédito	**(1.864.071)**	**(3.862.319)**	(4.463.580)
Outros ativos financeiros	**(34.405)**	**(56.517)**	(25.706)
Outros ativos	**(54.898)**	**(86.632)**	(114.414)
Ativos fiscais correntes e diferidos	**(25.499)**	**1.139**	(23.806)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	**1.971.847**	**4.065.449**	4.285.930
Depósitos	**247.661**	**2.158.464**	4.048.397
Recursos de aceites e emissão de títulos	**(22.108)**	**1.298**	(88.311)
Relações interfinanceiras	**(878)**	**-**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	**(4.465)**	4.465
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	**174.083**	**235.100**	21.639
Captações no mercado aberto	**(199.995)**	**(200.001)**	197.502
Outros passivos financeiros	**23**	**174**	319
Outros passivos	**1.782.014**	**1.906.321**	113.426
Obrigações fiscais correntes e diferidas	**3.946**	**(2.798)**	32.958
Provisões para passivos cíveis e trabalhistas	**(12.899)**	**(24.347)**	(17.282)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	**(4.297)**	(27.183)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(213.867)**	**368.845**	(347.943)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	**-**	**-**	43.568
Alienação de bens de uso próprio/intangível	**326**	**492**	-
(Aquisição)/baixa de bens de uso próprio	**(35)**	**(1.366)**	(25.203)
(Aquisição)/baixa de intangível	**(38.228)**	**(90.453)**	(125.118)
Ajuste de avaliação patrimonial	**(23.866)**	**411**	6.387
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	**(61.803)**	**(90.916)**	(100.366)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	**-**	**-**	292.412
Custo de transação na emissão de ações	**-**	**-**	(7.992)
Juros sobre capital próprio pagos	**-**	**-**	(18.439)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**-**	**-**	265.981
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(275.670)**	**277.929**	(182.328)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	**908.347**	**354.748**	537.076
No fim do período	**632.677**	**632.677**	354.748
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(275.670)**	**277.929**	(182.328)
Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
Aumento de capital em controlada	**-**	**-**	**20.196**
Dividendos	**4.412**	**4.412**	-
Juros sobre capital próprio	**21.579**	**21.579**	-

Consolidado	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo)antes da tributação e participações	**82.163**	**128.181**	(73.037)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais	**321.992**	**606.002**	306.299
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**359.577**	**642.021**	240.733
Depreciação e amortização	**33.903**	**65.147**	56.631
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	**46.083**	**77.120**	47.787
Provisão para perdas grupos a encerrar	**419**	**419**	-
(Reversão)/provisão para perdas grupos encerrados	**-**	**(173)**	(312)
Resultado de títulos e valores mobiliários	**(117.697)**	**(178.016)**	(38.210)
Juros sobre obrigações por empréstimos	**(420)**	**(922)**	(330)
Baixa de bens de uso próprio/intangível	**127**	**406**	-
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	**(2.448.949)**	**(4.161.346)**	(4.697.207)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**-**	**53.251**	27.659
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**(454.651)**	**(165.345)**	(57.680)
Relações interfinanceiras	**(46.104)**	**(70.260)**	(13.764)
Operações de crédito	**(1.864.071)**	**(3.862.319)**	(4.463.593)
Outros ativos financeiros	**(52.783)**	**(79.166)**	(34.515)
Outros ativos	**(54.858)**	**(83.552)**	(131.207)
Ativos fiscais correntes e diferidos	**23.518**	**46.045**	(24.107)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	**1.835.627**	**3.823.802**	4.253.836
Depósitos	**205.966**	**2.045.276**	4.053.698
Recursos de aceites e emissão de títulos	**(22.108)**	**1.298**	(88.311)
Relações interfinanceiras	**(878)**	**-**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	**(4.465)**	4.465
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	**174.083**	**235.100**	21.639
Captações no mercado aberto	**(199.995)**	**(200.001)**	197.502
Outros passivos financeiros	**(170)**	**(619)**	790
Outros passivos	**1.757.870**	**1.879.257**	99.053
Obrigações fiscais correntes e diferidas	**(41.608)**	**(51.425)**	34.993
Provisões para passivos cíveis e trabalhistas	**(18.315)**	**(34.883)**	(25.629)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(19.218)**	**(45.736)**	(44.364)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(209.167)**	**396.639**	(210.109)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação de bens de uso próprio/intangível	**325**	**499**	-
(Aquisição)/baixa de bens de uso próprio	**(4.362)**	**(7.634)**	(38.886)
(Aquisição)/baixa de intangível	**(38.300)**	**(90.525)**	(127.930)
Ajuste de avaliação patrimonial	**(23.861)**	**420**	6.384
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	**(66.198)**	**(97.240)**	(160.432)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	**-**	**-**	292.412
Custo de transação na emissão de ações	**-**	**-**	(7.992)
Principal pago referente obrigação por empréstimos	**(1.250)**	**(2.750)**	(2.000)
Variação na participação de não controladores	**-**	**-**	(482)
Juros sobre capital próprio pagos	**-**	**-**	(18.439)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(1.250)**	**(2.750)**	263.499
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(276.615)**	**296.649**	(107.042)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	**911.350**	**338.086**	445.128
No fim do período	**634.735**	**634.735**	338.086
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(276.615)**	**296.649**	(107.042)
Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
Dividendos	**4.412**	**4.412**	-
Juros sobre capital próprio	**21.579**	**21.579**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social				Reserva de lucros			Outros	Lucros/		Participação	
	Capital social	Aumento de capital	Redução de capital	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Incentivos Fiscais	resultados abrangentes	(prejuízos) acumulados	Total Banco	de não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2021	326.927	204.153	-	9.896	29.524	241.464	-	(2.809)	737	809.892	415	810.307
Incorporação parcial da Nuova - AGE 30/09/20 - aprovado em 05/03/21	4.153	(4.153)	-	-	-	737	-	-	(737)	-	-	-
Aumento de capital - AGE 18/12/20 - aprovado em 05/03/21	200.000	(200.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 14/06/21- aprovado em 21/06/21	246.698	-	-	-	-	(246.698)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 13/10/21- aprovado em 25/11/21	196.900	-	-	-	-	-	-	-	-	196.900	-	196.900
Aumento de capital - AGE 23/12/21- aprovado em 15/02/22	-	95.512	-	-	-	-	-	-	-	95.512	-	95.512
Custo de transação na emissão de ações, líquido dos efeitos tributários	-	-	(8.740)	4.344	-	-	-	-	-	(4.396)	-	(4.396)
Outros resultados abrangentes												
Ajuste MTM - títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	502	-	502	-	502
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	5.882	-	5.882	-	5.882
Equiv. patrim. s/result. abrang. controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(86)	(86)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.562)	(31.562)	-	(31.562)
Destinações/absorção do prejuízo												
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.951)	(8.951)	-	(8.951)
Reservas	-	-	-	(11.435)	(29.524)	4.497	391	-	36.071	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	974.678	95.512	(8.740)	2.805	-	-	391	3.575	(4.442)	1.063.779	329	1.064.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua...

...continuação

BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social				Reserva de lucros							
	Capital social	Aumento de capital	Redução de capital	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Incentivos Fiscais	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total Banco	Participação de não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**974.678**	**95.512**	**(8.740)**	**2.805**	**-**	**-**	**391**	**3.575**	**(4.442)**	**1.063.779**	**329**	**1.064.108**
Aumento de capital conforme - AGE 23/12/21												
aprovado em 15/02/22	**95.512**	**(95.512)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outros resultados abrangentes										**-**	**-**	**-**
Ajuste MTM - títulos disponíveis para venda	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**145**	**-**	**145**	**-**	**145**
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos efeitos tributários	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**266**	**-**	**266**	**-**	**266**
Equiv. patrim. s/result. abrangentes controladas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9**	**-**	**9**	**-**	**9**
Variação na participação de não controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**574**	**574**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100.481**	**100.481**	**-**	**100.481**
Destinações										**-**	**-**	**-**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.412)**	**(4.412)**	**-**	**(4.412)**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(21.579)**	**(21.579)**	**-**	**(21.579)**
Reservas	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.024**	**63.870**	**1.154**	**-**	**(70.048)**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.070.190**	**-**	**(8.740)**	**2.805**	**5.024**	**63.870**	**1.545**	**3.995**	**-**	**1.138.689**	**903**	**1.139.592**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
O Banco Agibank S.A. ("Banco" ou "Agibank"), é originado da transferência do controle acionário dos antigos acionistas do Banco Gerador S.A. para a sua antiga controladora Agipar Holding S.A., de acordo com o contrato de compra e venda e outras avenças firmado entre as partes em 2 de maio de 2016 e aprovado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, juntamente com o plano de negócios para continuidade das operações do Banco, em 26 de julho de 2016. Em 16 de agosto de 2016, foi alterada a denominação social de Banco Gerador S.A. para Banco Agiplan S.A. e em 10 de janeiro de 2018, com homologação pelo BACEN em 24 de janeiro de 2018, o Banco passou a ser denominado Banco Agibank S.A.. O Banco atua como banco comercial e opera com operações de crédito pessoal, crédito consignado, cartão de crédito e cartão de crédito consignado, bem como captação em depósitos à vista e a prazo e, desde 05 de abril de 2021, sua sede está localizada à Rua Sérgio Fernandes Borges Soares, nº 1.000, Prédio 12 E-1, Distrito Industrial, na cidade de Campinas - SP. Em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial do patrimônio líquido da Nuova Holding S.A. para o Banco Agibank S.A., com base em Laudo de Avaliação Patrimonial emitido por auditor independente com data-base em 31 de julho de 2020. Esse processo foi submetido ao BACEN em 09 de outubro de 2020 e aprovado em 03 de março de 2021. Como consequência dessa cisão, as empresas Soldi Promotora de Vendas Ltda. e Promil Promotora de Vendas Ltda. passaram a ser controladas pelo Banco. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2021, os acionistas contribuíram 97,41% das suas participações no Banco Agibank para constituição do capital da AGI Financial Holding S.A.. O Banco, anteriormente controlado pelo Sr. Marciano Testa, passou a ser controlado pela AGI Financial Holding S.A. nessa data.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e normas estabelecidas pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e BCB nº 02 de 12/08/2020, com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00(R1), CPC 01(R1), CPC 02(R2), CPC 03(R2), CPC 04(R1), CPC 05(R1), CPC 10(R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 27, CPC 33(R1), CPC 41, CPC 46 aprovados pelo BACEN. Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9. Como principal impacto, a Resolução CMN nº 4.966/21 altera a Resolução CMN nº 2.682/99, que atualmente define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa através do conceito da perda incorrida. Conforme estabelecido no artigo 76 da referida norma, as instituições financeiras devem elaborar e manter à disposição do BACEN o plano para a implementação da regulamentação contábil. Em 23 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o plano elaborado pela Administração contemplando o diagnóstico para a identificação das adequações necessárias em processos, controles e sistemas de informação, bem como a execução e o monitoramento dos impactos gerados por tais adequações, em conjunto com consultorias especializadas. O plano de implementação está dividido em três principais temas, sendo eles: i) Classificação dos Instrumentos Financeiros; ii) Provisão por Perdas Esperadas, e iii) Contabilidade de Hedge, e será concluído até a data de início da vigência da norma.

Tema	Ação	Diretoria Responsável	
i) Classificação dos Instrumentos Financeiros	Análise das características de fluxo de caixa Definição dos modelos de negócio	Diretoria Financeira	Compilance e controles internos
ii) Provisão por Perdas Esperadas	Cálculo de taxa efetiva Alocação dos instumentos em estágios Modelegam para perda esperada Sistema de monitoramento e backtesting	Diretoria Crédito, Dados e Risco	
	Sistema integrados para cálculos de PDD	Diretoria de Tecnolgia	
iii) Contabilidade de Hedge	Classificação e designação do hedge Contabilização dos hedges	Diretoria Financeira	

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas consolidadas, ou seja, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações financeiras. As empresas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são:

Controladas	% de participação 31/12/2022	31/12/2021
Controladas diretas:		
Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	**100,00%**	100,00%
Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda.	**99,00%**	99,00%
Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda.	**99,40%**	99,40%
Hypeflame Tecnologia e Big Data Ltda.	**99,96%**	99,96%
Soldi Promotora de Vendas Ltda.	**100,00%**	100,00%
Promil Promotora de Vendas Ltda.	**100,00%**	100,00%
Controladas indiretas:		
Agibank Administradora de Consórcios Ltda.	**99,96%**	99,96%

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com a finalidade de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Banco Agibank S.A. avaliar a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2023.

3. Descrição das principais práticas contábeis
a) Estimativas contábeis: As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação de ativos financeiros, as provisões para perdas, as provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. b) Disponibilidades: Disponibilidades são representadas por caixa em moeda nacional, depósitos bancários e disponibilidades em moeda estrangeiras. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) *Títulos para negociação* - adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável. Os ganhos e perdas quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários; e (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Administração determina diretrizes para a classificação de títulos e valores mobiliários entre as categorias dispostas na Circular BACEN nº 3.068/01. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação. A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.924/21. e) Instrumentos financeiros derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de futuros e *swaps*, são mensurados na data do balanço a valor de mercado. Esses instrumentos são utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02 e alterações subsequentes. Nesses casos, também os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de *hedge*): (i) A adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de *hedge* de risco de mercado e; Conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa relativos a ajustes futuros, deduzida dos efeitos tributários. A parcela corresponde à compensação da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de *hedge* num intervalo entre 80% e 125%, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados. A parcela relativa ao período decorrido, ou "*accrual*" é reconhecido no resultado em conta adequada de receita ou despesa. f) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A classificação do risco das operações de crédito e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H". A provisão foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682, do CMN, e legislação complementar. O montante constituído é considerado pela Administração suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos julgados de difícil liquidação. As rendas de operações de crédito vencidas há 60 dias ou mais, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros: De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias: (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios; (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios. Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original, devendo o resultado positivo ou negativo apurado na negociação apropriado ao resultado do período de forma segregada. Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que existe retenção substancial dos riscos e benefícios, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência permanece registrado no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação. h) Operações com cartão de crédito: Os valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização dos cartões para pagamento em estabelecimentos conveniados são contabilizados em "Títulos e créditos a receber", sem característica de operação de crédito. As operações com parceladas com juros e parcelamento da fatura são reclassificadas para operações de crédito. i) Outros ativos circulantes e não circulantes: Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. j) Outros ativos - despesas antecipadas: São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos relacionados com ativos correspondentes e que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos ou quando não são mais esperados benefícios futuros. k) Imobilizado de uso: Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais definidas pela legislação fiscal, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. l) Intangível: No ativo intangível estão registrados os valores relativos a licenças, desenvolvimento de software e o registro da marca, demonstrados ao custo de aquisição, líquidos da amortização linear por taxas que contemplam a sua vida útil econômica. m) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. O ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros é amortizado em consonância com os prazos das projeções que o justificaram. n) Redução ao valor recuperável de ativo: O Banco e empresas controladas revisam anualmente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*). Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período. o) Depósitos a prazo, captações no mercado, recursos de aceites e emissão de títulos: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata die*". p) Outros passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09, do BACEN: *Ativos contingentes* - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre os quais não cabem mais recursos; *Passivos contingentes* - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e *Provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. r) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$ 240 no ano. A provisão para a contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real para o Banco, de 15% na controlada Financeira e de 9% para as demais empresas subsidiárias. Para o período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a alíquota da CSLL foi majorada em 5% para o Banco e a Financeira, sendo 25% e 20% respectivamente. Para o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022, convertida na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, majorou a alíquota da CSLL em 1% para o Banco e para a Financeira, sendo 21% e 16%, respectivamente. Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas supracitadas e estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/20, e serão realizados, para as diferenças temporárias, quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e, para o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, de acordo com a geração de lucros tributáveis. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social estão registrados no grupo "Créditos tributários" no ativo e "Obrigações fiscais correntes e diferidas" no passivo, de acordo com o prazo estimado de realização. s) Apuração de resultados: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, independente de recebimento ou pagamento. t) Lucro ou prejuízo por ação: O lucro ou prejuízo por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das demonstrações financeiras, excluídas as ações mantidas em tesouraria. u) Resultados não recorrentes: Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram identificados eventos não recorrentes no Banco e no Consolidado, conforme descrito na nota 28.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Disponibilidades	**246.272**	194.792	**248.330**	196.772
Disponibilidades em moeda estrangeira	**340**	314	**340**	314
	246.612	195.106	**248.670**	197.086
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
Letras do Tesouro Nacional	**386.065**	-	**386.065**	-
Notas do Tesouro Nacional	**-**	141.000	**-**	141.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**-**	18.642	**-**	-
	386.065	159.642	**386.065**	141.000
Total	**632.677**	354.748	**634.735**	338.086

Em 31 de dezembro de 2022, do total do saldo de disponibilidades no Banco e no Consolidado, R$ 244.031 (R$ 193.773 em 31 de dezembro de 2021) correspondia a numerário disponível em terminais de auto atendimento - ATMs. Para fins da demonstração do fluxo de caixa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a três meses.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Aplicações no Mercado Aberto	**386.065**	141.000	**386.065**	141.000
Posição Bancada	**386.065**	141.000	**386.065**	141.000
Letras do Tesouro Nacional	**386.065**	-	**386.065**	-
Notas do Tesouro Nacional	**-**	141.000	**-**	141.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**20.952**	71.893	**-**	53.251
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**20.952**	71.893	**-**	53.251
Total	**407.017**	212.893	**386.065**	194.251

Estão representadas por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
a) Composição da carteira

	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Carteira própria				
Títulos para negociação				
Cotas de fundos de investimento	**-**	-	**57.986**	37.976
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**96.641**	319.166	**100.176**	319.166
Letras do Tesouro Nacional - LTN	**236.687**	-	**236.687**	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	**40.488**	88.257	**40.488**	88.257
Letras Financeiras	**-**	16.995	**-**	20.131
Títulos disponíveis para venda				
Letras Financeiras	**-**	-	**-**	3.708
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**6.981**	76.279	**11.167**	76.279
Títulos mantidos até o vencimento				
Letras Financeiras	**21.001**	-	**21.001**	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**850**	-	**850**	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	**169.107**	41.599	**169.107**	41.599
Títulos de capitalização	**-**	-	**4.064**	5.075
Vinculados a compromisso de recompra				
Títulos para negociação				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	**-**	27.940	**-**	27.940
Títulos mantidos até o vencimento				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	**-**	174.242	**-**	174.242
Vinculados ao Banco Central				
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**-**	95.835	**-**	95.835

continua...

...continuação

BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vinculados à prestação de garantia				
Títulos disponíveis para venda				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	**41.832**	105.507	**41.832**	105.507
Títulos mantidos até o vencimento				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	**82.029**	73.605	**82.029**	73.605
Notas do Tesouro Nacional - NTN (a)	**77.362**	-	**77.362**	-
Debêntures (b)	**556.817**	-	**556.817**	-
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de Swap	**13.115**	-	**13.115**	-
Total	**1.342.910**	1.019.425	**1.412.681**	1.069.320
Circulante	**516.127**	621.548	**580.561**	663.925
Não circulante	**826.783**	397.877	**832.120**	405.395

(a) Do total das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, R$ 6.943 referem-se à garantia de operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (R$ 14.586 em 31 de dezembro de 2021), R$ 47.398 à garantia de operações de swap (R$ 102.750 em 31 de dezembro de 2021), R$ 58.049 à garantia da operação com credenciadora de cartão de crédito (R$ 51.617 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 11.471 à garantia de contratos de prestação de serviços (R$ 10.159 em 31 de dezembro de 2021). Do total das Notas do Tesouro Nacional Série B - NTNB, R$ 55.246 referem-se à garantia de operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e R$ 22.116 à garantia de operações de swap. (b) O Banco adquiriu, em maio de 2022, 265.000 debêntures da 2ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 séries para distribuição pública com esforços restritos e colocação privada emitidas pela Vert-9 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Em setembro de 2022, o Banco adquiriu 270.000 debêntures da 2ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries emitidas pela Vert-5 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" são registrados pelo valor de mercado, com base em preços e taxas divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimentos e pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, refletindo a precificação atribuída pelos operadores que levam em conta a demanda e a oferta do papel. Os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos mantidos até o vencimento" são registrados pelo custo histórico amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados nesta categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram efetuadas reclassificações entre as categorias dos títulos e valores mobiliários, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

b) Classificação de títulos e valores mobiliários

	Banco				Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	Custo atualizado	Valor de mercado	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	Custo atualizado	Valor de mercado
Mantidos para negociação								
Sem vencimento	-	-	-	-	**57.986**	**57.986**	37.976	37.976
A vencer em até 12 meses	-	-	153.809	153.556	-	-	153.809	153.556
A vencer acima de 12 meses	**371.263**	**373.816**	394.451	394.637	**374.789**	**377.351**	397.583	397.773
Subtotal	**371.263**	**373.816**	548.260	548.193	**432.775**	**435.337**	589.368	589.305
Disponível para a venda								
A vencer em até 12 meses	**17.770**	**17.775**	34.209	34.203	**17.770**	**17.775**	34.209	34.203
A vencer acima de 12 meses	**31.042**	**31.038**	147.841	147.583	**35.230**	**35.224**	151.565	151.291
Subtotal	**48.812**	**48.813**	182.050	181.786	**53.000**	**52.999**	185.774	185.494
Mantidos até o vencimento								
A vencer em até 12 meses	**122.091**	**121.625**	39.152	38.666	**123.243**	**122.777**	39.857	39.371
A vencer acima de 12 meses	**785.075**	**781.562**	250.294	248.971	**787.987**	**784.474**	254.664	253.341
Subtotal	**907.166**	**903.187**	289.446	287.637	**911.230**	**907.251**	294.521	292.712
Instrumentos financeiros derivativos								
A vencer em até 12 meses	**2.445**	**2.445**	-	-	**2.445**	**2.445**	-	-
A vencer acima de 12 meses	**10.670**	**10.670**	-	-	**10.670**	**10.670**	-	-
Subtotal	**13.115**	**13.115**	-	-	**13.115**	**13.115**	-	-
Total	**1.340.356**	**1.338.931**	1.019.756	1.017.616	**1.410.120**	**1.408.702**	1.069.663	1.067.511

c) Instrumentos financeiros derivativos - Hedge: Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía contratos de operação de hedge de fluxo de caixa, cujo objeto de proteção correspondia a captações pós-fixadas, indexadas ao CDI, onde os instrumentos de hedge correspondiam a contratos de DI futuro, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; também possuía contratos de swap para proteção das captações pós-fixadas indexadas à inflação (IPCA). Estes swaps foram contratados com a corretora XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários S.A.. i) *Política de utilização:* O Banco contrata operações de *hedge* para eliminar ou reduzir riscos associados à variação de preços de algumas variáveis cujas oscilações, eventualmente, possam causar forte impacto no valor da empresa. A política de utilização dessas operações define o processo de hedge, do risco de fluxo de caixa e da variação das taxas de juros e da inflação, visando garantir a liquidez adequada, observando as regras dispostas no Normativo de Gerenciamento do Risco de Mercado e IRRBB e em atendimento à regulamentação vigente de exposição ao risco. Todas as operações de *hedge* são avaliadas e aprovadas pela diretoria competente, ou mesmo em comitê responsável (ALCO). ii) *Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:* O gerenciamento de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos padronizados e instituídos em políticas corporativas, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. A alocação dos recursos disponíveis do Banco e empresas controladas é feita sempre visando mitigar a exposição ao risco de mercado e à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos índices, dos preços de ações e dos preços de mercadorias. iii) *Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:* O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado com base em taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. As premissas utilizadas para cálculo do valor de mercado dos objetos de hedge são também as taxas referenciais dos derivativos utilizados como instrumento de hedge, divulgadas pela B3. iv) *Valores agrupados por ativo, indexador de referência, contraparte, local de negociação (bolsa ou balcão) e faixas de vencimento, destacados os valores de referência, de custo, de mercado e em risco da carteira:*

Hedge de Taxa de Juros

Instrumento de Hedge

Contratos DI Futuro

Ativo	Vencimento	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo
DI1F23	jan/23	349.500	314.504	349.322	(2.780)	15.588
DI1N23	jul/23	256.500	90.179	240.638	4.999	13.895
DI1F24	jan/24	308.500	260.048	272.286	893	1.477
DI1N24	jul/24	483.000	386.426	402.896	2.438	3.991
Total		**1.397.500**	**1.051.157**	**1.265.142**	**5.550**	**34.951**

Objeto de Hedge

CDB / DPGE / LF pós-fixados - CDI

Ativo	Vencimento	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo
CDB/DPGE/LF (a)	dez/22	-	-	-	-	9.190
CDB/DPGE/LF	jan/23	53.228	45.794	52.920	(1.595)	743
CDB/DPGE/LF	fev/23	17.451	15.414	17.083	(113)	1.102
CDB/DPGE/LF	mar/23	10.250	9.009	9.930	2	702
CDB/DPGE/LF	abr/23	52.731	44.933	50.299	224	2.674
CDB/DPGE/LF	mai/23	269.018	226.655	255.022	3.349	13.573
CDB/DPGE/LF	jun/23	3.274	2.725	3.050	8	122
CDB/DPGE/LF	jul/23	17.055	14.624	15.800	(173)	(200)
CDB/DPGE/LF	ago/23	6.506	5.430	5.896	(93)	(103)
CDB/DPGE/ LF/DEB	abr/24	896.920	708.946	746.477	2.442	4.312
Total		**1.326.433**	**1.073.530**	**1.156.477**	**4.051**	**32.115**

(a) Foi considerado para fins de mensuração da efetividade dos instrumentos de hedge, a variação do valor justo dos objetos vencidos durante o mês de dezembro de 2022, devido ao descasamento temporal do instrumento que vence no 1º dia útil do mês subsequente.

Efetividade acumulada: 108,83%.

Hedge de inflação IPCA

Instrumento de Hedge

Swap

Ativo	Vencimento	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo
Swap	ago/23	111.195	90.027	102.310	309	2.445
Swap	jul/24	241.698	178.679	200.588	561	5.268
Swap	ago/24	78.999	61.731	65.018	382	(450)
Swap	jan/25	115	91	90	-	1
Swap	fev/25	156	122	121	1	1
Swap	abr/25	180.782	123.461	137.945	(676)	(2.826)
Swap	mai/25	199.811	137.716	151.436	(755)	(4.441)
Swap	jun/25	328	234	246	2	2
Swap	jul/25	151.662	104.481	112.497	1.908	2.912
Swap	ago/25	547.963	339.898	400.913	865	8.553
Swap	set/25	3.790	2.605	2.755	(32)	(44)
Swap	out/25	7.839	5.261	5.644	(33)	(40)
Swap	nov/25	1.189	812	849	7	8
Swap	dez/25	449	324	317	2	3
Swap	jan/26	496	352	346	3	4
Swap	fev/26	71	50	49	-	-
Swap	abr/26	143.257	85.638	97.071	(509)	(2.577)
Swap	ago/26	204.402	111.701	132.712	116	2.583
Swap	ago/27	241.961	114.636	139.532	(437)	1.713
Total		**2.116.163**	**1.357.819**	**1.550.439**	**1.714**	**13.115**

Objeto de Hedge

CDB / DPGE / LF pós-fixados - IPCA

Ativo	Vencimento	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Valor justo
CDB / DPGE / LF	ago/23	111.171	90.027	102.366	342	2.395
CDB / DPGE / LF	jul/24	241.661	178.679	200.679	574	4.973
CDB / DPGE / LF	ago/24	79.116	61.731	65.053	380	(583)
CDB / DPGE / LF	jan/25	115	91	90	-	1
CDB / DPGE / LF	fev/25	156	122	122	1	1
CDB / DPGE / LF	abr/25	180.971	123.585	138.147	(691)	(3.100)
CDB / DPGE / LF	mai/25	199.606	137.716	151.494	(765)	(4.770)
CDB / DPGE / LF	jun/25	327	234	246	2	2
CDB / DPGE / LF	jul/25	151.742	104.481	112.542	1.900	2.581
CDB / DPGE / LF	ago/25	547.836	339.898	401.100	840	8.082
CDB / DPGE / LF	set/25	3.792	2.605	2.756	(32)	(52)
CDB / DPGE / LF	out/25	7.840	5.261	5.647	(34)	(54)
CDB / DPGE / LF	nov/25	1.186	812	850	7	6
CDB / DPGE / LF	dez/25	448	324	317	3	3
CDB / DPGE / LF	jan/26	497	352	346	3	3
CDB / DPGE / LF	fev/26	71	50	49	-	-
CDB / DPGE / LF	abr/26	143.602	85.853	97.362	(515)	(2.265)
CDB / DPGE / LF	ago/26	204.338	111.701	132.774	141	2.375
CDB / DPGE / LF	ago/27	241.862	114.636	139.594	(464)	1.618
Total		**2.116.337**	**1.358.158**	**1.551.534**	**1.692**	**11.216**

Efetividade acumulada: 116,95%.

Valor de referência: Notional ou valor no vencimento calculado na data em que foi feito o *hedge*. Valor de custo: valor atualizado dos CDBs ou outro instrumento do passivo na data em que foi feito o Hedge / valor de mercado do derivativo na data em que foi feito o Hedge. Valor de mercado: valor dos CDBs calculado a partir da variação do DI futuro até a data de referência da demonstração financeira. Preço Unitário de ajuste do derivativo divulgado pela B3 na data da demonstração financeira, multiplicado pela quantidade de contratos. Valor justo: ajuste total considerando *accrual* e valor futuro. Ajuste a valor de mercado: é o ajuste considerando somente a variação futura.

v) *Valor e tipo de margens dadas em garantia:*

	31/12/2022	31/12/2021
LFT dadas em garantia à B3	**6.943**	14.586
NTNBs dadas em garantia à B3	**55.246**	-
Margem utilizada (incluindo outros derivativos trading)	**26.953**	11.697
LFT dadas em garantias para *Swaps*	**47.398**	102.750
NTNBs dadas em garantias para *Swaps*	**22.113**	-
Margem utilizada	**66.769**	-

7. Operações de crédito e títulos de créditos a receber

a) Composição das operações de crédito e títulos de créditos a receber:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos crédito pessoal	**2.408.929**	1.716.594
Empréstimos crédito pessoal consignado	**5.080.213**	4.488.755
Adiantamentos a depositantes	**811**	299
Empréstimos cheque especial	**1.752**	2.040
Empréstimos cartão de crédito	**33.436**	25.596
Empréstimos cartão de crédito consignado	**689.115**	240.424
Operações de crédito cedidas (f)	**1.828.827**	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(576.824)**	(228.368)
Total operações de crédito	**9.466.259**	6.245.340
Operações com característica de concessão de crédito	**104.629**	54.448
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(1.128)**	(507)
Total títulos de créditos a receber	**103.501**	53.941
Total operações de crédito e títulos de créditos a receber	**9.569.760**	6.299.281
Circulante	**4.262.527**	2.783.821
Não circulante	**5.307.233**	3.515.460

As operações com características de concessões de crédito referem-se aos valores a receber dos usuários de cartão de crédito até a data de vencimento das faturas pela utilização em estabelecimentos conveniados para pagamento de compras.

b) Composição da carteira por vencimento: As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos	**308.044**	163.523
A vencer até 3 meses	**1.881.827**	1.097.205
A vencer de 3 até 12 meses	**2.490.630**	1.702.805
A vencer de 1 a 3 anos	**3.110.553**	1.869.032
A vencer de 3 a 5 anos	**1.589.430**	1.047.241
A vencer acima de 5 anos	**767.228**	648.350
Total	**10.147.712**	6.528.156

c) Composição da carteira de operações de crédito e títulos de créditos a receber por níveis de risco e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		Banco/Consolidado			
		Carteira		Provisão	
Nível de risco	% de provisão	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A	0,5%	**9.131.878**	5.969.817	**(45.659)**	(29.849)
B	1%	**137.472**	106.821	**(1.375)**	(1.068)
C	3%	**123.922**	103.285	**(3.718)**	(3.098)
D	10%	**105.756**	84.579	**(10.576)**	(8.458)
E	30%	**91.384**	57.923	**(27.415)**	(17.377)
F	50%	**92.096**	50.414	**(46.048)**	(25.207)
G	70%	**73.478**	38.329	**(51.435)**	(26.830)
H	100%	**391.726**	116.988	**(391.726)**	(116.988)
Total		**10.147.712**	6.528.156	**(577.952)**	(228.875)

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	Banco/Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	Carteira	Valor	Carteira
20 maiores	**3.276**	**0,03%**	3.063	0,05%
50 maiores seguintes	**6.210**	**0,06%**	5.899	0,09%
Demais	**10.138.226**	**99,91%**	6.519.194	99,86%
Total	**10.147.712**	**100%**	6.528.156	100%

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco/Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**426.864**	**228.875**	188.404
Constituição de provisões para perdas esperadas sobre operações de crédito	**359.175**	**641.400**	351.562
Constituição (reversão) de provisões para perdas esperadas sobre títulos a receber de créditos	**402**	**621**	(453)
(Reversão) de provisões para perdas esperadas sobre operações de crédito efeito cessão	**-**	**-**	(110.389)
Baixas por perdas (compensação)	**(208.489)**	**(292.944)**	(200.249)
Saldo final	**577.952**	**577.952**	228.875

No Banco e no Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recuperados créditos lançados anteriormente a prejuízo no montante de R$ 15.049 (R$ 20.717 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) registrados em receitas da intermediação financeira de operações de crédito. No Banco e no Consolidado as operações de crédito renegociadas e refinanciadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R$ 6.060.366 (R$ 5.679.909 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e foram registradas mantendo a classificação de risco e provisão para perdas existente anteriormente à renegociação, havendo mudança na classificação somente após o pagamento significativo da dívida renegociada. f) Cessões de crédito: a) Cessões de crédito - sem coobrigação: Em 16 de dezembro de 2021, o Banco efetuou cessão de créditos vencidos e baixados para prejuízo, sem coobrigação, ou seja, com transferência substancial dos riscos e benefícios, oriundos de suas operações de empréstimos, para a parte não relacionada B.Hoepers Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.. Os saldos contábeis dos créditos cedidos em carteira ativa, integralmente provisionados, totalizavam R$ 110.387, gerando uma despesa líquida na venda de ativos financeiros de R$ 102.539 e uma reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$ 110.387. Os saldos dos créditos cedidos integralmente baixados para prejuízo totalizavam R$ 192.866, gerando uma receita na venda de ativos financeiros de R$ 5.473. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não realizou operações de cessão de crédito sem coobrigações. b) Cessões de crédito - com coobrigação: A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de créditos, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito ou pela aquisição de cotas subordinadas dos fundos cessionários. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado conforme prazo remanescente das operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco realizou operações de cessão de crédito pessoal consignado com retenção substancial de riscos e benefícios entre as partes não relacionadas Vert-9 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e Vert-5 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas em 31 de dezembro de 2022 são, conforme segue:

Cessão com coobrigação	Operações cedidas	Obrigações assumidas (nota 15)
Crédito pessoal consignado - valor presente	1.828.827	1.863.131
Total	**1.828.827**	**1.863.131**

g) Contratos em garantia: Conforme disposto na Resolução BCB nº 144/21 e Resolução CMN nº 4.953/21, a Linha Temporária Especial de Liquidez para aquisição de Letra Financeira com Garantia (LTEL-LFG) (nota 13) é operacionalizada por meio de empréstimos contra cesta de garantias, constituída mediante a inscrição de gravame sobre ativos financeiros ou valores mobiliários registrados em entidade registradora ou depositados em depositário central. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía garantias para essas operações junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (R$ 492.702 em 31 de dezembro de 2021).

8. Impostos a recuperar

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a recuperar	**660**	660	**661**	1.062
PIS a recuperar	**107**	107	**108**	203
IRPJ e CSLL a recuperar	**-**	16.992	**2.495**	23.066
IOF a recuperar	**-**	2.868	**-**	2.868
IRRF a compensar	**-**	-	**-**	1.139
ISSQN retido na fonte	**240**	216	**255**	929
Outros	**206**	204	**252**	1.202
Total	**1.213**	21.047	**3.771**	30.469

9. Devedores diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber arrecadação	**62.364**	11.517	**65.437**	18.446
Valores a receber venda de ações (nota 25.d)	**6.330**	6.125	**6.330**	6.125
Valores a receber de terceiros	**5.744**	4.099	**5.744**	4.099
Cauções (a)	**3.635**	3.315	**19.692**	19.055
Adiantamentos diversos	**2.485**	3.170	**4.551**	4.823
Outros	**1.419**	3.122	**1.686**	3.405
Comissões a receber	**-**	-	**6.022**	4.624
Empréstimo grupos consórcio	**-**	-	**252**	148
Total	**81.977**	31.348	**109.714**	60.725
Circulante	**75.647**	25.223	**103.384**	54.600
Não circulante	**6.330**	6.125	**6.330**	6.125

(a) Valor referente a cauções sobre contratos de aluguel do Banco Agibank S.A e dos pontos de atendimento das subsidiárias Soldi Promotora de Vendas Ltda. e Promil Promotora de Vendas Ltda.

10. Outros ativos - despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Comissões sobre captação (a)	**80.971**	47.913	**80.971**	47.913
Custos com operações de crédito portadas (b)	**55.347**	68.259	**55.347**	68.259
Custos vinculados à operação de cessão de créditos (c)	**19.275**	-	**19.275**	-
Garantias sobre equipamentos de informática	**1.978**	2.813	**2.436**	3.223
Outras	**787**	3.370	**3.189**	7.087
Total	**158.358**	122.355	**161.218**	126.482
Circulante	**46.056**	33.186	**47.693**	35.692
Não circulante	**112.302**	89.169	**113.525**	90.790

(a) Valor referente a comissões pagas a terceiros sobre operações de captação, sendo reconhecido no resultado do período no decorrer do prazo da operação principal. (b) Valor referente a Ressarcimento de Custos Operacionais - RCO e tarifas da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP pago sobre operações de crédito portadas de outras instituições financeiras a partir de 01 de julho de 2021, sendo reconhecido no resultado do período no decorrer do prazo da operação principal. (c) Valor referente a custos vinculados à operação de cessão de créditos com coobrigação e obrigações assumidas, sendo reconhecido no resultado do período no decorrer do prazo da operação principal.

continua...

...continuação

BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

11. Investimentos em participações em coligadas e controladas

a) Composição e movimentação dos investimentos

	Financeira (i)	Soldi (ii)	Corretora (iii)	Telecontato (iv)	Promil (v)	Hypeflame (vi)	31/12/2021
Patrimônio líquido	15.736	28.777	31.911	1.618	31.271	(437)	108.876
Resultado do período	8.972	14.080	38.390	(2.121)	21.413	(9.329)	71.405
Participação societária	100%	100%	99,00%	99,40%	100%	99,96%	-
Valor do Investimento	15.736	28.777	31.591	1.608	31.271	(437)	108.546
Resultado de equivalência	8.972	14.070	38.007	(2.108)	21.394	(9.326)	71.009
Total do investimento	15.736	28.777	31.591	1.608	31.271	(437)	108.546

	Financeira (i)	Soldi (ii)	Corretora (iii)	Telecontato (iv)	Promil (v)	Hypeflame (vi)	31/12/2022
Patrimônio líquido	19.663	64.124	87.909	4.082	85.317	(3.229)	**257.866**
Resultado do período	3.919	35.347	55.998	2.464	54.046	(2.792)	**148.982**
Participação societária	100%	100%	99,00%	99,40%	100%	99,96%	-
Valor do Investimento	19.663	64.124	87.030	4.058	85.317	(3.229)	**256.963**
Resultado de equivalência	3.919	35.347	55.438	2.449	54.046	(2.791)	**148.408**
Total do investimento	19.663	64.124	87.030	4.058	85.317	(3.229)	**256.963**

(i) Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"); (ii) Soldi Promotora de Vendas Ltda. ("Soldi"); (iii) Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda. ("Corretora"); (iv) Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda. ("Telecontato"); (v) Promil Promotora de Vendas Ltda. ("Promil"); (vi) Hypeflame Tecnologia e Big Data Ltda. ("Hypeflame").

12. Imobilizado de uso e intangível

a) Composição do ativo imobilizado de uso e intangível

Banco	2022 Custo	2022 Depreciação/amortização acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido	Taxas anuais de depreciação/amortização %
Imobilizado de uso	49.145	(25.012)	24.133	30.350	
Instalações e benfeitorias	7.467	(1.402)	6.065	6.768	10 a 20
Móveis e utensílios	5.653	(1.512)	4.141	4.607	10
Máquinas e equipamentos	2.057	(1.910)	147	185	20
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	30.469	(18.664)	11.805	15.910	20
Outros	3.499	(1.524)	1.975	2.880	10 a 20
Intangível	305.548	(82.988)	222.560	182.144	20 a 50
Intangível em curso	143.159	-	143.159	141.037	
Licenças de uso	65.179	(45.658)	19.521	20.144	
Desenvolvimento de software	97.042	(37.229)	59.813	20.896	
Outros	168	(101)	67	67	
Total - 2022	354.693	(108.000)	246.693		
Total - 2021	323.213	(110.719)		212.494	

Consolidado	2022 Custo	2022 Depreciação/amortização acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido	Taxas anuais de depreciação/amortização %
Imobilizado de uso	91.501	(41.835)	49.666	54.246	
Instalações e benfeitorias	12.730	(3.549)	9.181	10.059	10 a 20
Móveis e utensílios	19.575	(6.118)	13.457	15.372	10
Máquinas e equipamentos	2.353	(2.099)	254	324	20
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	45.721	(25.684)	20.037	20.007	20
Climatização	7.608	(2.650)	4.958	5.765	10
Outros	3.514	(1.735)	1.779	2.719	20
Intangível	310.750	(87.929)	222.821	186.134	20 a 50
Intangível em curso	143.233	-	143.233	141.037	
Licenças de uso	70.179	(50.600)	19.579	24.009	
Desenvolvimento de software	97.043	(37.228)	59.815	20.894	
Outros	295	(101)	194	194	
Total - 2022	402.251	(129.764)	272.487		
Total - 2021	373.308	(132.928)		240.380	

b) Movimentação do ativo imobilizado de uso e intangível

Banco	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Custo do imobilizado de uso					
Instalações e benfeitorias	7.456	11	-	-	7.467
Móveis e utensílios	5.586	74	(7)	-	5.653
Máquinas e equipamentos	2.052	7	(2)	-	2.057
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	30.162	1.183	(876)	-	30.469
Outros	3.992	91	(584)	-	3.499
Total	49.248	1.366	(1.469)	-	49.145
Depreciação acumulada					
Instalações e benfeitorias	(688)	(714)	-	-	(1.402)
Móveis e utensílios	(979)	(536)	3	-	(1.512)
Máquinas e equipamentos	(1.867)	(46)	3	-	(1.910)
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	(14.252)	(5.222)	810	-	(18.664)
Outros	(1.112)	(618)	206	-	(1.524)
Total	(18.898)	(7.136)	1.022	-	(25.012)
Custo do intangível					
Intangível em curso	141.037	54.384	-	(52.262)	143.159
Licenças de uso	78.264	33.344	(45.946)	(483)	65.179
Desenvolvimento de software	54.496	2.725	(12.924)	52.745	97.042
Outros	168	-	-	-	168
Total	273.965	90.453	(58.870)	-	305.548
Amortização acumulada					
Licenças de uso	(58.120)	(33.389)	45.851	-	(45.658)
Desenvolvimento de software	(33.600)	(16.552)	12.923	-	(37.229)
Outros	(101)	-	-	-	(101)
Total	(91.821)	(49.941)	58.774	-	(82.988)

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Custo do imobilizado de uso					
Instalações e benfeitorias	12.613	428	(311)	-	12.730
Móveis e utensílios	19.826	78	(329)	-	19.575
Máquinas e equipamentos	2.342	16	(5)	-	2.353
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	42.112	7.011	(3.402)	-	45.721
Climatização	7.730	-	(122)	-	7.608
Outros	4.002	101	(589)	-	3.514
Total	88.625	7.634	(4.758)	-	91.501
Depreciação acumulada					
Instalações e benfeitorias	(2.554)	(1.126)	131	-	(3.549)
Móveis e utensílios	(4.454)	(1.887)	223	-	(6.118)
Máquinas e equipamentos	(2.018)	(86)	5	-	(2.099)
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	(22.105)	(6.900)	3.321	-	(25.684)
Climatização	(1.965)	(747)	62	-	(2.650)
Outros	(1.283)	(661)	209	-	(1.735)
Total	(34.379)	(11.407)	3.951	-	(41.835)
Custo do intangível					
Intangível em curso	141.037	51.043	-	(48.847)	143.233
Licenças de uso	88.854	36.756	(51.533)	(3.898)	70.179
Desenvolvimento de software	54.497	2.726	(12.925)	52.745	97.043
Outros	295	-	-	-	295
Total	284.683	90.525	(64.458)	-	310.750
Amortização acumulada					
Licenças de uso	(64.845)	(37.190)	51.435	-	(50.600)
Desenvolvimento de software	(33.603)	(16.550)	12.925	-	(37.228)
Outros	(101)	-	-	-	(101)
Total	(98.549)	(53.740)	64.360	-	(87.929)

O saldo de R$ 143.159 de intangível em curso no Banco e R$ 143.233 no Consolidado (R$ 141.037 em 31 de dezembro de 2021 no Banco e Consolidado) refere-se a gastos com o desenvolvimento de projetos internos de tecnologia compostos, substancialmente, por licenças de uso e serviços de terceiros.

13. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

Banco	31/12/2022 Sem vencimento e até 3 meses	31/12/2022 De 3 a 12 meses	31/12/2022 Acima de 12 meses	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Depósitos e demais instrumentos financeiros	596.578	1.923.261	6.687.958	9.207.797	7.017.227
Depósitos	596.085	1.624.288	6.312.129	8.532.502	6.374.038
Depósitos à vista	204.125	-	-	204.125	135.572
Depósitos a prazo	350.802	1.607.263	6.295.316	8.253.381	5.594.345
Depósitos interfinanceiros	41.158	17.025	16.813	74.996	644.121
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	-	200.001
Carteira própria	-	-	-	-	200.001
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	298.973	61.886	360.859	359.561
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	298.973	61.886	360.859	359.561
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	4.465
Outros passivos financeiros	493	-	313.943	314.436	79.162
Negociação e intermediação de valores	493	-	-	493	319
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	313.943	313.943	78.843

Consolidado	31/12/2022 Sem vencimento e até 3 meses	31/12/2022 De 3 a 12 meses	31/12/2022 Acima de 12 meses	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Depósitos e demais instrumentos financeiros	596.536	1.913.696	6.533.764	9.043.996	6.974.401
Depósitos	596.043	1.614.349	6.157.935	8.368.327	6.323.051
Depósitos à vista	204.083	-	-	204.083	135.512
Depósitos a prazo	350.802	1.607.263	6.157.935	8.116.000	5.560.814
Depósitos interfinanceiros	41.158	7.086	-	48.244	626.725
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	-	200.001
Carteira própria	-	-	-	-	200.001
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	298.973	61.886	360.859	359.561
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	298.973	61.886	360.859	359.561
Obrigações por empréstimos	-	-	-	-	3.672
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	4.465
Outros passivos financeiros	493	374	313.943	314.810	83.651
Negociação e intermediação de valores	493	-	-	493	319
Obrigações por recursos de consorciados - grupos encerrados	-	374	-	374	1.167
Recursos pendentes de recebimento-cobrança judicial	-	-	-	-	3.322
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	-	313.943	313.943	78.843

O saldo de depósitos a prazo é composto, principalmente, por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) nos quais: (i) 24% da carteira é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), com taxas variando de 94% a 141% do DI; (ii) 40% da carteira é indexada a taxas de juros pré-fixada, variando de 4,90% a 15,64% ao ano; e (iii) 33% da carteira é indexada à taxa IPCA, variando de 0,40% a 8,11% ao ano e (iv) 3% da carteira é indexada à DI + taxas de juros pré-fixadas, variando de 0,43% a 2,95% ao ano. A carteira de depósito interfinanceiro é composta por Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), indexada a 100% do Depósito Interfinanceiro (DI) e a DI + taxas de juros pré-fixadas. Os recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares referem-se à letra financeira (LF) onde: (i) 72% da carteira é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI) + taxas de juros pré-fixadas e (ii) 28% da carteira é indexada a taxas de juros pré-fixadas. As Letras Financeiras Públicas (LFP) são indexadas ao Depósito Interfinanceiro (DI), com taxa de DI + 2,70% ao ano. Os instrumentos de dívida elegíveis a capital refere-se à Letra Financeira Subordinada (LFS) com remuneração a taxa de DI + 4% e pré-fixada de 10,05% a 17,57% ao ano, sendo o último vencimento em 16 de julho de 2029.

14. Obrigações fiscais correntes

	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
IRRF sobre juros capital próprio	3.595	-	3.595	-
Impostos e contribuições sobre serviços	2.968	3.294	8.251	8.864
Impostos e contribuições sobre salários	2.692	2.366	13.625	15.663
Provisão para IRPJ e CSLL	2.184	-	6.993	1.672
PIS a recolher	954	958	1.673	1.334
COFINS a recolher	-	7.411	2.553	9.145
Outros	56	22	469	400
Total	12.449	14.051	37.159	37.078

15. Outros passivos - diversas

	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Obrigações vinculadas a cessão (a)	1.863.131	-	1.863.131	-
Estabelecimento de cartão de crédito (c)	101.009	50.664	101.009	50.664
Valores a pagar a sociedades ligadas (b)	57.555	55.432	2.229	1.886
Outros credores diversos	41.473	14.691	44.731	15.709
Provisões para pagamentos a efetuar	28.029	39.280	28.888	43.436
Obrigações por convênios oficiais (f)	27.214	45.570	27.214	45.570
Fornecedores a pagar	16.798	22.559	24.869	30.693
Fornecedores de seguros	8.095	5.817	8.582	6.541
Obrigações com pessoal	6.126	5.708	34.829	34.342
Obrigações por aquisição do Banco Gerador (e)	3.633	3.619	3.633	3.619
Devoluções a clientes (d)	2.019	2.019	2.019	2.019
Obrigações por operações adquiridas	1	-	1	-
Total	2.155.083	245.359	2.141.135	234.479
Circulante	1.292.506	245.359	1.278.558	234.479
Não circulante	862.577	-	862.577	-

(a) Refere-se a obrigações relacionadas à cessão de créditos oriundos de operações de empréstimo consignado celebradas com aposentados e pensionistas do INSS, nos termos do contrato de promessa de transferência e aquisição de direitos creditórios e outras avenças celebrado com a Vert-9 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e com a Vert-5 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (nota 7.f). No exercício de 2022, as obrigações vinculadas à cessão foram atualizadas no montante de R$ 113.660, de acordo com as taxas pactuadas nos contratos de operações de crédito cedidos. (b) Valores a pagar referentes a serviços prestados por sociedades ligadas tais como comissões sobre operações de crédito, desenvolvimento de sistemas, call center, telemarketing e teleatendimento, serviços administrativos e outros (nota 25). (c) Referem-se aos valores a pagar aos estabelecimentos credenciados em decorrência das operações de compra através de cartão de crédito pelos clientes do Banco. (d) Referem-se a valores a devolver a clientes pendentes de resgate. (e) Saldos provenientes da incorporação da Agipar Holding, referentes a obrigações junto aos antigos controladores do Banco Gerador, conforme previsto no acordo de compra e venda entre as partes. (f) Referem-se a recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões, e outros benefícios oriundos de órgãos oficiais.

16. Provisões para passivos cíveis e trabalhistas

O Banco e suas controladas possuem provisões para passivos de ações judiciais de natureza cível e trabalhista em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica "Provisões para passivos cíveis e trabalhistas" e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Trabalhista	Provável	66.838	49.252	104.284	84.593
Cível	Provável	58.419	35.850	58.488	35.942
Total		125.257	85.102	162.772	120.535

A movimentação da provisão para passivos cíveis e trabalhistas é como segue:

	Banco 31/12/2022	Banco 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	85.102	58.608	120.535	98.377
Constituição de provisão	64.502	43.776	77.120	47.787
Baixa por pagamento	(24.347)	(17.282)	(34.883)	(25.629)
Saldo final	125.257	85.102	162.772	120.535

As ações cíveis são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa, considerando a média histórica de perdas. As ações trabalhistas são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a fase processual e o histórico de perdas. Para as ações em fase de audiência, os valores provisionados correspondem à média de condenação dos últimos doze meses verificada em cada empresa do Consolidado; para as ações em fase recursal ou de liquidação, a provisão corresponde à estimativa de perda calculada por especialistas. Adicionalmente, o Banco e a Financeira constituem provisão para as ações trabalhistas nas quais figuram como polo passivo, mesmo que o vínculo empregatício do reclamante seja com outra empresa do grupo. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional, de natureza fiscal ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco Agibank S.A.. Os depósitos judiciais relacionados às ações apresentadas acima no Banco montavam R$ 8.657 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.200 em 31 de dezembro de 2021) e estavam registrados na rubrica de "Outros ativos financeiros - Devedores por depósitos em garantia". Os saldos de depósitos judiciais relacionados às ações apresentadas acima no Consolidado montavam R$ 48.611 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 28.397 em 31 de dezembro de 2021) e estavam registrados na rubrica de "Outros ativos financeiros - Devedores por depósitos em garantia". Em 31 de dezembro de 2022, o Banco era parte passiva em 2.075 processos cíveis com probabilidade de perda possível (2.368 em 31 de dezembro de 2021) no montante de R$ 3.934 (R$ 3.793 em 31 de dezembro de 2021), em 207 processos trabalhistas com probabilidade de perda possível (155 em 31 de dezembro de 2021) no montante de R$ 4.455 (R$ 4.492 em 31 de dezembro de 2021) e em 5 processos de natureza tributária com probabilidade de perda possível no montante de R$ 13.615. Os processos de natureza tributária correspondem a 3 processos administrativos e 2 processos judiciais, sendo: (i) processo 13370-720.869/2020-60 no valor de R$ 13.292 (R$ 12.351 em 31 de dezembro de 2021), referente à cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos pela empresa Agipar Holding S.A., incorporada pelo Banco em 2018, em decorrência da exclusão de receita de indenização apurada pela variação entre ativos e passivos entre a data do laudo de avaliação e a data da aprovação do processo de compra e venda do Banco Gerador, (ii) processo 16327.720.506/2020-48, sem valor estimado, referente a supostas inconsistências na apresentação de obrigações acessórias; e, (iii) processos judiciais 15746.720.042/2022-38 e 15746.722.819/2021-18 no valor de R$ 221 e processo administrativo 15746.720972/2022-9 no valor de R$ 102, referentes a auto de infração por não cumprimento de requisição de informações de clientes no prazo original. Na presente data os pedidos de impugnação encontram-se sob análise da Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado era parte passiva em 2.143 processos cíveis com probabilidade de perda possível (2.486 em 31 de dezembro de 2021) no montante de R$ 3.950 (R$ 3.815 em 31 de dezembro de 2021), em 285 processos trabalhistas com probabilidade de perda possível (254 em 31 de dezembro de 2021) no montante de R$ 6.478 (R$ 5.548 em 31 de dezembro de 2021) e em 8 processos de natureza tributária com probabilidade de perda possível (6 em 31 de dezembro de 2021) no montante de R$ 31.053 (R$ 31.541 em 31 de dezembro de 2021). Além dos processos de natureza tributária do Banco, supramencionados, os demais processos de natureza tributária do Consolidado também correspondem a 2 processos administrativos e 1 processo judicial, sendo: (i) processo 11060-722.952/2019-16 da Agibank Financeira S.A., no valor de R$ 3.537 (R$ 2.544 em 31 de dezembro de 2021), referente à cobrança de débitos de IRPJ e CSLL sobre despesas supostamente indedutíveis; (ii) processo 11060.722.955/2019-41 da Soldi Promotora de Vendas Ltda., no valor de R$ 2.870, referente à cobrança de débitos de IRPJ e CSLL sobre despesas supostamente indedutíveis; e, (iii) processo 5164877-38.2022.8.21.0001/ RS da Soldi Promotora de Vendas Ltda., no valor de R$ 11.031 (R$ 8.970 em 31 de dezembro de 2021), referente à cobrança de supostos débitos de ISSQN junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre do período de 2016 a 2018, sendo esse último discutido na esfera judicial. Em relação aos processos 11080-724.975/2017-57 e 11080-724.976/2017-00 da Agibank Financeira S.A., no valor de R$ 9.978 (R$ 7.676 em 31 de dezembro de 2021), em 5 de outubro de 2022 a 5ª TURMA/DRJ08, no acórdão 108-030.083, concedeu procedente a impugnação da empresa, exonerando integralmente o crédito tributário lançado.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social do Banco, no valor de R$ 1.070.190, pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país. O capital social está composto por 749.396.356 ações, sendo 732.365.923 ações ordinárias e 17.030.433 ações preferenciais Classe A (PNA), todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021, foi registrado o montante redutor de R$ 8.740 referente a custos na emissão de ações, líquido dos efeitos tributários. Desse total, R$ 4.344 foi reclassificado da rubrica Reservas de capital (nota 17.b). As ações preferenciais Classe A (PNA) não possuem direito a voto e garantem aos seus titulares montante equivalente ao Percentual PNA sobre todos e quaisquer dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos pelo Banco aos seus acionistas. As ações PNA são automaticamente convertidas em ações ordinárias simultaneamente à mudança de titularidade, exceto quando o novo titular seja participante do Programa de Partnership ou caso as ações sejam destinadas à tesouraria do Banco. Essa composição do capital foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de setembro de 2021, que deliberou a conversão de 145.674.473 ações preferenciais Classe B, de 77.235.516 ações preferenciais Classe C, e de 9.706 ações preferenciais de Classe D, todas de titularidade da acionista AGI Financial Holding S.A., em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária por ação preferencial. Esse processo foi aprovado pelo BACEN em 24 de novembro de 2021. Adicionalmente, de acordo com o parágrafo 3º do Estatuto Social do Banco, as ações preferenciais Classe A eventualmente transferidas a qualquer pessoa que não um Partner ou à tesouraria da Companhia, deverão ser automaticamente convertidas em ações ordinárias, simultaneamente à mudança de titularidade de tais ações preferenciais Classe A. Até essa data, o capital estava composto por 658.109.344 ações, sendo 418.159.216 ações ordinárias, 17.030.139 ações preferenciais Classe A (PNA), 145.674.473 ações preferenciais Classe B (PNB), 77.235.516 ações preferenciais Classe C (PNC), e 10.000 ações preferenciais Classe D (PND), todas nominativas e sem valor nominal, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2020 e aprovado pelo BACEN em 07 de dezembro de 2020. As ações preferenciais possuíam as seguintes características em relação a direito de voto e remuneração: *Ações preferenciais Classe A (PNA)*: Ações sem direito a voto que, exceto no que se refere aos dividendos prioritários devidos aos titulares das ações preferenciais Classe D, garantirão aos seus titulares montante equivalente ao Percentual PNA (percentual que a soma da quantidade de ações preferenciais Classe A e ações preferenciais Classe D que sejam de titularidade de acionista representem em relação à soma de todas as Ações de emissão do Banco que sejam de titularidade de acionistas do Banco) sobre todos e quaisquer dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos pelo Banco aos seus acionistas. *Ações preferenciais Classe B (PNB)*: Ações com direito a voto que, exceto no que se refere aos dividendos prioritários devidos aos titulares das ações preferenciais Classe A, aos titulares das ações preferenciais Classe D e aos titulares das ações preferenciais Classe E, garantirão aos seus titulares, a partir do implemento de determinadas condições previstas no Estatuto Social e até que outras determinadas condições também previstas no Estatuto Social sejam implementadas, montante equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) de todos e quaisquer demais dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos pelo Banco aos seus acionistas. *Ações preferenciais Classe C (PNC)*: Ações com direito a voto que, exceto no que se

continua...

...continuação

BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

refere aos dividendos prioritários devidos aos titulares das ações preferenciais Classe A, aos titulares das ações preferenciais Classe D e aos titulares das ações preferenciais Classe E, aos dividendos declarados na assembleia geral ordinária que deliberar acerca da distribuição do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e aos juros sobre o capital próprio relacionados ao capital existente no Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, garantirão aos seus titulares, até que sejam implementadas determinadas condições previstas no Estatuto Social, montante equivalente a 80% (oitenta por cento) de todos e quaisquer demais dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos pelo Banco aos seus acionistas. *Ações preferenciais Classe D (PND):* ações sem direito a voto que, a partir do implemento de determinadas condições previstas no Estatuto Social e até que outras determinadas condições também previstas no Estatuto Social sejam implementadas, garantirão aos seus titulares montante equivalente ao Percentual PND (percentual que a quantidade de ações preferenciais Classe D de titularidade de acionista represente em relação à soma de todas as ações preferenciais Classe D de emissão do Banco) sobre todos e quaisquer dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos pelo Banco aos seus acionistas. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2021, foi aprovado o aumento do capital do Banco mediante a capitalização da reserva estatutária no valor de R$ 246.698, sem a emissão de novas ações. Esse processo foi aprovado pelo BACEN em 21 de junho de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2021, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 196.900 pela AGI Financial Holding S.A., que passou a ser a controladora do Banco Agibank em 16 de agosto de 2021 (nota 1), mediante a emissão de 65.748.812 ações ordinárias. Esse processo foi aprovado pelo BACEN em 25 de novembro de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 95.512 pela controladora AGI Financial Holding S.A., mediante a emissão de 25.538.200 ações ordinárias. Esse processo foi aprovado pelo BACEN em 15 de fevereiro de 2022. b) Reservas de capital: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das reservas de capital é de R$ 2.805, correspondente ao lucro na venda de ações em tesouraria ocorrida em 2020. Em 31 de dezembro de 2021, houve a absorção do prejuízo do exercício no montante de R$ 11.435. c) Reservas de lucros: Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das reservas de lucros é de R$ 70.439, sendo R$ 1.545 correspondente a reservas de incentivos fiscais, R$ 63.870 referente à reserva estatutária e R$ 5.024 correspondente à reserva legal. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2021, foi aprovada a capitalização da reserva estatutária no valor de R$ 246.698, sem a emissão de novas ações. Esse processo foi aprovado pelo BACEN em 21 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, houve a absorção do prejuízo do exercício pela reserva legal no montante de R$ 29.524. d) Destinação do resultado e lucros ou prejuízos acumulados: O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 100.481, sendo destinado R$ 5.024 para reserva legal, R$ 4.442 para absorção do prejuízo acumulado, R$ 4.412 para dividendos, R$ 21.579 para juros sobre capital próprio, R$ 1.154 para reserva de incentivos fiscais e R$ 63.870 para reserva estatutária. e) Dividendos e juros sobre capital próprio: Conforme o artigo 34 do Estatuto Social, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos dos artigos 201 e 202, da Lei nº 6.404/76, a ser pago segundo estipulado no artigo 205, § 3º do mesmo dispositivo legal, quando do encerramento do exercício. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Em 20 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a destinação de R$ 8.951 para o pagamento de juros sobre capital próprio referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve destinação de lucros para o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	Banco			
	31/12/2022		31/12/2021	
Dividendos e juros sobre o capital próprio		**Valor por ação (a)**		Valor por ação (a)
Juros sobre o capital próprio declarados	**21.579**	**28,794730**	8.951	13,601418
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	**(3.237)**	**(4,319210)**	(1.343)	(2,040213)
Dividendos	**4.412**	**5,887364**		
Total	**22.754**		7.608	

(a) Valor por lote de mil ações, expresso em Reais.

18. Receita da intermediação financeira - Operações de crédito

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos crédito pessoal	**893.604**	**1.770.347**	1.345.082
Empréstimos crédito consignado	**721.385**	**1.221.781**	480.294
Recuperação perda	**9.472**	**15.049**	20.717
Cheque especial	**36**	**82**	99
Total	**1.624.497**	**3.007.259**	1.846.192

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos crédito pessoal	**893.607**	**1.770.355**	1.345.126
Empréstimos crédito consignado	**721.385**	**1.221.781**	480.294
Recuperação perda	**9.472**	**15.049**	20.717
Cheque especial	**36**	**82**	99
Total	**1.624.500**	**3.007.267**	1.846.236

19. Receitas de prestação de serviços

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Comissões de adquirentes de cartões de crédito	**8.551**	**16.110**	8.268
Rendas com outros serviços	**1.294**	**2.017**	1.404
Total	**9.845**	**18.127**	9.672

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de comissões na venda de seguros	**34.584**	**65.014**	49.133
Rendas de serviços prestados a sociedades ligadas	**2.836**	**15.127**	33.282
Comissões de adquirentes de cartões de crédito	**8.551**	**16.110**	8.268
Rendas com outros serviços	**1.294**	**2.017**	1.405
Rendas com taxas de administração de consórcios	**664**	**1.026**	10.879
Rendas de comissões na venda de produtos de créditos	**17**	**1.512**	-
Total	**47.946**	**100.806**	102.967

20. Rendas de tarifas bancárias

	Banco/Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de confecção de cadastro - pessoa física	**8.407**	**19.281**	17.222
Rendas com anuidade de cartão de crédito	**2.249**	**4.001**	4.968
Rendas com tarifas de portabilidade	**7.661**	**12.477**	8.572
Outros serviços diferenciados - pessoa física	**3.487**	**4.735**	627
Tarifa de saque	**5.286**	**10.351**	3.485
Outros serviços - pessoa física	**4.830**	**5.043**	293
Total	**31.920**	**55.888**	35.167

21. Despesas de pessoal

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	**19.794**	**39.421**	38.220
Benefícios	**5.613**	**10.435**	9.994
Encargos sociais	**7.898**	**15.514**	14.095
Honorários	**6.395**	**12.552**	12.088
Treinamento	**1.711**	**2.964**	3.502
Remuneração de estagiários	**289**	**507**	34
Total	**41.700**	**81.393**	77.933

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	**142.839**	**294.851**	286.878
Benefícios	**49.533**	**99.737**	96.560
Encargos sociais	**46.712**	**94.675**	88.324
Honorários	**6.396**	**12.553**	12.789
Treinamento	**1.736**	**3.010**	3.663
Remuneração de estagiários	**314**	**578**	44
Total	**247.530**	**505.404**	488.258

22. Despesas administrativas

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Serviços junto a sociedades ligadas (nota 25)	**210.519**	**396.007**	360.178
Comissões a sociedades ligadas (nota 25)	**178.298**	**420.808**	321.116
Serviços de terceiros (processamento de cartão, comissões, etc)	**82.156**	**169.107**	169.821
Serviços do sistema financeiro	**114.896**	**233.879**	169.364
Processamento de dados (aluguel e manutenção dos sistemas)	**34.355**	**64.864**	54.991
Propaganda e publicidade	**9.040**	**13.895**	20.583
Comunicação	**8.260**	**15.287**	10.823
Promoções e relações públicas	**2.827**	**4.040**	6.887
Depreciação e amortização	**29.873**	**57.077**	49.271
Serviços técnicos (auditoria, consultoria, etc)	**10.759**	**19.401**	21.178
Viagens	**2.910**	**4.101**	5.071
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	**38.818**	**64.502**	43.776
Manutenção e conservação de bens	**1.259**	**2.510**	17.942
Impressos materiais	**3.355**	**7.989**	13.191
Aluguéis	**2.233**	**4.370**	1.455
Outras despesas administrativas	**9.734**	**16.581**	10.409
Total	**739.292**	**1.494.418**	1.276.056

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Serviços junto a sociedades ligadas	**15.887**	**29.934**	21.732
Serviços de terceiros (processamento de cartão, comissões, etc)	**83.525**	**171.871**	173.892
Serviços do sistema financeiro	**115.764**	**235.793**	171.788
Processamento de dados (aluguel e manutenção dos sistemas)	**37.451**	**71.255**	61.983
Propaganda e publicidade	**9.315**	**14.613**	23.268
Comunicação	**13.646**	**26.292**	20.280
Promoções e relações públicas	**4.125**	**6.505**	9.300
Depreciação e amortização	**33.903**	**65.147**	56.631
Serviços técnicos (auditoria, consultoria, etc)	**12.793**	**23.029**	24.779
Viagens	**3.273**	**4.811**	6.963
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	**46.083**	**77.120**	47.787
Manutenção e conservação de bens	**10.825**	**21.497**	39.426
Impressos materiais	**3.355**	**7.989**	13.191
Aluguéis	**35.047**	**68.733**	53.046
Outras despesas administrativas	**18.825**	**36.277**	33.304
Total	**443.817**	**860.866**	**757.370**

23. Despesas tributárias

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**46.955**	**88.926**	62.489
Programa de Integração Social (PIS)	**7.630**	**14.450**	10.154
Imposto Sobre Serviços (ISS)	**2.088**	**3.701**	2.378
Outros	**85**	**161**	570
Total	**56.758**	**107.238**	75.591

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**71.910**	**142.508**	106.992
Programa de Integração Social (PIS)	**13.020**	**26.039**	19.778
Imposto Sobre Serviços (ISS)	**19.448**	**40.573**	29.213
Outros	**1.858**	**3.589**	3.016
Total	**106.236**	**212.709**	158.999

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**45.199**	**53.928**	(126.254)
(-) Participações no resultado	**(5.761)**	**(7.262)**	(8.982)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**39.438**	**46.666**	(135.236)
Imposto de renda à alíquota de 15%	**(5.916)**	**(7.000)**	20.285
Imposto de renda à alíquota de 10% sobre adicional	**(3.944)**	**(4.667)**	13.524
Contribuição social à alíquota de 15% e 20%	**(7.887)**	**(9.333)**	27.047
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(17.747)**	**(21.000)**	60.856
Efeito juros sobre o capital próprio	**9.731**	**9.731**	4.028
Equivalência patrimonial	**28.212**	**66.784**	31.954
Adições/exclusões permanentes	**(801)**	**(1.811)**	(4.494)
Incentivos fiscais (PAT, Doações)	**174**	**372**	2.399
Majoração da alíquota de CSLL (a)	**(1.401)**	**-**	-
Crédito extemporâneo IRPJ e CSLL - Lei do Bem	**-**	**-**	8.328
Outros	**(426)**	**(261)**	603
Total de imposto de renda e contribuição social	**17.742**	**53.815**	103.674

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(4.986)**	**(21.288)**	(11.496)
Crédito extemporâneo IRPJ e CSLL - Lei do Bem	-	-	8.328
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período s/ diferenças temporárias			
Adições/exclusões temporárias	**24.897**	**83.976**	40.737
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	**(2.169)**	**(8.873)**	66.105
Total de imposto de renda e contribuição social	**17.742**	**53.815**	103.674

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**82.163**	**128.181**	(73.037)
(-) Participações no resultado	**(20.237)**	**(24.020)**	(35.861)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**61.926**	**104.161**	(108.898)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 15%, 20% e 25%	**8.725**	**43.153**	74.056
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 9% e 25%	**(15.230)**	**(45.373)**	-
Efeito do lucro de controlada tributado pelo lucro presumido	**(5.553)**	**(9.881)**	(5.760)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(12.058)**	**(12.101)**	68.296
Efeito juros sobre o capital próprio	**9.731**	**9.731**	4.028
Adições/exclusões permanentes	**(1.255)**	**(2.725)**	(4.693)
Incentivos fiscais (PAT, Doações)	**1.088**	**2.372**	2.881
Majoração da alíquota da CSLL (a)	**(1.401)**	**-**	-
Crédito extemporâneo IRPJ e CSLL - Lei do Bem	**-**	**-**	8.328
Outros	**(539)**	**(383)**	(1.108)
Total de imposto de renda e contribuição social	**(4.434)**	**(3.106)**	77.732

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(25.117)**	**(75.001)**	(36.548)
Crédito extemporâneo IRPJ e CSLL - Lei do Bem	-	-	8.328
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período s/ diferenças temporárias			
Adições/exclusões temporárias	**23.768**	**84.691**	26.028
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	**(3.085)**	**(12.796)**	79.924
Total de imposto de renda e contribuição social	**(4.434)**	**(3.106)**	77.732

(a) Majoração da alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, conforme segue: A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$ 240 no ano. A provisão para a contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real para o Banco, de 15% na controlada Financeira e de 9% para as demais empresas subsidiárias. Para o período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a alíquota da CSLL foi majorada em 5% para o Banco e a Financeira, sendo 25% e 20% respectivamente. Para o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022, convertida na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, majorou a alíquota da CSLL em 1% para o Banco e para a Financeira, sendo 21% e 16%, respectivamente. b) Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2022, os créditos tributários líquidos apresentaram as seguintes movimentações:

	Banco	
	31/12/2022	31/12/2021
(=) Saldo no início do período	**166.342**	61.127
Crédito tributário - operações de *hedge* registradas no patrimônio líquido	**(218)**	(4.813)
Constituição de crédito tributário	**117.547**	141.633
Realização de crédito tributário	**(42.563)**	(31.605)
(=) Saldo no fim do período	**241.108**	166.342

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
(=) Saldo no início do período	**189.843**	85.520
Ajuste de marcação a mercado de derivativos registrado no patrimônio líquido	**(218)**	(4.813)
Constituição de crédito tributário	**129.007**	155.518
Realização de crédito tributário	**(57.237)**	(46.382)
(=) Saldo no fim do período	**261.395**	189.843

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados a seguir:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Exclusões	Saldo em 31/12/2022
Diferenças temporárias				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.842	71.714	(8.303)	**130.253**
Provisões para diferenças temporárias - outras (a)	43.337	24.991	(8.398)	**59.930**
Créditos de prejuízo fiscal de IRPJ	38.392	9.301	(14.289)	**33.404**
Créditos de base negativa da CSLL	31.310	7.658	(11.543)	**27.425**
Obrigações fiscais diferidas sobre amortização de ativos intangíveis	(10.487)	3.884	(31)	**(6.634)**
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	(3.052)	45.808	(46.026)	**(3.270)**
Total do ativo e passivo diferido	166.342	163.356	(88.590)	**241.108**

(a) Composta majoritariamente por provisões trabalhistas (R$ 29.851) e provisões cíveis (R$ 26.169).

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Exclusões	Saldo em 31/12/2022
Diferenças temporárias				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**66.842**	**71.714**	**(8.303)**	**130.253**
Provisões para diferenças temporárias - outras (a)	**61.755**	**33.615**	**(21.264)**	**74.106**
Créditos de prejuízo fiscal de IRPJ	**42.129**	**11.387**	**(15.617)**	**37.899**
Créditos de base negativa da CSLL	**32.656**	**8.407**	**(12.022)**	**29.041**
Obrigações fiscais diferidas sobre amortização de ativos intangíveis	**(10.487)**	**3.884**	**(31)**	**(6.634)**
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	**(3.052)**	**45.808**	**(46.026)**	**(3.270)**
Total do ativo e passivo diferido	**189.843**	**174.815**	**(103.263)**	**261.395**

(a) Composta majoritariamente por provisões trabalhistas e provisões cíveis, sendo: (i) Banco (R$ 29.851) trabalhista e (R$ 26.169) cíveis; (ii) Financeira (R$ 7.717) trabalhista e (R$ 23) cíveis; (iii) Soldi (R$ 2.422) trabalhista e (R$ 3) cíveis; (iv) Promil (R$ 89) trabalhista; (v) Telecontato (R$ 3.073) trabalhista, e (vi) Hypeflame (R$ 471) trabalhistas. O saldo líquido do crédito tributário do Banco em 31 de dezembro de 2022 é decorrente de diferenças temporárias ativas (R$ 186.913), diferenças temporárias passivas (R$ 6.634) e crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (R$ 60.829). A expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social está apresentada abaixo:

	Banco	
	31/12/2022	31/12/2021
Ano 1	**132.794**	69.416
Ano 2	**60.983**	71.554
Ano 3	**29.812**	25.713
Ano 4	**10.339**	3.256
Ano 5	**5.457**	2.456
Ano 6 a 10	**8.357**	4.434
Total	**247.742**	176.829

O saldo líquido do crédito tributário do Consolidado em 31 de dezembro de 2022 é decorrente de diferenças temporárias ativas (R$ 201.089), diferenças temporárias passivas (R$ 6.634) e crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (R$ 66.940). A expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ano 1	**139.459**	78.434
Ano 2	**67.848**	81.320
Ano 3	**35.816**	26.600
Ano 4	**11.092**	3.796
Ano 5	**5.457**	3.101
Ano 6 a 10	**8.357**	7.079
Total	**268.029**	200.330

Em atendimento ao Artigo 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 02, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

25. Partes relacionadas

As principais operações com partes relacionadas são realizadas com os acionistas e administradores do Banco, empresas controladas e empresas sob controle comum, conforme segue. As transações entre partes relacionadas foram contratadas em condições usuais de mercado. a) Saldos patrimoniais com partes relacionadas: *Saldo de contas ativas com partes relacionadas:*

	Valores a receber		Aplicações interfinanceiras	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladas diretamente				
Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	**9.539**	6.016	**20.952**	18.642
Hypeflame Tecnologia e Big Data Ltda.	**7.990**	8.375	**-**	-
Promil Promotora de Vendas Ltda.	**141**	68	**-**	-
Soldi Promotora de Vendas Ltda.	**385**	524	**-**	-
Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda.	**23**	529	**-**	-
Subtotal	**18.078**	15.512	**20.952**	18.642
Outras partes relacionadas				
Outras partes relacionadas	**35**	49	**-**	-
Agi Inc.	**8.488**	3.391		
Agi Marketplace S.A.	**-**	4.258	**-**	-
A House Agência de Publicidade Ltda.	**-**	2.512	**-**	-
Subtotal	**8.523**	10.210	**-**	-
Total	**26.601**	25.722	**20.952**	18.642

continua...

...continuação

BANCO AGIBANK S.A. - CNPJ nº 10.664.513/0001-50 - NIRE 35300574214

Saldo de contas passivas com partes relacionadas:

	Valores a pagar		Depósito à vista		Depósito a prazo		Depósito interfinanceiro	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladora								
Agi Financial Holding S.A.	**-**	-	**1.046**	170	**-**	-	**-**	-
Subtotal	**-**	-	**1.046**	170	**-**	-	**-**	-
Controladas diretamente								
Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda.	**-**	23	**1**	1	**44.317**	17.198	**-**	-
Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	**1.574**	921	**14**	11	**-**	-	**26.753**	17.396
Hypeflame Tecnologia e Big Data Ltda.	**7.649**	7.840	**2**	2	**1**	9	**-**	-
Promil Promotora de Vendas Ltda.	**24.784**	22.241	**2**	18	**58.566**	6.506	**-**	-
Soldi Promotora de Vendas Ltda.	**19.404**	18.355	**21**	26	**22.549**	4.001	**-**	-
Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda.	**2.356**	4.409	**1**	2	**7.731**	2.316	**-**	-
Subtotal	**55.767**	53.789	**41**	60	**133.164**	30.030	**26.753**	17.396
Controladas indiretamente								
Agibank Administradora de Consórcios Ltda.	**-**	-	**2**	2	**4.235**	3.501	**-**	-
Subtotal	**-**	-	**2**	2	**4.235**	3.501	**-**	-
Pessoal-chave da administração	**-**	-	**172**	236	**602**	4.575	**-**	-
Subtotal	**-**	-	**172**	236	**602**	4.575	**-**	-
Outras partes relacionadas								
Outras partes relacionadas	**-**	-	**52**	86	**1.108**	466	**-**	-
Neo Núcleo de Excelência Operacional Ltda.	**1.788**	1.643	**2**	3	**3.316**	2.328	**-**	-
Subtotal	**1.788**	1.643	**54**	89	**4.424**	2.794	**-**	-
Total	**57.555**	55.432	**1.315**	557	**142.425**	40.900	**26.753**	17.396

b) Transações com partes relacionadas

	Despesas administrativas			Outras desp. e rec. operacionais		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Controladas diretamente						
Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	**3.450**	**5.528**	13.542	**-**	**-**	-
Hypeflame Tecnologia e Big Data Ltda.	**41.043**	**58.977**	38.978	**-**	**-**	-
Promil Promotora de Vendas Ltda.	**168.322**	**372.338**	272.930	**10.800**	**21.600**	21.600
Soldi Promotora de Vendas Ltda.	**125.757**	**280.390**	259.127	**10.800**	**21.600**	21.600
Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda.	**15.552**	**31.715**	34.949	**-**	**-**	**-**
Subtotal	**354.124**	**748.948**	619.526	**21.600**	**43.200**	43.200
Outras partes relacionadas						
Neo Núcleo de Excelência Operacional Ltda.	**13.093**	**24.667**	18.568	**-**	**-**	-
Subtotal	**13.093**	**24.667**	18.568	**-**	**-**	-
Total	**367.217**	**773.615**	638.094	**21.600**	**43.200**	43.200

	Desp. da intermediação financeira			Rec. da intermediação financeira		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Controladas diretamente						
Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda.	**1.826**	**2.481**	728	**-**	**-**	**-**
Agibank Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	**1.494**	**2.486**	542	**1.303**	**2.310**	1.435
Hypeflame Tecnologia e Big Data Ltda.	**28**	**69**	53	**-**	**-**	-
Promil Promotora de Vendas Ltda.	**3.004**	**4.042**	92	**-**	**-**	-
Soldi Promotora de Vendas Ltda.	**1.142**	**1.573**	83	**-**	**-**	-
Telecontato Call Center e Telemarketing Ltda.	**367**	**495**	170	**-**	**-**	-
Subtotal	**7.861**	**11.146**	1.668	**1.303**	**2.310**	1.435
Controladas indiretamente						
Agibank Administradora de Consórcios Ltda.	**385**	**644**	152	**-**	**-**	-
Subtotal	**385**	**644**	152	**-**	**-**	-
Pessoal-chave da administração	**112**	**347**	322	**-**	**-**	-
Subtotal	**112**	**347**	322	**-**	**-**	-
Outras partes relacionadas						
Outras partes relacionadas	**70**	**193**	23	**-**	**-**	**-**
Neo Núcleo de Excelência Operacional Ltda.	**178**	**254**	79	**-**	**-**	**-**
Subtotal	**248**	**447**	102	**-**	**-**	-
Total	**8.606**	**12.584**	2.244	**1.303**	**2.310**	1.435

c) Remuneração dos administradores: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os benefícios proporcionados na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	**6.459**	**12.742**	12.487
Encargos sociais	**1.453**	**2.867**	2.810
Total	**7.912**	**15.609**	15.297

d) Programa de Partnership: Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2019, foi aprovado o Programa de Partnership que permite que administradores e colaboradores se tornem sócios do Banco através da adesão a contratos onerosos de compra de ações preferenciais. Os critérios de elegibilidade ao plano, bem como da precificação da ação negociada e da obrigação assumida pelo participante estão definidos em regulamento específico. O valor da compra e da venda das ações é mensurado a custo contábil, com base no patrimônio líquido auditado imediatamente anterior à data da transação, com prazo para pagamento até 60 meses a partir da data do contrato. Durante o primeiro semestre de 2020, os participantes do programa adquiriram 11.585.327 ações preferenciais que encontravam-se em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber era de R$ 6.330 (R$ 6.125 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica Devedores diversos. e) Outras informações: Com exceção do disposto acima, o Banco e suas controladas não proporcionaram benefícios de curto e longo prazos, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O gerenciamento de riscos é considerado pelo Banco Agibank um instrumento estratégico fundamental, realizado por unidade independente de gestão de riscos, baseado nas melhores práticas de mercado, com o objetivo de garantir que os riscos aos quais a Instituição está exposta sejam administrados de acordo com o apetite ao risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. O monitoramento é realizado por meio de relatórios diários entregues à Diretoria e principais lideranças com comentários de desempenho e demonstrativos de exposição em relação aos limites estabelecidos institucionalmente, sempre primando pela proatividade na gestão destes. (a) Risco de crédito: refere-se à possibilidade de perdas decorrente do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Diariamente a área de gestão de riscos realiza testes de estresse da carteira de crédito, medindo os impactos do aumento da inadimplência nos resultados da empresa e nos demais indicadores de riscos. (b) Risco de mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma instituição financeira, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos índices, dos preços de ações e dos preços de mercadorias. O controle de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos padronizados e também instituídos em políticas corporativas. A alocação dos recursos disponíveis do Banco e empresas controladas é feita sempre visando mitigar a exposição ao risco de mercado. (c) Risco de liquidez: possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O monitoramento do risco de liquidez é realizado diariamente com base em indicadores estabelecidos em política, fluxo de caixa e cenários de estresse. (d) Risco operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A avaliação dos riscos operacionais é realizada de forma a garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os assuntos relacionados ao risco operacional são reportados mediante relatórios mensais à Alta Administração e relatórios específicos aos gestores das áreas.

27. Gerenciamento de capital

A avaliação da necessidade de capital é feita com base no planejamento estratégico do Agibank, instrumentalizada no orçamento econômico financeiro, que tem por premissas: a projeção do crescimento dos ativos, baseado na estimativa de oferta de crédito; estimativa de inadimplência, cobrança; projeção dos passivos necessários para a manutenção sustentável da liquidez dada a necessidade de crescimento dos ativos, quais sejam quantidade de colaboradores, nível de tecnologia e, também das receitas e despesas, sejam elas operacionais ou administrativas, que ocorrerão dada a evolução esperada para a operação. O Índice de Basileia Amplo do fechamento dos últimos períodos reflete a adequação do capital aos objetivos citados.

Suficiência de Capital (R$ mil)	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (*PR*)	**1.111.128**	756.488
Patrimônio de Referência Nível I	**837.967**	698.363
Capital Principal	**837.967**	698.363
Patrimônio de Referência Nível II	**273.161**	58.125
Ativos Ponderado pelo Risco (*RWA*)	**7.058.751**	7.044.148
Parcela de risco de crédito (*RWAcpad*)	**6.349.522**	4.197.148
Parcela de risco de crédito (*RWAmpad*)	**71.210**	122.157
Parcela de risco de crédito (*RWAopad*)*	**638.019**	2.724.843
Risco Banking (*RBAN*)	**319.178**	83.620
Exposição Total	**12.596.523**	7.927.124
Índice de Basileia (*PR/RWA*)	**15,7%**	10,7%
Índice de Basileia (*PR/RWA+RBAN*)	**15,1%**	10,6%
Razão de Alavancagem	**6,7%**	8,8%

** A partir de jul/22 utiliza a abordagem ASA II para cálculo da RWAOpad.*

O nível mínimo para o Índice de Basileia exigido pela regulação em vigor é de 10,5%, de acordo com a Resolução CMN n° 4.958/21. O Agibank, em 31 de dezembro de 2022, conta com uma margem de capital de 4,6%.

Composição do Patrimônio de Referência (R$ mil)	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	**1.138.999**	1.064.072
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	**301.032**	365.709
Capital Principal	**837.967**	698.363
Nível I	**837.967**	698.363
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	**273.161**	58.125
Nível II	**273.161**	58.125
Patrimônio de Referência	**1.111.128**	756.488

O Capital de Nível II do Agibank é composto por operações de Letras Financeiras Subordinadas, totalizando um principal de R$ 272.800 e saldo atual de R$ 313.943. Não há previsão de recompra antecipada dessas operações.

Instrumento (R$ mil)	Principal	Emissão	Vencimento	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
LF Subordinada	13.500	mai-19	abr-25	11,7%	**20.083**	17.990
LF Subordinada	16.500	mai-19	abr-25	11,7%	**24.547**	21.988
LF Subordinada	20.000	abr-20	abr-26	10,5%	**26.106**	23.633
LF Subordinada	1.000	nov-21	nov-27	CDI + 4%	**1.187**	1.015
LF Subordinada	2.000	nov-21	nov-27	CDI + 4%	**2.374**	2.031
LF Subordinada	2.500	nov-21	nov-27	CDI + 4%	**2.967**	2.539
LF Subordinada	9.500	nov-21	nov-27	CDI + 4%	**11.275**	9.647
LF Subordinada	600	mai-22	mai-29	CDI + 4%	**664**	-
LF Subordinada	300	mai-22	mai-29	CDI + 4%	**332**	-
LF Subordinada	1.200	mai-22	mai-29	CDI + 4%	**1.327**	-
LF Subordinada	3.600	mai-22	mai-29	16,4%	**3.947**	-
LF Subordinada	5.400	mai-22	mai-29	16,4%	**5.921**	-
LF Subordinada	24.900	mai-22	mai-29	16,4%	**27.303**	-
LF Subordinada	3.000	mai-22	mai-29	16,6%	**3.292**	-
LF Subordinada	300	mai-22	mai-29	CDI + 4%	**331**	-
LF Subordinada	500	mai-22	mai-29	CDI + 4%	**552**	-
LF Subordinada	2.400	mai-22	mai-29	16,7%	**2.632**	-
LF Subordinada	300	mai-22	jun-29	16,9%	**329**	-
LF Subordinada	300	jun-22	jun-29	CDI + 4%	**330**	-
LF Subordinada	900	jun-22	jun-29	17,1%	**984**	-
LF Subordinada	1.200	jun-22	jun-29	17,2%	**1.311**	-
LF Subordinada	1.500	jun-22	jun-29	17,1%	**1.638**	-
LF Subordinada	600	jun-22	jun-29	17,4%	**655**	-
LF Subordinada	900	jun-22	jun-29	17,3%	**981**	-
LF Subordinada	2.100	jun-22	jun-29	17,1%	**2.282**	-
LF Subordinada	1.800	jun-22	jun-29	17,0%	**1.953**	-
LF Subordinada	600	jun-22	jun-29	CDI + 4%	**655**	-
LF Subordinada	1.800	jun-22	jun-29	17,2%	**1.954**	-
LF Subordinada	1.500	jun-22	jul-29	17,4%	**1.626**	-
LF Subordinada	600	jul-22	jul-29	17,3%	**650**	-
LF Subordinada	600	jul-22	jul-29	17,4%	**649**	-
LF Subordinada	600	jul-22	jul-29	17,5%	**649**	-
LF Subordinada	27.600	jul-22	jul-29	CDI + 4%	**29.938**	-
LF Subordinada	30.900	jul-22	jul-29	CDI + 4%	**33.477**	-
LF Subordinada	25.200	jul-22	jul-29	CDI + 4%	**27.230**	-
LF Subordinada	57.600	jul-22	jul-29	17,6%	**62.087**	-
LF Subordinada	9.000	jul-22	jul-29	CDI + 4%	**9.725**	-
Total	272.800				**313.943**	78.843

28. Resultado não recorrente

Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro. Apresentamos a seguir os eventos considerados não recorrentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Banco		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do semestre/exercício	**57.180**	**100.481**	(31.562)
(-) Resultado não recorrente	**(1.401)**	**-**	-
Majoração da alíquota de CSLL - Lei nº 14.446/22 (e)	**(1.401)**	**-**	-
Resultado do semestre/exercício recorrente	**58.581**	**100.481**	(31.562)

	Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do semestre/exercício	**57.180**	**100.481**	(31.562)
(-) Resultado não recorrente	**(1.401)**	**-**	1.680
Receita na venda de grupos de consórcio (a)	**-**	**-**	8.592
Efeito fiscal (b)	**-**	**-**	(2.921)
Baixa do ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura (c)	**-**	**-**	(3.991)
Majoração da alíquota de CSLL - Lei nº 14.446/22 (d)	**(1.401)**	**-**	-
Resultado do semestre/exercício recorrente	**58.581**	**100.481**	(33.242)

(a) Valor referente à cessão e transferência de grupos de consórcio da Agibank Administradora de Consórcios Ltda.. (b) Efeito fiscal de IRPJ e CSLL sobre a cessão e transferência de grupos de consórcio. (c) Baixa do ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura registrado na empresa Hypeflame Tecnologia e Big Data Ltda., controladora direta da Agibank Administradora de Consórcios Ltda.. (d) Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa a serem realizados até 31 de dezembro de 2022, em decorrência da majoração da alíquota da CSLL de 20% para 21% para bancos e de 15% para 16% para sociedades de crédito, financiamento e investimento.

Diretoria

GLAUBER MARQUES CORREA - Presidente
THIAGO SOUZA SILVA - Diretor
VINICIUS BIRKELAND ALOE - Diretor
LUCAS ARAÚJO DE AGUIAR - Diretor
MARCELO SANTOS SAMPAIO DE OLIVEIRA - Diretor
FABIANO LUCCHESE SCHNEIDER - Diretor
MATHEUS GIRARDI - Diretor

Contador

KAREN DENISE MINCATO - Contadora - CRC/RS 062.757/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Agibank S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Agibank S.A. ("Banco"), identificadas como banco e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Agibank S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos quotistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Banco Agibank S.A. avaliar a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas pode não ser adequado para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP-027623/F

Renata Zanotta Calçada
Contadora
CRC - 062793/O-8

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONVITE PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Manifestação de Interesse nº 002/2023-PROFISCO II/SEFAZ-MA

Instituição: Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
País: Brasil
Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II-MA
Setor: Unidade de Coordenação do Projeto-UCP/Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ-MA

Resumo: O Estado do Maranhão recebeu um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se propõe a utilizar parte destes fundos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis em virtude do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão – PROFISCO II para "Contratação de Consultoria Individual para "Implantação de Melhorias, Correções e Novas Funcionalidades do Sistema de Administração e Monitoramento - SAM".

A Secretaria de Estado da Fazenda convida Consultores elegíveis a manifestar o interesse em prestar os serviços solicitados. Os consultores interessados deverão proporcionar informação que indique que estão qualificados para prestar os serviços por meio de **(currículo, descrição de serviços semelhantes executados, experiência em condições idênticas, contratos etc.,)** devendo atender os seguintes requisitos mínimos:

REQUISITOS MÍNIMOS	
Consultor para Implantação de Melhorias, Correções e Novas Funcionalidades do Sistema de Administração e Monitoramento - SAM	**1)** Formação em Ciências da Computação e/ou Análise e desenvolvimento de Sistemas de Informação e/ou Engenharia de software; ou qualquer formação superior com especialização em Ciências da Computação e/ou Análise de Sistema e/ou Engenharia de Software; **2)** Ter 5 (cinco) anos de experiência comprovada em: a) Desenvolvimento de aplicações web; b) análise de sistemas nas áreas administrativa, orçamentária e financeira ou de gestão de projetos; c) Programação de sistemas (Sênior). **3)**Ter experiência comprovada em pelo menos um serviço similar em organizações públicas. **4)**Ter conhecimento em: **4.1)** Java (JSF, Primefaces, Mybatis, JPA/Hibernate 2.1 ou superior, JBOSS EAP, Spring MVC, Javadoc, JUnit, Eclipse, Maven, Struts); **4.2)** Oracle (PL/SQL), criação de PCKS, Functions e Procedures.

Os consultores serão selecionados de acordo com os procedimentos indicados nas Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN 2350-9, e poderão participar todos de países de origem que forem elegíveis, segundo o estabelecido nessas políticas.

Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR. (BR-L1500)
Processo nº: 17741/2023-SEFAZ-MA
Valor estimado: R$ 161.308,92 (incluindo os impostos)
Prazo de execução: 12 (doze) meses
Data limite para publicação: 16 de fevereiro 2023

Os serviços de Consultoria compreendem:

PRODUTOS	PRAZO
• Diagnóstico; • Plano de trabalho detalhado da consultoria especificando os artefatos e documentação a serem produzidos;	30 dias, após assinatura do contrato
• Documentação técnica (manual técnico do SAM, manual de implementação e manual do usuário) das melhorias, correções e novas funcionalidades informadas nos anexos do TDR e código fonte do SAM; • Código fonte entregue no Git da Sefaz; • Testes unitários e de integração; • Build do projeto nos ambientes de homologação e produção da Sefaz	180 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório com os testes de sistema e usuário realizados e seus resultados.	30 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório das atividades de treinamento realizadas, incluindo o programa de treinamento e materiais utilizados.	30 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório com os resultados da implementação do componente.	10 dias, após a conclusão da entrega anterior
Suporte técnico ao sistema, incluindo manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva	60 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório final da consultoria.	20 dias, após a conclusão da entrega anterior

As Manifestações de interesse deverão ser entregues no endereço indicado (pessoalmente, por correio, ou por correio eletrônico/e-mail) até às 18:00h do dia 06 de março de 2023. Os consultores interessados podem obter informações no endereço abaixo durante o horário de expediente das 13:00h às 18:00h.

Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Jaracati
CEP: 65.076-820

At. Alessandra Sousa Gonçalves Pereira
e-mail: alessandra.pereira@sefaz.ma.gov.br

At. Patrícia Santos Araujo
e-mail: patricia@sefaz.ma.gov.br

At. Núcleo de Planejamento
e-mail: planejamentoestrategico@sefaz.ma.gov.br

At: Thailane Souza Santos
e-mail: thailane.santos@sefaz.ma.gov.br

At. Equipe UCP.
e-mail: ucpprofisco2@sefaz.ma.gov.br

Alessandra Sousa Gonçalves Pereira
Líder do Projeto

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, ficam convocados todos os sindicatos filiados, e em dia com suas obrigações legais e estatutárias, a participarem da Assembléia Geral Ordinária da **Federação Nacional dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais - FENAFITO**, a ser realizada no dia 22/02/2023, na Av. Itacira, 2962 – 6 andar – Cj. 608, São Paulo, Capital, às 19 horas em primeira convocação, para deliberar a seguinte ordem do dia: a) Leitura do Parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço referente ao exercício de 2022; b) Leitura, Discussão e Votação do Balanço referente ao exercício do ano 2022. Não havendo quorum em primeira convocação, a A.G.O, será realizada em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de representantes das Entidades Sindicais filiadas presentes. **Edson Stéfani** - Presidente.

A empresa abaixo torna público que requereu ao IAT, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, para o empreendimento a seguir especificado: EMPRESA: Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. ATIVIDADE: Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – ETE Santana. ENDEREÇO: Rua Carlos Gomes, CEP 85630-000. MUNICÍPIO: Paulo Frontin - PR.

CONTÁBIL PAULISTA AUDITORES INDEPENDENTES LTDA

CNPJ 51.570.059/0001-56

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FICAM CONVOCADOS OS SÓCIOS QUOTISTAS DA CONTÁBIL PAULISTA AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. A SE REUNIREM NA SEDE DA EMPRESA, NA RUA SANTO AMARO, Nº 526 – 3º ANDAR – BELA VISTA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, NO DIA **28 DE FEVEREIRO DE 2023 ÀS 10 HS**, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA DELIBERAREM SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:1) ELEIÇÃO DOS ADMINISTRADORES; 2)ALTERAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA.
SÃO PAULO, 16 DE FEVEREIRO DE 2023 – **PAULO FISCHER NETTO** – SÓCIO ADMINISTRADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º 44/2023 - **Processo nº** 129.645/2022 - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 540/2022 - **Tipo:** Menor Preço por Lote - Ampla Participação - Sistema de Registro de Preços - **Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE 50.100KG (CINQUENTA MIL E CEM) DE LAGARTO EM TIRAS CONGELADO IQF, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL - Interessada:** Secretaria Municipal da Educação e SEBES. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 06 de março de 2.023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 06 de março de 2.023, às 09h**. Informações na Div. de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite nº 3-14 - Pq. Vista Alegre, Cep 17.020-050, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-3307/3214-4744. O Edital está disponível através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br, **OC: 820900801002023OC00072**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico.

Bauru, 15/02/2023
Cássia Cristina Nunes Pereira - Diretora da Divisão de Compras e Licitações-SME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Processo: **158.032/2022- Modalidade:** Pregão Eletrônico **SMS n° 10/2023** - Sistema de Registro de Preço - **AMPLA PARTICIPAÇÃO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Item - **Objeto:** *aquisição anual estimada de diversos medicamentos para o Município*. A Data do Recebimento das Propostas será até dia **03/03/2023 às 09h00m** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia **03/03/2023 às 09h00m** - **Pregoeiro: Otávio Guadagnucci Fontanari**. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br, **OC 820900801002023OC00083** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 15/02/2023 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Mariana Mendes Vilela Avallone - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo: **157.846/2022 - Modalidade:** Pregão Eletrônico **SMS n° 569/2022** - Sistema de Registro de Preço - **AMPLA PARTICIPAÇÃO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Item - **Objeto:** *aquisição anual estimada de diversos medicamentos para o Município*. A Data do Recebimento das Propostas será até dia **03/03/2023 às 09h** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia **03/03/2023 às 09h** - **Pregoeiro: Victor Gustavo Boronelli Schiaveto**. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br, **OC 820900801002023OC00089** e **OC 820900801002023OC00090** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 15/02/2023 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Mariana Mendes Vilela Avallone - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

BANCO JOHN DEERE S.A.

CNPJ n° 91.884.981/0001-32 - NIRE 35.3.00443462

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2022 às 17:00hs

Data, Hora, Local: 21.12.2022, às 17h., A assembleia foi realizada de forma digital, por meio de videoconferência, considerando-se, portanto, realizada na sede, na Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado (SP-075), s/n, KM57,5. Prédio 1, 1º andar, Helvétia, Indaiatuba/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa: Alex Brauveres Ferreira**, Presidente; **Fabiola da Silva Alves**, Secretária. **Deliberações Aprovadas:** a Distribuição de juros, à única acionista, **John Deere Brasil Ltda**, no valor de **R$ 110.000.000,00**, a título de remuneração do capital próprio, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26.12.95, modificado pelos artigos 78 e 88 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, relativos ao período de 01.01.2022 a 31.12.2022, com base no balanço patrimonial levantado em 31.12.2021, observadas as mutações ocorridas no decorrer do ano-calendário de 2022, remunerados ao longo do ano de 2022 e devidamente contabilizados pela Sociedade, tudo conforme os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, cujo valor não ultrapassa 50% dos lucros do exercício ou lucros acumulados e reserva de lucros da Sociedade, já recolhido o imposto de renda retido na fonte, nos termos da legislação aplicável. O referido valor está sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, perfazendo um total líquido de **R$ 93.500.000,00**. **Encerramento:** nada mais. Indaiatuba-SP, 21.12.2022. **Mesa:** Alex Brauveres Ferreira - Presidente, Fabiola da Silva Alves - Secretária. **Acionista presente: John Deere Brasil Ltda.:** P. **Antonio Julio Carrere,** P. **João Roberto Pontes Cardoso.** JUCESP nº 43.313/23-1 em 26.01.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP CSS 00133/23-Prestação de serviços vacinação (fornecimento e gesto vacinal), contra os agentes das doenças: gripe, febre tifoide e doença pneumocócica. Edital disponível para "download" a partir de 16/02/23 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedores". Problemas c/ obtenção de senha, contatar fone (11) 3388-6724/6812 ou informações: Av. do Estado, 561, Ponte Pequena - SP. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 03/03/23 até as 09h00 de 06/03/23 - www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 16/02/23 - (CH) A Diretoria.

PG SABESP MS 00033/23-Prestação de serviços comuns de engenharia para implantação, monitoramento, controle e manutenção de equipamentos nos equipamentos instalados nas válvulas redutoras de pressão e pontos críticos de abastecimento através de contrato de desempenho nas áreas da UN Sul - Diretoria Metropolitana. Edital completo disponível para download a partir de 16/02/2023. Envio das "Propostas" a partir da 00h00 (zero hora) do dia 08/03/2023 até às 09h00 do dia 09/03/2023, no site da Sabesp - www.sabesp.com.br/ licitações, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Às 09h30min do dia 09/03/2023 será dado início à Sessão Pública pela Pregoeira. UNSul, 16/02/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Combustíveis Pré-sal

Transição energética faz BP Energy dobrar aposta no País

GABRIEL VASCONCELOS
RIO

A BP Energy vai manter a exploração e produção de petróleo no Brasil, mas agora totalmente direcionada ao pré-sal das bacias de Campos e Santos, no litoral do Sudeste, disse ao *Estadão/Broadcast* a vice-presidente da companhia para América Latina, Angélica Ruiz. Ao mesmo tempo, serão ampliados os esforços para escalar os negócios ligados a fontes renováveis e biocombustíveis (*mais informações nesta página*).

É a primeira vez que a executiva fala publicamente à frente da BP Brasil, cargo que passou a acumular neste início de ano. Angélica também comanda a subsidiária da empresa no México, seu país de origem, desde 2018. Nos próximos anos, diz ela, essas duas frentes de negócio da BP – Exploração e Produção (E&P) e renováveis – vão passar decisivamente pelo Brasil.

A BP chegou a ter 23 concessões para exploração e produção de óleo e gás espalhadas pelo País, mas enxugou esse número para os dez blocos atuais, dos quais sete já estão no Sudeste. A tendência é de que esse portfólio volte a crescer, mas de maneira concentrada no mapa. "Estamos entusiasmados para demonstrar que vamos ficar no Brasil no longo prazo", diz Angélica.

Em paralelo à exploração em dois blocos da Bacia de Santos (Alto de Cabo Frio, onde já foi encontrado óleo, e Pau Brasil), a executiva indica que a empresa deve perseguir novas aquisições no Sudeste nos próximos leilões, a exemplo do bloco de Bumerangue. No último leilão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em dezembro, a BP arrematou a área sozinha, a um bônus de assinatura de R$ 8,8 milhões e parcela de 5,9% do óleo-lucro – volume de petróleo que sobra após o desconto dos custos de produção e investimento.

"Acabamos de ganhar o bloco de Bumerangue e isso realmente consolida o que estamos fazendo, que é se concentrar principalmente nas bacias de Campos e Santos", afirma a executiva. ●

Empresa prioriza campos com maior produção e menor emissão de poluentes

RIO

A BP Energy ajustou a redução de sua produção de petróleo e gás. A companhia ainda reduzirá, mas agora em aproximadamente 25% até 2030, em comparação com cerca de 40% anteriormente. As metas para 2050 foram mantidas. Isso requer cortar a produção diária no mundo dos atuais 2,6 milhões de barris por dia para 1,5 milhão ao fim da década sem queda proporcional de receita da atividade petroleira.

Segundo a vice-presidente da BP para América Latina, Angélica Ruiz, o volume planejado para o fim da década ainda exige renovação de reservas e desenvolvimento de novos campos em um negócio em que a taxa de declínio chega a 10% ao ano. A manutenção da receita ainda exige maior produtividade. É por isso que parte importante desse processo vai acontecer no pré-sal, onde os britânicos enxergam os chamados "hidrocarbonetos resilientes", ou seja, campos com maior produtividade, marcados por baixo custo de produção e menor emissão de gás carbônico. Em todo o mundo, são essas as províncias petrolíferas que terão sobrevida em tempos de transição.

Por ora, estão descartadas investidas da BP na Margem Equatorial, conjunto de bacias no litoral norte do País onde a Petrobras vislumbra operações.

RENOVÁVEIS. Como vice-presidente para América Latina, Angélica chega ao Brasil para colocar o Brasil no topo da lista de países produtores da BP após 65 anos de presença no País. Outra missão é consolidar os negócios da empresa em biocombustíveis e renováveis.

Globalmente, a BP planeja aumentar em 20 vezes a capacidade do portfólio de energia renovável, de 2,5 GW para 50 GW nos oito anos até 2030. Mais uma vez, diz a vice-presidente, parcela importante disso virá do Brasil. Para isso, a empresa planeja aumentar o investimento anual em energia de baixo carbono dos US$ 500 milhões registrados no fim da década passada para US$ 5 bilhões daqui a oito anos. ● G.V.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 245/2022

Objeto: Cessão não onerosa de espaço para funcionamento da cafeteria do Centro Cultural e contratação de empresa especializada no fornecimento de kit lanche, coffee break e coquetel, para eventos e atividades culturais.
Retirada do edital: a partir de 16 de fevereiro de 2023, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 10 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA / ICESP 2194/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** para fornecimento de **ENDOSCÓPIO RÍGIDO AV=70°, D=7,2MM/9,3MM, C= 17CM (TELELARINGO),** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

COMPRA PRIVADA / ICESP 2195/2023

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** para fornecimento de **LÂMINAS E CABOS DE LARINGOSCÓPIO,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 027/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO SOB DEMANDA DE SERVIÇOS DE ESTRUTURA, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE INFRAESTRUTURA COMPLETA POR OCASIÃO DE COMEMORAÇÕES, INAUGURAÇÕES, SOLENIDADES, DATAS COMEMORATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO, SEMINÁRIO, PALESTRAS, WORKSHOPS, EM CARÁTER CONTINUADO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES INDICADAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que por falta de tempo hábil para responder as impugnações ao edital, o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477**.

Fortaleza – CE, 15 de fevereiro de 2023.
HAMER SOARES RIOS
Pregoeiro(a) da CLFOR

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROCESSO Nº 0208.2022.PREG-VIII.PE.0141.SAD AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO Objeto: Formação de Registro de Preços Corporativo para contratação eventual da prestação de serviços de Maqueiro, visando atender as necessidades dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Valor estimado global: R$ 36.616.381,9200 (trinta e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos). Data de abertura: 07/03/2023, às 13:30 horas (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível na página eletrônica: www.peintegrado.pe.gov.br. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3183-7754. Nelson Gueiros de Azevedo. Pregoeiro VIII.

apcd

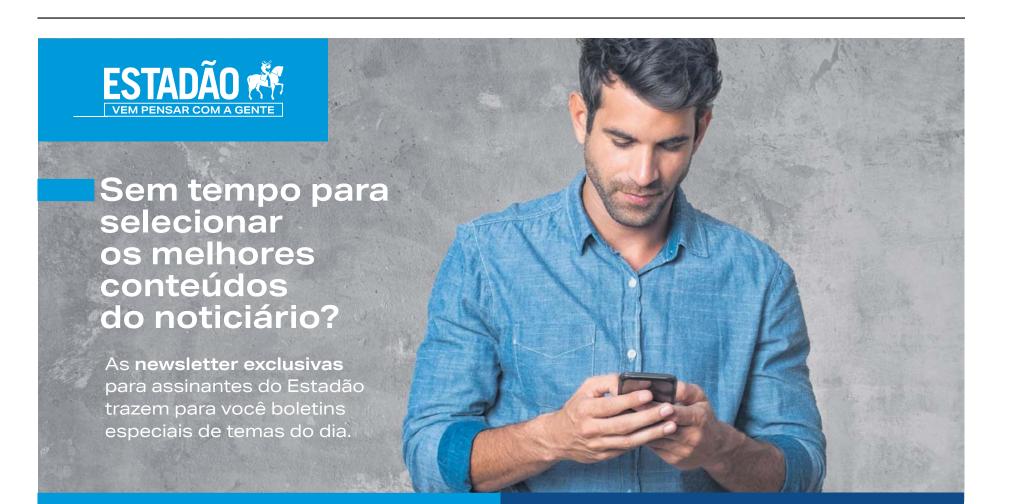
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS – APCD

O Conselho Eleitoral da APCD, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 49 e 50, do Estatuto Social em vigor, aprovado em assembleia Geral de **01 de julho de 2022**, determina e torna pública a data de eleição para o dia **24 de maio de 2023**, para as Eleições dos cargos de **Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente**, da Central e Regionais; Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL-APCD), referente à gestão 2023/2026. Membros do Conselho Fiscal (COFI-APCD) e Eleitoral (COEL-APCD), referente à gestão 2023/2029. Representante dos Conselhos Deliberativo, Conselheiros do Fiscal e Eleitoral das Regionais, quando previsto nos respectivos estatutos. Para efetivação das inscrições deverão ser obedecidas as condições necessárias previstas no Estatuto Social da APCD Central e no REGULAMENTO ELEITORAL DA APCD. As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudo, serão por chapas Completas e para os Conselhos Deliberativo, Fiscal e Eleitoral individualmente. As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, enviadas pelo correio e endereçadas para secretaria dos Conselhos da APCD-Central, sito à Rua Voluntários da Pátria, 547 – 1º andar, para a Central e para as Regionais da capital. Para as demais Regionais, as inscrições deverão ser realizadas nas respectivas secretarias das Regionais com o encaminhamento da 1ª via (via correio) para a secretaria dos Conselhos da APCD-Central, dentro do prazo legal. O Prazo para inscrições é até o dia **27 de março de 2023** às 20:00h na secretaria dos Conselhos da APCD-Central (via correio) - e ao término do expediente nas demais Regionais. Os candidatos ao cargo do Conselho Deliberativo, eleitos no primeiro pleito como representantes das respectivas Regionais em 24/05/23, reunir-se-ão até **23/06/2023** nas suas respectivas macros para eleger por aclamação dos representantes presentes os Conselheiros titulares e suplentes (CODEL-APCD), na proporção prevista no artigo 65 do Regulamento Eleitoral combinado com o artigo 41 do Estatuto Social da APCD, todo processo eleitoral será organizado pelos coordenadores da Macrorregião e conduzido pelo delegado eleitoral indicado pelo COEL Central, que deverá obedecer aos critérios eleitorais definidos no Regulamento Eleitoral. Na APCD-Central as eleições deverão ocorrer das 12h00 as 21h00, ficando a critério das Regionais estipular o horário do seu respectivo pleito, observadas as regras do Regulamento Eleitoral, quais sejam, que as eleições deverão ocorrer entre 08h00 e 21h00, por período não inferior a 4 (quatro) horas. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Dr. Guilherme Contesini Junior — Presidente – COEL
Dra. Odette Mutto — Secretária – COEL

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 041/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS, DE FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DA SOLUÇÃO PARA ACESSO DO CIDADÃO ABRANGENDO O DESENVOLVIMENTO, FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, TREINAMENTO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, PARA FACILITAR A ACESSIBILIDADE A INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS – SEFIN.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 16 de fevereiro de 2023 a 07 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 07 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 07 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 15 de fevereiro de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Vale Tragédia de Mariana

Após 7 anos, hidrelétrica soterrada por desastre em Minas volta a funcionar

Usina recebeu mais de R$ 500 milhões desde 2015 mesmo sem gerar energia, depois de ter sido coberta por lama de barragem de mineradora que também tem a Vale como sócia

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

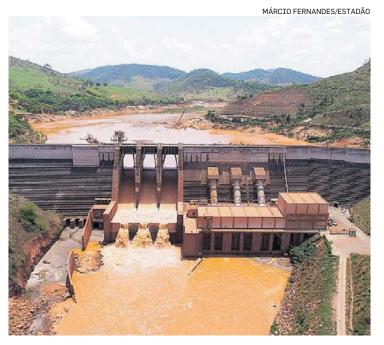
Sete anos depois de paralisada, a hidrelétrica Risoleta Neves, no limite entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG), que tem a mineradora Vale como maior acionista, vai voltar a funcionar – após ter a sua estrutura soterrada pela lama da barragem do Fundão, em Mariana (MG), da mineradora Samarco, que tem a própria Vale como sócia.

A usina pertence ao consórcio Candonga, do qual a Vale é dona de 77,5% e a Cemig, de 22,5%. Em novembro de 2015, a hidrelétrica ficou inviabilizada, ao ter o reservatório invadido pela lama da Samarco, na tragédia ambiental que matou 19 pessoas. A usina ficava no caminho da barragem do Fundão, que lançou milhares de toneladas de rejeito de minério de ferro sobre a floresta e no Rio Doce.

A reportagem tentou ouvir o consórcio Candonga, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição. A empresa não esclareceu a data de início de operação da usina, tampouco o destino dos mais de R$ 500 milhões que recebeu desde 2015, mesmo com a usina paralisada sob a justificativa de que não teve culpa pelo acidente e que, por isso, tinha de continuar a ser paga – apesar de não gerar mais energia.

Desastre ambiental
Unidade de produção de energia ficava no caminho da barragem do Fundão, que cedeu, em 2015

Esses pagamentos foram parar na Justiça. A paralisação total da hidrelétrica levou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a pedir a suspensão dos pagamentos para a usina Risoleta Neves, já que esta não poderia gerar mais energia. A Vale, no entanto, não só recorreu do processo administrativo da agência como entrou na Justiça e conseguiu uma decisão para manter o pagamento ao consórcio Candonga, para que continuasse a receber normalmente – por meio de repasses feitos por um mecanismo contábil do setor elétrico, que é compartilhado por todas as hidrelétricas do País.

MÁRCIO FERNANDES/ESTADÃO

Usina hidrelétrica Risoleta Neves, na região de Mariana, em Minas

Na prática, todas as usinas pagaram as mensalidades para a usina Risoleta Neves – um custo que, depois, foi gradativamente repassado aos consumidores de energia do Brasil, por meio da conta de luz. Os dados da Aneel apontam que a situação já tinha gerado, até 2021, prejuízo direto ao consumidor superior a R$ 100 milhões.

Na decisão mais recente no caso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) impôs uma derrota à mineradora Vale e decidiu que a companhia terá de devolver o dinheiro recebido mensalmente desde 2015. Procurada, a Vale não quis comentar o assunto.

LIMPEZA. Nos últimos sete anos, o consórcio Candonga e a Fundação Renova trabalharam na remoção dos rejeitos. Cerca de 50 milhões de metros cúbicos de rejeito foram liberados da barragem do Fundão. No fim do ano passado, com a conclusão dos trabalhos de retirada de milhares de toneladas do lixo, o consórcio recebeu sinal verde para encher novamente o reservatório da usina com a água do rio e, agora, dar início à operação.

"A Samarco informa que o reenchimento do reservatório foi iniciado e concluído em dezembro de 2022, conforme previsto", declarou a empresa, por meio de nota. "A empresa executou as obras civis e intervenções necessárias para o restabelecimento das condições de operação da usina hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), em atendimento à licença de operação concedida pelo órgão ambiental." ●

Tecnologia Neon

Startup de pagamentos anuncia demissões

A onda de demissões em fintechs e empresas de tecnologia chegou à Neon, que oferece produtos como conta digital, cartão de crédito e empréstimos, e tem mais de 22 milhões de clientes. Relatos de pessoas demitidas foram publicados ontem nas redes sociais, e a informação era que em torno de 200 funcionários teriam deixado a empresa. A Neon confirma os desligamentos, mas não o número.

"A Neon fez ajustes necessários ao seu quadro de colaboradores como forma de fazer frente aos desafios macroeconômicos deste ano", afirma comunicado do banco enviado ao *Estadão/Broadcast*. "Com base nos ciclos de avaliação de performance recorrentes e despriorização de algumas iniciativas, o movimento foi difícil, mas fundamental para preservar o que nossa eficiência operacional exige: manter a sustentabilidade do negócio sem onerar o cliente final."

Um estudo da agência de classificação de risco Moody's divulgado ontem afirma que o ambiente mais desfavorável levou a mudanças importantes nas fintechs, que agora oferecem uma menor ameaça competitiva aos grandes bancos. O ambiente de juros altos, maior dificuldade de captação de recursos e economias com menor crescimento dificultaram os modelos de negócios que prometiam crescimento acelerado, mas ainda não eram lucrativos. ● ALTAMIRO SILVA JÚNIOR

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT E CIRCE BONATELLI/
CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Madrona, escritório forte em assessorar fusões, junta-se ao Fialho Salles

Um dos escritórios de advocacia de São Paulo mais conhecidos no segmento de fusões e aquisições de empresas (M&A, na sigla em inglês), o Madrona costuma prestar serviços em grandes operações, como a recente combinação de negócios entre Hapvida e NotreDame Intermédica, que juntas têm 14 milhões de usuários de planos de saúde e odontológico no País. Agora, o próprio escritório resolveu se fundir a outro, o mineiro Fialho Salles, forte em áreas como infraestrutura e comércio internacional. A nova banca nasce com 266 profissionais, incluindo 39 sócios, e a meta é dobrar de tamanho em cinco anos. As conversas para a fusão começaram faz cerca de oito meses, segundo Ricardo Madrona, sócio do escritório criado há oito anos.

Banca está entre 10 mais ativas em M&A

Em 2022, o Madrona Advogados ficou entre os dez mais atuantes em M&A no Brasil, segundo rankings das consultorias TTR e Mergermarket. Com a fusão, anunciada internamente aos funcionários na segunda-feira, a firma de advocacia passa a se chamar Madrona Fialho Advogados.

Defecções são mais comuns na área

Entre os escritórios de advocacia, o mais comum não são fusões, e sim a separação de sócios. Com sua rede de contatos empresariais, desejo de ver seu nome na frente da marca e discussões sobre modelos de negócios, há muitos casos de profissionais que deixam bancas renomadas para abrir seus próprios negócios.

● **DIVÓRCIOS.** Historicamente, entre os maiores escritórios do Brasil, o Machado Meyer é uma dissidência do Pinheiro Netto, enquanto o Souza Cescon foi criado por profissionais que saíram do Machado Meyer. Segundo Madrona, nos últimos 25 anos "não houve integração desse porte no setor".

● **SOMA.** Com a união, o objetivo é fazer com que o Madrona, reconhecido em São Paulo, ganhe peso para avançar em outras localidades. O Fialho Salles, criado em Belo Horizonte em 2006 a partir de três fusões, tem a mesma meta de chegar a outros Estados – e vê maior potencial com a união.

● **PARTILHA.** De acordo com Leonardo Canabrava, sócio do Fialho Salles, as empresas são complementares até mesmo em áreas comuns de atuação. Em infraestrutura, por exemplo, enquanto o escritório nascido em Minas Gerais é forte em saneamento, o Madrona tem maior presença no segmento de rodovias.

RENOVAÇÃO

HERVÉ GOUSSÉ/MASTER FILMS

Aeronave da Latam; aérea receberá mais 15 Airbus este ano, e assim sua frota de aviões que consomem menos combustível chegará a 31 unidades

● **VENDE-SE.** Para Madrona, a volta das aberturas de capital este ano no Brasil ainda não deve acontecer com força, mas as fusões e aquisições vão prosseguir. Só em janeiro, ele ofereceu ao mercado 25 propostas de negócios de fusões.

● **BEBÊS.** Três meses após sair da recuperação judicial, a Latam acelera a renovação de sua frota. Este ano, a companhia aérea vai receber mais 15 Airbus, incluindo a chegada do primeiro A321neo, operado pela Latam Brasil em voos domésticos e rotas internacionais curtas. Com isso, sua frota de aeronaves "sustentáveis", que consomem menos combustível e poluem menos, chega a 31.

● **DECOLAGEM.** A Latam já tem 16 Airbus A320neo em rotas domésticas, dez deles no Brasil. Até o fim da década, a previsão é de que 100 novas aeronaves de diferentes modelos façam parte de sua frota, que opera voos em diversos países. A companhia não revela o investimento previsto.

● **COMPETIÇÃO.** Uma das primeiras aéreas a recorrer à recuperação judicial em meio ao caos criado pela pandemia de covid-19, a Latam avança na estratégia de ocupar espaço enquanto seus concorrentes brasileiros enfrentam dificuldades. A Gol deu início à reestruturação de seu passivo este mês, enquanto a Azul deve seguir o mesmo caminho. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Latam lidera há dois anos (2021 e 2022) o mercado doméstico e internacional de aviação no Brasil.

● **SUPERÁVIT.** Pela primeira vez desde o começo da pandemia, o mercado de escritórios de alto padrão na cidade de São Paulo teve mais áreas alugadas do que devolvidas. Levantamento da consultoria imobiliária Colliers mostra que, em 2022, o saldo entre locações e devoluções ficou positivo em 67 mil metros quadrados. Já em 2021, o saldo ficou negativo em 40 mil metros quadrados.

● **VANTAGEM.** Na média, a vacância da cidade ficou em 23% em 2022, nível ainda considerado alto. Quando essa taxa supera 15%, os consultores costumam dizer que os inquilinos têm mais vantagem na negociação das condições de pagamento.

SOBE

Maior fluxo de capital favorece bancos

NILTON FUKUDA/ESTADÃO - 11/5/2018

A informação de que o governo planeja antecipar para março o envio da proposta de nova regra fiscal ao Congresso elevou o fluxo de capital na B3 e favoreceu os bancos. Bradesco PN subiu 3,93% e ON, 1,93%. Itaú teve ganho de 1,48%, Santander, de 2,47%, e Banco do Brasil avançou 0,91%. Para analistas, passada a temporada de balanços, o mercado avalia qual banco vai segurar melhor a inadimplência no cenário atual.

DESCE

Investidor embolsa ganhos e Magalu cai

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO - 18/9/2020

Num dia de bom humor na Bolsa, após falas do ministro da Fazenda sobre a nova regra fiscal, os papéis do Magalu recuaram, na contramão de outras empresas do segmento. A baixa foi de 4,19%, a maior do Ibovespa. Segundo analistas, investidores venderam papéis para embolsar lucros recentes com a empresa. No período de um mês, a ação da varejista acumula ganhos de 13%. No setor, Via subiu 5,58%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **109.600,14 PTS.** | Dia **1,62%** | Mês **-3,38%** | Ano **-0,12%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
HAPVIDA ON NM	4,93	7,64	50.387
MRV ON NM	6,51	5,85	16.200
GRUPO NATURAON NM	15,14	5,73	37.246

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MAGAZ LUIZA ON NM	3,89	-4,19	43.841
TOTVS ON NM	28,60	-4,16	33.419
BRASKEM PNA N1	20,49	-0,68	15.127

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

	TR	TBF	POUPANÇA	POUPANÇA SELIC
12/2 A 12/3	0,0833	0,8539	0,5837	0,5000
13/2 A 13/3	0,0833	0,8539	0,5837	0,5000
14/2 A 14/3	0,0826	0,8532	0,5830	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	34.128,05	0,11	0,12	2,96
FRANKFURT - DAX	15.506,34	0,82	2,50	11,37
LONDRES - FTSE	7.997,83	0,55	2,91	7,33
TÓQUIO - NIKKEI	27.501,86	-0,37	0,64	5,39

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,05	2.800,27
	15/5/2035	6,30	1.914,58
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,16	3.994,83
PREFIXADO	1º/1/2026	12,82	707,45
	1º/1/2029	13,39	479,73
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.805,14

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,69	0,46	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,45	0,21	3,79	3,79
IGP-DI (FGV)	0,31	0,06	0,06	3,01
IPC (FIPE)	0,54	0,63	0,63	7,20
IPCA (IBGE)	0,62	0,53	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	0,18	-0,07	-0,07	8,51
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,24	0,28	0,28	4,86

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0379	IPCA (IBGE)	1,0577
IGP-DI (FGV)	1,0301	INPC (IBGE)	1,0571
IPC-FIPE	1,0702	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/3. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	-0,07	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/23	21,38	144.582	21,25	21,50	-0,88
CAFÉ NY*	MAI/23	177,00	90.732	175,25	182,35	-3,41
SOJA CBOT**	MAR/23	15,26	202.352	15,165	15,37	-0,76
MILHO CBOT**	MAI/23	6,74	416.061	6,73	6,80	-0,85

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	165,71	-0,31	-12,03
BOI Cepea/esalq, R$/@	296,00	-1,63	-12,46
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	86,06	-0,23	-10,86
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.125,22	-1,62	-24,95

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2197	0,41	2,82	-1,14
DÓLAR TURISMO	5,4170	0,13	2,59	-1,19
EURO	5,5760	-0,11	1,09	-1,08
OURO	303,500	-0,43	-2,16	0,50
WTI US$/BARRIL	78,8200	-0,22	-0,43	-2,07
IBRENTUS$/BARRIL	85,2900	0,12	-0,22	-0,77

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0683	1,2021	0,1915
EURO	0,936	1,0000	1,1251	0,1793
FRANCO SUÍÇO	0,924	0,9877	1,1110	0,1771
LIBRA ESTERLINA	0,832	0,8888	1,0000	0,1594
IENE	134,185	143,3435	161,2790	25,7020

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

LEILÕES

VEÍCULOS
SUCATAS
MATERIAIS
IMÓVEIS
JUDICIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

LEILÕES DIÁRIOS SOMENTE ONLINE

22 A 25/02/23 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

BANCO PAN

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE DE

22/02/23 - 16h

VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

bradesco

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE DE VEÍCULOS DO

22/02/23 - 14h - GRUPO BRADESCO

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES EXCLUSIVOS SOMENTE ONLINE DE

HOJE E AMANHÃ!

16 E 17/02/23 - 14h

VEÍCULOS DE FROTAS E LOCADORAS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE DE

23/02/23 - 16h

VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE DE

23/02/23 - 11h

VEÍCULOS DE SEGURADORA

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

23/02/23 - 13h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

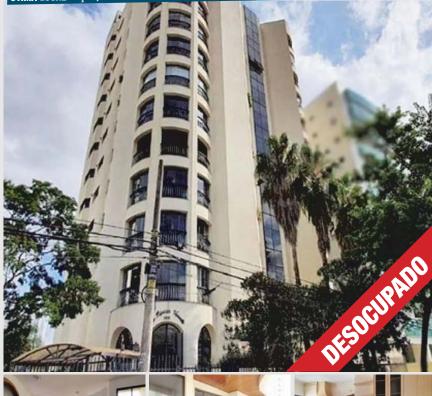
Errata: no edital deste leilão, publicado no dia 12/02/23, onde se leu "22/02 a às 13h30", leia-se "23/02 às 13h30".

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO DE IMÓVEL

CAMPO BELO - SÃO PAULO - SP

ÁREA ÚTIL DE APROX. 363,06 m² | APARTAMENTO AMPLO COM VARANDA GOURMET

ÓTIMA LOCALIZAÇÃO, PRÓXIMO AO SHOPPING IBIRAPUERA | ÁREA DE LAZER • 4 VAGAS DE GARAGEM

São Paulo/SP. Campo Belo. Rua República do Iraque, 1391. Edifício Piazza Venetto. Apartamento nº 4 (4º andar), c/ direito ao uso de 04 vagas de garagem indeterminadas (1º e 2º subsolos do edifício) e sujeitas ao auxílio de manobrista. Área útil de aprox. 363,06 m², área de garagem de aprox. 144,54 m², área comum de aprox. 138,92 m² e área total de aprox. 646,34 m². Insc. municipal 086.175.0136-7. Matrícula 137.473 do 15º RI local. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Sr. Orlando Costa, tel.: (11) 98474-8888, ou com o Sr. Leonardo Costa, tel.: (11) 98800-4343. Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 10/03/22 - 15h

LANCE INICIAL: R$ 1.700.000,00

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE

22 A 24/02/23 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, TELEFONIA, ELETRODOMÉSTICOS, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Carolina Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP nº 758.

bradesco

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE

02/03/23 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICOS, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

2 GRUPOS GERADORES DIESEL CATERPILLAR - MODELO C15

bradesco

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE

É HOJE!

16/02/23 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICOS, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192, Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

SOMENTE ONLINE

02/03/23 - 19h

LEILÃO DE JOIAS:

ANÉIS, BRINCOS, COLARES, PULSEIRAS E PINGENTES

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641.

As visitações aos lotes serão das 08h as 09h30, segunda à sábado, com exceção ao Pátio Dutra - Guarulhos 1 (Rod. Dutra km 223,5), que permanecerá com as visitações suspensas temporariamente. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

SODRESANTORO | SODRESANTORO | LEILAOSODRESANTORO | (11) 2464-6464 | (11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site.

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 1 DORMITÓRIO RUA ARMANDO FERRENTINI, 1 dormitório, sala, cozinha, banheiro, lavanderia. **R$ 1.950,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ACLIMAÇÃO – 1 DORMITÓRIO RUA CONSELHEIRO FURTADO, 1 dormitório, sala, cozinha e banheiro. **R$ 1.300,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

BELA VISTA AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com 1 dormitório, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: **R$ 1.200,00** + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

CENTRO - KITCH PRAÇA ROOSEVELT Aluguel **R$ 1.000,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

STUDIO - CENTRO AVENIDA CASPER LIBERO, 65/73, AP. 32 C, stúdio. Aluguel: **R$ 1.800,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

CONSOLAÇÃO RUA BELA CINTRA, c/ sala, cozinha, banheiro, e área de serviço. Aluguel: **R$ 750,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

HIGIENÓPOLIS ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

ITAIM RUA LUIS DIAS, 120m², 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas. Prédio com piscina. Aluguel **R$ 4.500,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

JARDINS ALAMEDA TIETE, 2 dormitórios. Aluguel **R$ 2.800,00** + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, PRÓX. METRÔ, 1 dormitório, sala cozinha, banheiro, armários. Aluguel: **R$ 1.200.00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

LIBERDADE RUA SÃO JOAQUIM, 160, AP. 76-B, c/ 1 dormitório, sala, cozinha, banh., e área de serviço. Aluguel: **R$ 1.100,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

MORO DOS INGLESES RUA DOS FRANCESES, 3 dormitórios, (1 suíte) sala grande, armários, dep. empregada, garagem. Aluguel: **R$ 3.700,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

POMPÉIA RUA BARÃO DO BANANAL (PROXIMO HOSPITAL SÃO CAMILO), 1 dormitório, Sala, vaga de garagem, aluguel **R$ 2.000,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

SANTA CECILIA RUA JAGUARIBE, 1 dormitório, sala cozinha, 2 banheiros. Aluguel: **R$ 1.200,00** + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO RUA SARMENTO DE BEIRES, 79, AP. 2, JD. PORTUGAL, c/ 2 dormitórios, sala, cozinha, banh., WC de emp.. Locação: **R$ 800,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

BELA VISTA 1 dormitório, andar alto, face Norte, próximo ao Shopping e Hosp. Sírio, vaga de gar. **R$ 350mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

CERQUEIRA CESAR HADDOCK LOBO px, AL. Franca, 2 dormitórios, 99m² úteis., andar alto, sol da manhã, dep., empr. completa, vaga. **R$ 1.150.000,00**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

HIGIENÓPOLIS - RUA PARÁ 3 dts, sl ampla, coz, depends. de emp., 168 m² á.ú., vg de gar. boa, ensolarado, prédio c/ recuo, próx. a ótimos restaurantes, **R$ 1.850.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

JARDIM PAULISTA RUA PAMPLONA, 1 dormitório, 50m² área úteis, vaga live, sol da manhã, andar alto, ótima vista, lazer. **R$ 550 mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

LIBERDADE RUA DR. SIQUEIRA CAMPOS, 41m², 1 dorm c/ arms, wc completo, 1 vaga e etc. Px. Metrô São Joaquim. Venda **R$ 320 mil** + encargos. Cód. AP0561.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

MORRO DOS INGLESES PRAÇA DOS FRANCESES, 3 dormitórios, (uma suíte), sala, armários, reformado, área útil, 92m², garagem. **R$ 1.100,000,00**.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388-J — ☎ 11 **3111-2011**
antonio@predialruggiero.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO 72m², 2 dts., sendo 1 ste, closed, dep.empr., sl, coz., banh., prédio c/churrasq, forno/pizza, pisc. aq, acad, sauna, s. festas, jgos. **R$ 870mil**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

VILA OLÍMPIA RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², 2 dorms., sala, cozinha e banheiro, próx. Av Faria Lima. **R$ 400 mil**. Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA AV. DR. CARDOSO DE MELO, c/69 m², todo remodelado com muito bom gosto, 2 dorms., sala, cozinha e 2 banheiros. **R$ 742mil**. Ref: AP0536.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JARDIM PAULISTA Amplo sbr. todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sala piso madeira, coz. planej, lvbo, 1 suíte, edícula c/salão e lavanderia. Al. **R$ 17.000,00** + cond. + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414-J — ☎ 11 **3088-1711**
www.liv.com.br

SANTO AMARO CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 sls, 5 vgs, área externa. Px. Metrô Borba Gato. Aluguel **R$ 5.500,00** + encargos. Cód. CA0007.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

CASAS VENDEM-SE

INDIANÓPOLIS AV. MIRURA, sobrado c/149 m² de área construída, vaga de garagem p/2 carros, junto ao Aeroporto e Moema. **R$ 690mil**. Ref: CA0188.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

JD. DAS VERTENTES RUA ESTADOS UNIDOS – Sobrado 242,00m² amplas salas, 4 dorms, 2 stes, sala com sacada, lavabo coz, vagas gar. e piscina. **R$ 1.100.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JD. PAULISTA – Exc. Local! RUA ESTADOS UNIDOS – Sbr. 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jd, copa, despensa, banhs, vagas. **R$ 8.000.000,00**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

JARDIM PAULISTANO RUA AGRÁRIO DE SOUZA, sobrado c/terreno c/280 m², 180 m² de ác., todo remodelado, 3 dorms (1 suíte), 2 vagas. **R$ 5.500.000,00**. Ref: CA0198.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

PARAÍSO TRAV. UMBERTO BIGNARDI junto da RUA ABÍLIO SOARES, sobrado c/234 m² de ác., coml. ou residencial, garagem p/3 carros. **R$ 1.950.000,00**. Ref: CA0184.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

TABOÃO DA SERRA SP. Sobrado 2 dormitórios, 80m² úteis, 2 vagas, terreno 5m x 30m 150m², Jd. América **R$ 350mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CONSOLAÇÃO LOJA / ARMAZÉM na RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel **R$ 9.000,00**.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434-J — ☎ 11 **3258-7544**
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, sem colunas e subsolo p/ gar.. A/T 800m² - A/C 1.239m². **R$ 45.000,00**. REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar condicionado central. Útil 689m². **R$ 59.000,00**. REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

RUA AUGUSTA – ÓTIMO PONTO ENTRE ALAMEDAS TIETE E FRANCA. Três cjts de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

JARDINS RUA AUGUSTA. Cjto c/96 m² de área construída, junto da Alameda Lorena, 4 salas, copa e 3 banhs, atende a diversos serviços. **R$ 420mil**. Ref: CJ 0005.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916-J — ☎ 11 **3846-0377**
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS VENDE/ALUGA CONJUNTO, andar interior, 9 banhs, 18 vgs, ar cond. central. 310m² ú. VENDA: **R$ 2.500.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 15.000,00**. REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS CJTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 salas, 4 banheiros, 3 vagas. Útil 210m². VENDA: **R$ 2.200.000,00**. LOCAÇÃO: **R$ 12.000,00**. REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA Sala com mais ou menos 12m². banheiro interno. Aluguel: **R$ 1.000,00** + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 — 11 **99998-0356**
a.e.imoveis@uol.com.br

CERQUEIRA CÉSAR RUA PADRE JOÃO MANUEL, 70m², 2 sls, ar cond. central, 2 wcs, copa e 2 vgs. Px. Metrô Consolação. Aluguel **R$ 4.400,00** + encargos. Cód. CJ0288.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS Sala c/30m², banh. privativo, ót. localização, conj. de fundos s/ barulho de tráfego. Alug: **R$ 1.100,00** + Cond: R$ 401,29 + IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

ITAIM Entre Av. Juscelino Kubitschek e R. Joaquim Floriano. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel **R$ 2.000,00**.
A. SANTOS
CRECI 1675 — ☎ 11 **3814-7301**
adirson@terra.com.br

ESCRITÓRIOS VENDEM-SE

ANDAR TODO - SÉ RUA QUINTINO BOCAIUVA, 95 m² 4 salas, 2 banheiros, cozinha e sacada. **R$ 390mil**.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652-J — ☎ 11 **3115-3399**
www.silverimoveis.com.br

ITAIM BIBI RUA TABAPUÃ, PRÓXIMO BANDEIRA PAULISTA. Conjunto comercial, 36m² úteis, 2 wcs., com vaga. **R$ 330mil**.
NOSSA CASA
CRECI 4506-J — 11 **99912-7169**
adalto@nc.adm.br

MOEMA ÍNDIOS LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² A/C 345m². **R$ 3.300.000,00**. REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280-J — ☎ 11 **5053-1790**
www.adrianosilvaimoveis.com.br

PRÉDIO VENDE-SE

LUZ RUA DUTRA RODRIGUES, 162m² AT. e 740m² de AC., Loja e Sobreloja + 3 andares, etc. Px. Rua São Caetano e Metrô Luz. Venda **R$ 1.750.000,00** Cód. PR0002.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

TERRENO VENDE-SE

JABAQUARA RUA FARJALLA KORAICHO, 1095m² AT. e 854m² AC. Empreend. de uso residencial ou comercial. Px. Metrô Jabaquara. Venda **R$ 5.500.000,00** Cód. TE0008.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83-J — ☎ 11 **3056-1882**
www.imobiliariaharmonia.com.br

ENCONTRE O IMÓVEL QUE VOCÊ PROCURA NOS SITES DOS NOSSOS ASSOCIADOS

CRECI 20.280-J ☎ 11 5053-1790 www.adrianosilvaimoveis.com.br

CRECI 13.414-J ☎ 11 3088-1711 www.livimoveis.com.br

CRECI 19.278 11 99998-0356 a.e.imoveis.uol.com.br

CRECI 843-J ☎ 11 3258-7544 francisco@azevedonegocios.com.br

CRECI 8652-J ☎ 11 3115-3399 www.silverimoveis.com.br

CRECI 388-J ☎ 11 3111-2011 info@predialruggiero.com.br

CRECI 83-J ☎ 11 3056.1882 www.imobiliariaharmonia.com.br

CRECI 4506 11 99912-7169 adalto@nc.adm.br

A. SANTOS
CRECI 1675 ☎ 11 3814-7301 adirson@terra.com.br

CRECI 6916-J ☎ 11 3846-0377 www.louvreimoveis.com.br

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 Frente,45util, 1ds, gar. Lazer total F:2198.5555 cr8767

2 DORMITÓRIOS

JD AMÉRICA
R$1.070.000 2dt, dep emp, 1vg, 89m²au, C. Bca px O. Freire, 8°and. CRECI 30955 ☎(11)99556 3105

MOEMA
R$650.000 75 úteis, 2dts. (1ste), varanda, 1gar. Lazer. 2198.5555

VL CLEMENTINO
R$695.000 S.novo,75 út,2ds.varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$990.000 Ocasião, px. metro, varanda, 110 u, 3ds(1ste) 2vgs. Vale R$1.300.000, F:2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.280.000 Urgente, 210 úteis, varanda, 4dts., 2 suítes, 3grs.+ dep. Lazer. F: 2198.5555 creci 8767

MOEMA
R$1.750.000 Px.parque, 245út, 3 salas, varanda, 4dts(3sts), 3grs. + dep. Lazer. 11 2198.5555 cr8767

MORUMBI
R$1.200.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr,4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Ac. troca 11 97632.0165

ZONA OESTE

3 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$2.000.000 Jd.das Perdizes,novo/arms,ar, 110ú,varandão/churr 3ds(1ste),2vgs. 11 97632.0165

ZONA NORTE

3 DORMITÓRIOS

VL MARIA
R$420.000 Novo,varanda,3ds, 1vg lazer clube. Dir.PP. F:97632.0165

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

ITAIM
R$320.000 Conj. 45 úteis. Urgente, px. F. Lima, 2 wcs., gar. + rotativo. F: 11 2198.5555 creci 8767

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
Cjto. coml. 351m² a 675m² á. priv. Imperdível. Menor taxa de cond. e melhor Al. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjto. 540m²/ 1080m². á. priv. Menor aluguel e cond. da região. Imperdível. Dir. c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m²ÁC, 496m² terr, R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

VL POMPÉIA

Imóvel coml., R:Venâncio Aires 177, 2 pavimentos c/250m² cada, estacionamento c/350m², próximo metrô. Tratar ☎(11)99553-9749

TERRENOS

ZONA SUL

JABAQUARA
Ocasião, 6480m², c/ 2 galpões. Px. metrô. norairzampieri@gmail.com ☎(11)2276-4020/99169-6819

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

ALPHAVILLE E TAMBORÉ

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

BARUERI

Alugo Galpão, reformado.2.000 m² de pátio + 160 de escritório + 2 docas e estacionamento. Tratar: ☎(14)99611-0059

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

ARARAQUARA - SP
Vendo ou alugo galpão novo, com 2.529m² frente Rod. Washington Luis. Dir propr (16)99962-6250

TERRENOS

QUINTA DA BARONEZA
Vendo único terreno da quadra que sobrou. Posição definida. Vista privilegiada. ☎(11)99105-3081 e-mail: absbaroneza@gmail.com

SOROCABA - SP
7.757m² Av.Com. P. Inácio,p/préd coml, qdra inteira (11)99976 0052

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

TATUÍ - REGIÃO

130alqs, Excel.topografia e terra, soja, batata, milho, cana. Rica em águas. Comporta pivô central. 15)99708.1268/11)959376368

TATUÍ - SP

Haras 56alqs, sede, 45 baias etc. Infraestrutura 1°Mundo! Tenho foto 15)99708.1268/11)959376368

CHÁCARAS E SÍTIOS

ATIBAIA - SP
Chácara 4.000m², formada, completa, R$1.500.000 Creci 28289 11)4412-8767/11)99973-7947

ATIBAIA - SP
20.000m², compl., lago, R$1.6mi. Ac.imóvel Guarujá. Creci 28289 11)4412-8767/11)99973-7947

ATIBAIA - SP
Sítio Cinematográfico!! Venda/ Permuta, 14 alqs, sede 500m²AC, campo futebol, piscina, galpão. Ruas calçadas e iluminadas. Whats INF (11)99936-3232 Dennes

OPORTUNIDADES

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
Conforme artigo 482 letra I da CLT, convocamos a Srª PATRICIA MORENA DOS SANTOS portador da CTPS nº 00042790 série nº00461/SP residente, R Conceição dos Ouros,307- Parque Botujuru, a retornar ao trabalho no prazo de 3 dias.Caso não compareça, será caracterizado Abandono de Emprego (RUIFENG CHEN ME)

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

DROGARIA VENDO
Na região central SP! Tradicional, há 52 anos no local, próximo Hospital Sírio Libanês e 9 de Julho. R$600mil. Direto c/prop. ☎(11)94153-2103/3258-0923

JUNDIAÍ - SP

Galpão 87.000m² terreno,28.000 m² área construída, sendo 4500 mil m² refrigerado, 900m² de congelado, 15.000m² área seca, 33 docas. Contato direto proprietário ☎(11)99459-3316

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

JAZIGO

JAZIGO PQ. MORUMBI
R$15.000,00 à Vista! 3 gavetas, Área privilegiada, próx. estacionamento e banco. Anuidade quitada. Tratar ☎(41)99989-2994

EMPREGOS

ADVOGADOS (AS) PREVIDENCIÁRIO (AS)
Para atuação em escritório na zona norte de São Paulo. Interessados enviar Curriculo para atendimento@klebercosta.adv.br

MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO
Contrata-se c/experiência em VRF e Chiller, CNH válida. Enviar CV para minhavaga.cv@outlook.com

negocios& oportunidades

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Não adiante nenhum valor

Marcelo Knobel

'Ideia do Insper é ampliar a área de pesquisa'

Novo presidente, escolhido por empresa de headhunter, quer tornar a instituição mais internacional

ENTREVISTA

Físico e pesquisador, com trabalhos na área de nanomagnetismo, foi professor por 30 anos e reitor da Unicamp até 2021

RENATA CAFARDO
LUCIANA DYNIEWICZ

Professor nos últimos 30 anos e ex-reitor da Unicamp, Marcelo Knobel assumirá a presidência do Insper a partir de 1.º de março. Físico, o novo presidente foi selecionado por uma empresa de headhunter, sem nunca antes ter pisado no Insper. Agora, pretende ampliar a área de pesquisa da instituição e internacionalizá-la.

"Acho que (*os recrutadores*) buscaram um acadêmico com experiência administrativa que possa trazer conhecimento, contato e boas práticas no que diz respeito à pesquisa e à internacionalização", diz em entrevista ao **Estadão**.

Entre as propostas para internacionalizar a instituição, estão a atração de professores do exterior e o desenvolvimento de pesquisa em parceria com profissionais de universidades de fora. Há ainda a intenção de adotar inglês e espanhol nas salas de aula, o que pode aumentar o interesse de estudantes estrangeiros. Confira os principais trechos da entrevista.

TABA BENEDICTO/ESTADÃO

Knobel: 'Caminho é transformar o Insper em universidade'

Qual a razão da mudança?

O que me levou a aceitar a posição é que o Insper é um modelo para o País. Criou cursos baseados na experiência de ensino e aprendizagem. Foi desenvolvendo pesquisa na área de administração e de economia. Agora tem engenharia, ciência da computação, direito. Também está buscando aprimorar as atividades de pesquisa. A ideia de contribuir para um novo modelo de universidade – de instituições privadas sem fins de lucro –, fazer pesquisa, melhorar o País, me despertou interesse.

O sr. falou de pesquisa, mas o Insper forma profissionais mais para o mercado do que para a academia.

O Insper se consolidou na educação executiva, de MBAs, e também na graduação, que começou com administração e economia. Mas tem um corpo docente, nessas áreas principalmente, que tem feito pesquisa de ponta. Ao longo do tempo, o Insper também foi desenvolvendo outros cursos. Tem três engenharias, direito e ciência da computação. Nessas áreas, é preciso dar esse salto de qualidade na direção de pesquisas.

A sua ida para o Insper significa uma mudança de perfil da instituição?

Nas entrevistas, nunca me disseram um direcionamento, apenas ressaltaram a missão e a visão do Insper, que é promover a transformação do Brasil por meio da formação de líderes inovadores e pesquisa aplicada, atuando com a excelência acadêmica e visão integrada das áreas do conhecimento. Trago a experiência de gestão em uma universidade e de governança, que é importante para preparar o Insper para ações mais complexas, dado que o caminho natural é transformá-lo em universidade.

Como seria a internacionalização?

Atrair professores da América Latina e do exterior, brasileiros que eventualmente tenham feito pós-graduação no exterior. Ampliar as colaborações em intercâmbio de estudantes e nas pesquisas.

Vocês devem adotar aulas em inglês?

Está no radar. Não só em inglês, mas também em espanhol.

O Insper é uma instituição de elite. O sr. vem de uma universidade pioneira em programa de inclusão. Pensa em trazer cotas e diversificar o corpo discente?

Essa não é uma preocupação só minha, mas também do Insper. Boa parte das doações que o Insper recebe vai para o programa de bolsas, que atende 10% dos alunos. Está no plano ampliar o programa de ações afirmativas. Temos parceria, como a da Eduafro, para ampliar o número de estudantes pretos e pardos.

Há intenção de aumentar o número de bolsistas?

Está nos planos ampliar, mas isso virá com um projeto de sustentabilidade financeira.

Que diagnóstico o sr. faz do ensino superior no País?

Tem alguns problemas que são estruturais. Aproximadamente 20% dos jovens de 18 a 24 anos estão em um curso universitário. Desses, 77% estão em instituições privadas. Das quais aproximadamente metade com fins de lucro.

Ter fins lucrativos leva à má qualidade no ensino?

Não posso generalizar, mas tem a sua parcela de contribuição. A lógica nessas instituições é a busca de minimização de custos e aumento de matrículas. É uma lógica que vai um pouco contra, em alguns momentos, a busca da qualidade. ●

Cinema Estreia

‘Triângulo da Tristeza’ debocha dos milionários

Filme do sueco Ruben Östlund, que ganhou Palma de Ouro e é indicado para dois Oscars, debate de forma trivial a xenofobia e a exclusão social

RODRIGO FONSECA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Indicado para dois Oscars (Melhor Direção e Melhor Roteiro Original) por *Triângulo da Tristeza*, com o qual conquistou a Palma de Ouro no 75.º Festival de Cannes, o sueco Ruben Östlund atendeu o telefonema do **Estadão** num aeroporto perto de Gotemburgo – onde está colhendo matéria-prima para seu próximo filme, *The Entertainment System Is Down*.

“Prometi na Croisette que, após fazer um filme dentro de um cruzeiro, faria o longa seguinte num avião, testando os limites do espectador com uma narrativa que, diferentemente dos últimos longas que fiz, será anticlimática, para acomodar a plateia nos sentimentos dos personagens. Já vejo as sequências de uma criança que passa um voo todo brigando com o irmão, atrás do iPad dele, e uma mãe mediando a fúria de ambos”, antecipa Östlund ao *Caderno 2*, feliz ao saber da estreia de *Triângulo da Tristeza* nos cinemas brasileiros, nesta quinta-feira, 16.

PALMAS DOURADAS. Títulos como *Força Maior* (2014), *Play* (2011) e *Involuntário* (2008) podem ser vistos na plataforma Mubi, apontando o caminho que o cineasta nascido na ilha de Styrsö, há 48 anos, trilhou até conquistar um par de Palmas douradas. A primeira foi em 2017, de um júri presidido pelo diretor espanhol Pedro Almodóvar (o mesmo que decidiu não premiar filmes da Netflix, por eles descartarem as salas de exibição), e foi para *The Square – A Arte da Discórdia*. Ali, o foco de Östlund eram o pedantismo curatorial e o elitismo no universo das galerias, misturado a um debate sobre xenofobia e exclusão social. Os dois temas regressam em *Triângulo da Tristeza*, filme que abriu a 46.ª Mostra de São Paulo, no ano passado.

BAIXO ORÇAMENTO. “Sou um realizador de baixo orçamento – não me vejo filmando com US$ 100 milhões, por saber do valor que existe na liberdade artística. Rodei o *Triângulo* com cerca de € 12 milhões. Livre, eu pude explorar questões como o fato de os comunistas estarem esquecendo Marx a cada dia, deixando de lado as teses de *O Capital* sobre o materialismo histórico aplicado ao desenvolvimento da sociedade”, diz Östlund, com extrema simpatia – a mesma com que conquistou a adesão de famosos, como o astro hollywoodiano Woody Harrelson, peça fundamental na geometria de seu longa mais recente.

É ele quem vive o comandante Thomas, o responsável pelo navio onde se passam algumas das sequências mais divertidas (embora escatológicas) de *Triângulo da Tristeza*, embebedando-se o quanto pôde ao comandar uma tripulação milionária. Em dezembro, o longa conquistou os prêmios de Melhor Filme, Direção e Roteiro na cerimônia do European Film Awards, na Islândia.

Lá, foi atribuído um prêmio extra, o de Melhor Ator, a um dos integrantes da trupe de Östlund: o croata Zlatko Buric. Ele vive Dimitry, um comerciante eslavo de fertilizantes que se define como “um russo capitalista” e orgulha-se de dizer: “Eu vendo m...!”. Ao lado dele, no cruzeiro, há uma alemã que sofreu um derrame, Therese (Iris Berben); um milionário escandinavo que oferece relógios Rolex a quem lhe dá uma migalha de afeto, o empresário Jarmo (Henrik Dorsin); e o casal de modelos Carl (Harris Dickinson) e Yaya (Charlbi Dean, que morreu em agosto, aos 32 anos, com uma infecção bacteriana).

Há espaço na dramaturgia de Östlund também para o microcosmo dos funcionários, entre eles a camareira Abigail (Dolly De Leon, numa atuação elogiadíssima), a contramestra Paula (Vicki Berlin) e o mecânico Nelson (Jean-Christophe Folly), alvo do racismo de Dimitry.

NEON

LAUREN JUSTICE/ REUTERS

1. Arvin Kananian (E) e Woody Harrelson no filme ‘Triângulo da Tristeza’, do 2. cineasta sueco Ruben Östlund

“Escrevo meus filmes com base em questão sociológica aplicada a um determinado universo. Como minha mulher é fotógrafa de moda, eu me aproximei das passarelas”

“Aproveito a credibilidade que as vitórias em Cannes me dão aos olhos da indústria europeia para levantar meus filmes de modo a tratar de temas que incomodam”
Ruben Östlund
Cineasta

PASSARELAS. “Escrevo meus filmes com base em uma questão sociológica aplicada a um determinado universo. Como minha mulher é fotógrafa de moda, eu me aproximei das passarelas. Fiquei encantado ao me aproximar do trabalho dela e perceber o quanto a beleza pode ser expressiva e fazer toda a diferença até para pessoas que não têm uma educação formal. Só que eu olho para essas situações com um diferencial tipicamente nórdico: uma melancolia que a gente tem ao olhar para o trivial”, explica Östlund.

Ele comemorou ao ver *Triângulo da Tristeza* entrar na lista dos dez concorrentes ao Oscar de Melhor Filme, ao lado de cults como *Os Banshees de Inisherin* e de blockbusters como *Avatar: O Caminho da Água* e *Top Gun: Maverick*. Para muitos analistas, desponta como um dos favoritos à estatueta dourada. “Venho do país de Ingmar Bergman e percebo a influência que ele ainda tem por lá, em quem estuda cinema. No mundo, seu espírito ainda está presente e dá ao audiovisual sueco uma certa aura de prestígio.”

Na ativa desde 1997, quando trabalhava com videoarte, Östlund hoje integra o seleto time de realizadores com duas Palmas. São dez ao todo, como Ken Loach (laureado em Cannes por *Eu, Daniel Blake*, em 2016; e *Ventos da Liberdade*, em 2006) e Francis Ford Coppola (*A Conversação*, em 1974; e *Apocalypse Now*, em 1979), entre outros.

O título em inglês do filme, *Triangle of Sadness*, refere-se a um termo usado por cirurgiões plásticos para a ruga de preocupação que se forma entre as sobrancelhas, que pode ser corrigida com botox em 15 minutos.

A presença de Östlund no seleto time de ganhadores de Cannes amplia sua independência. “Aproveito a credibilidade que as vitórias em Cannes me dão aos olhos da indústria europeia para levantar meus filmes de modo a tratar de temas que incomodam”, diz Östlund. “Fico bem impressionado ao notar o quanto a gente ainda consegue se distrair dos grandes problemas do mundo sofrendo com nossas questões pessoais, com individualidades por vezes pequenas.” ●

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com
MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

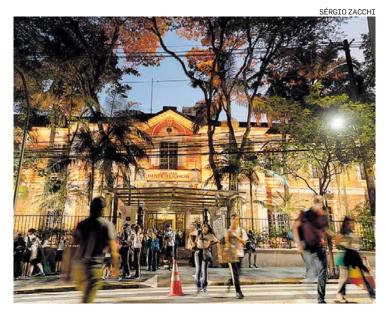
ChatGPT

Como escolas planejam lidar com a nova tecnologia?

Recebido com festa por uns e críticas por outros, o ChatGPT é assunto nas escolas paulistanas, tanto entre alunos como corpo docente. Como lidar com a ferramenta de Inteligência Artificial que promete fazer (com poucos cliques e nenhuma pesquisa requerida) desde trabalhos acadêmicos sobre qualquer tema a contratos ou até receitas de bolo no âmbito escolar?

No Dante Alighieri, nos Jardins, o assunto foi trazido pelos próprios alunos e a discussão está aberta. O colégio tem como uma de suas matérias eletivas, inclusive, o estudo de Inteligência Artificial. "Nas aulas de Steam-S, por exemplo, falamos muito sobre o cultural digital, ética, cidadania, privacidade, segurança, intolerância, entre outros temas. E, neste espaço de diálogo, os alunos trouxeram a questão do ChatGPT", disse Verônica Cannatá, Coordenadora e professora de Tecnologia Educacional. O Dante já tinha uma política de preparar exames à prova de Google, de plágio e de cola. "O ChatGPT chega como mais um recurso tecnológico. Virão outros e estaremos sempre atentos".

Em março, o Colégio Bandeirantes planeja um workshop sobre o tema voltado para os professores. A ideia é que o corpo docente descubra maneiras de incorporar a ferramenta no aprendizado e discuta como inserir essas questões no modelo pedagógico. O colégio quer que os professores estejam preparados antes de conversar formalmente com os alunos sobre as regras para o uso do ChatGPT.

SÉRGIO ZACCHI

No Dante Alighieri, a questão foi abordada pelos alunos

Emerson Bento Pereira, diretor de tecnologia educacional do Bandeirantes, pontua que a incorporação da ferramenta é um "caminho sem volta". A inteligência artificial já faz parte da vida de e o quanto os alunos tiverem conhecimento e souberem extrair o melhor da ferramenta, mais bem preparados estarão", diz.

No Colégio Stocco muitos estudantes já fazem uso da ferramenta, segundo o professor de Biologia, Ciências e Robótica Luis Gustavo Alves. "É fundamental orientar sobre seu correto uso e aplicação nas tarefas diárias. Quando inicio a abordagem sobre o chat mostro funcionando na prática, muitos não acreditam, outros já começam a pensar nos mais diversos usos", diz. O colégio já está produzindo um documento com diretrizes, mas, por enquanto, ainda não há nenhuma regra. ● MARCELA PAES

HELCIO NAGAMINE

Encontro entre chefs brasileiros e peruanos

Peruano de alma brasileira, o chef Renzo Garibaldi convocou um time de amigos dos dois países para cozinharem juntos no Osso, restaurante que ele trouxe de Lima para São Paulo. O jantar exclusivo para convidados *Brasil convida Peru* reúne, no dia 2 de março, 14 chefs que criam juntos um menu onde os protagonistas são carnes dry aged.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Espaço gastronômico no terraço do Martinelli

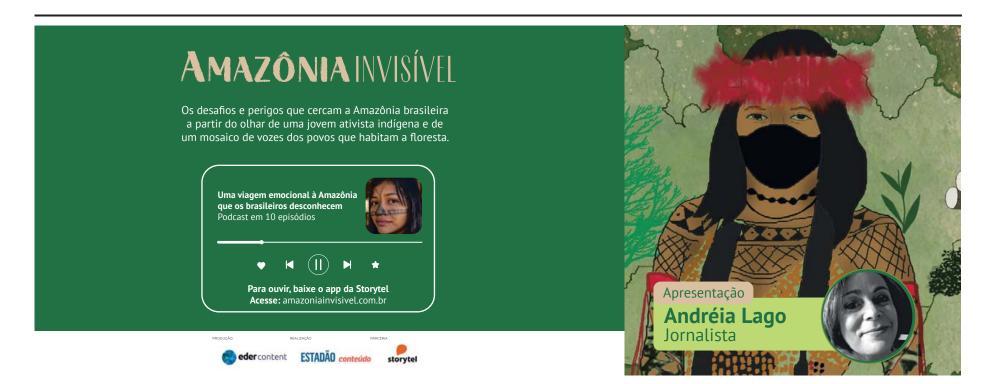
O terraço do icônico edifício Martinelli, um dos primeiros arranha-céus de SP, que estava sem uso, deve ser ocupado por um novo espaço cultural e gastronômico. Nesta quinta, será realizada sessão pública sobre a concessão da área coberta e descoberta, totalizando 2.570 m². O grupo Tokyo SP, dono de balada de mesmo nome, apresentou proposta.

1. Yaya Quintella e Lili Tedde na abertura da exposição "Caíto: Esculturas Marcos Concílio: Guaches e Tapeçarias". 2. Urias Taques. 3. Renato Dib. Terça, na Galeria Teo, em Pinheiros.

FOTOS IARA MORSELLI

Bloco de Notas

● **NA FAAP 1.** O Centro Universitário FAAP recebe em 27 de fevereiro, às 9h30, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, para aula magna do curso de Direito. Com o tema Democracia na Atualidade, o evento será no Teatro FAAP, com o coordenador do curso de Direito, José Roberto Neves Amorim, e do Procurador Geral de Justiça de São Paulo e professor Mario Luiz Sarrubbo.

● **NA FAAP 2.** Os alunos do Centro Universitário FAAP recebem no dia 1º de março o animador norte-americano Michael Genz. Especialista em animação de personagem, Genz já atuou em obras como *He-Man* e *She-ra* e *Uma cilada para Roger Rabbit*

Música Memória

Projeto marca 50 anos do adeus à musicalidade de Pixinguinha

ACERVO IMS

50 músicas inéditas estão em 'Pixinguinha Como Nunca', projeto que reúne diferentes fases do compositor, desaparecido em 1973

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

"Pixinguinha é inconteste." Foi assim que Chico Buarque definiu o músico, arranjador, compositor e maestro Alfredo da Rocha Vianna Filho (1897-1973) na letra da canção *Paratodos*, de 1993. E não é apenas Chico que sabe que o talento e a importância de Pixinguinha para a Música Popular Brasileira não são objeto de dúvida.

Antes, o regente Guerra-Peixe – ligado à música erudita – já havia alertado aos candidatos para o cargo de diretor de orquestra: Pixinguinha é o ponto de partida a ser seguido.

Neste mês, que marca os 50 anos da morte do músico carioca, uma série de quatro álbuns com músicas instrumentais inéditas chega para reforçar justamente essas percepções: o compositor de *Carinhoso*, *Rosa* e *Lamentos* – só para ficar entre as composições que ganharam letra e, inevitavelmente, se tornaram mais populares – era um gênio.

O projeto batizado de Pixinguinha Como Nunca tem direção artística do neto do compositor, o músico e ator Marcelo Vianna, e direção musical de Henrique Cazes, arranjador e pesquisador da obra do compositor. Ao todo, serão cerca de 50 músicas inéditas, criações de diferentes fases, em álbuns a serem lançados digitalmente até o mês de abril pela gravadora Deck.

Tudo isso foi possível porque Pixinguinha deixou um enorme acervo, com muitas partituras, arranjos para rádio e sinfônicos. Tudo muito bem organizado em pastas. Primeiro, isso ficou na posse de Alfredinho, filho único do músico. Depois, foi, em regime de comodato, para o Instituto Moreira Salles que, posteriormente, adquiriu definitivamente a coleção – foi daí que saiu a maioria das músicas que serão lançadas agora.

O primeiro dos álbuns já está nas plataformas. *Pixinguinha Virtuose* traz 12 músicas registradas por músicos escolhidos com zelo por Vianna e Cazes – algo essencial quando se trata de apresentar algo novo de um compositor que tem notas tão impregnadas na memória popular. Foi preciso criar em cima das melodias deixadas pelo compositor.

Integram o sexteto os músicos Carlos Malta (flauta e sax), Silvério Pontes (trompete), Marcelo Caldi (sanfona), Marcos Suzano (percussão), João Camarero (violão de 7 cordas) e o próprio Cazes, que assina os arranjos e toca cavaquinho. "Foi um desafio encontrar o tom certo, o instrumento que renderia mais em cada melodia, o solista ideal. Não queríamos que soasse como algo antigo ou que já havia sido feito. Reunimos músicos que tivessem o olhar de mexer na tradição, mirando o futuro, que não tivessem aquele viés conservador, que, a meu ver, é tão nocivo ao choro e o coloca sempre em um lugar do passado", explica Cazes.

MARÍLIA DE FIGUEIREDO

1. **Pixinguinha com Orlando Silva, no livro sobre sua vida**

2. **Henrique Cazes e Marcelo Vianna: novos álbuns**

"Foi um desafio encontrar o tom certo, o instrumento que renderia mais em cada melodia, o solista ideal. Não queríamos que soasse como algo antigo ou que já fora feito"
Henrique Cases
Arranjador e pesquisador

"Pixinguinha deixava os músicos à vontade. Sua modernidade não estava só nas melodias, mas no caminho que propunha. Ele exerceu sua musicalidade plena"
Marcelo Vianna
Compositor e ator

MODERNO. Vianna diz que o avô era extremamente moderno já no tempo dele. "Ele sempre deixou os músicos à vontade. A modernidade dele não estava só nas melodias, mas no caminho que propunha. Pixinguinha exerceu sua musicalidade plena. É isso que queremos deixar claro às pessoas", diz.

"Era normal os artistas negros serem considerados espontâneos, improvisadores. Dificilmente os colocavam como estruturadores", diz Cazes, ao ressaltar o lado arranjador de Pixinguinha, que escrevia, inclusive, para orquestras. "A palavra que o define é fluência", complementa.

Cazes chama a atenção para a diversidade das composições, o que reforça mais uma vez que, apesar de ter consolidado o choro e seus contrapontos, Pixinguinha não merece ser aprisionado apenas dentro desse gênero musical.

Entre as músicas inéditas, há, por exemplo, polca vagarosa (*Jagunça*), polca marcha (*Saudades de Cafundá*) – precursora da marcha junina –, tango argentino, valsa, modinha e ponto de macumba.

PARCEIROS. Um dos desdobramentos do Pixinguinha Como Nunca será um quinto álbum, que trará 11 músicas do compositor que ganharão letras, ou seja, vão virar canções. O trabalho, previsto para abril, possibilitará que nomes como Arnaldo Antunes, Eduardo Gudin, Guinga, Paulo César Feital, Nei Lopes, Paulinho Moska, Salgado Maranhão e Cecilia Stanzione se tornem parceiros de Pixinguinha.

Moska musicou *Modinha*, que virou *Onde a Dor Traz o Presente*. Antunes escreveu, sobre a melodia chamada *Poética*, a letra *Chuvisco na Telha*. Entre outros cantores que participarão estão Leila Pinheiro, Nilze Carvalho, Cecilia Stanzione e João Cavalcanti.

DOIS VERSOS. Paulinho da Viola também foi convocado para a missão, mas ainda não concluiu a letra. "Outro dia ele me disse que já havia feito dois versos", conta Cazes. A parceria deve ficar para um possível novo volume de inéditas.

Para esse cinquentenário de morte há ainda o lançamento do livro *Pixinguinha, um Perfil Biográfico*, de André Diniz (Numa Editora). Trata-se, na verdade, de uma nova edição da fotobiografia *Pixinguinha – o Gênio e o Tempo*, de 2012. A versão recente traz capa assinada pelo artista plástico Melo Menezes, discografia comentada por Cazes e texto assinado por Vianna.

Pixinguinha morreu em 17 de fevereiro de 1973, aos 76 anos, dentro da Igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, no Rio. Fora até lá para acompanhar o batizado do filho de um amigo. O músico teve um enfarte fulminante. Era uma segunda-feira de carnaval.

Ignorando qualquer burocracia referente aos ritos religiosos, virou uma espécie de santo – com aprovação popular. São Pixinguinha, como costumam falar seus devotos. De um altar improvisado, porém não menos sagrado, vela pela música brasileira. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Apostas

Data estelar: Sol e Saturno em conjunção

Uma aposta é uma aposta, não se pode pretender nenhuma garantia quanto ao resultado, senão deixaria de ser uma aposta e se transformaria num investimento a prazo fixo. Te digo isso porque neste momento te encontras com a alma sozinha diante das graves decisões que precisas tomar, e por mais que te munas de argumentos racionais e emocionais para as administrar e chegar à melhor possível, no âmago acabarás te deparando com o momento em que a decisão se transforma numa aposta.

Esse precioso tesouro que é o livre-arbítrio, a virtude que nos torna humanos, porque sem ela não seríamos quem somos, ela é também a que nos condena à incerteza, porque se somente certezas houvesse, não haveria nada parecido com escolhas, decisões ou dilemas íntimos com que nos haver antes de nos lançarmos nessa ou naquela direção. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Agora é quando sua alma percebe quem está a favor e quem contraria seus planos, e de forma surpreendente, as pessoas favoráveis nem sempre são as mais simpáticas e acessíveis, elas podem ser apenas hipócritas. É assim.

TOURO 21-4 a 20-5

Este é um momento de exposição e de ascensão também, que faz emergir outro tipo de angústia, diferente daquela que imagina que a qualquer momento vai perder tudo. É a angústia de não dar conta do recado.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Há muitas mudanças acontecendo, muitas delas apresentam um cenário desconhecido e inseguro, porém, ao mesmo tempo há de se entender que nem tudo está mudando, que há princípios imutáveis que devem ser preservados.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Nem sempre há de ser feito o que seja desejável, há momentos em que a alma precisa assumir a responsabilidade de fazer o que as outras pessoas não se atrevem, porque se importam mais com a imagem do que com a realidade.

LEÃO 22-7 a 22-8

Suas palavras influenciam muito mais do que imagina, e isso pode ser comprovado através das reações que colherá nesta época. Talvez você imagine que possa dizer tudo através de piadas e que essas passariam despercebidas.

VIRGEM 23-8 a 22-9

O excesso de rotina é tão pernicioso quanto a falta dessa, sua alma há de encontrar um equilíbrio para que no dia a dia haja cabimento para a necessária previsibilidade sem, no entanto, perder de vista a aventura.

LIBRA 23-9 a 22-10

Seja determinante em suas ações e palavras, sem se importar com a insegurança que sua alma sente no íntimo, a qual não transparece a ninguém, só é conhecida por você. Seja determinante, desempenhe seu papel.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

As coisas são como são e não como deveriam ser, mas se você não gosta do que percebe, terá sempre ao seu favor sua força de vontade e empenho para fazer acontecer as coisas do jeito que você imagina deveriam ser.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12

A dificuldade de comunicação há de ser desconsiderada, porque neste momento, queiram as pessoas entender você ou não, hão de ser comunicadas as coisas que pesam em sua alma. O resto virá depois para consertar.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Faça tudo que estiver ao seu alcance para assegurar mais conforto, mas sem nada de luxo, apenas o conforto de você saber que pisa em terreno firme e que há certa previsibilidade em tudo que está em andamento.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Agora é um momento em que você precisa se comportar com pulso firme, determinando o rumo das coisas sem se importar com as circunstâncias. Sua determinação há de servir de orientação para outras pessoas.

PEIXES 20-2 a 20-3

As coisas que devem acontecer não podem ser detidas, não importa quanto esforço você invista nesse sentido. É melhor aceitar o inevitável como uma lição, uma mensagem que a Vida tenta transmitir a você para sua proteção.

Patrimônio **Visuais**

Cinema na Rua Augusta exibe sua última sessão, antes de fechar as portas

Com a exibição gratuita hoje de 'A Última Floresta', Espaço Itaú de Cinema Anexo encerra as atividades

UBIRATAN BRASIL

Chegou o dia da derradeira sessão: quando terminar a exibição do filme *A Última Floresta*, de Luiz Bolognesi, nesta noite, o Espaço Itaú de Cinema Anexo vai fechar definitivamente suas portas. Localizado no número 1470 da Rua Augusta, o imóvel será entregue até o final do mês – ele foi vendido para a incorporadora Vila 11, que pretende demoli-lo e usar o espaço para um edifício residencial.

O longa de Bolognesi será exibido nas duas salas do Anexo, a 4 e a 5, simultaneamente a partir das 20h – ingressos gratuitos poderão ser retirados a partir das 19h. Encerradas as sessões, começará o desmonte, com a retirada de cadeiras, projetores, telas, ar-condicionado e outros equipamentos. O Café Fellini, também instalado no local, vai funcionar até domingo, 19, quando também será desmontado.

CURTAS. Inaugurado em março de 1995 pelo empresário Adhemar Oliveira, o Anexo oferecia, com suas salas menores, opções para a programação do Espaço Augusta, que abriu dois anos antes e com três salas com maior capacidade. "Para lá, levávamos os filmes que já diminuíam de público na sede, além de ser o espaço ideal para a estreia de filmes especiais", conta Adhemar, que também colecionou experiências de sucesso, como o projeto Curta às Seis, que diariamente projetava curtas-metragens brasileiros em sessões gratuitas.

As três salas da sede continuarão em atividade e os funcionário do Anexo serão incorporados. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"O que fica de pé, se cair a liberdade?"* **Rudyard Kipling**

Por aí *Patrícia Ferraz ● patriciacferraz@gmail.com*

A nova Tasca da Esquina

A Tasca da Esquina acaba de ganhar uma filial, em Pinheiros. Ela não fica na esquina e está longe de ser uma tasquinha qualquer – daquelas que a gente vai pra comer bolinho de bacalhau, sardinha na brasa e gastar pouco. A casa do chef lusitano Vítor Sobral e do restaurateur brasileiro Edrey Momo é um dos melhores e mais premiados restaurantes de cozinha portuguesa da cidade, que faz sucesso desde a inauguração, nos Jardins, há 13 anos – e agora deve se multiplicar em São Paulo e em outras capitais brasileiras.

Vitor Sobral é um cozinheiro talentoso e cheio de energia. Publicou 24 livros e mantém, ao todo, oito restaurantes: Lota da Esquina, Tasca da Esquina e Taberna da Esquina, em Lisboa, e ainda quatro unidades da Padaria da Esquina por lá; em São Paulo, além da matriz, tem a Tasquinha, nos Jardins e no Shopping Morumbi, e a recém-inaugurada filial em Pinheiros. Ele é uma autoridade quando o assunto é bacalhau – quem duvida do conhecimento de um sujeito que publicou um livro chamado *As Minhas Receitas de Bacalhau – 500 Receitas* (no Brasil saiu pela Editora Senac)?

É claro que seus restaurantes têm bacalhau – o cardápio da filial, igual ao da matriz, oferece atualmente seis receitas, do bacalhau à Braz, com chips de batata e ovo (R$ 159), ao estreante lombo de bacalhau assado com creme de cebola, farofa de pão, batatinhas e salsa (R$ 159). Tudo no ponto, tudo equilibrado.

PATRICIA FERRAZ

Marinado de atum com abacate e cebola roxa

Mas o cardápio da Tasca vai muito além do bacalhau – e acho que você deveria aproveitar a visita à casa para ousar. Quem não arrisca não petisca, sugere a seção que traz filé de sardinha, creme de tomate assado e picles de cebola roxa sobre pão rústico (R$ 69); e ainda lascas de bacalhau com emulsão de cebola caramelizada, batata palha e ovo estrelado (R$ 74), entre outros pratos autorais.

Entre as novidades, há dois marinados deliciosos, lombo de atum em salmoura leve, abacate, cebola roxa e rebentos de agrião (R$ 89) e polvo em salada, mandioquinha, coco, legumes, gengibre e cebolinha (R$119). E que tal uma massada? É a versão portuguesa da "macarronada". No caso, a massa vem com molho de tomate e pimentão assado, lula, camarão e, por cima, postas de peixe (R$ 99). Ah, a casa de Pinheiros também tem o menu-degustação Fique nas Mãos do Chef, com 5 porções (R$ 199) ou 7 porções (R$ 239).

Tasca da Esquina de Pinheiros, Rua dos Pinheiros, 436. De terça a sexta, das 12h às 15h e das 19h às 23h. Sábado, almoço até as 17h; domingo, só almoço das 12h às 15h. ●

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3lEOEEZ**

- Os professores de mais alto grau acadêmico, até a Reforma Universitária de 1968 (BR)
- "(?) Nº 1", filme de Spielberg (2018)
- Sede da administração municipal
- Indígenas da Nova Zelândia
- Anuncia os premiados na cerimônia anual de Hollywood
- Inflamação do tecido subcutâneo
- Participar da aula presencial
- Enumeração minuciosa de itens
- El (?), cidade do Texas (EUA)
- Etiqueta, em inglês
- Secreção que indica processo infeccioso
- Peça que compõe o faqueiro
- Gran (?): o término espetacular
- Talentos naturais
- Pecado, em inglês
- Errar, em inglês
- Variedade de café
- Tecla do controle remoto do televisor
- Zezé (?), atriz do filme "Xica da Silva"
- Angstrom (símbolo)
- Recíproco
- Fruto usado na guacamole
- Edição (abrev.)
- Viagens
- Jeca (?), criação satírica de Monteiro Lobato → T A T U
- "(?) Grande", obra de Jorge Amado
- (?) Byington, diretora teatral
- Bolívar, para a Venezuela (Hist.)
- Profeta que foi lavrador (Bíblia)
- (?) Rebelo, jornalista e político
- Metal usado em relógios atômicos
- Planta andina de efeito narcótico
- Denis Diderot, filósofo iluminista
- (?)-enredos, composições que norteiam o desfile da escola no Carnaval
- Diminutivo de "Gustavo"
- Sugestão útil de caráter prático
- Abrigar; proteger

BANCO 3/err — tag. 4/amós — mute — paso. 6/finale — maoris — olivia.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Estátuas do Cristo

A estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, é considerada uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno. Porém, existem outros monumentos representando Jesus em outros lugares. Confira alguns:

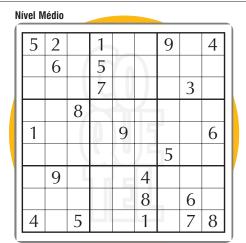
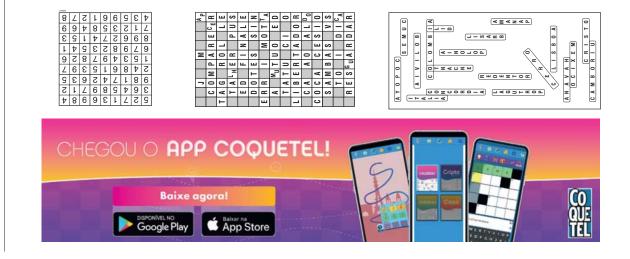
- **CERRO** do Cristo Rei, em Cáli, **COLÔMBIA**
- Cristo da **CONCÓRDIA**, em Cochabamba, **BOLÍVIA**
- Cristo de **COPOYA**, no **MÉXICO**
- Cristo de **HAVANA**, em Cuba
- Cristo dos **CUMES**, entre Piemonte e o Vale de Aosta, **ITÁLIA**
- Cristo Luz, em **CAMBORIÚ**, Santa Catarina, Brasil
- Cristo Redentor de El **ENCANTO**, no **PANAMÁ**
- Cristo Redentor, em Belo Horizonte, ~~**BRASIL**~~
- Cristo **REDENTOR**, em Sertãozinho (SP), Brasil
- Cristo Rei de **DÍLI**, no Timor Leste
- Cristo Rei, em **LISBOA**, **PORTUGAL**
- **CRISTO** Rei, em Swiebodzin, **POLÔNIA**

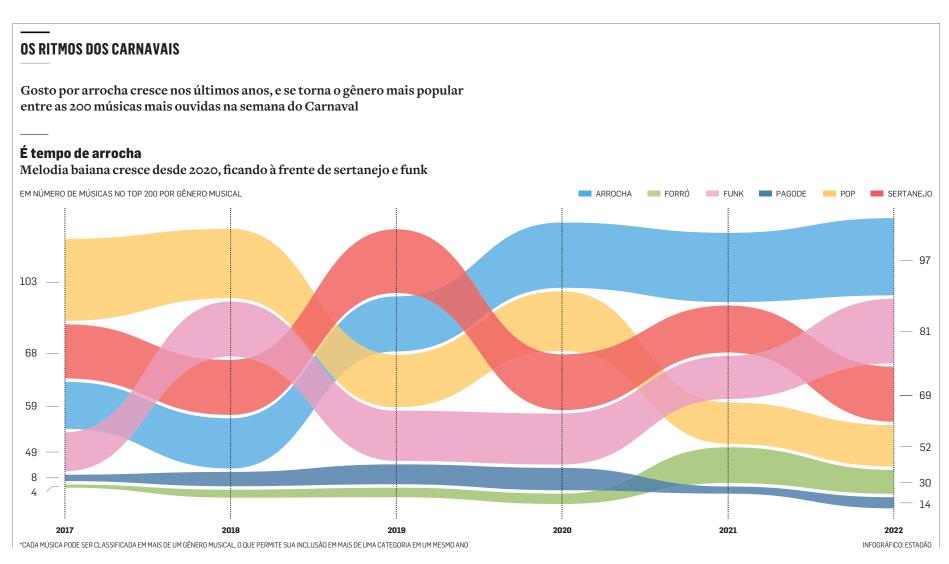
A Y O P O C D H I R T
T L S N M E S E M U C
I N H E N F F E N I O
T N A I V I L O B F N
A T D R S F M S N N T
L C H C O L O M B I A
I O E R T T N C T L N
A N D L N O A T E I O
M C I S A A I N I D R
L O S B C T N T N E A
C R D D N L O I I E M
A D S R E M L N L D T
A I A E O B O R I T D
E A O R S T P F S B N
O L N E H N N E A R R
T L H D A D Y M R R A
O A A E I S Y O B E M
S G H N T E B N F M A
E U M T A E I D R A N
O T D O O M O R T N A
E R H R N F O F R C P
F O D H R R M N D T N
A P E T R G I I N N N
M N Y E S N N T R S N
I N C R L I S B O A T
F E T N O E B D S M O
A N A V A H A E A L F
H A O C I X E M H Y L
Y R O R L T T E B E N
F S C N E C R I S T O
C A M B O R I U D O E

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3S2eOxB**

Nível Médio

5	2		1			9		4
	6		5					
			7				3	
		8						
1				9				6
						5		
	9				4			
					8		6	
4		5			1		7	8

SOLUÇÕES

Enquanto sertanejo e funk se mantêm estabilizados, a música de origem baiana se consolidou no carnaval

Como o arrocha virou gênero mais tocado

LUCAS THAYNAN
CINDY DAMASCENO
BRUNO PONCEANO

Nem a cadência do samba nem a batida do funk: o carnaval agora é da sensualidade romântica do arrocha. O ritmo baiano despontou como mais ouvido nas semanas de folia no Spotify e domina o ranking das 200 mais populares durante o período carnavalesco desde 2020. A listagem é atualizada semanalmente pelo plataforma de streaming e considera a quantidade de "plays" dados em uma canção.

A presença do ritmo é expressiva com 97 músicas do gênero no topo dos hits mais repetidos nas festas de 2022. O funk vem em seguida, com 81 hits no Top 200. Sertanejo (69), pop (52), forró (30) e pagode (19) complementam o ranking de gêneros com a maior quantidade de singles no ranking Spotify de mais ouvidas no ano passado.

Se engana quem vê o arrocha como gênero novo. O ritmo já é escutado pelos baianos há pelo menos 20 anos. Original de Candeias, na Bahia, sofreu adaptações sonoras e adotou elementos de vários outros segmentos.

Por isso, explica o produtor musical João Marcello Bôscoli, o que se entende hoje no mainstream como arrocha é um conceito guarda-chuva que compreende vários gêneros. "O arrocha pelo fato de ser um gênero que dialoga com vários outros gêneros sem preconceitos acaba deixando essas linhas não muito demarcadas."

A melodia também lidera a quantidade de reproduções durante o carnaval. Entre 2017 e 2022, as 457 músicas de arrocha que entraram no ranking da plataforma de streaming foram ouvidas 664 milhões de vezes, considerando apenas as repetições na semana das festas carnavalescas. O sertanejo aparece em seguida, com 533 milhões de "plays" acumulados no período.

No top 200
A presença do ritmo é expressiva, com 97 músicas do gênero no topo dos hits mais repetidos nas festas de 2022, conforme o Spotify.

HOJE É DIA DE ARROCHA. A preferência romântica pelo arrocha em 2022 é a continuação de uma crescente iniciada em 2018. O ponto de virada é 2020, quando o gênero desbanca o pop e a moda sertaneja, até então protagonistas do carnaval, e domina em volume o topo do Spotify – 82 das 200 músicas mais ouvidas naquele ano tinham a pegada sensual do gênero baiano. O carnaval daquele ano traz outra alavancada positiva para o arrocha. É do gênero nordestino o posto de música mais duradoura nas paradas carnavalescas: ao chegar na folia *Notificação Preferida* (Zé Neto & Cristiano) entrava na 89.ª semana entre as mais ouvidas do Brasil. Além disso, quatro das cinco músicas mais ouvidas de 2020 tinham traços de arrocha, com *A gente Fez Amor* (Gusttavo Lima) como um dos expoentes do carnaval de três anos atrás.

Os diversos perfis de cantores dentro do gênero têm raízes no dinamismo da música brasileira, salienta Bôscoli. A troca sonora entre ritmos expande as fronteiras do limite da melodia de baiana. "Quando a gente escuta um pouco a nomenclatura dos gêneros musicais e a adoção de determinada nomenclatura pelo publico, é fácil notar flutuações."

DO MODÃO AO BATIDÃO. Figurinhas carimbadas nas músicas mais ouvidas no Spotify nos últimos carnavais, o sertanejo e o funk se mantiveram entre os principais gêneros desta época do ano, mas registraram pouca variação desde 2017. O sertanejo teve seu ápice no carnaval de 2019, quando emplacou 80 hits no top 200 no Brasil, sendo *Bebi Liguei*, de Marília Mendonça, uma das músicas mais tocadas naquele ano.

Já o funk chegou ao seu auge no carnaval do ano passado, com 81 composições entre as mais ouvidas. Inclusive, a música *Dançarina*, de Pedro Sampaio, ficou na liderança do ranking durante o carnaval passado, chegando a 9,8 milhões de reproduções em uma semana. Na mesma época o single viralizou no TikTok, colocando o DJ na lista de mais ouvidos no País.

NEM TÃO 'POP'. Na liderança por dois anos, o pop perde espaço a partir de 2018 – desce do topo da lista para a terceira posição no carnaval seguinte, em 2019. É nesta época que, paralelamente, todos os outros gêneros começam a ganhar o gosto dos foliões. Apesar da presença nos dois primeiros carnavais, o pop raramente ficou entre os dez mais ouvidos. A melhor posição foi há cinco anos, quando *Ta Tum Tum* (MC Kevinho e Simone & Simaria) chegou ao terceiro lugar entre as mais populares durante a folia. A música também está categorizada como "funknejo", um neologismo musical para se referir a ritmos que misturam sertanejo e funk.

Em contrapartida, o gênero está entre os mais reproduzidos e soma 414 milhões de repetições desde 2017, ficando atrás apenas do arrocha, do sertanejo (533 milhões) e do funk (518 milhões) em quantidade de streams.

ONDE FICA O SAMBA? A junção da cuíca e do tamborim chegou com menor frequência à lista das mais ouvidas. *Teu Segredo*, uma parceria entre Ludmilla e a banda Vou pro Sereno, foi a única música do gênero a emplacar no ranking Spotify durante o carnaval. O hit ficou em 78.º lugar nas festividades de 2020, somando 948.322 reproduções.

Já o samba reggae, versão que traz elementos do ritmo jamaicano, ficou três vezes entre as mais ouvidas. Chegaram ao top 200 neste período: *Mainha Gosta Assim* (113, em 2018), *Cheguei Pra Te Amar* (41, em 2019) e *No Groove* (165, em 2019). Por trás dos singles, um pouco de axé – todas as três músicas trouxeram a baiana Ivete Sangalo como uma das artistas principais.

À FRENTE DO BLOCO. Embora o ritmo romântico do arrocha tenha cativado quem curtiu a folia nos últimos anos, o funk está na dianteira. A melodia baiana reveza com as batidas carioca na preferência absoluta durante o carnaval e o placar traz vantagem para o funk, à frente em quatro dos seis anos, inclusive no carnaval de 2022. As duplas Henrique e Juliano e Israel e Rodolffo trouxeram o arrocha para cabeceira das mais ouvidas. Em 2020, o hit *Liberdade Provisória* deixou a música *Tudo Ok* (Thiaguinho MT, Mila, JS o Mão de Ouro) em segundo lugar – a vice-liderança também traz elementos da sofrência, se autointitulando como "arrocha funk".

Em 2021, puxado pela participação de Rodolffo no Big Brother Brasil daquele ano, *Batom de Cereja* soma 8 milhões de repetições, deixando o forró *Tapão na Raba* (Raí Saia Rodada) na segunda posição com 7 milhões de acessos em uma semana.

QUAL O HIT DE 2023? Ainda não é possível dar pitaco na música que será a mais ouvida no carnaval de 2023 – a última atualização do ranking semanal do Spotify saiu na quinta-feira, dia 9, de modo que, para prever o novo hit, seria preciso um exercício de "futurologia" uma vez que a folia começa oficialmente no dia 17 de fevereiro.

Utilizando dados obtidos pela plataforma Chart Spotify, que oferece um ranking das músicas mais populares, foi possível acessar informações sobre as 200 canções mais escutadas durante cada semana de carnaval desde 2017, quando estes dados começaram a ser oferecidos.

Cariocas à frente
Quando se analisam os últimos anos, o placar traz vantagem para o funk, à frente em quatro de seis anos

Para obter informações mais detalhadas sobre as músicas, foi utilizada a API (Interface de Programação de Aplicação) do Spotify. O que permitiu identificar os gêneros musicais de cada um dos hits.

Vale ressaltar que o gênero é definido a partir das informações do artista, já que a API do Spotify não fornece este dado para cada música individualmente. Por exemplo, a canção Deixa Tudo Como Tá, de Thiaguinho, tem como gênero o pagode, que é o gênero musical do cantor cadastrado na plataforma.

Em alguns casos, uma única música pode pertencer a mais de um gênero, especialmente aquelas com vários artistas, como *Hackearam-Me*, de Tierry e Marília Mendonça, que foi classificada com os gêneros arrocha, forró e sertanejo.

Por fim, foi necessário agrupar subgêneros em um único gênero para fins de análise. A exemplo do funk, que tem diversas categorias mais específicas no Spotify, tais como funk carioca, funk paulista, funk ostentação, funk das antigas, entre outras. Todos esses termos foram classificados simplesmente como funk. E esse processo foi repetido para os demais gêneros. ●

TÔNICA DA FOLIA

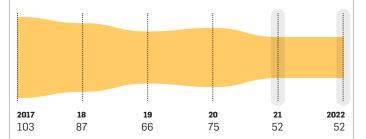
Ritmos 'românticos' como arrocha, forró e sertanejo concentram quantidade de músicas no TOP 200 dos últimos anos

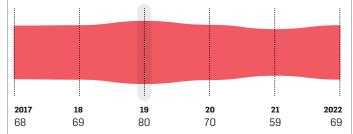
Arrocha – 457 músicas*

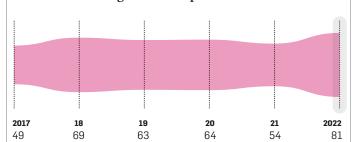
O arrocha se mantém na liderança entre os gêneros desde 2020

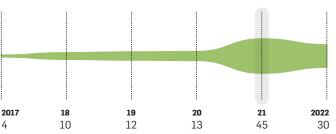
2017 59 | 18 63 | 19 69 | 20 82 | 21 87 | 2022 97

Pop – 435 músicas*

Nos últimos dois carnavais, pop estabiliza em 'hits', com 52 músicas em cada ano

Sertanejo – 415 músicas*

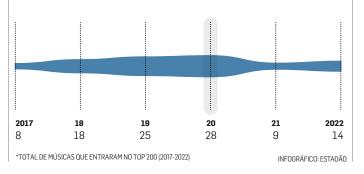
Em 2019, sertanejo ficou em 1º lugar, com "Bebi Liguei" entre mais ouvidas

Funk – 380 músicas*

Em 2022, o funk teve melhor desempenho, com 81 músicas do gênero no Top 200

Forró – 114 músicas*

O gênero tem um "boom" em 2021 e segue forte no ano seguinte

Pagode – 102 músicas*

Pagode teve 2020 como melhor ano, caindo no Carnaval seguinte

*TOTAL DE MÚSICAS QUE ENTRARAM NO TOP 200 (2017-2022)

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Melodia e sensualidade, e com toda identidade baiana

O arrocha pode ter despontado como queridinho dos carnavalescos nos últimos anos, mas a história deste movimento romântico começou em Candeias, cidade da região metropolitana de Salvador. De lá para cá são 23 anos de trajetória, uma pluralidade de "realezas arrochadas" e a marca de uma identidade local que ganhou o país.

Em artigo para revista *Bahia com História*, Nadja Vladi, especialista em música popular, explica a origem sonora: o arrocha é um herdeiro musical do bolero cubano e das serestas, com base rítmica baseada em um teclado-arranjador e uma guitarra. "As letras têm como assunto principal o sofrimento, sempre pautado por um amor não correspondido", escreve.

Apesar de hoje estar entre os protagonistas do mercado musical, no começo, o arrocha se solidificou fora da cena tradicional. Foi preciso criar novas alternativas de distribuição. O novo caminho alavancou o gênero e, em 2001, o arrocha dominou o mercado informal de vendas. O que aconteceu em seguida, diz Vladi, foram shows em praças públicas lotadas. Na dianteira do movimento, a primeira Rainha do Arrocha, Nara Costa. A cantora, hoje com 47 anos, passou 16 colocando o público "para dançar agarradinho", no jeitinho da Nara, a sensualidade romântica do gênero.

'Sofrência'?
"Muitas coisas têm se perdido, já mudaram até de arrocha pra 'sofrência', diz a Rainha Nara

Para Nara, o arrocha é um casamento perfeito entre a música e a dança – a genuinidade da música baiana. Ao longo dos anos, o gênero pode ter se atualizado. É um processo natural, acredita, consequência da entrada de novas tecnologias. Distante dos palcos há quase uma década, percebe na pegada natural alguns distanciamentos do movimento original. "Muitas coisas têm se perdido, já mudaram até de arrocha pra 'sofrência'. Uma coisa é muito certa e é válido dizer: sendo arrocha ou a atual 'sofrência', é um movimento musical genuinamente baiano, ali do Recôncavo", afirma ela. ●

Luciana Garbin
Instagram: @lucianagarbin

Lição do mar mais perigoso do mundo

Há exatos três anos fiz a viagem mais desafiadora da minha vida: visitei a Antártida, o continente mais gelado e inóspito do planeta. E não há quem tenha vivido essa experiência que não conheça um nome: Drake.

Pode soar familiar a entusiastas da história do navegador e corsário inglês Francis Drake, mas saibam que, no século 16, até ele evitou passar pelo mar ao qual hoje dá seu nome, entre o sul da América do Sul e a Antártida.

O Estreito – ou Passagem – de Drake tem cerca de mil quilômetros e oferece a quem se dispõe a cruzá-lo uma das regiões com piores condições meteorológicas da Terra. Não à toa é chamado de "o mar mais perigoso do mundo".

Terror dos primeiros exploradores, o Drake e suas tormentas deram origem a um ditado marinheiro: "Abaixo dos 40° de latitude sul não existe lei; abaixo dos 50° não existe Deus". A estação Antártica brasileira, que visitei em 2019, está um pouco abaixo dos 62°.

E por que resolvi falar disso agora?

Porque o Drake me fez passar a ver os desafios da vida sob outra perspectiva.

A ideia de cruzá-lo foi o que mais atiçou minha ansiedade nos preparativos da viagem. Com pouquíssimas aventuras no currículo, não tinha a mínima ideia de como meu corpo reagiria a 36 horas num navio balançando sem parar, entre altas ondas, mar agitado, fortes chuvas e ventos. Passei então a devorar tudo o que havia de informação.

Aprendi com pesquisadores que um dos truques para não marear (passar mal) é ter sempre algo no estômago. Outra dica é comer maçãs. Uma médica da Marinha receitou um remédio contra vertigem e enjoo à base de cinarizina. Mas o fundamental, diziam, também era me preparar psicologicamente para o pior que poderia acontecer: vomitar quase dois dias sem parar. Não parecia nada atrativo, mas era isso ou não ter como voltar para casa. Decidi encarar.

No final, minha experiência no temido Drake resumiu-se a um primeiro dia de chacoalhos mais suportáveis no Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel e, na parte final, ao menos 12 horas enfrentando ondas de até seis metros de altura e rajadas de vento de 90 km/h. O suficiente para ter a sensação de que estava num mix de batedeira e montanha-russa. Foram vários frios na barriga, mas, com ajuda de maçãs, uma sopa de mandioca, comprimidos de cinarizina e a certeza de que de um jeito ou outro chegaria a meu destino, consegui aguentar o dia e meio no mar mais perigoso do mundo. E formulei a receitinha que tenho usado desde então contra perrengues da vida: informação com fontes de qualidade, disciplina física, preparo psicológico e foco no objetivo. Agora, quando surgem problemas maiores, logo penso: 'Eita, lá vem um novo Drake. O que preciso para cruzá-lo mais uma vez?'. ●

EDITORA NO 'ESTADÃO', PROFESSORA NA FAAP E MÃE DE GÊMEOS

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Música

Jane Fonda condena patrocínio de petroleira

Convidada de honra do baile da Ópera de Viena, Jane Fonda (à dir.) convocou a instituição na quarta, 15, a cortar relações com a indústria do petróleo, que chamou de "criminosa". Motivo: a austríaca OMV é uma das patrocinadoras da Ópera. "Lamento. São empresas que matam as pessoas", justificou. ● AFP

JOE KLAMAR / AFP

Literatura

Cassandra Clare é confirmada na Bienal do Rio

Cassandra Clare, autora de *Instrumentos Mortais* e de *Crônicas dos Caçadores de Sombras*, é a primeira convidada confirmada da Bienal do Livro do Rio (entre 1.º e 10 de setembro). Ela volta ao Brasil para encontro com seus leitores e para o lançamento de *Corrente de Espinhos*.

Melhor banco de Middle Market de 2022 pelo 2º ano consecutivo.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.
Banco Sofisa S.A. CNPJ 60.889.128/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**54.328**	**111.804**	**54.000**	**111.363**
Disponibilidades	54.328	111.804	54.000	111.363
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	**88.219**	**385.042**	**88.219**	**407.983**
Aplicações no mercado aberto	80.012	300.004	80.012	300.004
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.207	85.038	8.207	107.979
Títs.e valores mob.e instr. financ.derivativos (Nota 6)	**4.052.771**	**2.619.238**	**4.011.299**	**2.581.115**
Carteira própria	3.491.272	2.383.939	3.449.800	2.345.816
Vinculados a compromissos de recompra	278.877	42.121	278.877	42.121
Instrumentos financeiros derivativos	144.215	103.074	144.215	103.074
Vinculados a prestação de garantias	138.407	90.104	138.407	90.104
Relações interfinanceiras (Nota 7)	**237.191**	**28.197**	**237.191**	**28.197**
Créditos vinculados				
Depósitos no Banco Central	236.585	19.918	236.585	19.918
Correspondentes	606	8.279	606	8.279
Operações de crédito	**6.060.450**	**5.531.477**	**6.060.450**	**5.531.477**
Operações de crédito (Nota 8)	6.190.977	5.625.389	6.190.977	5.625.389
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (Nota 9)	(130.527)	(93.912)	(130.527)	(93.912)
Outros créditos	**1.872.558**	**1.340.137**	**1.841.170**	**1.311.451**
Carteira de câmbio (Nota 10)	438.773	373.099	438.773	373.099
Rendas a receber	6.729	2.769	6.729	2.769
Negociação e intermediação de valores (Nota 19)	1.360	12.388	1.360	12.388
Crédito tributário (Nota 11/12)	196.687	181.067	190.377	174.844
Títulos e créditos a receber - Convênios (Nota 12)	1.059.285	633.157	1.059.285	633.157
Depósitos judiciais (Nota 12)	91.950	86.058	73.608	68.726
Diversos (Nota 12)	93.432	61.666	86.696	56.535
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (Nota 9)	(15.658)	(10.067)	(15.658)	(10.067)
Outros valores e bens (Nota 13)	**45.776**	**36.647**	**42.886**	**33.741**
Outros valores e bens	41.955	32.933	39.119	30.097
Despesas antecipadas	10.044	10.400	9.977	10.317
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(6.223)	(6.686)	(6.210)	(6.673)
Permanente	**52.413**	**43.047**	**125.696**	**113.540**
Investimentos	**16.215**	**8.756**	**89.661**	**79.422**
Participações em coligadas e controladas (Nota 38)	**-**	**2.642**	**73.447**	**73.308**
No país	-	2.642	73.152	72.925
No exterior	-	-	295	383
Outros investimentos	**16.215**	**6.114**	**16.214**	**6.114**
Outros investimentos	16.264	6.163	16.263	6.163
Provisão para perdas	(49)	(49)	(49)	(49)
Imobilizado de uso (Nota 14)	**34.229**	**33.086**	**34.065**	**32.913**
Imóveis de uso	31.633	31.633	31.407	31.407
Imobilizações em curso	569	-	569	-
Outras imobilizações de uso	23.782	19.167	23.782	19.167
Depreciações acumuladas	(21.755)	(17.714)	(21.693)	(17.661)
Intangível	**1.970**	**1.205**	**1.970**	**1.205**
Ativos intangíveis	13.244	4.988	13.244	4.988
Amortização acumulada	(11.274)	(3.783)	(11.274)	(3.783)
Total do ativo	**12.463.707**	**10.095.589**	**12.460.911**	**10.118.867**

PASSIVO

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos (Nota 15)	**6.806.209**	**5.558.917**	**6.828.479**	**5.605.323**
Depósitos à vista	625.163	485.447	625.496	485.507
Depósitos interfinanceiros	-	41.845	8.361	72.816
Depósitos a prazo	6.181.046	5.031.625	6.194.622	5.047.000
Captações no mercado aberto (Nota 16)	**256.933**	**41.933**	**256.933**	**41.933**
Carteira própria	256.933	41.933	256.933	41.933
Recursos de aceites cambiais (Nota 15)	**2.049.016**	**1.817.860**	**2.049.016**	**1.817.860**
Recursos de letras imob., hipot. de créd. e similares	2.049.016	1.817.860	2.049.016	1.817.860
Relações interfinanceiras/interdependências (Nota 7)	**49.031**	**54.853**	**49.031**	**54.853**
Recursos em trânsitos de terceiros	49.031	54.853	49.031	54.853
Obrigações por empréstimos (Nota 17)	**1.626.377**	**1.142.061**	**1.626.377**	**1.142.061**
Empréstimos no exterior	1.465.153	1.142.061	1.465.153	1.142.061
Obrigações por repasses BNDES/Finame	161.224	-	161.224	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	**14.934**	**4.476**	**14.934**	**4.476**
Operações de swap	12.927	1.332	12.927	1.332
Obrigações por venda a termo a entregar	2.007	3.144	2.007	3.144
Outras obrigações	**643.061**	**613.649**	**616.600**	**589.123**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.671	1.953	1.672	1.953
Carteira de câmbio (Nota 10)	133.137	218.649	133.137	218.649
Fiscais e previdenciárias (Notas 18)	135.955	96.587	133.090	95.266
Provisão para riscos e obrigações legais (Notas 20/21)	94.963	92.087	80.613	78.369
Sociais e estatutárias (Nota 22)	56.757	38.923	50.298	34.839
Negociação e intermediação de valores (Nota 19)	1.980	-	1.980	-
Diversas (Nota 20)	118.177	65.397	115.389	59.995
Outras dívidas subordinadas (Nota 15)	100.421	100.353	100.421	100.353
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (Nota 22)	**1.019.541**	**862.937**	**1.019.541**	**862.937**
Capital de domiciliados no país	635.700	635.700	635.700	635.700
Reservas de lucros	341.050	237.459	341.050	237.459
Outros resultados abrangentes	42.791	(10.222)	42.791	(10.222)
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	**(1.395)**	**(1.397)**	**-**	**-**
Total do passivo	**12.463.707**	**10.095.589**	**12.460.911**	**10.118.867**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Sofisa Consolidado			Banco Sofisa		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	**956.750**	**1.760.327**	**978.678**	**953.722**	**1.755.751**	**977.982**
Operações de crédito (Nota 23)	716.108	1.309.228	741.822	716.108	1.309.228	741.822
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 24)	188.368	319.953	135.525	185.345	315.356	134.859
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6e)	208	(56.579)	51.771	208	(56.579)	51.771
Resultado com operações de câmbio (Nota 25)	52.066	187.725	49.560	52.061	187.746	49.530
Despesas da intermediação financeira	**(666.801)**	**(1.190.717)**	**(535.047)**	**(667.836)**	**(1.192.746)**	**(536.857)**
Operações de captação no mercado (Nota 26)	(524.631)	(947.970)	(353.139)	(525.666)	(949.999)	(354.949)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 27)	(91.234)	(154.259)	(126.176)	(91.234)	(154.259)	(126.176)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 9b)	(50.936)	(88.488)	(55.732)	(50.936)	(88.488)	(55.732)
Resultado bruto da intermediação financeira	**289.949**	**569.610**	**443.631**	**285.886**	**563.005**	**441.125**
Receitas/(despesas) operacionais	**(177.635)**	**(301.618)**	**(210.039)**	**(175.424)**	**(297.827)**	**(208.770)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 28)	45.231	80.894	63.119	39.542	72.813	58.150
Despesas de pessoal (Nota 29)	(110.152)	(192.932)	(129.274)	(109.821)	(192.281)	(128.650)
Outras despesas administrativas (Nota 30)	(79.940)	(143.858)	(130.390)	(79.346)	(142.885)	(129.413)
Despesas tributárias (Nota 31)	(27.414)	(52.687)	(33.564)	(26.417)	(51.012)	(32.682)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 38)	(2.219)	(3.642)	5.384	4.430	6.430	10.718
Outras receitas operacionais (Nota 32)	9.123	27.329	22.743	8.135	25.499	21.438
Outras despesas operacionais (Nota 33)	(12.264)	(16.722)	(8.057)	(11.947)	(16.391)	(8.331)
Resultado operacional	**112.314**	**267.992**	**233.592**	**110.462**	**265.178**	**232.355**
Resultado não operacional (Nota 34)	**(1.756)**	**(1.221)**	**39.590**	**(1.756)**	**(1.221)**	**39.590**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**110.558**	**266.771**	**273.182**	**108.706**	**263.957**	**271.945**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	**(10.421)**	**(48.945)**	**(74.607)**	**(8.799)**	**(46.467)**	**(73.596)**
Imposto de renda / contribuição social - correntes	(45.412)	(108.204)	(76.808)	(43.794)	(105.655)	(75.861)
Imposto de renda / contribuição social - diferidos	34.991	59.259	2.201	34.995	59.188	2.265
Participações no lucro - Empregados	**(22.804)**	**(54.723)**	**(38.250)**	**(22.804)**	**(54.723)**	**(38.250)**
Participação de não controladores	**(230)**	**(336)**	**(226)**	**-**	-	-
Resultado líquido do semestre/exercício	**77.103**	**162.767**	**160.099**	**77.103**	**162.767**	**160.099**
Lucro líquido por ação	**0,56**	**1,18**	**1,16**	**0,56**	**1,18**	**1,16**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	2° Semestre 2022	2022	2021
Resultado líquido	77.103	162.767	160.099
Ajuste a valor justo de títulos disponíveis para venda	50.223	39.834	(65.336)
Hedge de fluxo de caixa	47.752	56.550	45.658
Efeito tributário (a)	(44.089)	(43.373)	8.855
Resultado abrangente do semestre/exercício	**130.989**	**215.778**	**149.276**

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 20% de CSLL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para o Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Sofisa Consolidado			Banco Sofisa		
	2º Semestre	2022	2021	2º Semestre	2022	2021
Resultado líquido ajustado	**107.637**	**208.637**	**208.592**	**100.342**	**197.618**	**203.192**
Resultado líquido do semestre/exercício	77.103	162.767	160.099	77.103	162.767	160.099
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	50.936	88.488	55.732	50.936	88.488	55.732
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.990)	(59.259)	(2.201)	(34.995)	(59.188)	(2.265)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.876	4.180	(565)	2.244	3.175	(558)
Depreciações e amortizações (Nota 30)	11.708	17.110	4.550	11.699	17.097	4.541
Resultado de participação em controladas (Nota 38)	2.219	3.642	(5.384)	(4.430)	(6.430)	(10.718)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(2.215)	(8.291)	(3.639)	(2.215)	(8.291)	(3.639)
Variação de Ativos e Obrigações	**(170.104)**	**(221.055)**	**(447.994)**	**(163.229)**	**(212.657)**	**(445.067)**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	155.286	296.823	(185.043)	155.286	319.764	(185.928)
(Aumento) Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos	(313.334)	(1.433.532)	(830.945)	(311.347)	(1.430.184)	(831.385)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(234.925)	(214.815)	4.155	(234.925)	(214.815)	4.155
(Aumento) Redução em operações de crédito	(469.045)	(599.384)	(835.068)	(469.045)	(599.384)	(835.068)
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens	(190.224)	(383.202)	(316.594)	(183.956)	(378.823)	(318.075)
Aumento (Redução) em depósitos	428.821	1.247.625	1.162.972	430.778	1.223.155	1.167.492
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	144.893	215.001	(66.416)	144.893	215.001	(66.416)
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais	(120.660)	231.155	(654.042)	(120.660)	231.155	(654.042)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	430.370	484.316	1.109.569	430.370	484.316	1.109.569
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos passivo	(4.032)	10.457	3.593	(4.032)	10.457	3.593
Aumento (Redução) em outras obrigações	29.850	23.891	196.437	25.435	24.301	196.905
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	-	(301)	(318)	-	(301)	(318)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.104)	(99.089)	(36.294)	(26.026)	(97.299)	(35.549)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**(62.467)**	**(12.418)**	**(239.403)**	**(62.887)**	**(15.039)**	**(241.875)**
(Aumento) / Redução de Investimentos	(1.128)	(3.077)	(8.848)	(1.128)	(3.077)	(8.848)
(Aquisição) de imobilizado de uso	(2.610)	(4.616)	(6.110)	(2.610)	(4.616)	(6.110)
(Aquisição) Intangível	(709)	(8.080)	-	(709)	(8.080)	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**(4.447)**	**(15.773)**	**(14.958)**	**(4.447)**	**(15.773)**	**(14.958)**
Juros sobre o capital próprio pagos (Nota 22)	-	(34.842)	(31.025)	-	(34.842)	(31.025)
Dividendos pagos (Nota 22)	(455)	(2.734)	(102.510)	-	-	(100.000)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**(455)**	**(37.576)**	**(133.535)**	**-**	**(34.842)**	**(131.025)**
AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa	**(67.369)**	**(65.767)**	**(387.895)**	**(67.334)**	**(65.654)**	**(387.858)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	119.482	111.804	496.060	119.119	111.363	495.582
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	2.215	8.291	3.639	2.215	8.291	3.639
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercícios (Nota 04)	54.328	54.328	111.804	54.000	54.000	111.363
AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa	**(67.369)**	**(65.767)**	**(387.895)**	**(67.334)**	**(65.654)**	**(387.858)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para o Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		Reservas de Lucro		Outros resultados abrangentes			
	Capital Social	Legal	Estatutária	Hedge de fluxo de caixa	Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2022	**635.700**	**70.255**	**171.486**	**29.542**	**(40.637)**	**53.224**	**919.570**
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	77.103	77.103
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	26.263	-	-	26.263
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	27.623	-	27.623
Destinações:	**-**	**3.855**	**95.454**	**-**	**-**	**(130.327)**	**(31.018)**
Constituição de reserva legal	-	3.855	-	-	-	(3.855)	-
Constituição de reserva estatutária/Lucros a destinar	-	-	95.454	-	-	(95.454)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22)	-	-	-	-	-	(31.018)	(31.018)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**635.700**	**74.110**	**266.940**	**55.805**	**(13.014)**	**-**	**1.019.541**
		Reservas de Lucro		Outros resultados abrangentes			
	Capital Social	Legal	Estatutária	Hedge de fluxo de caixa	Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**635.700**	**65.972**	**171.486**	**24.703**	**(34.924)**	**-**	**862.937**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	162.767	162.767
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	31.102	-	-	31.102
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	21.910	-	21.910
Destinações:	**-**	**8.138**	**95.454**	**-**	**-**	**(162.767)**	**(59.175)**
Constituição de reserva legal (Nota 22)	-	8.138	-	-	-	(8.138)	-
Constituição de reserva estatutária/Lucros a destinar (Nota 22)	-	-	95.454	-	-	(95.454)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22)	-	-	-	-	-	(59.175)	(59.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**635.700**	**74.110**	**266.940**	**55.805**	**(13.014)**	**-**	**1.019.541**
		Reservas de Lucro		Outros resultados abrangentes			
	Capital Social	Legal	Estatutária	Hedge de fluxo de caixa	Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**635.700**	**57.967**	**160.383**	**(409)**	**1.011**	**-**	**854.652**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	160.099	160.099
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	25.112	-	-	25.112
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(35.935)	-	(35.935)
Destinações:	**-**	**8.005**	**11.103**	**-**	**-**	**(160.099)**	**(140.991)**
Constituição de reserva legal (Nota 22)	-	8.005	-	-	-	(8.005)	-
Constituição de reserva estatutária/Lucros a destinar (Nota 22)	-	-	111.103	-	-	(111.103)	-
Dividendos (Nota 22)	-	-	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22)	-	-	-	-	-	(40.991)	(40.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**635.700**	**65.972**	**171.486**	**24.703**	**(34.924)**	**-**	**862.937**

A participação dos acionistas não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de (R$ 1.395) ((R$ 1.397) em 31 de dezembro de 2021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco Sofisa S.A. ("Sofisa" ou "Banco"), CNPJ 60.889.128/0001-80, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, em conjunto com suas empresas controladas e coligadas, opera na forma de Banco Múltiplo por meio de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento, de câmbio e de arrendamento mercantil.

Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante nas notas explicativas.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Sofisa, na elaboração das suas informações contábeis, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos:

CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16;
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.720/19; e
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.748/19.

A Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da convergência para a norma internacional do IFRS 9, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. A administração do Banco Sofisa S.A. aprovou o plano de implementação em 31 de dezembro de 2022, seguindo os conceitos trazidos por essa Resolução, referentes aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. O plano está dimensionado para atender as alterações determinadas, dentro do prazo estipulado pela nova legislação regulamentar.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados e as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações de acionistas não controladores nas controladas foram destacadas. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

Considerando o fato de que a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Sofisa é o Real, e que as operações com a nossa agência e controlada no exterior são um complemento das atividades no país, os ativos, os passivos e os resultados são adaptados às práticas contábeis do Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os ganhos e perdas provenientes do processo desta conversão são registrados no resultado do período.

O efeito da variação cambial do saldo em moeda estrangeira que compõe os recursos de caixa e equivalentes de caixa está sendo ajustado na Demonstração do Fluxo de Caixa ao lucro e na variação de caixa e equivalentes de caixa.

As demonstrações financeiras consolidadas do Sofisa abrangem integralmente as informações financeiras de sua agência no exterior, e empresas controladas, no país e no exterior, compreendendo as seguintes empresas:

CONSOLIDADO SOCIETÁRIO

	% Participação	
Controladas diretas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Sofisa S/A Crédito, Financiamento e Investimento	100,00%	100,00%
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda	99,98%	99,98%
Sofisa Investment Ltd	100,00%	100,00%
Sofisa Corretora de Seguros Ltda	94,99%	94,99%
Controladas indiretas (a)		
Eco Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	100,00%
SPE Premium 1 Empreend. Imobiliários Ltda	100,00%	100,00%
SPE Premium 2 Empreend. Imobiliários Ltda	100,00%	100,00%
SPE Premium 3 Empreend. Imobiliários Ltda	55,10%	55,10%
Coligadas		
EM2104 Participações S/A	19,81%	19,81%

(a) Controladas investidas através da Sata Sociedade Assessoria Técnica Administrativa Ltda.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15 de fevereiro de 2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que envolvem julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, como: perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros, perda ao valor recuperável de ativos não financeiros, provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias, as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis e estimativa dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b. Demonstração do fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Sofisa utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

(i) das transações que não envolvem caixa;
(ii) de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros;
(iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento; e
(iv) variação cambial dos valores em moeda estrangeira que integram os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução - CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, já descontado os efeitos dos impostos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

e. Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de opções, operações com futuros, operações a termo e operações de *swaps* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;
- operações com futuros: o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- operações a termo: são contabilizadas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço; e
- operações de *swaps:* o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa "*pro-rata*" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício;
- instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

O Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos *Hedge Accounting* de Fluxo de Caixa para compensar possíveis riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa futuro estimado, devido aos recursos captados através de Letras Financeiras (LF) e Depósito a prazo com garantia especial (DPGE), indexados pelo Certificado de depósito Interbancário (CDI).

Os objetivos de gestão de risco dessa operação, bem como estratégia de proteção de tais riscos estão devidamente documentados. Neste documento está detalhado o objeto de hedge, o instrumento utilizado como hedge, a natureza dos riscos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia de hedge, além do método a ser utilizado para medir a efetividade do programa de *Hedge accounting*.

Em 31 de dezembro de 2022 a efetividade apurada para a carteira de *hedge* estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

f. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor do principal e respectivos rendimentos ou encargos e retificadas pela conta correspondente de rendas ou despesas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "*pro-rata*" dia.

g. Transações com ativos financeiros - operações de compra e venda de ativos

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1 de janeiro de 2012 e conforme Resolução CMN n° 3.895/10 do BACEN:

i) Os ativos financeiros objeto de venda ou transferência permanecem integralmente no ativo;
ii) Os valores recebidos ou a receber são computados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida;
iii) As receitas e as despesas são apropriadas mensalmente ao resultado do exercício pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
iv) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos, resultam na baixa dos ativos objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A atualização ("*accrual*") das operações de crédito, de adiantamentos sobre contratos de câmbio e de outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer sua classificação em nove níveis, de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo); e (ii) os níveis de riscos são avaliados pela Administração do Banco, periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, as faixas de atraso definidas na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses e os efeitos do arrasto de outras operações pertencentes ao mesmo grupo econômico.

As operações vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são base para reconhecimento de receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, exceto aquelas em que utilizamos a contagem em dobro do prazo da operação, quando então são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Banco adota um modelo de *Credit Scoring* que busca, por meio de características dos proponentes de crédito, criar medidas que separem os créditos e operações, segundo a capacidade de pagamento dos devedores, bem como medidas de avaliação de desempenho (estatística de Kolmogorov-Smirnov, conhecida como KS), e assim atribuir a nota de crédito adequada a cada operação. Adicionalmente a Instituição elaborou um estudo que fundamenta a pontuação adicional que será atribuída a cada devedor, à partir das garantias apresentadas em cada uma das operações, adotando um modelo de perda esperada, evidenciando assim o poder mitigador de cada garantia e seu histórico de recuperação.

Uma vez a operação classificada conforme modelo de *Credit Scoring*, a mesma fica sujeita a todos os efeitos, acima mencionados, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo mantido o maior valor de provisão apurado entre o modelo de *Credit Scoring* e os critérios da resolução citada.

i. Outros valores e bens

Bens não de uso próprio: Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados pela provisão para desvalorização, quando aplicável. Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor a ser registrado deve ser igual ao montante do crédito, não sendo permitida a contabilização do diferencial como receita. Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor a ser registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

Despesas antecipadas: Referem-se a despesas pagas antecipadamente, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos subsequentes, representados por despesas de seguros e custos na captação de recursos externos. Quando da cessão desses direitos ou benefícios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado, quando existentes.

j. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos pelo custo histórico.

k. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 14.

l. Ativo Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos como objeto de bens incorpóreos tendo como finalidade a manutenção das atividades do Banco. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("*Impairment*")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 21% para o Banco Sofisa e para as demais empresas financeiras a alíquota de 16%. Para as empresas não financeiras, a CSLL foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 31 de dezembro de 2022 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 20% CSLL (15% para as demais empresas financeiras e 9% para as empresas não financeiras). Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento a Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias.

Com base na emenda constitucional nº 103/2019, artigo 32, a alíquota da contribuição social passou a ser de 20% para os bancos a partir de 1º de março de 2020.

Conforme Lei 14.183, para o período de julho à dezembro de 2021, a alíquota de CSLL será de 25%, retornando para 20% a partir de janeiro de 2022. A Medida Provisória MP 1.115 de abril de 2022 (convertida na Lei Nº 14.446, de 2 de setembro de 2022), majorou a alíquota da CSLL em 1% para o período de agosto a dezembro de 2022, passando de 20% para 21% para os Bancos de qualquer espécie e de 15% para 16% para as demais entidades reguladas pelo Banco Central.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta-Circular nº 3.429/10 do BACEN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade.

p. Passivos financeiros por captações em depósitos; Captações no mercado aberto; Recursos de aceites cambiais; Obrigações por empréstimos e repasses no exterior

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata temporis*".

Os custos de transação incorridos referem-se basicamente a valores pagos a terceiros pelo serviço de intermediação, colocação e distribuição de títulos de emissão própria. São contabilizados como redutores dos títulos e são apropriadas, "*pro rata temporis*", para a adequada conta de despesa, exceto nos casos em que os títulos sejam mensurados a valor justo por meio do resultado.

q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *"pro-rata"* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "*pro-rata*" dia).

r. Resultados recorrentes e não recorrentes

Com a emissão da Resolução BCB n° 02 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4°, define resultado não recorrente como aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

s. Lucro por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações na quantidade de ações em circulação. A quantidade de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de 137.492.121.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Disponibilidades	1.953	22.368	1.920	22.310
Disponibilidades em moeda estrangeira	52.375	89.436	52.080	89.053
Saldo de disponibilidades	**54.328**	**111.804**	**54.000**	**111.363**

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Sofisa Consolidado			
	Valores por prazo de vencimentos		31/12/2022	31/12/2021
	Curto Prazo	**Longo Prazo**	**Total**	**Total**
Aplicações no mercado aberto	**80.012**	**-**	**80.012**	**300.004**
Letras Financeiras do Tesouro - Posição bancada	80.012	-	80.012	300.004
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**8.207**	**-**	**8.207**	**85.038**
Total em 31/12/2022	**88.219**	**-**	**88.219**	**-**
Total em 31/12/2021	**385.042**	**-**	**-**	**385.042**

	Banco Sofisa			
	Valores por prazo de vencimentos		31/12/2022	31/12/2021
	Curto Prazo	**Longo Prazo**	**Total**	**Total**
Aplicações no mercado aberto	**80.012**	**-**	**80.012**	**300.004**
Letras Financeiras do Tesouro - Posição bancada	80.012	-	80.012	300.004
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**8.207**	**-**	**8.207**	**107.979**
Total em 31/12/2022	**88.219**	**-**	**88.219**	**-**
Total em 31/12/2021	**385.042**	**22.941**	**-**	**407.983**

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Composição por tipo

	Sofisa Consolidado					Banco Sofisa
	31/12/2022					31/12/2022
	Carteira própria	**Vinculados a recompra**	**Instrumentos financeiros derivativos**	**Vinculados a prestação de garantias**	**Total**	**Total**
Letras Financeiras do Tesouro	1.390.194	46.825	-	138.407	1.575.426	1.533.954
Notas do Tesouro Nacional	1.348.851	-	-	-	1.348.851	1.348.851
Letras do Tesouro Nacional	373.121	-	-	-	373.121	373.121
Notas do Governo de Outros Países	105.667	-	-	-	105.667	105.667
Total de títulos públicos	**3.217.833**	**46.825**	**-**	**138.407**	**3.403.065**	**3.361.593**
Eurobonds	3.472	225.714	-	-	229.186	229.186
Cotas de Fundos	128.903	-	-	-	128.903	128.903
Cert. Recebíveis do Agronegócio	4.132	-	-	-	4.132	4.132
Termo	-	-	880	-	880	880
Swap	-	-	143.335	-	143.335	143.335
Debêntures	30.080	6.338	-	-	36.418	36.418
Notas Comerciais (a)	106.852	-	-	-	106.852	106.852
Total de títulos privados	**273.439**	**232.052**	**144.215**	**-**	**649.706**	**649.706**
Total	**3.491.272**	**278.877**	**144.215**	**138.407**	**4.052.771**	**4.011.299**

(a) Valor compõe carteira de crédito expandida, vide nota 8.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Sofisa Consolidado					Banco Sofisa
	31/12/2021					31/12/2021
	Carteira própria	Vinculados a recompra	Instrumentos financeiros derivativos	Vinculados a prestação de garantias	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro	556.003	42.121	-	90.104	688.228	650.105
Notas do Tesouro Nacional	978.564	-	-	-	978.564	978.564
Letras do Tesouro Nacional	618.591	-	-	-	618.591	618.591
Total de títulos públicos	**2.153.158**	**42.121**	**-**	**90.104**	**2.285.383**	**2.247.260**
Eurobonds	84.923	-	-	-	84.923	84.923
Cotas de Fundos	126.386	-	-	-	126.386	126.386
Termo	-	-	2.965	-	2.965	2.965
Swap	-	-	100.109	-	100.109	100.109
Debêntures	19.472	-	-	-	19.472	19.472
Total de títulos privados	**230.781**	**-**	**103.074**	**-**	**333.855**	**333.855**
Total	**2.383.939**	**42.121**	**103.074**	**90.104**	**2.619.238**	**2.581.115**

b. Composição por vencimento

	Sofisa Consolidado							
	Curto prazo						Longo prazo	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2022								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	1.575.426	1.575.426
Notas do Tesouro Nacional	733.847	-	-	214.296	-	948.143	400.708	1.348.851
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	273.977	273.977	99.144	373.121
Notas do Governo de Outros Países	-	-	-	-	105.667	105.667	-	105.667
Total de títulos públicos	**733.847**	**-**	**-**	**214.296**	**379.644**	**1.327.787**	**2.075.278**	**3.403.065**
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	229.186	229.186
Cotas de Fundos	128.903	-	-	-	-	128.903	-	128.903
Cert. Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	-	-	4.132	4.132
Termo	2	474	49	355	-	880	-	880
Swap	-	171	-	60.332	-	60.503	82.832	143.335
Debêntures	-	-	-	-	-	-	36.418	36.418
Notas Comerciais	1.025	696	8.326	28.169	15.848	54.064	52.788	106.852
Total de títulos privados	**129.930**	**1.341**	**8.375**	**88.856**	**15.848**	**244.350**	**405.356**	**649.706**
Total	**863.777**	**1.341**	**8.375**	**303.152**	**395.492**	**1.572.137**	**2.480.634**	**4.052.771**

	Sofisa Consolidado					
	Curto prazo				Longo prazo	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2021						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	688.228	688.228
Notas do Tesouro Nacional	-	-	53.943	53.943	924.621	978.564
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	618.591	618.591
Total de títulos públicos	**-**	**-**	**53.943**	**53.943**	**2.231.440**	**2.285.383**
Eurobonds	-	-	-	-	84.923	84.923
Cotas de Fundos	126.386	-	-	126.386	-	126.386
Termo	1.658	697	610	2.965	-	2.965
Debêntures	-	-	-	-	19.472	19.472
Swap	-	-	303	303	99.806	100.109
Total de títulos privados	**128.044**	**697**	**913**	**129.654**	**204.201**	**333.855**
Total	**128.044**	**697**	**54.856**	**183.597**	**2.435.641**	**2.619.238**

	Banco Sofisa							
	Curto prazo						Longo prazo	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2022								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	1.533.954	1.533.954
Notas do Tesouro Nacional	733.847	-	-	214.296	-	948.143	400.708	1.348.851
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	273.977	273.977	99.144	373.121
Notas do Governo de Outros Países	-	-	-	-	105.667	105.667	-	105.667
Total de títulos públicos	**733.847**	**-**	**-**	**214.296**	**379.644**	**1.327.787**	**2.033.806**	**3.361.593**
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	229.186	229.186
Cotas de Fundos	128.903	-	-	-	-	128.903	-	128.903
Cert. Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	-	-	4.132	4.132
Termo	2	474	49	355	-	880	-	880
Swap	-	171	-	60.332	-	60.503	82.832	143.335
Debêntures	-	-	-	-	-	-	36.418	36.418
Notas Comerciais	1.025	696	8.326	28.169	15.848	54.064	52.788	106.852
Títulos privados	**129.930**	**1.341**	**8.375**	**88.856**	**15.848**	**244.350**	**405.356**	**649.706**
Total	**863.777**	**1.341**	**8.375**	**303.152**	**395.492**	**1.572.137**	**2.439.162**	**4.011.299**

	Banco Sofisa					
	Curto prazo				Longo prazo	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 181 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 31/12/2021						
LFT	-	-	-	-	650.105	650.105
NTN-F e NTN-B	-	-	53.943	53.943	924.621	978.564
LTN	-	-	-	-	618.591	618.591
Títulos públicos	**-**	**-**	**53.943**	**53.943**	**2.193.317**	**2.247.260**
TVM no exterior	-	-	-	-	84.923	84.923
Fundos	126.386	-	-	126.386	-	126.386
Termo	1.658	697	610	2.965	-	2.965
Swap	-	-	303	303	99.806	100.109
Debêntures	-	-	-	-	19.472	19.472
Títulos privados	**128.044**	**697**	**913**	**129.654**	**204.201**	**333.855**
Total	**128.044**	**697**	**54.856**	**183.597**	**2.397.518**	**2.581.115**

c. Classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Sofisa Consolidado				Banco Sofisa			
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
Títulos para negociação	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Títulos públicos	6.246	6.244	10.960	10.966	6.246	6.244	10.960	10.966
Cotas de Fundos	128.903	128.903	126.385	126.385	128.903	128.903	126.385	126.385
Eurobonds	80.931	75.845	-	-	80.931	75.845	-	-
Total	**216.080**	**210.992**	**137.345**	**137.351**	**216.080**	**210.992**	**137.345**	**137.351**
Títulos disponíveis para venda								
Títulos públicos	2.899.495	2.871.785	1.906.433	1.843.955	2.858.024	2.830.313	1.868.305	1.805.832
Notas do Governo de Outros Países	105.667	105.667	-	-	105.667	105.667	-	-
Debêntures	36.328	36.418	19.840	19.472	36.328	36.418	19.840	19.472
Cert. Recebíveis do Agronegócio	4.335	4.132	-	-	4.335	4.132	-	-
Eurobonds	149.179	153.341	85.578	84.923	149.179	153.341	85.578	84.923
Notas Comerciais	106.852	106.852	-	-	106.852	106.852	-	-
Total	**3.301.856**	**3.278.195**	**2.011.851**	**1.948.350**	**3.260.385**	**3.236.723**	**1.973.723**	**1.910.227**
Títulos mantidos até o vencimento								
Títulos públicos	419.369	419.880	430.463	430.974	419.369	419.880	430.463	430.974
Total	**419.369**	**419.880**	**430.463**	**430.974**	**419.369**	**419.880**	**430.463**	**430.974**
Instrumentos Financeiros Derivativos								
Termo	880	880	2.965	2.965	880	880	2.965	2.965
Swap	143.335	143.335	100.109	100.109	143.335	143.335	100.109	100.109
Total	**144.215**	**144.215**	**103.074**	**103.074**	**144.215**	**144.215**	**103.074**	**103.074**
Total geral	**4.081.520**	**4.053.282**	**2.682.733**	**2.619.749**	**4.040.049**	**4.011.810**	**2.644.605**	**2.581.626**

Em 31 de dezembro de 2022 houve reclassificação de R$ 75.845 em Eurobonds da categoria "títulos disponíveis para venda" para "títulos para negociação" com efeito de (R$ 5.094) em resultado em conformidade com a circular BCB nº 3.068/01, em decorrência da intenção da administração de realizar a venda destes papéis no curto prazo e equalizar os resultados auferidos com o hedge destes títulos.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "disponíveis para venda", bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo seu valor justo. O valor justo geralmente baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados através de cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento".

d. Derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Derivativos são usados como ferramenta de gerenciamento de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não-negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a Administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta Administração.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de 20 dias e intervalo de confiança de 99%, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 35.

Os contratos de operações de *swap* são registrados na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem taxas pré-fixadas, DI, IGPM, Libor, e variação cambial. Os contratos futuros e de opções e termo são registrados na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão e envolvem variação cambial, DI e índice BOVESPA.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas em bolsa e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valor presente e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Opções e Futuros: cotações em Bolsas;
- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão ou bolsas de referência; e
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

O Sofisa não realizou operações com derivativos exóticos ou qualquer outro tipo de derivativo alavancado.

Os valores nominais são registrados em contas de compensação e os correspondentes valores das contas patrimoniais são resumidos como segue:

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa			
	Valor Nominal	Ativos/(Passivos)	Valor Nominal	Ativos/(Passivos)
	31/12/2022		31/12/2021	
Contratos Futuros / NDF / Swap				
Compromissos de compra	**83.110**	**(14.934)**	**30.813**	**(4.476)**
Swap	22.468	(12.927)	10.412	(1.332)
NDF - Dólar	60.642	(2.007)	20.401	(3.144)
Compromissos de venda	**2.014.091**	**145.575**	**2.201.444**	**115.461**
Futuro - Dólar	207.582	1.360	627.365	12.474
Futuro - DI	729.266	-	526.000	(87)
Swap	1.037.132	143.335	1.026.057	100.109
NDF - Dólar	40.111	880	22.022	2.965

(a) O saldo ativo de derivativos de R$ 1.360 é demonstrado no balanço na rubrica "Negociação e intermediação de valores (Nota 19)" (R$ 12.388 em 31 de dezembro de 2021).

***Hedge* de Fluxo de Caixa**

O objetivo do hedge do Banco Sofisa é transformar o passivo do Banco Sofisa com captações a CDI em uma taxa pré-fixada. Para proteger os fluxos de caixa futuros das parcelas das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Banco Sofisa negociou contratos futuros de DI, sendo que em 31 de dezembro de 2022 as operações de captações já haviam sido encerradas (R$ 506.061 em 31 de dezembro de 2021). Por não existirem mais as condições necessárias para manutenção do saldo em patrimônio líquido, o ajuste a valor de mercado de R$ 5.745 foi transferido para resultado (R$ 16.704 em patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021). A efetividade apurada para a carteira de hedge estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Hedge Accounting - Recursos Captados no Exterior

O objetivo do hedge do Banco Sofisa é compensar possíveis riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa futuro estimado, provenientes dos recursos captados no exterior. Para proteger os fluxos de caixa futuros das captações no exterior contra a exposição à variação cambial e taxa de juros Libor, o Banco Sofisa negociou contratos de Swap durante o segundo semestre de 2021, sendo o valor presente das captações de R$ 1.068.400. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado credor registrado no patrimônio líquido de R$ 55.805, líquido dos efeitos tributários. A efetividade apurada para a carteira de hedge estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 no Sofisa consolidado e Banco Sofisa, têm a seguinte composição:

	Até 30 Dias	De 31 à 90 Dias	De 91 à 180 Dias	De 181 à 360 Dias	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Compensação							
Contratos de Futuros	421.718	242.235	82.133	37.261	120.000	33.500	936.847
Contratos de "Swap"	5.000	10.000	386.750	6.176	651.674	-	1.059.600
Contratos de Termo - NDF	8.804	25.834	50.279	15.836	-	-	100.753
Total - 31/12/2022	**435.522**	**278.069**	**519.162**	**59.273**	**771.674**	**33.500**	**2.097.200**
Total - 31/12/2021	**19.210**	**645.520**	**397**	**123.352**	**804.688**	**639.090**	**2.232.257**
Posição ativa							
Contratos de "Swap"	-	171	60.332	-	82.832	-	143.335
Contratos de Termo - NDF	2	522	356	-	-	-	880
Total - 31/12/2022	**2**	**693**	**60.688**	**-**	**82.832**	**-**	**144.215**
Total - 31/12/2021	**641**	**14.189**	**-**	**912**	**38.199**	**61.521**	**115.462**
Posição Passiva							
Contratos de Swap	(131)	-	(74)	(361)	(12.361)	-	(12.927)
Contratos de Termo - NDF	(366)	(217)	(1.067)	(357)	-	-	(2.007)
Total - 31/12/2022	**(497)**	**(217)**	**(1.141)**	**(718)**	**(12.361)**	**-**	**(14.934)**
Total - 31/12/2021	**(2.331)**	**(383)**	**(5)**	**(1.546)**	**(211)**	**-**	**(4.476)**

O resultado líquido das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

e. Resultado com Derivativos

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Futuro - Dólar	60.871	(19.620)	60.871	(19.620)
Futuro - DI	33.418	1.881	33.418	1.881
Mercado Futuro - Exterior	5.555	169	5.555	169
Termo	(1.416)	216	(1.416)	216
Resultado Day Trade - Contratos derivativos	305	621	305	621
Swap	(155.312)	68.504	(155.312)	68.504
Total	**(56.579)**	**51.771**	**(56.579)**	**51.771**

Estes resultados são compensados, no todo ou em parte, com a variação cambial, principalmente por operações de ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação, que são reconhecidas no resultado (Notas 25 e 27) em diversas rubricas, pois não adotamos *hedge accounting* para estes produtos.

7 Relações interfinanceiras

O saldo ativo de R$ 236.585 (R$ 19.918 no curto prazo em 31 de dezembro de 2021) é referente a depósitos no Banco Central sendo R$ 236.057 no curto prazo e R$ 528 no longo prazo, e R$ 606 no curto prazo (R$ 8.279 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a correspondentes bancários. O saldo passivo de R$ 49.031 refere-se a ordem de pagamento em moeda estrangeira no curto prazo (R$ 54.853 em 31 de dezembro de 2021).

8 Operações de crédito e outros créditos

a. Composição por tipo de operação

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Operações de crédito	6.190.977	5.625.389
Outros créditos	1.478.644	796.041
Total da carteira de operações de crédito	**7.669.621**	**6.421.430**

b. Composição por vencimento

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas a vencer	**7.568.861**	**6.380.587**
0 a 14 dias	751.817	530.581
15 a 30 dias	521.581	359.693
31 a 60 dias	759.304	646.890
61 a 90 dias	578.527	501.700
91 a 180 dias	1.336.180	1.135.338
181 a 360 dias	1.170.299	981.257
Curto Prazo	**5.117.708**	**4.155.459**
Acima de 360 dias	2.451.153	2.225.128
Longo Prazo	**2.451.153**	**2.225.128**
Parcelas vencidas	**100.760**	**40.843**
1 a 14 dias	12.310	5.262
15 a 30 dias	7.493	10.144
31 a 60 dias	12.158	7.869
61 a 90 dias	9.253	3.790
91 a 180 dias	26.861	10.136
181 a 360 dias	30.477	3.642
Acima de 360 dias	2.208	-
Total Geral	**7.669.621**	**6.421.430**

Para a composição da carteira de crédito, câmbio e outros créditos, vide notas 8 c e d.

c. Composição por setor de atividade

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Setor público	**48.896**	**90.106**
Setor privado - Pessoas físicas	**79.707**	**47.599**
Setor privado - Pessoas jurídicas	**7.541.018**	**6.283.725**
Comércio	2.196.261	1.781.076
Serviços gerais	917.426	815.956
Alimentos	715.890	620.577
Metalúrgica e mineração	444.453	393.165
Outros	482.502	346.440
Têxtil e confecções	329.848	332.309
Plásticos e borrachas	281.449	284.179
Construção	318.156	268.601
Transportes e armazenagem	312.760	226.908
Química e petroquímica	359.187	225.472
Eletroeletrônica	264.817	225.309
Autopeças	160.665	129.017
Mecânica	101.490	110.425
Madeira e móveis	108.723	91.719
Papel e celulose	109.745	91.561
Agropecuária	88.951	86.377
Couro e calçados	82.813	75.001
Farmacêuticos	60.072	54.764
Bebidas	94.124	44.214
Comunicação	67.492	39.814
Cana, açúcar e álcool	43.070	39.560
Informática e telecomunicações	1.124	1.281
Total operações de crédito e outros créditos	**7.669.621**	**6.421.430**

continua...

...continuação

O Banco Sofisa está em movimento
para gerar impacto positivo aos clientes, aos colaboradores, à sociedade e ao meio ambiente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

d. Composição por tipo de produto e *rating*

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa												
	31/12/2022											31/12/2021	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Capital de giro	-	3.392.262	673.497	216.160	45.771	33.626	10.425	15.026	22.268	4.409.035	58	4.121.472	64
Títulos descontados	-	73.937	713	537	140	122	248	377	4.293	80.367	1	97.543	1
Financiamentos a exportação	-	408.501	35.664	5.221	-	-	-	-	-	449.386	6	280.271	4
Conta garantida	-	822.355	48.615	30.178	2.028	4.602	1.435	2.356	11.033	922.602	12	768.366	12
Adiantamento a depositantes	-	13	118	364	714	691	221	104	905	3.130	-	1.853	-
Cheque empresa	-	215	10.050	37.121	8.543	8.416	861	233	3	65.442	1	39.616	1
Cheque especial	-	5.222	21.305	51.034	12.193	18.754	2.251	603	2.502	113.864	1	73.005	1
Aquisição de Recebíveis/ Convênios	191	537.178	401.089	94.467	1.895	-	-	-	-	1.034.820	14	629.233	10
Outros créditos e câmbio	-	280.529	21.338	25.730	-	1	-	-	-	327.598	4	169.683	3
Rural	-	-	2.233	-	1.519	-	-	-	-	3.752	-	2.011	-
Custeio e pré custeio	-	8.516	5.553	4.893	-	-	-	-	-	18.962	-	5.871	-
Cartão de crédito	-	24.379	203	490	517	439	487	240	1.590	28.345	-	4.243	-
Offshore	-	206.397	5.921	-	-	-	-	-	-	212.318	3	228.263	4
Total geral	**191**	**5.759.504**	**1.226.299**	**466.195**	**73.320**	**66.651**	**15.928**	**18.939**	**42.594**	**7.669.621**	**100**	**6.421.430**	**100**

e. Composição por tipo de garantia recebida

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas	3.151.802	2.692.368
PEAC - FGI	1.293.722	1.493.109
Recebíveis - Cessão Fiduciária	1.236.945	910.930
Notas promissórias	1.324.105	828.373
Alienação - Imóveis	292.050	264.271
Investimentos financeiros	281.133	168.627
Saques de empresas do exterior	65.263	51.304
Cheques pré-datados	6.768	7.351
Warrant e Penhor Mercantil	2.008	2.013
Alienação - máquinas e equipamentos	2.405	1.861
Alienação fiduciária de Veículos	13.420	1.223
Total	**7.669.621**	**6.421.430**

f. Concentração dos principais devedores

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	113.586	1,48	107.829	1,68
Próximos 10 maiores clientes	515.693	6,72	410.131	6,39
Próximos 20 maiores clientes	624.434	8,15	569.180	8,86
Próximos 50 maiores clientes	1.094.016	14,26	1.006.694	15,68
Próximos 100 maiores clientes	1.349.261	17,59	1.152.325	17,94
Demais clientes	3.972.631	51,80	3.175.271	49,45
Total	**7.669.621**	**100,00**	**6.421.430**	**100,00**

9 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Classificação por níveis de risco das operações de crédito e outros créditos

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa			
	31/12/2022		31/12/2021	
Níveis	Saldo	Provisão constituída	Saldo	Provisão constituída
AA	191	-	420	-
A	5.759.504	28.797	5.002.537	25.013
B	1.226.299	12.262	841.925	8.419
C	466.195	13.985	402.856	12.086
D	73.320	7.331	82.128	8.213
E	66.651	19.995	49.776	14.933
F	15.928	7.964	5.460	2.730
G	18.939	13.257	12.478	8.735
H	42.594	42.594	23.850	23.850
Total	**7.669.621**	**146.185**	**6.421.430**	**103.979**

b. Movimentação da provisão

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	**103.979**	**72.327**
Constituição de Provisão	88.488	55.732
Créditos baixados	(46.282)	(24.080)
Saldo Final	**146.185**	**103.979**
Recuperação (a)	10.794	18.885

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram recuperações de créditos no montante de R$ 10.794 (R$ 18.885 em 31 de dezembro de 2021), no Sofisa Consolidado e Banco Sofisa. Em 31 de dezembro de 2022 o montante dos créditos renegociados totalizam R$ 240 (R$ 1.756 em 31 de dezembro de 2021).

c. Composição da provisão por tipo de operação

	Valor provisionado	
	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	82.843	71.327
Conta garantida	20.486	9.580
Cheque especial	12.664	6.568
Aquisição de Recebíveis/ Convênios	9.720	5.943
Cheque empresa	5.190	3.694
Títulos descontados	5.125	989
Financiamentos a exportação	2.556	1.689
Outros créditos e câmbio	2.389	1.762
Cartão de crédito	2.324	50
Adiantamento a depositantes	1.378	886
Offshore	1.091	1.216
Custeio e pré custeio	245	37
Rural	174	238
Total geral	**146.185**	**103.979**

10 Carteira de câmbio

	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Outros créditos	**438.773**	**373.099**
Câmbio comprado a liquidar	393.595	280.579
Direitos sobre venda de câmbio	39.012	90.151
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebida	(345)	-
Rendas a receber adiantamentos concedidos (a)	6.511	2.369
Passivo - Outras obrigações	**133.137**	**218.649**
Câmbio vendido a liquidar	38.424	92.352
Obrigações por compra de câmbio	383.323	270.930
(-) Adiantamentos sobre contrato de câmbio (a)	(288.610)	(144.633)

(a) Valor compõe a carteira de crédito expandida. Vide nota 8

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

	Sofisa Consolidado			Banco Sofisa		
	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**110.558**	**266.771**	**273.182**	**108.706**	**263.957**	**271.945**
(-) Participações nos lucros	(22.804)	(54.723)	(38.250)	(22.804)	(54.723)	(38.250)
(-) Participação de não controladores	-	(106)	(225)	-	-	-
Lucro ajustado antes da tributação	**87.754**	**211.942**	**234.707**	**85.902**	**209.234**	**233.695**
Alíquota vigente	**46%**	**46%**	**50%**	**46%**	**46%**	**50%**
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	**(40.367)**	**(97.493)**	**(117.354)**	**(39.515)**	**(96.248)**	**(116.848)**
Adições (Exclusões) Permanentes						
Juros sobre capital próprio (Nota 22)	14.549	27.220	20.496	14.549	27.220	20.496
Efeito da variação cambial sobre investimento no exterior	(3.707)	1.889	6.931	(3.707)	1.889	6.931
Resultado de participações em controladas	2.315	1.675	2.692	2.057	2.957	5.359
Lei do Bem (11.196/05) Inovação Tecnológica P&D	12.854	12.854	9.268	12.854	12.854	9.268
Titulos Soberanos	2.607	2.607	-	2.607	2.607	-
Outros ajustes	1.328	2.303	3.360	2.356	2.254	1.198
Imposto de renda e contribuição social dos semestres/exercícios	**(10.421)**	**(48.945)**	**(74.607)**	**(8.799)**	**(46.467)**	**(73.596)**

b. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos tributários registrados segregados em função das origens e desembolsos efetuados, são:

	Sofisa Consolidado			
	Créditos Tributários			
	31/12/2021	Realização/reversão	Constituição	31/12/2022
Prejuízos fiscais	**51.663**	**(28.693)**	**7.286**	**30.256**
Base negativa de CSLL	**461**	**(58)**	**-**	**403**
Diferenças temporárias:				
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	46.342	(54.468)	73.594	65.468
Perdas no recebimento de créditos	22.365	(11.861)	18.131	28.635
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	41.439	(3.293)	4.587	42.733
Provisão para perdas com BNDU	3.014	(304)	90	2.800
Outras	4.523	(910)	11.490	15.103
Total das diferenças temporárias	**117.683**	**(70.836)**	**107.892**	**154.739**
Ajuste a mercado de títulos disponíves para venda	11.260	(115.820)	115.849	11.289
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL	**181.067**	**(215.407)**	**231.027**	**196.687**

	Banco Sofisa			
	Créditos tributários			
	31/12/2021	Realização/reversão	Constituição	31/12/2022
Prejuízos fiscais	**51.224**	**(28.597)**	**7.286**	**29.913**
Base de cálculo negativa de CSLL	**183**	**-**	**-**	**183**
Diferenças temporárias:				
Créditos de liquidação duvidosa	46.342	(54.468)	73.595	65.469
Perdas no recebimento de créditos	22.365	(11.861)	18.131	28.635
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	35.266	(3.293)	4.303	36.276
Provisão para impairment de BNDU	3.003	(299)	90	2.794
Outras	5.202	(740)	11.357	15.819
Total das diferenças temporárias	**112.178**	**(70.661)**	**107.476**	**148.993**
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários	11.259	(115.820)	115.849	11.288
Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL	**174.844**	**(215.078)**	**230.611**	**190.377**

c. Expectativa de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização dos créditos tributários foram calculadas considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade.

	Sofisa Consolidado							
			Diferenças temporárias					
			PCLD / Perdas no Recebimento de Crédito		Outras			
Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Imposto Renda	Contribuição Social	Imposto Renda	Contribuição Social	Total	Valor presente(*)
2023	11.952	253	17.068	13.654	18.486	14.789	76.202	67.191
2024	18.203	75	25.220	20.176	5.837	4.670	74.181	58.443
2025	101	75	9.992	7.994	5.837	4.670	28.668	20.091
2026	-	-	-	-	3.306	2.644	5.950	3.700
2027	-	-	-	-	6.889	4.796	11.685	6.451
Total	**30.256**	**403**	**52.280**	**41.824**	**40.355**	**31.569**	**196.687**	**155.876**

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

	Banco Sofisa							
			Diferenças temporárias					
			PCLD / Perdas no Recebimento de Crédito		Outras			
Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Imposto Renda	Contribuição Social	Imposto Renda	Contribuição Social	Total	Valor presente(*)
2023	11.837	183	17.068	13.654	18.480	14.785	76.007	67.017
2024	18.076	-	25.220	20.176	5.836	4.669	73.977	58.284
2025	-	-	9.992	7.994	5.836	4.669	28.491	19.967
2026	-	-	-	-	3.306	2.645	5.951	3.700
2027	-	-	-	-	3.306	2.645	5.951	3.285
Total	**29.913**	**183**	**52.280**	**41.824**	**36.764**	**29.413**	**190.377**	**152.253**

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

O resultado contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social, em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, ressaltamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não devem ser tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

12 Outros créditos - Diversos

	Sofisa Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Títulos de créditos a receber (a)	1.059.285	-	1.059.285	633.157	-	633.157
Créditos tributários (Nota 11)	76.202	120.485	196.687	52.356	128.711	181.067
Antecipação de Imposto de Renda	31.017	-	31.017	18.528	-	18.528
Antecipação de Contribuição Social	22.150	-	22.150	12.409	-	12.409
Devedores diversos - País	9.127	-	9.127	4.959	-	4.959
Devedores por compras de valores e bens (a)	8.763	8.623	17.386	6.539	9.343	15.882
Imposto de renda a compensar / recuperar	408	8.149	8.557	1.268	5.237	6.505
Depósitos Trabalhistas / Cíveis (Nota 21)	-	2.566	2.566	3.838	-	3.838
Contribuição social a compensar / recuperar	16	1.101	1.117	172	846	1.018
Outros impostos a recuperar	118	3.821	3.939	106	2.006	2.112
Adiantamentos e antecipações salariais	139	-	139	252	-	252
Depósitos Tributários (Nota 21)	-	89.384	89.384	-	82.220	82.220
Total	**1.207.225**	**234.129**	**1.441.354**	**733.585**	**228.363**	**961.948**

(a) Valor compõe a carteira de crédito expandida. Vide nota 8

	Banco Sofisa					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Títulos de créditos a receber (a)	1.059.285	-	1.059.285	633.157	-	633.157
Créditos tributários (Nota 11)	76.007	114.370	190.377	52.140	122.704	174.844
Antecipação de Imposto de Renda	30.344	-	30.344	18.452	-	18.452
Antecipação de Contribuição Social	21.870	-	21.870	12.363	-	12.363
Devedores por compras de valores e bens (a)	8.763	8.623	17.386	6.539	9.343	15.882
Imposto de renda a compensar / recuperar	36	5.063	5.099	34	4.241	4.275
Devedores diversos - País	7.422	-	7.422	2.774	-	2.774
Depósitos Trabalhistas / Cíveis (Nota 21)	-	2.565	2.565	3.795	-	3.795
Contribuição social a compensar / recuperar	-	592	592	-	537	537
Outros impostos a recuperar	118	3.847	3.965	119	2.003	2.122
Adiantamentos e antecipações salariais	19	-	19	130	-	130
Depósitos Tributários (Nota 21)	-	71.042	71.042	-	64.931	64.931
Total	**1.203.864**	**206.102**	**1.409.966**	**729.503**	**203.759**	**933.262**

(a) Valor compõe a carteira de crédito expandida. Vide nota 8

13 Outros valores e bens

	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis não destinados ao uso	36.725	27.703	36.725	27.703
Veículos não destinados ao uso	2.322	2.322	2.309	2.309
Outros	2.908	2.908	85	85
(-)Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(6.223)	(6.686)	(6.210)	(6.673)
Despesas antecipadas	10.044	10.400	9.977	10.317
Total	**45.776**	**36.647**	**42.886**	**33.741**

14 Imobilizado de uso

	Sofisa Consolidado						
	Taxa de depreciação % a.a	Custo		Depreciação acumulada		Valor Líquido	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	-	12.344	12.344	-	-	12.344	12.344
Edificações	4	19.289	19.289	(10.211)	(8.706)	9.078	10.583
Instalações	10	5.855	5.757	(2.022)	(1.513)	3.833	4.244
Móveis e equipamentos	10	15.815	11.952	(8.301)	(6.541)	7.514	5.411
Veículos	20	2.112	1.458	(1.221)	(954)	891	504
Imobilizações em curso	-	569	-	-	-	569	-
Total		**55.984**	**50.800**	**(21.755)**	**(17.714)**	**34.229**	**33.086**

	Banco Sofisa						
	Taxa de depreciação % a.a	Custo		Depreciação acumulada		Valor Líquido	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	-	12.344	12.344	-	-	12.344	12.344
Edificações	4	19.063	19.063	(10.149)	(8.653)	8.914	10.410
Instalações	10	5.855	5.757	(2.022)	(1.513)	3.833	4.244
Móveis e equipamentos	10	15.815	11.952	(8.301)	(6.541)	7.514	5.411
Veículos	20	2.112	1.458	(1.221)	(954)	891	504
Imobilizações em curso	-	569	-	-	-	569	-
Total		**55.758**	**50.574**	**(21.693)**	**(17.661)**	**34.065**	**32.913**

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Composição por vencimento

Sofisa Consolidado

	31/12/2022								31/12/2021
	Depósitos à Vista	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfi-nanceiros	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Finan-ceiras*	TVM no Exterior	Total	Total
até 30 dias	625.163	267.871	-	30.694	15.648	-	32.486	971.862	723.159
de 31 a 60 dias	-	396.760	-	58.100	1.216	94.756	-	550.832	252.400
de 61 a 90 dias	-	322.804	-	67.514	16.092	82.074	-	488.484	346.590
de 91 a 180 dias	-	569.606	-	94.330	80.572	173.374	-	917.882	435.646
de 181 a 360 dias	-	1.009.562	-	171.307	102.247	382.126	5.447	1.670.689	2.252.355
Curto prazo	**625.163**	**2.566.603**	-	**421.945**	**215.775**	**732.330**	**37.933**	**4.599.749**	**4.010.150**
Acima de 360 dias	-	3.614.443	-	48.032	55.742	637.680	-	4.355.897	3.466.980
	-	-							
Longo prazo	-	**3.614.443**	-	**48.032**	**55.742**	**637.680**	-	**4.355.897**	**3.466.980**
Total geral - 31/12/2022	**625.163**	**6.181.046**	**-**	**469.977**	**271.517**	**1.370.010**	**37.933**	**8.955.646**	**-**
Total geral - 31/12/2021	**485.447**	**5.031.625**	**41.845**	**365.707**	**271.283**	**1.207.311**	**73.912**	**-**	**7.477.130**

Banco Sofisa

	31/12/2022								31/12/2021
	Depósitos à Vista	Depósitos a Prazo	Depósitos Interfi-nanceiros	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Finan-ceiras*	TVM no Exterior	Total	Total
até 30 dias	625.496	267.871	-	30.694	15.648	-	32.486	972.195	723.219
de 31 a 60 dias	-	396.760	-	58.100	1.216	94.756	-	550.832	254.881
de 61 a 90 dias	-	322.804	-	67.514	16.092	82.074	-	488.484	348.792
de 91 a 180 dias	-	569.606	-	94.330	80.572	173.374	-	917.882	435.646
de 181 a 360 dias	-	1.009.562	-	171.307	102.247	382.126	5.447	1.670.689	2.258.293
Curto prazo	**625.496**	**2.566.603**	-	**421.945**	**215.775**	**732.330**	**37.933**	**4.600.082**	**4.020.831**
Acima de 360 dias	-	3.628.019	8.361	48.032	55.742	637.680	-	4.377.834	3.502.705
Longo prazo	**-**	**3.628.019**	**8.361**	**48.032**	**55.742**	**637.680**	**-**	**4.377.834**	**3.502.705**
Total geral - 31/12/2022	**625.496**	**6.194.622**	**8.361**	**469.977**	**271.517**	**1.370.010**	**37.933**	**8.977.916**	**-**
Total geral - 31/12/2021	**485.507**	**5.047.000**	**72.816**	**365.707**	**271.283**	**1.207.311**	**73.912**	**-**	**7.523.536**

(*) O saldo passivo de R$ 100.421 correspondente à rubrica "Outras dívidas subordinadas" (R$ 100.353 em 31 de dezembro de 2021) está alocado em "Letras Financeiras" cujo prazo é "Acima de 360 dias".

b. Concentração dos principais depositantes

Sofisa Consolidado – 31/12/2022

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	861	330.108	-	3.098	3.884	76.117	37.933
10 maiores depositantes	3.490	912.349	-	17.609	15.302	482.894	37.933
20 maiores depositantes	5.034	1.232.077	-	26.321	22.289	725.780	37.933
50 maiores depositantes	7.957	1.572.764	-	44.636	37.511	1.069.672	37.933
100 maiores depositantes	11.286	1.810.898	-	65.207	53.163	1.258.316	37.933

Banco Sofisa – 31/12/2022

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	861	330.108	8.361	3.098	3.884	76.117	37.933
10 maiores depositantes	3.490	912.349	8.361	17.609	15.302	482.894	37.933
20 maiores depositantes	5.034	1.232.077	8.361	26.321	22.289	725.780	37.933
50 maiores depositantes	7.957	1.573.585	8.361	44.636	37.511	1.069.672	37.933
100 maiores depositantes	11.286	1.815.820	8.361	65.207	53.163	1.258.316	37.933

Sofisa Consolidado – 31/12/2021

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito do agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	9.967	630.164	35.747	2.232	17.844	76.065	44.375
10 maiores depositantes	50.085	1.576.199	41.845	15.244	24.470	418.990	73.911
20 maiores depositantes	75.705	2.041.705	41.845	22.726	29.056	610.127	73.911
50 maiores depositantes	129.171	2.608.210	41.845	37.761	38.498	888.074	73.911
100 maiores depositantes	188.953	2.898.586	41.845	54.780	50.838	1.074.691	73.911

Banco Sofisa – 31/12/2021

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Letras de Crédito do agronegócio	Letras de Crédito imobiliário	Letras Financeiras	TVM no Exterior
Principal depositante	9.967	630.164	35.747	2.232	17.844	76.065	44.375
10 maiores depositantes	50.085	1.576.199	72.816	15.244	24.470	418.990	73.911
20 maiores depositantes	75.705	2.041.705	72.816	22.726	29.056	610.127	73.911
50 maiores depositantes	129.171	2.608.210	72.816	37.761	38.498	888.074	73.911
100 maiores depositantes	188.953	2.902.165	72.816	54.780	50.838	1.074.691	73.911

O Banco possui depósitos a prazo com cláusula de liquidez imediata no montante de R$ 3.694.787 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.054.963 em 31 de dezembro de 2021).

16 Captações no mercado aberto – Operações compromissadas

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa

	31/12/2022				31/12/2021
	LFT	REPO	Debêntures	Total	Total
até 30 dias	12.798	-	-	12.798	10.556
de 31 a 60 dias	33.872	-	6.300	40.172	31.377
de 181 a 360 dias	-	203.963	-	203.963	-
Total	**46.670**	**203.963**	**6.300**	**256.933**	**41.933**

17 Obrigações por empréstimos e repasses

Sofisa Consolidado e Banco Sofisa

	31/12/2022					31/12/2021
	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Empréstimos no exterior (a)	101.309	461.424	-	902.420	1.465.153	1.142.061
Obrigações por repasses BNDES/Finame	-	-	-	161.224	161.224	-
Total 31/12/2022	**101.309**	**461.424**	**-**	**1.063.644**	**1.626.377**	**1.142.061**
Total 31/12/2021	**7.116**	**3.888**	**15.077**	**1.115.980**	**-**	**1.142.061**

(a) Refere-se a captações no exterior para financiamento à exportação sobre as quais incidem encargos que variam entre 2,23% a.a. e 5,60% a.a., e empréstimos no exterior os quais incidem encargos de 5,23% a.a. e 7,74% a.a.

18 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Sofisa Consolidado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	107.799	-	107.799	76.692	-	76.692
Impostos e contribuições a recolher (a)	25.255	-	25.255	16.994	-	16.994
Provisão para imposto de renda diferido (b)	2.901	-	2.901	2.901	-	2.901
Total	**135.955**	**-**	**135.955**	**96.587**	**-**	**96.587**

Banco Sofisa

	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	105.655	-	105.655	75.898	-	75.898
Impostos e contribuições a recolher (a)	24.534	-	24.534	16.467	-	16.467
Provisão para imposto de renda diferido (b)	2.901	-	2.901	2.901	-	2.901
	133.090	**-**	**133.090**	**95.266**	**-**	**95.266**

(a) Composto por PIS, COFINS, impostos sobre folha de pagamento entre outros tributos a recolher.
(b) Imposto diferido de títulos e valores mobiliários.

19 Outros créditos / obrigações – Negociação e intermediação de valores

O saldo ativo de R$ 1.360 (R$ 12.388 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a valores a liquidar de contratos de derivativos futuros no curto prazo (Vide nota 6 d). O saldo passivo de R$ 1.980 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a valores a liquidar de operações com ativos financeiros no curto prazo.

20 Outras obrigações – Diversas

Sofisa Consolidado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Provisão para riscos e obrigações legais (Nota 21)	11.939	83.024	94.963	8.044	84.043	92.087
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	76.574	56	76.630	41.454	4.871	46.325
Credores diversos - País (b)	40.753	-	40.753	18.411	-	18.411
Provisão para garantias prestadas - Resolução CMN 4.512 (Nota 40)	390	-	390	220	-	220
Cobrança a repassar	404	-	404	441	-	441
Total	**130.060**	**83.080**	**213.140**	**68.570**	**88.914**	**157.484**

Banco Sofisa

	31/12/2022			31/12/2021		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Provisão para riscos e obrigações legais (Nota 21)	10.990	69.623	80.613	7.680	70.689	78.369
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	75.872	55	75.927	41.022	4.871	45.893
Credores diversos - País (b)	38.668	-	38.668	13.441	-	13.441
Provisão para garantias prestadas - Resolução CMN 4.512 (Nota 40)	390	-	390	220	-	220
Cobrança a repassar	404	-	404	441	-	441
Total	**126.324**	**69.678**	**196.002**	**62.804**	**75.560**	**138.364**

(a) Composto basicamente por salários, férias, fornecedores e participações nos lucros;
(b) Composto principalmente por valor a repassar ao emissor do cartão de crédito.

21 Provisões para riscos, passivos contingentes e obrigações legais

O Sofisa e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas dos respectivos processos quando a probabilidade de perda é avaliada como provável, sendo:

Provisões trabalhistas

São compostas por ações ajuizadas por ex-funcionários, visando obter indenizações principalmente com relação ao pagamento de horas extras e respectivos reflexos. A provisão é constituída com base no valor avaliado para causa pelo assessor jurídico externo.

Provisões cíveis

São compostas por ações de indenização por danos morais e patrimoniais. A provisão é constituída com base no valor avaliado para cada causa pelo assessor jurídico externo.

Movimentação das provisões para riscos

O montante das provisões constituídas e a movimentação no exercício foram:

Sofisa Consolidado – 31/12/2022

	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	3.992	2.512	(2.111)	4.393	959
Trabalhistas	14.504	3.080	(5.384)	12.200	1.607
Tributárias	73.591	4.779	-	78.370	89.384
Total	**92.087**	**10.371**	**(7.495)**	**94.963**	**91.950**

Banco Sofisa – 31/12/2022

	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	3.815	2.512	(1.934)	4.393	959
Trabalhistas	14.504	3.080	(5.384)	12.200	1.607
Tributárias	60.050	3.970	-	64.020	71.042
Total	**78.369**	**9.562**	**(7.318)**	**80.613**	**73.608**

Sofisa Consolidado – 31/12/2021

	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	3.573	1.320	(1.078)	3.815	1.774
Trabalhistas	17.056	3.912	(6.287)	14.681	2.064
Tributárias	72.023	1.568	-	73.591	82.220
Total	**92.652**	**6.800**	**(7.365)**	**92.087**	**86.058**

Banco Sofisa – 31/12/2021

	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão da provisão	Saldo Final	Depósitos judiciais
Provisões e Obrigações Legais					
Cíveis	3.573	1.320	(1.078)	3.815	1.774
Trabalhistas	16.606	3.850	(5.952)	14.504	2.021
Tributárias	58.748	1.302	-	60.050	64.931
Total	**78.927**	**6.472**	**(7.030)**	**78.369**	**68.726**

Os valores de depósitos judiciais estão evidenciados na nota 12.

Contingências Cíveis

Ações cíveis movidas contra o Banco, pleiteando supostos valores cobrados indevidamente na prestação de serviços e ou indenização por dano moral/ material.

Contingências Trabalhistas

Ações trabalhistas movidas contra o Banco por ex-funcionários e ou terceiros, pleiteando verbas trabalhistas supostamente não pagas.

Obrigação Legal

A ação judicial em curso refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial, em decorrência da expansão da base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, períodos de competência a partir de 11/2009 a 12/2014. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 9.718/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar 70/91, liminar esta cassada em 12/2011, quando então o Banco obteve autorização judicial para efetuar depósitos judiciais a partir do fato gerador 06/2011. Em 31 de dezembro de 2022, o montante provisionado foi de R$ 78.370 (R$73.591 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado e R$ 64.020 (R$ 60.050 em 31 de dezembro de 2021) no Banco.

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima estão registrados na rubrica de outros créditos (Nota 12).

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, o Sofisa Consolidado e o Banco Sofisa não possuem ativos contingentes registrados.

Passivos Contingentes – Sofisa Consolidado

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante Consolidado de R$ 115.609 (R$ 107.135 em 31 de dezembro de 2021), assim distribuídos: i) Tributárias R$ 70.489 (R$ 68.842 em 31 de dezembro de 2021) dos quais substancialmente R$ 9.225 (R$ 12.606 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a questionamentos de IRPJ/CSLL, R$ 2.443 (R$ 2.444 em 31 de dezembro de 2021) questionamentos da contribuição previdenciária, R$ 9.772 (R$ 9.789 em 31 de dezembro de 2021) questionamentos de PIS e da COFINS, R$ 45.755 (R$ 40.860 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a questionamentos municipais e R$ 3.294 (R$ 3.143 em 31 de dezembro de 2021) referem-se a outras contingências tributárias; ii) Trabalhistas R$ 16.185 (R$ 25.921 em 31 de dezembro de 2021); iii) Cíveis R$ 12.053 (R$ 12.372 em 31 de dezembro de 2021).

Nenhuma provisão foi constituída para estes processos, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

22 Patrimônio líquido - Banco Sofisa S.A.

Capital Social

No encerramento do exercício, o capital social subscrito e integralizado é representado e dividido em 97.140.150 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, e 40.351.971 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

O estatuto social do Banco assegura aos acionistas o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP").

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre o Capital Próprio provisionados	59.175	40.991
IRRF (15%)	8.876	6.149
Valor líquido provisionado no semestre/ exercício	50.298	34.842
Valor líquido por ação	0,37	0,25

O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022 em R$ 27.220 (R$ 20.496 no exercício de 2021).

A controlada Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda. pagou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, dividendos no montante de R$ 455 (R$ 455 para o exercício de 2021.) A controlada Sofisa Corretora de Seguros Ltda, pagou R$ 1.824 e provisionou R$ 6.458 referente a dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (Dividendos pagos e provisionados aos acionistas minoritários).

Reservas de lucros

Reserva legal – Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. No exercício de 2022 foi destinado R$ 8.138 para reserva legal (R$ 8.005 no exercício de 2021).

Reserva estatutária – Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos e exercícios encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e juros sobre capital próprio, e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 90% (noventa por cento) do valor do capital social integralizado.

23 Receitas de operações de crédito

	Acumulado em Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	860.720	539.897
Contas garantidas	211.115	97.527
Cheque empresa	126.334	49.420
Rendas de financiamentos	74.612	21.006
Títulos descontados	24.624	14.121
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10.805	18.886
Cheque especial	733	421
Adiantamento a depositantes	285	544
Total	**1.309.228**	**741.822**

24 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com títulos de renda fixa	328.590	131.786	323.558	130.143
Rendas de aplic. oper. compromissadas	13.062	5.596	13.062	5.596
Rendas de aplic. depósitos interfinanceiros	10.843	38	11.278	1.015
Resultado de ajuste a valor de mercado	(5.083)	6	(5.083)	6
Rendas TVM no exterior	(27.459)	(1.901)	(27.459)	(1.901)
Total	**319.953**	**135.525**	**315.356**	**134.859**

25 Resultado com operações de câmbio

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Exportação	16.876	8.976	16.876	8.976
Importação	4.638	358	4.638	358
Disponibilidades em moedas estrangeiras	8.047	5.899	8.047	5.899
Variações nas taxas de câmbio (a)	(33.420)	25.009	(33.399)	24.979
Outras rendas de câmbio	191.584	9.318	191.584	9.318
Total	**187.725**	**49.560**	**187.746**	**49.530**

(a) Composto principalmente por variação cambial de letras entregues.

continua...

...continuação

br.AA+ pela S&P Global.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 Despesas de operações de captação no mercado

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos a prazo	(662.581)	(228.012)	(663.404)	(228.217)
Letras Financeiras	(170.104)	(71.474)	(170.104)	(71.474)
Letra de Crédito Imobiliário	(35.362)	(14.330)	(35.362)	(14.330)
Letra de Crédito do Agronegócio	(55.933)	(23.237)	(55.933)	(23.237)
Operações compromissadas	(11.829)	(3.419)	(11.829)	(3.419)
Outros	(11.300)	(10.753)	(11.300)	(10.753)
Depósitos interfinanceiros	(861)	(1.914)	(2.067)	(3.519)
Total	**(947.970)**	**(353.139)**	**(949.999)**	**(354.949)**

27 Despesas com empréstimos, cessões e repasses

	Acumulado em	
	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Variação cambial de empréstimos no exterior	(92.188)	(104.040)
Empréstimos no exterior	(51.312)	(13.412)
Outros	(7.821)	(5.974)
Exportação	(2.938)	(1.160)
Importação	-	(1.590)
Total	**(154.259)**	**(126.176)**

28 Receitas de prestação de serviço

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de tarifas bancárias - PJ	68.358	53.857	68.358	53.857
Rendas de corretagem de seguros	8.081	4.969	-	-
Rendas de outros serviços	2.097	604	2.097	604
Rendas de Intermediação de fundos de investimento	772	1.200	772	1.200
Rendas de serviços - PF	617	745	617	745
Rendas de comissões s/fianças	577	870	577	870
Rendas de cobrança	392	874	392	874
Total	**80.894**	**63.119**	**72.813**	**58.150**

29 Despesas de pessoal

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(120.425)	(79.273)	(120.036)	(78.894)
Encargos sociais	(38.621)	(27.406)	(38.488)	(27.277)
Benefícios	(23.208)	(15.097)	(23.079)	(14.981)
Honorários	(10.232)	(7.121)	(10.232)	(7.121)
Treinamentos	(446)	(377)	(446)	(377)
Total	**(192.932)**	**(129.274)**	**(192.281)**	**(128.650)**

30 Outras despesas administrativas

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(34.916)	(23.830)	(34.617)	(23.566)
Comunicações	(22.599)	(21.632)	(22.599)	(21.632)
Processamentos de dados	(19.196)	(21.447)	(19.053)	(21.316)
Serviços especializados	(16.563)	(18.756)	(16.384)	(18.559)
Serviços do sistema financeiro	(7.349)	(9.006)	(7.258)	(8.897)
Propaganda e publicidade	(4.927)	(5.620)	(4.915)	(5.592)
Condenação / Acordos Trabalhistas	(3.560)	(5.500)	(3.450)	(5.331)
Outras provisões	(4.684)	(5.097)	(4.677)	(5.095)
Depreciação e amortização	(11.708)	(4.550)	(11.699)	(4.541)
Promoções e relações públicas	(5.445)	(4.508)	(5.445)	(4.508)
Contribuições filantrópicas	(2.786)	(3.494)	(2.786)	(3.494)
Condenação / Acordos Cíveis	(4.281)	(3.053)	(4.264)	(3.053)
Aluguéis	(2.129)	(1.458)	(2.060)	(1.396)
Manutenção e conservação de bens	(1.492)	(1.410)	(1.455)	(1.404)
Transporte	(1.050)	(640)	(1.050)	(640)
Seguros	(338)	(280)	(338)	(280)
Viagens e estadias	(835)	(109)	(835)	(109)
Total	**(143.858)**	**(130.390)**	**(142.885)**	**(129.413)**

31 Despesas tributárias

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos Federais	**(46.523)**	**(29.189)**	**(45.029)**	**(28.431)**
Cofins	(33.563)	(21.795)	(33.001)	(21.438)
Pis	(5.471)	(3.554)	(5.363)	(3.484)
Outros	(7.489)	(3.840)	(6.665)	(3.509)
Impostos Estaduais	**(42)**	**(88)**	**(42)**	**(88)**
Impostos Municipais	**(6.122)**	**(4.287)**	**(5.941)**	**(4.163)**
Total	**(52.687)**	**(33.564)**	**(51.012)**	**(32.682)**

32 Outras receitas operacionais

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Diversas (a)	9.957	18.266	9.290	17.401
Resultado outros investimentos (b)	8.994	-	8.994	-
Variações monetárias ativas	7.290	2.219	6.127	1.779
Ressarcimento de despesas	1.088	12	1.088	12
Reversão de provisão para riscos (c)	-	2.246	-	2.246
Total	**27.329**	**22.743**	**25.499**	**21.438**

(a) Composto principalmente por receitas de variação cambial de fundo de investimento.
(b) Baixa crédito tributário - Venda participação societária Trademaster.
(c) Composto principalmente por resultado advindo da desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), vide nota 42.

33 Outras despesas operacionais

	Acumulado em			
	Sofisa Consolidado		Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Campanha de conta digital - Sofisa Direto (a)	(13.309)	(7.956)	(13.309)	(7.956)
Diversas	(4.907)	(2.226)	(4.609)	(2.226)
Atualização impostos	(214)	(8)	(196)	(8)
Provisão - Contingências Cíveis/ Trabalhistas	1.708	2.133	1.723	1.859
Total	**(16.722)**	**(8.057)**	**(16.391)**	**(8.331)**

(a) Composto principalmente por despesa com campanhas de cartão de crédito e conta digital do Sofisa Direto no valor de R$ 13.309 (R$ 7.956 em 31 de dezembro de 2021).

34 Resultado não operacional

	Acumulado em	
	Sofisa Consolidado e Banco Sofisa	
	31/12/2022	31/12/2021
Reversão / (Desvalorização) de BNDU	540	1.501
Prejuízo na alienação de BNDU	(690)	(764)
Lucro na venda de participação societária	-	37.849
Outras receitas / (despesas) não operacionais	(1.071)	1.004
Total	**(1.221)**	**39.590**

35 Gestão de riscos

A gestão de riscos, efetuada de forma estruturada, abrange a avaliação e o controle dos riscos financeiros (de crédito, de mercado, e de liquidez) e riscos operacionais incorridos pelo Banco Sofisa e suas controladas. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base às estratégias do conglomerado.

A estrutura de gestão de riscos financeiros do Banco Sofisa, cuja descrição está disponível no website de Relações com Investidores, é de responsabilidade da Gerência de Product Control e Riscos Financeiros, subordinada à Diretoria de ESG.

a. Risco de crédito

O Risco de crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente ou contraparte cumprir as suas obrigações financeiras com o Sofisa.

A gestão do Sofisa é feita tendo como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes e a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior. Adicionalmente, o Sofisa mantém um processo contínuo de avaliação sobre sua carteira de crédito com o objetivo de identificar a existência de evidências objetivas de perda no valor justo de seus ativos

b. Risco de Mercado

Risco de Mercado se refere à possibilidade do banco ter perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas a variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O VaR é um método estatístico utilizado para quantificar o risco de mercado e foi calculado para as posições de ativos e passivos do banco com base em um intervalo de confiança de 99% e tempo de liquidação da posição de 20 dias.

Os valores de mercado nas posições com risco em taxas de juros prefixadas internas e em moeda americana foram calculados utilizando-se dados dos *swaps* B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão do dia 31 de dezembro de 2022. Já para os Títulos Públicos, utilizou-se a marcação a mercado da mesma data. Os valores apresentados não incluem operações ou contratos que estejam em atraso

c. Risco de Liquidez

Trata-se do risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no momento em que ocorrem, ou seja, a possibilidade de ocorrência de um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimo e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir recursos suficientes para cumprimento dos compromissos financeiros.

d. Risco Operacional

A estrutura de risco operacional do Banco Sofisa passa por constantes melhorias objetivando principalmente evolução na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos cuja ocorrência, resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, sem perder de vista os riscos legais associados à execução de contratos, processos ou sentenças adversas.

Para esse fim, a unidade responsável pela gestão de riscos operacionais utiliza-se da Abordagem Padronizada Alternativa e emprega mecanismos de suporte à monitoração, os quais são constantemente revisados, tais como: Matriz de Risco e Planos de Ação para aprimoramento de controles, Indicadores de Risco, Base de Perdas, Alocação de Capital, atuação dos Agentes de Compliance, monitoramento de ocorrências de risco operacional e de reclamações de clientes, notificações e fraudes externas, Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, Relatórios Gerenciais e Plano de Continuidade de Negócios.

Maiores informações acerca das práticas de gestão de riscos do Banco Sofisa podem ser encontradas no seu site de Relações com Investidores (www.sofisa.com.br/ri).

e. Valores de risco referentes dezembro de 2022

O Risco de Mercado é calculado por VaR com nível de confiança de 99% e holding *period* de 20 dias.

	31/12/2022		
	Exposição (R$)	*Risco (R$)*	*Risco (%)*
Fundos	39.221	-	0,00%
Índice de Preços	33.458	2.972	8,88%
PRE	1.660.959	19.661	1,18%
Exposição Cambial	5.051	(261)	(5,17%)
Cupom Cambial	(55.325)	194	(0,35%)
Juros Externo	246.790	3.188	1,29%
Risco de Mercado - VaR	***1.930.154***	***25.754***	***1,33%***

36 Gerenciamento de Capital

A gestão de capital abrange o Banco Sofisa e as empresas financeiras do Grupo. Esse processo é efetuado de forma estruturada, contínua, permanentemente revisada e serve de base às estratégias do conglomerado.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital do Sofisa, juntamente com o Relatório Pilar III, está disponível no website de Relações com Investidores, e é de responsabilidade da Gerência de Product Control e Riscos Financeiros, subordinada à Diretoria de ESG.

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

37 Acordo de Basileia

Instituídas pelo Banco Central do Brasil, entraram em vigor, a partir da data-base janeiro de 2022, as Resoluções CMN nº 4.950/21 e 4.955/21 que estabelecem os procedimentos para a apuração do Patrimônio de Referência com base no conglomerado prudencial e a Resolução CMN 4.958/21 que estabelece a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O conglomerado prudencial é composto pelas empresas financeiras do Banco Sofisa. Além dos requerimentos mínimos de capital, a partir de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular 3.748 do Banco Central do Brasil que incorporou a Razão de Alavancagem à estrutura de Basileia III no Brasil, que é definida como a razão entre o capital Nível I (capital de maior qualidade mantido pelo banco) e o total de exposições da instituição (calculada de acordo com a circular). Em 31 de dezembro de 2022, a Razão de Alavancagem ficou em 8,61%.

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2022 apurado com base no conglomerado prudencial é de 13,81% (em dezembro de 2021 o índice foi de 14,10%). Abaixo segue a tabela com a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) pela nova forma de cálculo:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
IB - Índice de Basileia (PR/RWA)	13,81%	14,10%
	Prudencial	**Prudencial**
RWAcpad - Risco de Crédito	6.953.856	5.714.983
RWAopad - Risco Operacional	465.523	487.930
RWAjur1 - Taxa de Juros Prefixado	811	10.126
RWAjur2 - Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras	6.949	-
RWAjur3 - Taxa dos cupons de índices de preços	-	-
RWAjur4 - Taxa dos cupons de taxa de juros - TJLP	-	-
RWAacs - Preço de ações	-	-
RWAcam - Ouro, Moeda Estrangeira e Variação Cambial	41.326	61.744
RWAcom - Preços de mercadorias (commodities)	-	-
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	***7.468.465***	***6.274.783***
RBAN – Risco Banking	***4.866***	***32.199***
	Prudencial	**Prudencial**
PR Nível I – Capital Principal	931.129	784.166
PR Nível I – Capital Complementar	100.421	100.353
PR Nível II	-	-
PR - Patrimônio de Referência	***1.031.550***	***884.519***
	Prudencial	**Prudencial**
Fator F	8,00%	8,00%
PR mínimo requerido para o RWA - **(RWA*Fator F)**	597.477	501.983
Margem sobre o PR requerido - **(PR - RWA*Fator F)**	434.073	382.536
PR Mínimo requerido p/RWA + RBAN - **((RWA*Fator F) + RBAN)**	602.344	534.182
Margem sobre o PR considerando a RBAN - **(PR - ((RWA*Fator F) + RBAN))**	429.207	350.337
Adicional de Capital Principal - **(ACP)**	186.712	125.496
Margem sobre o PR considerando a RBAN e o Adicional de Capital Principal - **(PR - ((RWA*Fator F) + RBAN) + ACP)**	242.495	224.841

38 Informações sobre coligadas e controladas do Banco Sofisa S.A.

As principais informações das sociedades coligadas e controladas diretas e em conjunto pelo Sofisa são assim demonstradas:

			31/12/2021	31/12/2022				
Controladas diretas	**Número Ações/Cotas**	**% Participação**	**Patrimônio Líquido**	**Valor Contábil Investimentos**	**Eventos no Exercício**	**Resultado no Exercício**	**Equivalência Patrimonial**	**Valor Contábil Investimentos**
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento (a)	7.500.000	100,00%	25.098	25.098	5	1.431	1.431	26.534
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda (b)	65.735.177	99,98%	44.259	44.249	(967)	2.271	2.271	45.553
Sofisa Corretora de Seguros Ltda (c)	209.999	94,99%	985	936	(6.329)	6.798	6.458	1.065
Total Controladas diretas			**70.342**	**70.283**	**(7.291)**	**10.500**	**10.160**	**73.152**

			31/12/2021	31/12/2022				
Coligadas/Controladas indiretas	**Número Ações/Cotas**	**% Participação**	**Patrimônio Líquido**	**Valor Contábil Investimentos**	**Eventos no Exercício**	**Resultado no Exercício**	**Equivalência Patrimonial**	**Valor Contábil Investimentos**
EM2104 Participações S/A	10.536.582	19,81%	13.329	2.641	-	(18.381)	(3.642)	(1.001)
Eco Beach Empreendimento Imobiliário Ltda (d)	10	0,01%	363	1	-	444	-	1
Total Coligadas / Controladas indiretas			**13.692**	**2.642**	**-**	**(17.937)**	**(3.642)**	**(1.000)**

			31/12/2021	31/12/2022				
Controladas diretas no exterior	**Número Ações/Cotas**	**% Participação**	**Patrimônio Líquido**	**Valor Contábil Investimentos**	**Eventos no Exercício**	**Resultado no Exercício**	**Equivalência Patrimonial**	**Valor Contábil Investimentos**
Sofisa Investment Ltd	5.000.000	100,00%	383	383	-	(88)	(88)	295

(a) O evento ocorrido no exercício da controlada Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento trata-se de ajuste de avaliação patrimonial.
(b) O evento ocorrido no exercício da controlada Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda trata-se de distribuição de dividendos.
(c) O evento ocorrido no exercício da controlada Sofisa Corretora de Seguros Ltda trata-se de distribuição de dividendos.
(d) A empresa Eco Beach Empreendimento Imobiliário Ltda é controlada indireta por meio da empresa Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda.

39 Partes relacionadas

O Sofisa e suas empresas coligadas e controladas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas na consolidação.

Os saldos de tais operações do Sofisa com suas controladas, diretas, indiretas, coligadas e pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	**(422)**	**(225)**	**-**	**-**
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A (a)	(13)	(27)	-	-
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda (a)	(29)	(15)	-	-
Eco Beach Empreend. Imobiliários Ltda (b)	(2)	(58)	-	-
Sofisa Corretora de Seguros Ltda (a)	(290)	(29)	-	-
SPE Premium 1 Empreend. Imobiliários Ltda (b)	-	(5)	-	-
Controladores e pessoal-chave da Administração	(88)	(91)	-	-
Depósitos interfinanceiros	**(8.361)**	**(8.030)**	**(770)**	**(628)**
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A (a)	(8.361)	(30.971)	(1.205)	(1.605)
Sofisa S/A Crédito Financiamento e Investimento S/A (a)	-	22.941	435	977
Depósitos a prazo	**(140.224)**	**(176.248)**	**(27.773)**	**(3.755)**
Sata Sociedade Assessoria Técnica Adm. Ltda (a)	(3.954)	3.954	(296)	(29)
Eco Beach Empreend. Imobiliários Ltda (b)	(1.644)	(3.883)	(505)	(295)
Sofisa Corretora de Seguros Ltda (a)	(7.797)	(5.136)	(287)	(176)
SPE Premium 1 Empreend. Imobiliários Ltda (b)	(163)	(294)	(27)	(15)
Controladores e pessoal-chave da Administração	(126.666)	(163.714)	(26.658)	(3.240)

A saber:
(a) Controladas – direta
(b) Controladas – indireta

O controlador do Banco tem participação no *Sunstate Bank*, empresa sediada em Miami, Flórida, Estados Unidos da América, o qual em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possui operações em aberto com o Banco Sofisa, assim como não ocorreram quaisquer transações no período.

a. Remuneração da Administração

A remuneração máxima aprovada em Assembleia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 16.458 de remuneração fixa (R$ 14.045 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 16.158 (R$ 8.610 em 31 de dezembro de 2021) de remuneração variável, tendo sido distribuído aos administradores no exercício o montante de R$ 30.297 (R$ 16.346 no exercício de 2021) da seguinte forma:

	31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria	Totais
Honorários /salários	3.618	6.274	339	10.231
Gratificações / PLR	-	13.511	-	13.511
Encargos Sociais (INSS + FGTS)	814	5.665	76	6.555
Total	**4.432**	**25.450**	**415**	**30.297**

	31/12/2021			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria	Totais
Honorários /salários	3.201	5.477	300	8.978
Gratificações / PLR	-	5.124	-	5.124
Encargos Sociais (INSS + FGTS)	720	1.456	68	2.244
Total	**3.921**	**12.057**	**368**	**16.346**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados, salários e contribuições para a seguridade social,

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

licença remunerada e auxílio-doença, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no exercício de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica e automóveis).

b. Benefícios Pós-emprego
O Sofisa e suas controladas diretas e indiretas não possuem planos de benefícios pós-emprego.

c. Participação acionária
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os membros do Conselho de Administração, Controladores e Diretoria possuem a seguinte participação acionária no Sofisa:

Administradores	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Controladora	80.900.690	83,28%	23.315.309	57,78%	104.215.999	75,80%
Conselho de Administração	8.120.854	8,36%	2.551.616	6,32%	10.672.470	7,76%
Outros (Pessoas vinculadas ao controlador)	8.118.606	8,36%	14.485.046	35,90%	22.603.652	16,44%
	97.140.150	**100,00%**	**40.351.971**	**100,00%**	**137.492.121**	**100,00%**

"*Quantidades expressas em milhares de ações*"

40 Outras informações

a. As responsabilidades por avais, fianças e outras garantias prestadas totalizam R$ 44.170 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 15.668 em 31 de dezembro de 2021), tendo sido registrada constituição de provisão de R$ 170 no resultado do exercício. No exercício as receitas auferidas com avais, fianças e garantias prestadas foi de R$ 577 (R$ 870 em 31 de dezembro 2021).

b. As fianças passivas associadas as garantias financeiras prestadas estão demonstradas conforme abaixo:

RATING	RISCO	PROV.(%)	PROV.(R$)
A	43.420	0,5%	217
B	300	1,0%	3
D	310	10,0%	31
H	139	100,0%	139
TOTAL	**44.170**		**390**

Os valores de provisão correspondente a fiança estão registrados na rubrica provisão para garantias prestadas (Nota 20).

c. O Sofisa e suas controladas possuem contratos de seguros vigentes, em montante julgado suficiente para cobertura de sinistros sobre o imobilizado e responsabilidade civil.

d. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - O Sofisa possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com as instituições financeiras as quais possuam essa modalidade de acordo.

e. O Sofisa possui agência matriz na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, e agências em São Bernardo do Campo/SP na Rua José Versolato, 111, Sala 2401 Pav 23 Bloco B – Centro, em Guarulhos/SP na Rua Diogo Farias, 181, Sala 202 – Centro, em Campinas/SP na Av. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, em Belo Horizonte/MG na Rua Rio de Janeiro, 2.702, no Rio de Janeiro/RJ na Avenida Rio Branco, 1, em Curitiba/PR na Rua Comendador Araujo, 565, em Goiânia/GO na Av. T-10, lote 09/02, em Porto Alegre/RS na Avenida Carlos Gomes, 777 – Conj. 1103, em Fortaleza/CE na Av. Santos Dumont, 2.456, em Recife/PE na Rua Antonio Lumack do Monte, 128, em Ribeirão Preto/SP na Av. Presidente Getúlio Vargas, 2001, em Barueri/SP na Alameda Rio Negro, 967, em Manaus/AM na Rua Theomario Pinto da Costa, 82, em Sorocaba/SP na Av. Antonio Carlos Comitre, 540, em Londrina/PR na Rua Ayrton Senna da Silva, 550 SL. 1504, em Bauru/SP na rua Luso Brasileira, 4 – 44 – salas 507 e 508, bairro Jardim Estoril IV – 17016-230, em Blumenau/SC na rua Sete de Setembro, 777 – sala 816, bairro Centro – 89010-203 e em São José do Rio Preto/SP, na rua Jair Martins Mil Homens, 500 – salas 1.304 e 1.305, bairro Vila São José – 15090-080.

f. O Sofisa possui rating A+(bra) Longo prazo e F1(bra) Curto prazo da agência Fitch Ratings avaliado em maio de 2021; AA-.Br (nacional) e Ba2 (global) da agência Moody's Investor Service, avaliados respectivamente em dezembro de 2021 e junho de 2021; BB- (global) e br.AA+ da agência S&P Global, avaliados em dezembro de 2021; e rating Baixo Risco para Médio Prazo 1 pela agência de classificação de risco RISKbank, avaliado em novembro de 2022.

41 Impactos da COVID-19

O Banco Sofisa manteve as projeções de crescimento, e acompanhando a recuperação de faturamento dos principais setores da Economia, conseguiu atingir os objetivos de crescimento e manter os índices de qualidade da carteira de crédito para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

42 Resultados recorrentes e não recorrentes

Reorganização Societária - Desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP
Em março de 2022, foi aprovada a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, por meio de sua cisão parcial e incorporação do acervo cindido pela CIP S.A., empresa com fins lucrativos. Nessa reestruturação, as associadas receberam ações ordinárias de emissão da CIP S.A. na proporção de suas respectivas participações na CIP Associação, a participação do Banco Sofisa é de 0,4932549%.
Por se tratar de resultado que não há previsão de ocorrer em exercícios futuros, ao final do processo de desmutualização (laudo de avaliação), o Banco Sofisa reconheceu um ajuste positivo no resultado de R$ 8.904 de valor bruto, sendo R$ 4.897 líquido dos efeitos tributários, no primeiro semestre de 2022. (Vide nota 32).

43 Gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ESG – *Environmental, Social and Corporate Governance*)

O Banco Sofisa, sob diretrizes de seu código de ética, tem o compromisso de seguir padrões éticos regidos pelos valores e princípios de responsabilidade socioambiental, com a promoção e incentivo de ações para o desenvolvimento sustentável.
O Banco Sofisa pratica, incentiva e valoriza a responsabilidade socioambiental, buscando alinhar seus objetivos empresariais com os interesses da comunidade em que atua. Para que isso seja possível, o Banco Sofisa foca em seriedade no trato dos negócios, com respeito absoluto aos compromissos que assume; opera dentro dos limites da legislação e das normas externas e internas aplicáveis às suas atividades; faz respeitar seu Código de Ética, zelando por sua atualização, frente às transformações por que passa a sociedade; tem sempre presente os interesses maiores do país e da comunidade em que atua, para este fim adotando regras, meios, atividades e programas compatíveis com suas preocupações de ordem social e com as melhores práticas mundiais concernentes à sustentabilidade e à governança corporativa.
Reforçando o engajamento do Banco Sofisa à agenda ESG, em dezembro de 2022 foi emitido o Manifesto ESG, a seguir.

Manifesto ESG
O compromisso do Manifesto ESG está diretamente alinhado aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e visa impactar clientes, colaboradores, parceiros e a sociedade.

- ✓ Compromisso com nossos clientes: fomentar negócios sustentáveis e democratizar o acesso ao crédito incentivando o financiamento de micro, pequenas e médias empresas, promovendo impactos socioambientais positivos.
- ✓ Compromisso com nossos colaboradores: avançar na pauta de inclusão e equidade de gênero, com o objetivo de alcançar 50% de mulheres em cargo de liderança até 2030, além do compromisso no desenvolvimento de pessoas e bem-estar dos colaboradores, ampliando programas de capacitação profissional, bem-estar, saúde física e financeira.
- ✓ Compromisso com a sociedade: apoiar financeiramente ações solidárias e instituições que ofereçam oportunidade de estudo e iniciação profissional de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade social e investir em educação financeira, com intuito de levar conhecimento de maneira clara, acessível e transparente.
- ✓ Compromisso com o meio ambiente: incentivar a adoção de práticas conscientes e sustentáveis, colaborando com a preservação da natureza e a luta contra o aquecimento global. Compensar 100% das nossas emissões de carbono diretas.

Pacto Global da ONU
Em julho de 2022, o Banco Sofisa aderiu ao Pacto Global da ONU, firmando seu comprometimento com os 10 princípios universais, baseados em Direitos Humanos e do Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.
No exercício de 2022 as principais iniciativas da agenda ESG do Banco Sofisa foram:

Governança
O Sofisa possui um Conselho Fiscal não permanente e é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, que integram, juntamente com o Comitê de Auditoria e as Auditorias Interna e Externa, sua Governança Corporativa.
Dentre as principais práticas de Governança destacam-se:

- Diretoria de ESG independente e dedicada;
- Conselho de Administração composto por 50% de membros independentes;
- Comitê de Auditoria atuante desde 1995;
- Canal de Denúncias que garante independência, confidencialidade e anonimato.

Social
As principais iniciativas em 2022 na esfera social da agenda ESG do Banco Sofisa foram:

- ***Girls IN TECH!***
  O Girls in Tech é um programa da AFESU (Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários) que engloba os projetos nas frentes de tecnologia que são desenvolvidos nas 3 unidades: AFESU Morro Velho, AFESU Moinho e AFESU Veleiros.
  O propósito é oferecer uma oportunidade de estudos e iniciação profissional de qualidade na área de tecnologia a fim de que essas alunas despertem o interesse e a paixão pelo tema e tenham conhecimentos básicos para o primeiro emprego nessa área.
  As turmas que compõem esse programa são: Tecnologia Básica; Gestão e Tecnologia; Desenvolvedor Web e Redes.
  Em busca de introduzir a jovem aos primeiros passos em Tecnologia, o projeto oferece aulas práticas e teóricas em Computação, Programação, Robótica e Desenvolvimento de APPS, além de apoio escolar. Contempla lógica de programação, HTML, CSS, JavaScript, noções de banco de dados, *Design Thinking* e postura profissional.
  Além do financiamento desse projeto, o Banco Sofisa também contribuiu com 80 computadores para a AFESU.
- **CEAP – Educação Além da Educação**
  Organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1985, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita, e oferece anualmente cursos de formação e qualificação profissional para 1.100 jovens entre 10 e 18 anos que no contraturno estejam matriculados no ensino regular.
- **Instituto Mano Down**
  Instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a inclusão e autonomia de pessoas com síndrome de Down e outras deficiências, por meio de oficinas e cursos para o desenvolvimento das pessoas que participam do projeto, fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia.
- **Museu vai à Escola**
  Desenvolvido pelo Museu da Imigração do estado de São Paulo, o projeto "Museu vai à Escola" proporciona encontros das comunidades de São Paulo, e cria canais efetivos de participação desses grupos junto aos programas do Museu, além de fomentar a programação cultural de alunos e professores.
- **Primeira Orquestra parassinfônica do mundo (OPESP)**
  Em 2022, a primeira orquestra parassinfônica do mundo foi fundada no estado de São Paulo. O projeto voltado ao músico com deficiência objetiva garantir o protagonismo das pessoas com deficiência gerando igualdade de gênero e redução de desigualdades por meio da cultura.
- **ADD Equipes Paralímpicas de Rendimento**
  A Associação Desportiva para Deficientes, fundada em 1996 já beneficiou mais de 13 mil pessoas em seus 26 anos de existência. O projeto ADD Equipes Paralímpicas de Rendimento visa oferecer condições de treinamento especializado para atletas paraolímpicos de todos os gêneros.
- **Jogo Aberto na Vila**
  A Fundação Gol de Letra criada em 1998 já impactou mais de 20 mil jovens e crianças com seus projetos em São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto "Jogo Aberto na Vila", visa estimular a vida saudável a partir da prática regular de atividades físicas, por meio do desenvolvimento de oficinas de esporte, gênero e apoio pedagógico e educacional.
- **Amparo ao Idoso**
  O Hospital de Amor, fundado em 1962, é referência na américa latina no tratamento e prevenção do câncer. Mais de 300 mil pacientes já foram atendidos e acolhidos pela instituição. O projeto "Amparo ao Idoso" visa ampliar e qualificar ainda mais as iniciativas que envolvem o tratamento e assistência de idosos durante o combate à doença.
- **Canal de Denúncias exclusivamente para mulheres**
  O Banco Sofisa lançou um novo Canal de Denúncias exclusivamente para mulheres. Além do canal já existente que acolhe denúncias sobre casos de desvio de conduta, de normas internas ou de legislação, como assédio, comportamento com conduta sexual, discriminação e demais irregularidades que forem praticadas por empregados ou prestadores de serviços, também conta agora com um novo canal que passa a atender denúncias, identificadas ou anônimas, sobre ameaças e situações de violência doméstica. O atendimento é tratado de forma individual e conduzido por uma representante mulher.
- **Indicadores internos – Compromisso com colaboradores**

Valorização de pessoas – Movimentações: Em 2022, tivemos 149 movimentações, dentre elas méritos, promoções, efetivação de estagiários e recrutamento interno, que correspondem a 38% do total de colaboradores elegíveis.
Equidade de Gênero - Liderança Feminina: O Banco Sofisa atingiu 28% de mulheres na liderança da instituição, no encerramento de 2022.
Inclusão Social: Encerramos o ano de 2022, com 25 colaboradores PCD (pessoas portadoras de deficiência) que correspondem a 4% do quadro de funcionários, em conformidade com a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

- **Reconhecimentos externos – Compromisso com clientes**

Humanizadas: No ano 2022, o Banco Sofisa se manteve na categoria BBB do rating Humanizadas, recebendo o Prêmio "Melhores Empresas para o Brasil". Este estágio corresponde a qualidade das relações com múltiplos stakeholders, demonstrando elevada orientação para geração de valor às pessoas e ao planeta.
Estadão Finanças Mais: Em 2022, o Banco Sofisa recebeu o prêmio "Estadão Finanças Mais" na categoria Middle Market, sendo a primeira instituição financeira a ganhar por duas vezes consecutivas. Este prêmio é uma evidência do comprometimento da organização com seus clientes, em relação ao seu crescimento econômico e o fomento de negócios sustentáveis.

Ambiental
Na esfera ambiental as principais iniciativas em 2022 foram:

- **Neutralização da pegada de carbono do Banco Sofisa para os anos de 2021 e 2022**
  Em maio de 2022 o Banco Sofisa recebeu o selo "Moss Carbon Neutral", um Certificado de Compensação da Pegada de Carbono referente ao ano de 2021, compensando 335 toneladas de dióxido de carbono, equivalente a 335 créditos de carbono. Em 2022 também antecipamos a compensação das emissões do no corrente.
  Com esse investimento, os recursos dos créditos de carbono são direcionados aos projetos dedicados na redução de emissão de gases do efeito estufa, que atuam contra as mudanças climáticas e o aquecimento global atuando nas seguintes iniciativas:

✓ Preservação de Florestas nativas;
✓ Reflorestamento e regeneração natural;
✓ Agricultura regenerativa.

Os projetos REDD (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal) que também incluem a conservação e aumento dos estoques de carbono florestal e o manejo sustentável das florestas são:

➢ Agrocortex
➢ Fortaleza Ituxi
➢ Florestal Santa Maria
➢ Madre de Dios

- **Captação *U.S International Development Finance Corporation***
  Em agosto de 2022, o Banco Sofisa captou, por meio de sua agência no exterior, o valor de US$ 45 milhões junto ao *U.S International Development Finance Corporation (DFC)*. O *DFC* atua no mundo todo no financiamento de pequenas e médias empresas e empresas lideradas por mulheres em diversos setores como energia, saúde, infraestrutura e tecnologia.
  A transação mobilizou uma parceria entre a Embaixada Americana, US Aid e DFC e será direcionada à democratização de acesso ao crédito e expansão de pequenas e médias empresas situadas no "*Project zone*", que compreendem os estados da Amazônia legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **A DIRETORIA** **CONTADOR** **WILLIAM DE ALMEIDA - CRC 1SP207772/O-9**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Sofisa S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa S.A. ("Banco") e de suas controladas, identificadas como Banco e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Sofisa S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Sofisa S.A. ("Banco"), cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, disponível no site www.sofisa.com.br/ri/ e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, tem como principais atribuições revisar, previamente à sua publicação, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, acompanhar e avaliar os trabalhos das auditorias interna e independente e avaliar a qualidade e a efetividade do sistema de controles internos do Banco.
Em 31 de março de 2017 o Conselho de Administração reelegeu os Senhores Edson Luiz Domingues, Antonio Carlos Feitosa e Geraldo Lima Wandalsen para comporem o Comitê de Auditoria, sendo o primeiro deles o membro qualificado. Em 18 de agosto de 2017, através do Comunicado Nº 31.102, o Banco Central do Brasil divulgou a aprovação dos eleitos para exercerem suas funções no CAud do Banco.
As administrações do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, manter o sistema de controles internos efetivo e consistente, gerir e monitorar os riscos e zelar pela conformidade à regulamentação aplicável.

Atividades do Comitê de Auditoria no exercício de 2022.
O Comitê reuniu-se regularmente com os administradores e gestores das principais áreas do Banco e com as auditorias interna e independente, com vistas a dar cumprimento às suas atribuições.

Controles internos e gerenciamento de riscos
Nas reuniões com os gestores das principais áreas operacionais e de governança do Banco foram analisadas e discutidas as principais mudanças organizacionais e aprimoramento de controles, bem como as providências dos gestores em relação aos apontamentos realizados durante os trabalhos das auditorias interna e independente ou em inspeções dos órgãos reguladores.
Com base nas informações colhidas nestas reuniões, nos relatórios emitidos pelas auditorias e pela área de controles internos, não foram constatadas falhas que pudessem distorcer significativamente as demonstrações financeiras do Banco.
Especificamente nas áreas de gerenciamento de riscos e *compliance*, bem como na área de tecnologia da informação (TI), a administração vem investindo fortemente com mudanças estruturais importantes, buscando, de forma progressiva, a efetividade.

Auditoria independente
A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco. Fizemos reuniões com representantes legais da Deloitte para abordar os assuntos pertinentes à execução de seus trabalhos, quais sejam: i) independência; ii) planejamento, identificação e avaliação dos riscos; iii) procedimentos de auditoria; e iv) conclusão e relatório sobre as demonstrações financeiras e outros relatórios regulamentares.
É do entendimento do Comitê que os procedimentos e extensão dos testes realizados pela auditoria independente foram adequados para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Auditoria interna
A auditoria interna vem sendo exercida desde 09.2013 pela PwC Auditores Independentes. O Comitê aprovou os planos de auditoria interna, realizou reuniões regulares com os seus representantes e acompanhou o desempenho e a efetividade de seus trabalhos.

Demonstrações financeiras
Com relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31.12.2022 do Banco Sofisa, o Comitê reuniu-se com o responsável pela contabilidade para obter o entendimento do processo para elaboração destas demonstrações e das principais variações das contas patrimoniais e de resultado ocorridas no semestre. As políticas contábeis e a forma de apresentação das demonstrações financeiras foram também debatidas com os auditores independentes.

Conclusão
Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Sofisa S.A. relativas ao semestre findo em 31.12.2022.

São Paulo (SP), 15 de fevereiro de 2023.

Antonio Carlos Feitosa   Edson Luiz Domingues   Geraldo Lima Wandalsen

Melhor banco de Middle Market de 2022 pelo 2º ano consecutivo.

Demonstrações Financeiras. Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ 08.257.293/0001-07

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Nota 4)	**13**	**27**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	**8.361**	**30.971**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.361	30.971
Títs.e Valores Mob.e Instr. Financ.Derivativos (Nota 6)	**7.599**	**6.747**
Carteira própria	7.599	6.747
Outros Créditos (Nota 7)	**25.210**	**24.081**
Créditos tributários	6.310	6.223
Depósitos judiciais	18.342	17.290
Diversos	558	568
Outros Valores e Bens	**66**	**83**
Outros valores e bens	13	13
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(13)	(13)
Despesas antecipadas	66	83
Total do ativo	**41.249**	**61.909**

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos (Nota 18)	**-**	**22.941**
Depósitos interfinanceiros	-	22.941
Outras obrigações	**14.714**	**13.870**
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	351	124
Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota 9)	14.350	13.718
Diversas (Nota 10)	13	28
Patrimônio líquido (Nota 12)	**26.535**	**25.098**
Capital social de domiciliados no país	17.500	17.500
Reservas de lucros	9.032	7.601
Outros Resultados abrangentes	3	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido	**41.249**	**61.909**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2022	**17.500**	**3.001**	**4.626**	**-**	**499**	**25.626**
Resultado do semestre	-	-	-	-	906	906
Reserva Legal	-	46	-	-	(46)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.359	-	(1.359)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	3	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**17.500**	**3.047**	**5.985**	**3**	**-**	**26.535**

	Capital social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.500**	**2.975**	**4.626**	**(3)**	**-**	**25.098**
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.431	1.431
Reserva Legal	-	72	-	-	(72)	-
Reserva Estatutária	-	-	1.359	-	(1.359)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**17.500**	**3.047**	**5.985**	**3**	**-**	**26.535**

	Capital social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**17.500**	**2.939**	**3.947**	**(8)**	**-**	**24.378**
Resultado do exercício	-	-	-	-	715	715
Reserva Legal	-	36	-	-	(36)	-
Reserva Estatutária	-	-	679	-	(679)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.500**	**2.975**	**4.626**	**(3)**	**-**	**25.098**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	2022 - 2º Semestre	2022 - Exercício	2021 - Exercício
Receitas da intermediação financeira	**1.000**	**2.049**	**1.927**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	1.000	2.049	1.927
Despesas da intermediação financeira	**-**	**(435)**	**(1.009)**
Operações de captações no mercado (Nota 19)	-	(435)	(1.009)
Resultado bruto da intermediação financeira	**1.000**	**1.614**	**918**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**103**	**67**	**(19)**
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(201)	(287)	(386)
Despesas tributárias (Nota 17)	(50)	(82)	(46)
Outras receitas operacionais (Nota 15)	804	1.259	736
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(450)	(823)	(323)
Resultado operacional	**1.103**	**1.681**	**899**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**1.103**	**1.681**	**899**
Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11)	**(197)**	**(250)**	**(184)**
Provisão de imposto de renda / contribuição social	(212)	(341)	(120)
Ativo fiscal diferido	15	91	(64)
Resultado líquido do semestre/exercício	**906**	**1.431**	**715**
Resultado líquido por ação - R$	**0,05**	**0,08**	**0,04**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	2° Semestre	2022	2021
Resultado líquido	906	1.431	715
Outros resultados abrangentes	5	10	9
Efeito tributário (a)	(2)	(4)	(4)
Resultado Abrangente	**909**	**1.437**	**720**

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 15% de CSLL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021 (Em milhares de reais)

	2022 - 2º Semestre	2022 - Exercício	2021 - Exercício
Resultado líquido ajustado	**728**	**1.108**	**710**
Resultado líquido do período	906	1.431	715
Ativo fiscal diferido	(15)	(91)	64
Atualização dos depósitos judiciais (Nota 15)	(613)	(1.055)	(392)
Atualização de passivos contingentes (Nota 16)	450	823	323
Variação de Ativos e Passivos	**(2.339)**	**(271)**	**(391)**
Aumento (redução) em depósitos interfinanceiros	(375)	22.610	(3.078)
(Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens	(236)	(182)	1.861
Aumento em depósitos interfinanceiros	-	(22.941)	840
(Redução) aumento em outras obrigações	(1.678)	394	54
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(50)	(152)	(68)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	**(1.611)**	**837**	**319**
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(478)	(851)	(298)
Caixa Líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimento	**(478)**	**(851)**	**(298)**
Caixa Líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	**-**	**-**	**-**
AUMENTO (REDUÇÃO) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.089)**	**(14)**	**21**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**2.102**	**27**	**6**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**13**	**13**	**27**
AUMENTO (REDUÇÃO) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.089)**	**(14)**	**21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição"), CNPJ nº 08.257.293/0001-07, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Sendo controlado pelo Banco Sofisa S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa. Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; CPC 27 – Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20; CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.720/19; e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.748/19. A Resolução nº 4.966/21, que trata da convergência para a norma internacional do IFRS 9, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025. A administração do Banco Sofisa S.A aprovou o plano de implementação em 31 de dezembro de 2022, seguindo as disposições trazidas por essa Resolução, referentes aos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. O plano está dimensionado para atender as alterações determinadas, dentro do prazo estipulado pela nova legislação regulamentar. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 15 de fevereiro de 2023.

3. Descrição das principais práticas contábeis - a. **Apuração do resultado:** Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "*pro-rata*" dia. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério "*pro-rata*" dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação –** são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento. A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente. **d. Outros ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*" dia. **e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 31 de dezembro de 2022 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 15% CSLL. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento a Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias. Conforme Lei 14.183, para o período de julho a dezembro de 2021, a alíquota de CSLL foi de 20%, retornando para 15% a partir de janeiro de 2022. A Medida Provisória MP 1.115 de abril de 2022, majorou a alíquota da CSLL em 1% para o período de agosto a dezembro de 2022, passando de 20% para 21% para os Bancos de qualquer espécie e de 15% para 16% para as demais entidades reguladas pelo Banco Central. **f. Estimativas contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para riscos e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. **g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas nas disposições da Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN, sendo observadas as seguintes regras: • Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas remotas não são provisionados e ou divulgados; • As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. Está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade. **h. Resultados recorrentes e não recorrentes:** Com a emissão da Resolução BCB n° 02 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4°, define resultado não recorrente como aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **i. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações na data dos balanços. **j. Demonstração do fluxo de caixa:** Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CFI utiliza o método indireto.

4. Disponibilidades

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	13	27
Total	**13**	**27**

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo	-	7.683
Longo Prazo	8.361	23.288
Total	**8.361**	**30.971**

Composto por R$ 2.104 com vencimento em 06/2024 e R$ 6.257 com vencimento em 07/2025. O indexador utilizado é 100% CDI, em 31 de dezembro de 2022 (100% CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2022 Valor curva	31/12/2022 Valor mercado	31/12/2021 Valor curva	31/12/2021 Valor mercado
Disponíveis para venda				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.594	7.599	6.752	6.747
Total	**7.594**	**7.599**	**6.752**	**6.747**

Os saldos em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são de longo prazo com vencimento em 03/2024. A marcação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda está informada na Demonstração de Resultado Abrangente em outros resultados abrangentes, líquida dos respectivos impactos tributários. O valor justo baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais-ANBIMA) ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

7. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2022 Curto Prazo	31/12/2022 Longo Prazo	31/12/2022 Total	31/12/2021 Curto Prazo	31/12/2021 Longo Prazo	31/12/2021 Total
Créditos tributários (a)	195	6.115	6.310	216	6.007	6.223
Devedores por depósitos em garantias	-	18.342	18.342	-	17.290	17.290
Imposto de renda a compensar /recuperar	-	558	558	-	568	568
Total	**195**	**25.015**	**25.210**	**216**	**23.865**	**24.081**

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes de provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN n° 4.842 de 30 de julho de 2020, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

a) Movimentações dos créditos tributários:

Créditos tributários	31/12/2021	Realização/ reversão	Constituição	31/12/2022
Prejuízos fiscais	**439**	(97)	-	**342**
Base negativa de CSLL	**278**	(59)	-	**219**
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	5.485	(80)	335	5.740
Provisão para perdas com BNDU	5	-	-	5
Outras	10	(12)	8	6
Total das diferenças temporárias	**5.500**	**(92)**	**343**	**5.751**
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	6	(8)	-	(2)
Total do crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.223**	**(256)**	**343**	**6.310**

a.1) Expectativa de realização dos créditos tributários:

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Diferenças temporárias - Imposto Renda	Diferenças temporárias - Contribuição Social	Total	Valor Presente*
2023	116	70	6	3	195	172
2024	125	75	1	1	202	159
2025	101	75	1	1	178	124
2026	-	-	-	-	-	-
2027	-	-	3.583	2.152	5.735	3.167
Total	**342**	**220**	**3.591**	**2.157**	**6.310**	**3.622**

*Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

8. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022 Curto Prazo	31/12/2022 Longo Prazo	31/12/2022 Total	31/12/2021 Curto Prazo	31/12/2021 Longo Prazo	31/12/2021 Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	349	-	**349**	121	-	**121**
Impostos e contribuições a recolher	2	-	**2**	3	-	**3**
Total	**351**	**-**	**351**	**124**	**-**	**124**

9. Provisão para Riscos Tributários e Trabalhistas

	31/12/2022 Curto Prazo	31/12/2022 Longo Prazo	31/12/2022 Total	31/12/2021 Curto Prazo	31/12/2021 Longo Prazo	31/12/2021 Total
Provisão para riscos tributários	-	14.350	**14.350**	-	13.541	**13.541**
Provisão para riscos trabalhistas	-	-	**-**	59	118	**177**
Total	**-**	**14.350**	**14.350**	**59**	**13.659**	**13.718**

A provisão para riscos tributários constituída refere-se à discussão judicial acerca do conceito de faturamento nos moldes da Lei nº 9.718/1998, aplicável às contribuições sociais PIS/COFINS, no montante atualizado de R$ 14.350 (R$ 13.541 em 31 de dezembro de 2021). Por tratar-se de obrigação legal os saldos estão integralmente registrados. Os valores objeto desta discussão foram integralmente depositados (Nota 7). A CFI possui discussão tributária de PIS/ COFINS no montante de R$ 5.879 (R$ 5.879 em 31 de dezembro de 2021) e discussão de CSLL de R$ 321 (R$292 em 31 de dezembro de 2021) classificadas como possível. A provisão para passivos contingentes trabalhistas foi revertida em 2022 (R$ 177 em 31 de dezembro de 2021) e referiam-se a ações trabalhistas movidas contra a CFI por ex-funcionários, pleiteando verbas trabalhistas supostamente não pagas. A CFI não possui discussão trabalhista com expectativa de perda possível. A CFI não possui discussões de naturezas cíveis com expectativas prováveis e/ou possíveis de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

31/12/2022 - Passivos para riscos	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final
Tributários	13.541	809	14.350
Trabalhistas	177	(177)	-
Total	**13.718**	**632**	**14.350**

31/12/2021 - Passivos para riscos	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final
Tributários	13.275	266	13.541
Trabalhistas	450	(273)	177
Total	**13.725**	**(7)**	**13.718**

10. Outras Obrigações Diversas

	31/12/2022 Curto prazo	31/12/2021 Curto prazo
Provisão para pagamentos a efetuar	13	28
Total	**13**	**28**

11. Imposto de Renda e Contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**1.681**	**899**
Lucro ajustado antes da tributação	**1.681**	**899**
Alíquota vigente	**41%**	**45%**
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(689)	(405)
Adições (Exclusões) Permanentes		
Outros ajustes	439	221
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(250)**	**(184)**

12. Patrimônio Líquido - Capital Social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, está representado por 17.500 (17.500 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, sem valor nominal. **Dividendos:** O estatuto social da CFI assegura ao acionista o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) ou reter em reserva de lucros. **Reservas de Lucros:** A conta de reserva de lucros da CFI é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Sofisa S.A. CFI, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A CFI não possui outras reservas de lucros.

13. Transações com Partes Relacionadas

Ativos	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Nota 4)	13	27
Certificado de depósitos interfinanceiros (Nota 5)	8.361	30.971
Passivos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Depósitos Interfinanceiros (Nota 18)	-	22.941
Receitas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros	1.207	1.638
Despesas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Despesas com depósitos interfinanceiros	(435)	(1.009)

As operações foram efetuadas com o Banco Sofisa S.A.

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo ou pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. Outras Despesas Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Processamento de dados	(142)	(131)
Serviços do sistema financeiro	(22)	(20)
Publicação	(12)	(29)
Serviços especializados	(1)	(36)
Outras despesas administrativas (a)	(110)	(170)
Total	**(287)**	**(386)**

(a) Composto basicamente por indenização trabalhista em dezembro de 2022 e 2021.

15. Outras Receitas Operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Atualizações de depósitos judiciais	1.055	392
Reversão de provisão trabalhista	191	343
Diversas	13	1
Total	**1.259**	**736**

16. Outras Despesas Operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Atualização de provisão para risco (a)	(823)	(323)
Total	**(823)**	**(323)**

(a) Composto por contingência tributária em 31 de dezembro de 2022 (contingências tributárias e trabalhista em 31 de dezembro de 2021).

17. Despesas Tributárias

Impostos Federais	31/12/2022	31/12/2021
Cofins	(68)	(37)
Pis	(11)	(6)
Outros	(3)	(3)
Total	**(82)**	**(46)**

18. Depósitos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	-	22.941
Total	**-**	**22.941**

O saldo em depósitos interfinanceiros com o Banco Sofisa S.A foi liquidado em 03/2022.

O percentual aplicado nas transações é 100% CDI em 31 de dezembro de 2021.

19. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	(435)	(1.009)
Total	**(435)**	**(1.009)**

20. Gestão de Riscos e Basileia: Os riscos são geridos de forma consolidada e controlados individualmente pelo acionista controlador, o Banco Sofisa. O índice da Basileia também é apurado de forma consolidada, nos termos da regulamentação vigente e em 31 de dezembro de 2022 é de 13,81% (14,10% em 31 de dezembro de 2021). **21. Resultados recorrentes e não recorrentes:** Conforme Resolução BCB Nº 2 de 2020 a Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não apresentou resultado que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

A DIRETORIA

CONTADOR: William de Almeida - CRC 1SP207772/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.